

2024

2025

Centralismo?

60
Autores
associados



60
Textos
vários e livres

Associação Círculo de Estudos do Centralismo

• 27 •
Regionalizar para cumprir Abril

• 28 •
“Participação e descentralização”
Homenagem a João Batista Machado

• 29 •
A eficiência da administração e a regionalização

• 30 •
Lugares de contemplação e reflexão sobre Arte

• 31 •
A bússula do conhecimento promove a coesão territorial

• 32 •
Danos do fogo no(s) património(s)

• 33 •
Vias descentralizadas, a última ligação territorial

• 34 •
Portugal silenciado

• 35 •
Florestas: instituições fortes, alinhamento e persistência

• 36 •
A Árvore, centro difusor de arte e cultura

• 37 •
Atenuação das assimetrias do território: políticas arrojadas, liderança forte e capaz

• 38 •
Mais coesão territorial para uma governação justa

• 39 •
Uma reforma fiscal para a coesão territorial

• 40 •
Descentralização política ativa

• 41 •
O país como um todo

• 42 •
Fogos rurais: o que deveria ter sido feito desde há 75 anos e ainda não foi

• 43 •
A representação política do Interior

• 44 •
A vantagem de saber para onde vamos

• 45 •
Os bons fados da descentralização cultural

• 46 •
Prescrever = receber a descentralização

• 47 •
Portugal - Estrutura e especialização relativa das economias do Interior

• 48 •
Descentralizar e desconcentrar

• 49 •
A cidade e as serras

• 50 •
Complexidade económica e descentralização do poder

• 51 •
Melhorar a representatividade do Interior na Assembleia da República

• 52 •
Disparidades regionais e o “futuro do trabalho”

• 53 •
Isto não se resolve com mais escolas de Medicina em Lisboa, Porto ou Coimbra

• 54 •
Reformar o Estado português, atendendo ao território e reforçando a subsidiariedade

<p>• 28 •</p> <p>Ancorada no território</p>	<p>• 29 •</p> <p>O novo Interior</p>	<p>• 30 •</p> <p>Interior, acesso a numerário e função social dos bancos</p>	<p>• 31 •</p> <p>I rest my case (Contra factos...)</p>
<p>• 26 •</p> <p>O conceito legal de "Interior"</p>	<p>• 27 •</p> <p>A revolução tranquila</p>	<p>• 28 •</p> <p>Camões descentralizado</p>	<p>• 29 •</p> <p>O centralismo tarda demais, pois lembremos Júlio Resende</p>
<p>• 21 •</p> <p>A regionalização é decisiva para o desenvolvimento do Interior</p>	<p>• 22 •</p> <p>Interiores próximos e remotos</p>	<p>• 23 •</p> <p>Litoral, Interior e IDE</p>	<p>• 24 •</p> <p>Interioridade e a região administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro</p>
<p>• 17 •</p> <p>O Interior rural e o desafio de desenvolver Portugal</p>	<p>• 18 •</p> <p>A falta que faz uma política que reconheça a riqueza da diversidade do país que somos!</p>	<p>• 19 •</p> <p>A insustentável dureza da interioridade</p>	<p>• 20 •</p> <p>Arquipélago Interior: um olhar desde 2040</p>
<p>• 18 •</p> <p>Interior e reforma fiscal</p>	<p>• 19 •</p> <p>O Interior, esse nosso velho conhecido</p>	<p>• 20 •</p> <p>Cultura e desenvolvimento territorial</p>	<p>• 21 •</p> <p>As capitais de distrito do Interior</p>
<p>• 25 •</p> <p>As pobrezas do centralismo nos territórios do Interior</p>	<p>• 10 •</p> <p>Crónica do mundo rural --- Crónica de l mundo de l campo</p>	<p>• 11 •</p> <p>O desenvolvimento das partes remotas de um território</p>	<p>• 12 •</p> <p>O Interior: o desenvolvimento territorial policêntrico e o apoio à inovação</p>
<p>• 26 •</p> <p>Porque não foram implementadas as regiões administrativas como autarquias regionais?</p>	<p>• 27 •</p> <p>O centralismo político do Estado português é inconstitucional</p>	<p>• 28 •</p> <p>Subsidiariedade, uma forma de reclamar empoderamento... e de romper com a pulsão centralista do país</p>	<p>• 29 •</p> <p>Mais competitividade, menos coesão?</p>
<p>• 01 •</p> <p>O grande centralismo</p>	<p>• 02 •</p> <p>Organização e gestão do território: mudar é preciso</p>	<p>• 03 •</p> <p>Integração das DRAP nas CCDR: endireitar o que nasceu torto</p>	<p>• 04 •</p> <p>Descentralização: a chave para a coesão territorial</p>

2024

Jornal de Notícias

2025

Centralismo?

60
Autores
associados



60
Textos
vários e livres

Associação Círculo de Estudos do Centralismo

Coordenação pelo associado
Miguel Cadilhe

Associados participantes:

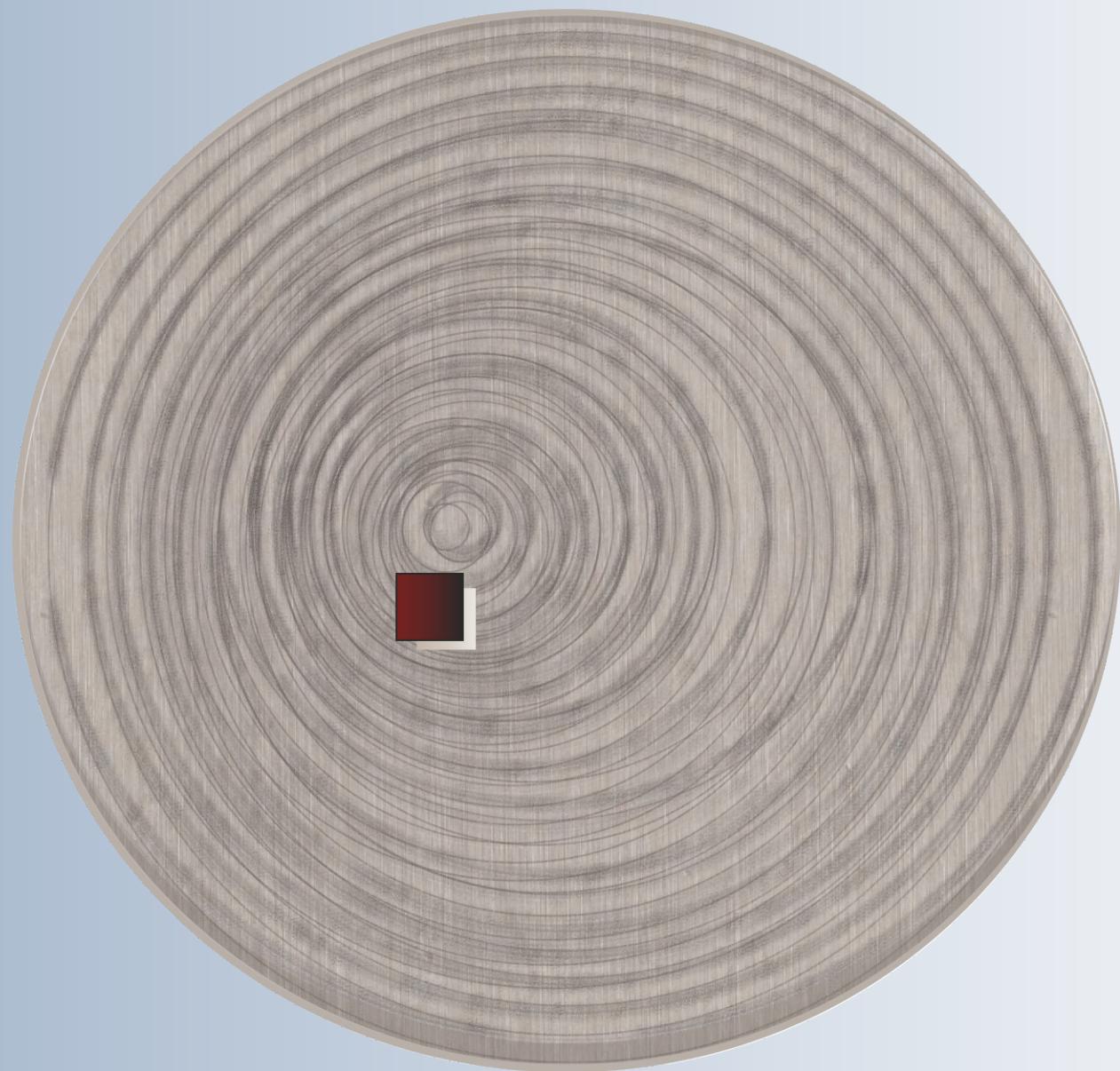
O projeto envolveu, do lado do Círculo, um número considerável de associados participantes livres: 60 autores, um prefaciador e um coordenador, também autor.
As opiniões dos associados participantes não vinculam o Círculo.

Alguns princípios estatutários:

“O Círculo é uma iniciativa da sociedade civil (...), um continuado ato de cidadania, livre, digno e independente”.

“O Círculo debruçar-se-á sobre temas de algum modo antitéticos e fá-lo-á com toda a abertura, sem trincheiras do pensamento.”
(Preâmbulo dos Estatutos do Círculo)

dezembro de 2025



Logomarca do Círculo,
reproduzida de serigrafia do pintor e escultor Paulo Neves,
a quem o Círculo agradece

Índice Geral

Nota do Presidente do Círculo, Carlos Tavares	08
Nota do Diretor do Jornal de Notícias, Rafael Barbosa	09
Prefácio pelo associado, Alberto Castro	10
01 - Miguel Cadilhe, 02-09-2024	14
02 - Sebastião Feyo Azevedo, 16-09-2024	15
03 - Arlindo Cunha, 30-09-2024	16
04 - Óscar Afonso, 14-10-2024	17
05 - Luís Braga da Cruz, 28-10-2024	18
06 - Mário Pinto, 11-11-2024	19
07 - Carlos Costa, 25-10-2024	20
08 - Fontainhas Fernandes, 09-12-2024	21
09 - Alberto Aroso, 16-12-2024	22
10 - Helena Barril, 23-12-2024	23
11 - Luis Valente de Oliveira. 30-12-2024	24
12 - João Cravinho. 06-01-2025	25
13 - Carlos Tavares, 13-01-2025	26
14 - José Ribeiro e Castro, 20-01-2025	27
15 - Jorge Barreto Xavier, 27-01-2025	28
16 - Daniel Bessa, 03-02-2025	29
17 - Clemente Pedro Nunes, 10-02-2025	30
18 - José Rio Fernandes, 17-02-2025	31
19 - F. Freire de Sousa, 24-02-2025	32
20 - Luis Leite Ramos, 03-03-2025	33
21 - José A. da Silva Peneda, 10-03-2025	34
22 - António Manuel Figueiredo, 17-03-2025	35
23 - Luís Mira Amaral, 24-03-2025	36
24 - António Jorge Nunes, 31-03-2025	37
25 - Carlos Lucena e Pedro Matias Pereira, 07-04-2025	38
26 - Luísa Salgueiro, 14-04-2025	39
27 - Isabel Ponce de Leão, 21-04-2025	40
28 - Isolina Carvalho, 28-04-2025	41
29 - Teresa Albuquerque, 05-05-2025	42
30 - António Cândido de Oliveira, 12-05-2025	43
31 - Meira Fernandes, 19-05-2025	44
32 - Cristina de Azevedo, 26-05-2025	45

Índice Geral

33 - Manuel Vilares, 02-06-2025	46
34 - José M. Varejão, 09-06-2025	47
35 - Manuel Sobrinho Simões, 16-06-2025	48
36 - Leonardo Costa, 23-06-2025	49
37 - Manuel Correia de Pinho, 30-06-2025	50
38 - Rui Rio, 07-07-2025	51
39 - João Luis Mota de Campos, 14-07-2025	52
40 - Guilherme Costa, 21-07-2025	53
41 - Paulo Trigo Pereira, 28-07-2025	54
42 - Henrique Neto, 04-08-2025	55
43 - Isabel Pires de Lima, 11-08-2025	56
44 - Nassalete Miranda, 18-08-2025	57
45 - José Maria Pires, 25-08-2025	58
46 - José Francisco Meirinhos, 01-09-2025	59
47 - Emídio Gomes, 08-09-2025	60
48 - Américo M. S. Carvalho Mendes, 15-09-2025	61
49 - Rosário Alves, 22-09-2025	62
50 - José Emídio, 29-09-2025	63
51 - António Pinho Cardão, 06-10-2025	64
52 - Helena Freitas, 13-10-2025	65
53 - Aida Carvalho, 20-10-2025	66
54 - Ana Lomelino Velosa, 27-10-2025	67
55 - Teresa Stanislau, 03-11-2025	68
56 - Filipe Teles, 10-11-2025	69
57 - Álvaro Beleza de Vasconcelos, 17-11-2025	70
58 - Manuel de Novaes Cabral, 24-11-2025	71
59 - Álvaro Almeida, 01-12-2025	72
60 - Graça Morais, 08-12-2025	73 e 74
 Posfácio pelo coordenador, associado Miguel Cadilhe	75
Pistas Temáticas	78
Índices Remissivos	81
Ideográfico	82
Onomástico, pessoas singulares e pessoas coletivas	99
Onomástico, lugares em Portugal	105
Bibliográfico	109

Nota de abertura

de *Carlos Tavares*

Presidente do Círculo de Estudos do Centralismo

Com o projeto Círculo/JN, o Círculo de Estudos do Centralismo e o ““Jornal de Notícias”” visaram um produto substantivo, associativo, participativo, onde o tema do centralismo fosse tratado de forma rigorosa e plural. Partindo de uma ideia, do entusiasmo e da coordenação de Miguel Cadilhe, foi possível reunir 60 textos de alta qualidade subscritos por associados, que foram sendo publicados quinzenalmente, logo depois semanalmente, em página exclusiva do “Jornal de Notícias”. Naturalmente, as opiniões expressas não vinculam o Círculo. Aos associados participantes (os 60 autores, o prefaciador e o coordenador) foi dada liberdade relativamente ao conteúdo dos textos, com a única restrição de serem tratados temas relacionados com a missão do Círculo de Estudos do Centralismo, exemplificativamente descritos no documento “Pistas Temáticas?”, agora em anexo no final deste livro. Deste modo, os 60 artigos publicados e o prefácio do livro refletem inteiramente as opiniões dos próprios, que, como assinalado e referido pelo JN na publicação de todos os textos, não vinculam a do Círculo. Serão sempre, todavia, um contributo para a reflexão aberta que o Círculo mantém em permanência sobre as vias que possam conduzir a um Estado menos centralista e a um país territorial e socialmente mais equilibrado.

Como seria de esperar, dada a qualidade dos intervenientes convidados, o livro digital que agora se apresenta é uma coletânea de 60 excelentes textos livres e diversos, sempre pertinentes para a reflexão sobre os custos do centralismo e as formas de o eliminar. A diversidade temática e conceptual, de ideias e opiniões é potenciada por via de índices remissivos bastante analíticos, que muito ajudam a uma leitura integrada do livro digital. Deste e do seu índice remissivo ideográfico, há ideias e

suas derivadas que se destacam pela frequência. São elas: centralismo, coesão, Constituição e princípios fundamentais, cultura, descentralização, florestas e fogos florestais, investimentos, políticas, regiões; e, acima de todas, sobressai a ideia de Interior. O que mostra bem as prioridades do combate ao centralismo. O projeto Círculo/JN teve a sua história. Partindo de um diferente convite, em meados de 2024, da então diretora do JN, Inês Cardoso, e com base em frutuoso diálogo subsequente, acabou por se chegar ao presente projeto, com a definição de regras práticas sobre temas, dimensão dos textos, figuras alusivas. E foi assim que, em agosto 2024, começaram os convites a associados participantes no projeto Círculo/JN. A adesão ultrapassou as expectativas, sempre em regime pro bono, tendo a publicação dos textos sido programada trimestralmente. O livro que os agrupa e agora se publica, em formato digital, corresponde a sugestões, para além do seu coordenador, da Direção da Associação Círculo de Estudos do Centralismo e também de alguns associados, que o JN igualmente abraçou e apoiou, mais uma vez, com as suas equipas.

É justo deixar duas palavras finais de agradecimento. Uma para o modo como os associados participantes serviram a missão estatutária do Círculo. E outra para a forma competente e confiável como as experientes equipas do “Jornal de Notícias” desenvolveram este projeto editorial. O campo e o ângulo de análise dos 60 textos não são, aliás, estranhos às opções editoriais do JN, que trata frequentemente, com originalidade e oportunidade, questões de fundo sobre o território, o Interior, o centralismo e outras afins. Por isso deixo aqui o reconhecimento do Círculo por esta fecunda colaboração entre associados do Círculo e o centenário JN, que espero venha a ter continuidade.

Por

Rafael Barbosa

Diretor do Jornal de Notícias

É aqui que nasce o sol

Se traçarmos uma linha vertical no mapa de Portugal, não há concelho mais distante do Litoral do que Miranda do Douro. É aqui, diz-se, que nasce o sol, concretamente no miradouro de Paradela, sobranceiro e testemunho da entrada, quer das primeiras luzes da alba, quer do rio Douro, no nosso país. Mas não é sobre atrações turísticas, por belas que sejam, que se fala neste livro, que resulta de uma parceria entre o Jornal de Notícias e a Associação Círculo de Estudos do Centralismo, que, certamente não por acaso, tem sede no município mirandês.

Um livro cuja peça central são os 60 artigos publicados entre 2 de setembro do ano passado e 8 de dezembro corrente, nas páginas de opinião do JN. São 60 autores, com visões distintas, formações distintas, vidas distintas, de geografias distintas, políticas distintas, mas com um ponto em comum, a preocupação com o centralismo, que impede o pleno desenvolvimento de Portugal. Porque não há verdadeiro desenvolvimento se ele não for homogéneo, se o progresso económico e social se inclina, de forma tão vincada, para uma estreita faixa entre Braga e Setúbal e, mais ainda, se o ralo para onde escorrem os recursos, as pessoas, os investimentos e a riqueza é a capital e os seus domínios, curiosamente no ponto mais ocidental do continente.



Não se confunda o leitor. Da mesma forma que o objetivo central deste livro em formato digital não é destacar singularidades turísticas, também não se trata de um problema de pontos cardeais. O problema é político, porque é na política, em sentido lato, e, portanto, para além dos políticos, que se fazem as escolhas. E o que a política tem escolhido, quem melhor o resumiu, ou pelo menos, quem o fez de forma mais contundente, foi o professor Miguel Cadilhe, a alma deste projeto, no texto que abriu os 60 capítulos. “Somos um dos países mais centralizados da Europa. Um centralismo obsoleto, retrógrado, comprovadamente pesado e pouco eficiente, uma das causas do nosso fraco desempenho económico”. A quem objete, ou a quem pareça que são palavras catastrofistas, a quem não tenha vontade ou paciência para observar e avaliar o país profundamente desequilibrado em que vivemos, pois que leia todos os artigos, antes de retirar conclusões precipitadas. Talvez se surpreenda com o que pode aprender.

Para concluir esta nota introdutória, e para que melhor se perceba o ocaso a que este “centralismo obsoleto” nos conduz, cito um outro autor e um outro texto, precisamente o último desta série de 60, da pintora Graça Morais, e o seu testemunho sobre a aldeia onde nasceu, no concelho de Vila Flor, no Nordeste de Trás-os-Montes. Uma aldeia em que, hoje, “a maior parte das casas estão fechadas, a escola primária já fechou por falta de crianças e as ruas do Vieiro estão desertas. Os velhos tiveram de abandonar as suas casas e vivem em lares, com conforto e cuidados médicos, mas num grande desenraizamento e solidão.”

É este o país que ambicionamos? Em que os recursos e as pessoas abandonam o Nordeste, onde tudo parece começar, para rumar a sudoeste, onde tudo parece acabar? Se não podemos contrariar o movimento aparente do sol, é possível fazer alguma coisa para contrariar o movimento real de empobrecimento para onde nos dirige um “centralismo retrógrado”.

pelo associado *Alberto Castro*

“Enfim, um dos erros que lesam a prudência é o número exagerado das pessoas que fazem parte da casa do Rei e da dos príncipes. De onde decorrem as despesas exageradas que recaem sobre o povo, sob a forma de impostos (...). Acresce que toda a gente ambiciona viver na Corte, sem outra forma de ofício”, in Carta (de Bruges) do Infante D. Pedro, o das Sete Partidas, a seu irmão D. Duarte (1426).

Uma leitura pessoal

1. A obra que aqui vos apresento é peculiar em vários aspectos, desde a organização ao conteúdo. Não é habitual encontrar um livro com 60 contribuições, desde logo pelo esforço requerido para encontrar tal número de autores e, sobretudo, conseguir organizá-los, no caso numa sequência semanal, dentro do prazo de pouco mais de um ano. A experiência de vida do organizador descarta a hipótese de ingenuidade. A lucidez que Miguel Cadilhe sempre demonstra descarta a da loucura. Sobeja o sentido de dever cívico, servido por uma vontade iluminada, determinação, persistência e capacidade de realização únicas. Exemplares. Paradigmáticas.
A justificar encómios e, sobretudo, um sentimento de gratidão por este contributo para uma discussão informada da (des)centralização. Não apenas mais um, mas único na diversidade de autores e de contributos que conseguiu reunir. Fundamental. Como se diz no seu berço minhoto, bem-haja!
2. Como dizia o organizador deste livro, os 60 textos, sendo “livres, diversos e dispersos”, são uma forma de dar expressão à missão do Círculo e às múltiplas dimensões em que se plasmam os desafios da descentralização. Não foram previamente arrumados, por temas ou capítulos. A posteriori, por vezes não são estanques, por vezes são um pouco redundantes, por vezes são leve e saudavelmente antagónicos. Escrever um prefácio a uma obra com esta natureza é tarefa votada ao fracasso se houver a pretensão universalista: faltaria sempre uma referência, uma ênfase devida, um tópico relevante. Tentei evitar esse logro, arriscando uma leitura pessoal que desse espaço para uma reflexão (provocação?) final que se pretende operativa até porque a descentralização, máxime a regionalização, é demasiado importante para esperarmos pela descentralização (máxime a regionalização).
3. Como se chama a atenção em várias das colaborações, não obstante alguns sofistas e outros tantos sofismas, a regionalização continua a estar inscrita na Constituição da República Portuguesa. Nem outra coisa seria de esperar de uma carta magna associada à restauração da democracia em Portugal. Ainda que com entendimentos mais ou menos latos, o “self-government” é intrínseco não apenas à noção de democracia, mas sobretudo à prática democrática: uma forma, não apenas de dar ao povo palavra sobre como são governados, como também de fomentar a participação cívica na política, local ou nacional, nas decisões que afetam as suas vidas (em “Democracia na América”, Alexis de Tocqueville ilustra, talvez melhor do que ninguém, estas dimensões). Na verdade, sem essa dimensão, dificilmente a “prosperidade partilhada”, o outro propósito central que os clássicos estabelecem para a democracia, será alcançável no respeito pelos princípios de um “Estado de direito”.
4. Em consonância com estas ideias, a Constituição estabelece a subsidiariedade e a democracia participativa como princípios constitucionais, o que, em rigor, torna o modelo centralista juridicamente inconstitucional e, como de há muito se confirmou, economicamente disfuncional. O resultado é um país com profundas assimetrias territoriais: um Interior despovoado e economicamente frágil (69% dos municípios exportam menos de 100 M€), contrastando com um Litoral hipertrófiado, em que sobressai uma capital que, como evidenciado em sucessivos relatórios sobre a coesão, se tornou num fardo para o desenvolvimento nacional. Um verdadeiro pecado capital. As respostas políticas têm tido muito de cosmética: desconcentração, confundida com descentralização, “à la carte”, municipalismos frágeis, narrativas equívocas (melhoria do PIB per capita em forte perda de popula-

- ção), incapazes, no fundo, de reconhecerem a natureza do problema. As alternativas são consabidas e subscritas por vários dos autores e expressas numa multiplicidade de textos: uma reforma estrutural do Estado, com reforço dos territórios intermédios, eleição direta de órgãos regionais e aplicação efetiva do princípio da subsidiariedade, que é não só constitucional como europeu.
5. Com a mesma preocupação, mas um foco específico distinto, alguns artigos acrescentam a dimensão da “representação política” como uma penalização adicional para os territórios de baixa densidade. Se, por exemplo, em Bragança são necessários 20,4% dos votos para eleger um deputado, em Lisboa bastam 1,8%. A baixa representatividade parlamentar reduz o peso político e o investimento público, criando um círculo vicioso que alimenta a desertificação. As sugestões para corrigir tal assimetria vão, desde a ponderação da área territorial na distribuição de mandatos, até uma reforma com círculos agregados subdivididos em uninominais, permitindo dois votos (candidato e lista) e aumentando o peso político do Interior, mesmo sem regionalização formal.
 6. Um outro conjunto de colaborações permite aprofundar, e adicionar consistência, o diagnóstico sobre as falhas do modelo centralista português e, em coerência, sugerir reformas concretas, por exemplo em matéria fiscal. Nesse contexto, demonstra-se que o sistema atual do IMI/IMT agrava as desigualdades territoriais em vez de promover a coesão. Em resposta, propõe-se um fundo tributário redistributivo, uma taxa reduzida de IRS (até 20%) para residentes no Interior e um regime especial de IRC para empresas, compensando os “custos da interioridade”, sobretudo patentes nos chamados “territórios de baixa densidade”.
 7. Na visão urbano/centralista, esses territórios são, em grande parte do ano, considerados paisagem. No sentido figurativo: longe e ignorados. E, no que toca às florestas, também no sentido literal: as florestas são bonitas de se ver e são para se ver. Ignorados durante grande parte do ano, esses territórios são notícia por excesso, alimentando a deriva sensacionalista que se apoderou da comunicação social, aquando dos incêndios. Os fogos rurais são, eles próprios, mais um exemplo dos malefícios de uma políti-

ca florestal centralista que ignora a realidade da propriedade privada fragmentada (92% do total da floresta portuguesa), das suas motivações e condicionalidades. Algumas colaborações denunciam a “instabilidade institucional” — com organismos criados e ciclicamente extintos — e a desconsideração sistemática do nível regional (CCDR). Encontram um outro denominador comum na defesa da “subsidiariedade territorial”, do reforço institucional duradouro, da valorização da formação no Interior e de políticas descentralizadas que combatam a litoralização e promovam o desenvolvimento equilibrado do país, defendendo incentivos à gestão agrupada e ao associativismo de produtores florestais.

8. Várias outras colaborações consideram a dicotomia “Litoral/Interior” simplista por haver, no Litoral, áreas de menor desenvolvimento, em paralelo com outras, no dito Interior, com indicadores positivos. A pretensão de estabelecer tipificações definitivas, cristalizadas em lei, não se coaduna com os matizes imanentes às evoluções havidas, dificultando a construção de soluções (descentralizadas) ajustadas à geografia e natureza dos problemas dos “interiores remotos”. Explícita, ou implicitamente, conceitos como “desenvolvimento policêntrico”, inovação, investimento público são centrais nesses contributos, enriquecidos por exemplos de casos de sucesso, cujas circunstâncias e razões merecem ser escrutinadas. Garantidas que sejam algumas das infraestruturas essenciais (record-se, a este propósito, as recomendações do relatório Draghi), o processo de desenvolvimento não tem de percorrer uma “via-sacra”: a proliferação do trabalho remoto constitui-se numa oportunidade inédita para atrair trabalhadores qualificados ao Interior: em vários países, com uma expressão particular nos EUA, empresas tecnológicas têm ousado deslocar os seus investimentos para “geografias erradas”. Em geral, a teoria dos “sistemas complexos” oferece fundamentação à necessária ductilidade destas propostas. Se no caso português, as duas macroregiões industriais (Noroeste e Lisboa) têm índices de complexidade económica equivalentes, as suas trajetórias são distintas e a potenciação das suas competências requer estruturas de decisão descentralizadas. Mesmo quando sofisticam o seu discurso e análises, as elites cen-

- tralizadoras (e centralizadas) revelam-se incapazes de compreender sistemas económicos complexos cuja potenciação requer uma governação policéntrica, expressão do princípio da subsidiariedade e condição de eficiência e eficácia, com os concomitantes ganhos de produtividade e de bem-estar das populações.
9. Se fosse possível resumir numa frase a riqueza da pluralidade dos contributos aqui trazidos, dir-se-ia que, no entender dos autores, a descentralização potencia “jogos de soma positiva”, em que o todo nacional supera a soma das partes regionais.

Como afirmei, logo no início deste texto, a súmula que acabei de apresentar não pretende ser exaustiva e não fará justiça à riqueza das colaborações angariadas, nem no geral, nem no particular. Isso é especialmente claro quando se pensa em propostas concretas: acima, mencionam-se algumas de natureza fiscal ou relativas a um potencial redesenho do mapa e dos mecanismos eleitorais e pouco mais. E haveria (há) muitas mais, desde a concetualização de “Interior” aos polos para um desenvolvimento policéntrico, do papel que os distritos ainda poderiam ter à definição de territórios funcionais e por aí adiante. Clarifique-se: coligir propostas de política não era, nem poderia ser, o propósito central deste empreendimento, que vale sobretudo pela diversidade (metodológica, temática, vivencial) das contribuições que, em conjunto, geram uma obra cujo valor vai muito para além da mera soma dos contributos individuais, e como que homenageando o último dos contributos, desenhando um quadro que vale pelo todo, sem ignorar os detalhes de que se constrói.

Uma provocação pessoal

Ainda assim, em coerência com o princípio de que a descentralização é demasiado importante para que se espere pela descentralização, atrevo-me a um exercício, algo especulativo, que talvez pudesse vir a desaguar numa proposta operacionalizável, assim houvera um tomador capaz. Um exercício que só a mim compromete e que, admito, é suficientemente iconoclastico para não agradar a ninguém.

Em coerência com a tradicional análise económica, comecemos pelos pressupostos, tentando que, ao contrário do que

acontece em muitos modelos, passem o teste do realismo:

- A primeira regra básica que proponho, fruto da minha experiência, é a de que todo o projeto terá de ter um tomador, não apenas engajado, mas comprometido, sinal de que responde a uma necessidade, a ponto de se estar disposto a assumir um risco. Por isso, mas não só, a mobilização de agentes privados é essencial: a situação desigual a que se chegou não seria possível sem a sua complacência, ainda que justificada numa suposta racionalidade económica. Como Miguel Cadi- lhe tem reiteradamente demonstrado, o “sobrepeso do Estado” expresso, quer quantitativa (despesa excessiva) quer qualitativamente (custos de contexto), condiciona a iniciativa privada. A centralização desfigura, ainda mais, a desmesura. Neste quadro, a otimização individual nunca passará de um resultado subótimo, na perspetiva social, podendo, inclusive, contribuir para aprofundar as distorções existentes. Uma multiplicidade de agentes privados, começando pelas instituições presentes na Concertação Social e desaguando em empresas e empresários concretos, passando pela associação das maiores empresas portuguesas (Business Roundtable Portugal), proclamam-se engajados em mudar o país, em fomentar o seu desenvolvimento. É essencial clarificar em que medida a descentralização fará parte das suas agendas para sabermos com quem se pode contar (e, não se podendo contar com eles, o projeto torna-se muito mais difícil de concretizar porque, não nos esqueçamos, está a ser proposto antes de haver uma governança descentralizada adequada aos territórios destinatários);

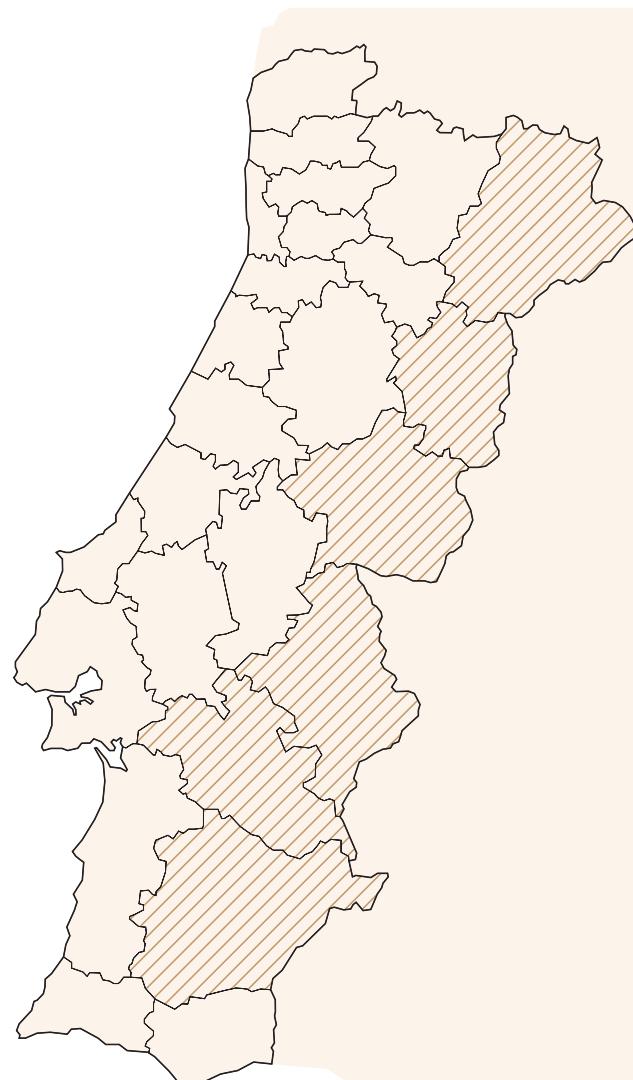
- Os projetos deveriam ter escala suficiente para produzirem impacto estrutural, o que descarta a lógica do “Portugal dos pequenitos” tão da nossa cultura. Recuperando uma ideia veiculada num dos escritos, que remete para a proposta da OCDE das escalas territoriais funcionais, poder-se-ia pensar em seis territórios de baixa densidade, como se evidencia no mapa anexo que, quanto recorrendo a dados de 2011, não parece longe da realidade atual, tal é a natureza estrutural do problema. Uma alternativa próxima seria usar as NUTS III que, no essencial, acrescentaria uma nova unidade, com a vantagem de coincidirem com as CIM, introduzindo uma dimensão de colaboração entre as autarquias, em coerência com a necessidade de racionalizar os projetos e dar-lhes dimensão. Para cada um desses territórios, desenhar-se-ia uma espécie de Operação Integrada de Desenvolvimento, em coerência com

as suas idiossincrasias de cultura, recursos, competências e apetências próprias. Para as dinamizar, haveria um “Conselho de Administração” (que poderiam ser os presidentes dos municípios das CIM) e um administrador-executivo que escolheria, justificando, a equipa necessária para fazer os estudos de base e preparar e orçamentar os projetos, numa lógica de custos e benefícios e incluindo as potenciais fontes de financiamento públicas e privadas. Esse CEO seria um empresário/gestor privado com investimentos, ou projetos de investimento, no território em causa (prometido e não apenas empenhado). Coordenando as seis operações, haveria um chairman, escolhido pelas CIM envolvidas, que deveria somar às competências em economia e gestão, a experiência ou sensibilidade política: um senador! As propostas finais seriam objeto de escrutínio público, podendo ser aprovadas ou rejeitadas. Os custos desta fase inicial são negligenciáveis, sendo legítimo esperar que pudessem ter um financiamento 50-50 público-privado, com a componente pública a provir das autarquias. Pela sua natureza, esta primeira parte do exercício seria um projeto essencialmente da chamada sociedade civil, com um envolvimento das autarquias/CIM interessadas, e em articulação com as CCDR para garantir que não haveria outras redundâncias.

Complicado? Retomo, aqui, um conjunto de qualidades que enumerei no início deste texto: dever cívico, servido por uma vontade, determinação, persistência e capacidade únicas. E, acrescentei, exemplar, paradigmático. Um teste à vitalidade da sociedade civil, ao seu empenhamento efetivo e não apenas verbal, na mudança. Porque não? O problema, em rigor, surgirá

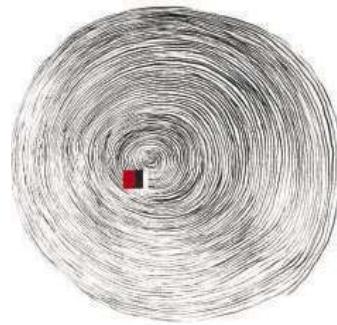
se os exercícios demonstrarem, como creio demonstrarão, que a sua plena operacionalização não será compatível com o quadro institucional centralizado prevalecente.

O facto de o presidente da Sedes, na sua participação, ter de algum modo comprometido aquela organização com a promoção da regionalização é uma notícia que o organizador desta coletânea, Miguel Cadilhe, acolherá com satisfação e em que o Círculo de Estudos do Centralismo será, certamente, um empenhado “compagnon de route”. No meu entender, tal não obsta, muito pelo contrário, a que não se discutam sugestões e explicitem as condições para que pudessem ser passadas à prática. Até porque, quanto à consagração da regionalização, por maior que seja o imperativo constitucional, o centralismo tem “razões” que a razão da descentralização não desconhece... É que, como dizia D. Pedro, na sua carta ao irmão, então ainda Infante D. Duarte: “Acresce que toda a gente ambiciona viver na Corte, sem outra forma de ofício”, não deixando de ser elucidativo que, no caso, tenha vindo a ser morto, na batalha de Alfarrobeira, por aqueles que temiam que as suas ideias lhes retirassem posição e poder na Corte...



O caminho faz-se caminhando. Para evitar a repetição de confrontos retóricos, em que a demagogia bafienta leva vantagem, nada como confrontar o poder central com iniciativas fundamentadas que valorizariam os territórios de baixa densidade e melhorariam o bem-estar das populações, criando fatores de atratividade de novos recursos e contando com o envolvimento ativo da sociedade civil e o empenhamento da iniciativa privada. A condicionalidade? Apenas uma: descentralizar! O rumo.

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



1

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Miguel Cadilhe
Economista

O grande centralismo

Neste espaço livre que o JN hoje nos abre, é-me dado o gosto de começar com um pedido de atenção para a figura anexa. É muito recente e compara a parcela “subnacional” da despesa pública na UE. Portugal está na 3.^a ou 4.^a piores posições, em 24 países. Somos um dos países mais centralizados da Europa. Um centralismo obsoleto, retrógrado, comprovadamente pesado e pouco eficiente, uma das causas do nosso fraco desempenho económico.

O obsoleto centralismo não se reforma?

Não, o centralismo não se reforma. Não tem capacidade nem vontade de se auto-reformar. A questão é política e de distribuição do poder. A organização dos partidos e o sistema eleitoral fomentam o centralismo do Estado, que por sua vez se repercute na qualidade das instituições. As análises sugerem uma deplorável atitude política de aversão ao reformismo. Por inércia, o nosso centralismo vai continuar a ser o que é.

Todavia, esta inércia do centralismo poderia ser quebrada pela “democracia regional” continental, de que nos falava Sá Carneiro. Sou pela democracia regional, conjugando dois princípios democráticos, inseparáveis: o da “subsidiariedade”, aos níveis subnacionais do município e da região; e o da “vigilância”, ao nível nacional, central, sobre aqueles. Por aqui, gradualmente,

avançaria bem a reforma do centralismo. Defendo-o há muitos anos, mesmo sabendo que a ardilosa revisão constitucional de 1997 instituiu uma condição desigual que favorece descaradamente o centralismo.

O grandioso centralismo esquece o Interior?

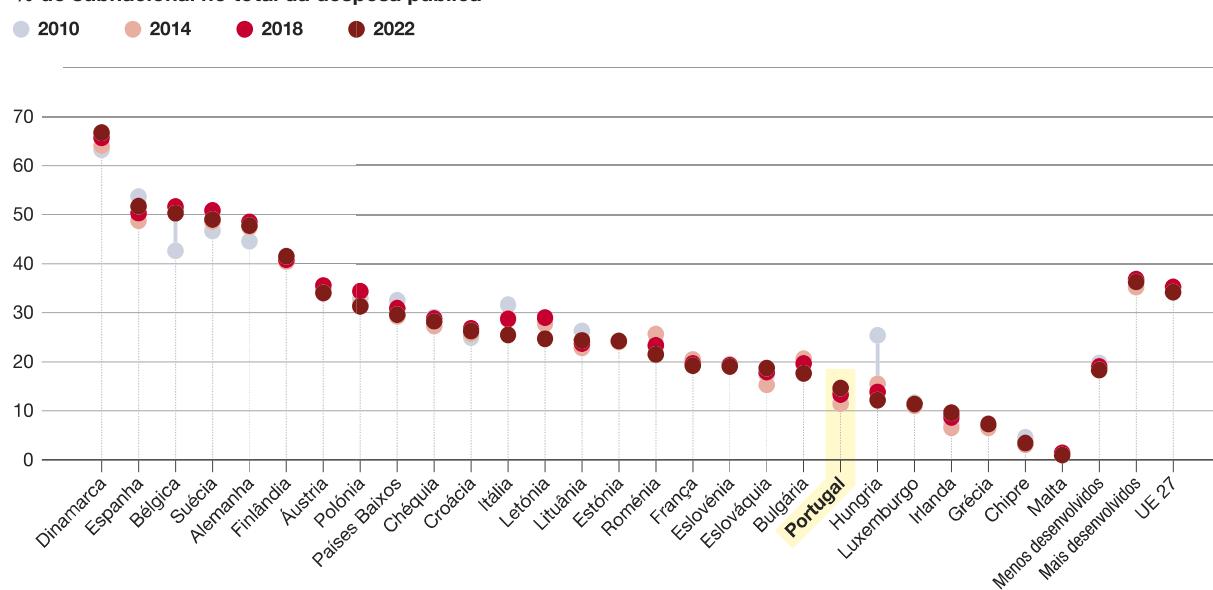
Sim, esquece muitas vezes. Sobretudo, quando ressurge a tentação do centralismo pelos grandiosos projetos. Olhando só ao século XXI, essa tentação vem de Sócrates, reaparece nos últimos anos de Costa, aparenta prolongar-se em Montenegro. Se juntarmos as ferrovias de alta velocidade e o aeroporto, mais as suas acessibilidades e a nova ponte do Tejo, teremos uma enormidade. Uma hiperconcentração de investimentos que agravarão, ainda mais, os nossos desequilíbrios do Território, a favor do Litoral e contra o Interior. Quanto ao aeroporto, tentei há meses uns comentários, que são modestos avisos, estão no portal do Círculo, indicando que o Interior é absolutamente esquecido nas orientações do Governo anterior, resoluções 89/2022 e 86/2023, e prossegue esquecido nas decisões e comunicados do Governo actual.

Pode a social-democracia abraçar o centralismo?

Não, não pode. A tecnocracia pode, até pode servi-lo; a ditadura pode, até pode servir-se dele; a democracia e a social-democracia não podem, não devem. Porém, ao que parece, este Governo da AD não gosta da alternativa ao centralismo que é a “democracia regional” de Sá Carneiro e da sua AD. E porquê? Não vejo fundamentação, consistência, estudo. Vejo superficialidades, impressões, falácias. Não conheço, por exemplo, o pensamento do Governo perante aquela posição relativa, factual, de Portugal na figura anexa dos centralismos europeus. E voltando ao Interior, não percebo por que razão a social-democracia que nos governa veio anunciar a tal enormidade de acúmulos no Litoral sem, ao menos, apresentar algumas “políticas compensatórias” do Interior, dignas desse nome. As boas políticas de desenvolvimento do Interior são genuinamente social-democratas, sejam elas regionais ou sub-regionais, sejam transversais como as do Movimento pelo Interior, 2018. Mas zero, nada de vulto. Como foi possível este péssimo sinal de puro e duro centralismo?

Portugal, elevado centralismo na UE

% do subnacional no total da despesa pública



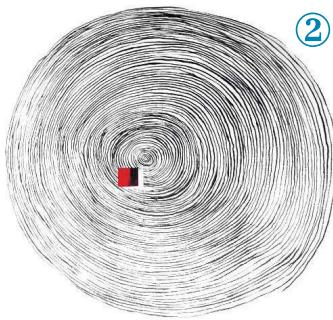
FONTE: COMISSÃO EUROPEIA, NINTH REPORT ON ECONOMIC, SOCIAL AND TERRITORIAL COHESION, 2024, P. 250, FIG. 8.3.

INFOGRAFIA JN / JOÃO CORREIA

Quanto menor o indicador, menor a descentralização, maior o centralismo. Em 2022, a descentralização é 34,3% na UE-27; é 14,7% em Portugal; e é 66,7% na Dinamarca, país mais desenvolvido e mais pequeno do que nós.

A análise não faz muito sentido em países como Luxemburgo, Chipre, Malta.

/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Sebastião Feyo de Azevedo
Presidente da Associação Círculo
de Estudos do Centralismo

*Organização
e Gestão
do Território:
mudar
é preciso*

1. “Portugal é um país coeso em termos de valores de identidade e de cultura, mas, simultaneamente, apresenta muito impressionantes e graves desigualdades em termos de desenvolvimento regional e de ocupação territorial.”

Este é o texto que podemos ler na abertura do importantíssimo estudo desenvolvido por um grupo de personalidades, autointitulado Movimento pelo Interior, e apresentado às mais altas individualidades nacionais em 18 de maio de 2018. Acrescenta-se, seis anos passados, que com acolhimento nulo das 24 medidas então propostas.

É bem claro que o desenvolvimento regional não é caracterizável por um só indicador, mas os dados relativos à ocupação dos territórios refletem, mais do que qualquer outro, as políticas adotadas para esse desenvolvimento.

Poderia socorrer-me de exemplos de entre centenas de povoações do nosso Interior. Olhando para um horizonte entre 1960 e 2021 (ano do censo mais recente) vemos, de Miranda do Douro a Alcoutim, que em 2021 a população era da ordem dos 35% da que se observava em 1960 (Fonte: INE).

Pois, de entre tantas, escolho usar Guiães, a terra do meu Avô paterno, onde muitos dias passei e de que tenho memórias bem consolidadas desde 1960 (daí este ano de referência), como inspiração para esta mensagem.

2. Guiães é uma belíssima povoação transmontana que dista somente 16 km de Vila Real e que fica a cerca de 30 minutos de burro (assim se mediam as distâncias à época)

desse poema panorâmico que se avista do S. Leonardo de Galafura, cantado por Torga nos seus Diários IX e XII. Uma vista do Douro que encerra toda a força e beleza, todo o imenso potencial do nosso Interior.

Em 1960 Guiães tinha 1001 habitantes. A ligação à estrada Vila Real-Régua era feita por um caminho de terra rudimentar. Não tinha saneamento, como não tinha água canalizada, nem energia elétrica, nem assistência de saúde.

A água, encarregavam-se as mulheres de a trazer da fonte, em cãntaros à cabeça, matinalmente. A iluminação era assegurada pelos Petromax alimentados a querosene. E a saúde era assegurada por um senhor da terra, médico João Semana, que lá ia mensalmente, carregado de caixas de amostras de medicamentos que os laboratórios forneciam, e dava consultas gratuitas, duas a três tardes por estadia.

A pobreza era generalizada. Muitos dos homens, depois das vindimas, iam a salto para França ganhar a vida.

Hoje, há saneamento, água canalizada, energia elétrica, sinal digital e apoio médico mínimo. As estradas estão bem melhores. Tem um programa desportivo e cultural. Há óbvia modernização, mas em 2021 Guiães tinha 384 habitantes, 38,4% relativamente a 1960.

3. Aqui está o paradoxo: progresso e despovoamento. Em Trás-os-Montes, por toda a raia o panorama é este.

O problema da desertificação do território é muito agudo. Os jovens têm mais formação e horizontes, as oportunidades de trabalho escasseiam e as estradas têm dois sentidos. Faltam serviços de proximidade. A oferta limitada de transportes é duramente punitiva para as crianças, no modelo atual de concentração de escolas, e para os velhos, no apoio à saúde.

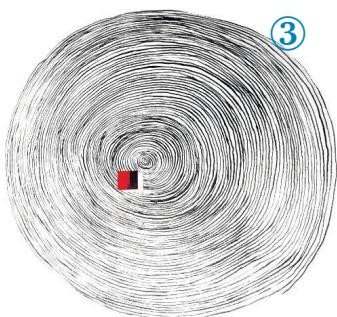
Mudar, é preciso. O Círculo acaba de lançar o Novo Movimento pelo Interior que irá revisitar o que já foi estudado e proposto. Novas propostas surgirão. É preciso descentralizar, fortalecendo o poder local. É preciso que os autarcas locais, que conhecem bem as idiossincrasias locais, participem com presença forte. É preciso criar âncoras, mais âncoras, para o desenvolvimento económico e social do Interior. São necessários serviços públicos de proximidade. É urgente rever, reinventar, o modelo político de gestão do território que mantém, no essencial, as conceções de empobrecimento centralista de um passado de má memória.



ALBERTO AROSO

O Douro visto do miradouro de São Leonardo de Galafura
“...não é um panorama que os olhos contemplam: é um excesso de natureza...”,
Miguel Torga, in *Diário XII*, 8 de abril de 1977

“CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO”



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Arlindo Cunha

Presidente da Comissão Vitivinícola
do Dão, ex-ministro da Agricultura

Integração das DRAP nas CCDR: endireitar o que nasceu torto

Apesar de estar cristalinamente prevista na Constituição, a organização descentralizada do Estado no território continental não só nunca foi cumprida, como tem um historial de contradições que pouco significa os nossos dirigentes políticos. Nos oito anos que duraram os governos de António Costa pouco fizeram pelo processo, não obstante terem tido o mérito de o voltar a pôr em movimento. Em 2018 foi iniciado um processo de transferência de competências para os municípios, em 2020 foi alterado o processo de designação dos presidentes das CCDR, dando-lhe uma legitimidade mais alargada e em 2022, foi dado início a um processo de transferência para estas dos serviços desconcentrados do Estado; em 2023 as CCDR ganharam o estatuto de Instituto Público.

Foi um processo algo estranho, já que não se entende como é que se transferem os serviços regionais do Ministério da Agricultura, mas não se transferiram os das florestas, à época tutelados pelo Ministério do Ambiente, ou a gestão da água, que é o mais horizontal de todos os recursos. E, além de estranho, envolto em grande confusão por não se terem integrado os serviços no seu todo, com as respetivas chefias intermédias e de topo e não se ter aprovado legislação para assegurar o exercício das necessárias tutelas setoriais.

A campanha eleitoral para as legislativas deste ano trouxe inevitavelmente este debate para a ribalta. Com a mudança política que se operou, não foi difícil prever

as pressões para reverter esta medida de integração nas CCDR: umas por convicção centralista; outras porque foi uma decisão do governo anterior; e outras por razões essencialmente corporativas.

A integração dos serviços desconcentrados da Administração Central nas CCDR é um percurso necessário para se avançar gradualmente com o processo de descentralização. Por isso, ao contrário da vox populi, apesar de ter nascido torto, este processo pode endireitarse, se se corrigir o que está mal. Em primeiro lugar importa reforçar o apoio aos agricultores. Os serviços desconcentrados do Ministério da Agricultura já estavam há muito debilitados. Não foi agora que perderam peso, pois os funcionários das DRAP continuam onde estavam. Urge, neste plano, atuar a três níveis: repor as chefias intermédias; renovar o envelhecido quadro de pessoal; e, sobretudo, criar um grande programa nacional de reforço da capacidade técnica das organizações representativas dos agricultores, por forma a que estas possam prestar o apoio técnico e de gestão de que os agricultores tanto precisam nestes tempos de mudanças tão rápidas.

Em segundo lugar, obviamente que o ministro da tutela tem de ter capacidade de controlo sobre quem está no terreno a implementar, monitorizar e fiscalizar a política agrícola. Isto pode resolver-se com a nomeação de um vice-presidente da CCDR, em Conselho de Ministros, por proposta do ministro da tutela setorial, ou conjunta deste e do ministro que tutela as CCDR.

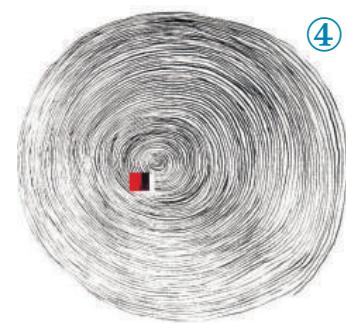
Como temos em Portugal uma cultura política com défice de visão estratégica, que só valoriza os proveitos da gestão do poder a curto prazo, dificilmente um governo fará reformas como esta. E se conseguir fazer alguma coisa, o governo que vier a seguir rapidamente se encarrega de desfazer o que foi feito. E não saímos disto, passando depois a vida a queixarmo-nos de que os recursos vão sempre parar aos mesmos...

É por isso que acredito cada vez mais que a descentralização só se fará através de pequenos passos, de forma muito gradual. Assim sendo, o que está em causa neste momento no nosso país é, ou andarmos mais uma vez para trás, ou consolidarmos este pequeno passo, completando-o com a integração de outros serviços quando o governo se encontrar numa situação politicamente mais consistente.



Apesar de ter nascido torto, o processo de integração das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) pode endireitar-se, se se corrigir o que está mal

“CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO”



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Óscar Afonso

Diretor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Vice-presidente da Direção da Associação Círculo de Estudos do Centralismo

Descentralização: a chave para a coesão territorial

O baixíssimo peso da nossa despesa pública local e regional (peso no PIB e peso na despesa pública total), a nível europeu, contribui para (e reflete) o baixo nível de vida e a desertificação das regiões mais pobres (Norte e Centro) e, sobretudo, nas sub-regiões do Interior, que os apoios europeus pouco mitigam.

Os dados da Comissão Europeia sobre os principais fundos europeus regionalizados de 1993 a 2020 mostram que o Norte foi a 2.ª região da UE que mais verba recebeu (32,8 mil milhões de euros, só abaixo da Andaluzia), seguindo-se o Centro (22,3) na 4.ª posição, Lisboa (12,5) na 19.ª e Alentejo (10,8) na 27.ª.

Contudo, o Norte e o Centro mantiveram-se como as regiões com menor PIB per capita em paridade de poder de compra (PPC): 85% da média nacional e 67% da média da UE, em 2022. Ao nível das sub-regiões (NUTS III), o Norte e, em menor grau, o Centro concentram as áreas mais pobres, como mostra a figura 1 (Portugal e Espanha). Confirma-se que a pobreza afeta sobretudo o Interior, incluindo ainda sub-regiões do Alentejo, Oeste e Vale do Tejo, num círculo vicioso que potencia a desertificação e se torna cada vez mais difícil de reverter.

Se os apoios da UE parecem elevados, o valor médio anual nacional até 2020 representa apenas 1,3% do PIB

de 2023, cabendo ao Norte e Centro, em conjunto, apenas 60% dessa percentagem.

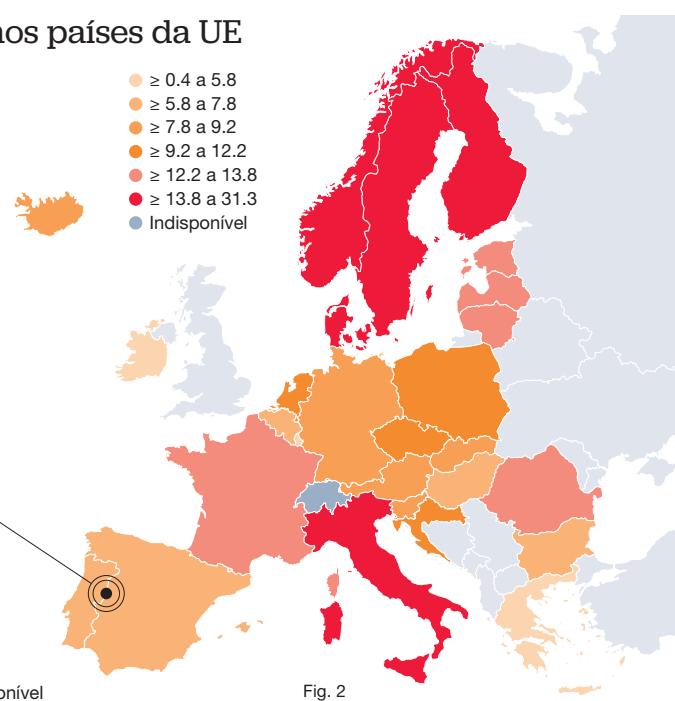
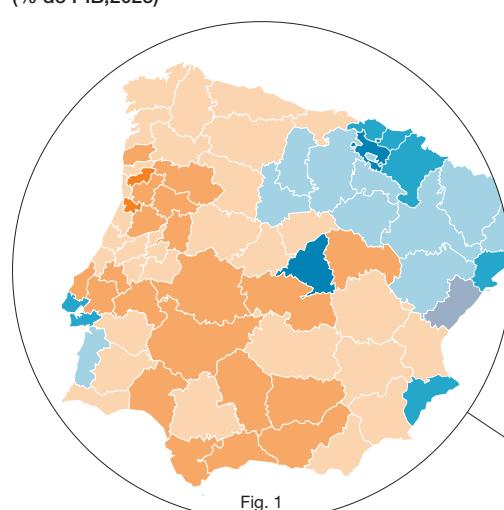
Mais relevante é o peso extremamente baixo da despesa pública local e regional – e concentrado no Litoral, sobretudo em Lisboa, pelo que a fatia do Interior será ínfima –, que em 2023 se situou em 6,5% do PIB (o mesmo valor de 2022) e 15,4% da despesa pública total, traduzindo, em ambos os casos, a 7.ª pior posição na UE, onde as médias foram de 17,0% e 34,5% (já ajustadas para refletir também a despesa de nível estadual/internacional da Alemanha, Áustria, Bélgica e Espanha – ver nota da figura 2). Estes dados, ilustrados pela figura 2 (UE), refletem valores e rankings similares do lado da receita local e regional, como esperado, revelando que Portugal é um país centralista e pouco desenvolvido dentro da UE e apontando para a necessidade de uma descentralização expressiva com a criação de regiões político-administrativas.

Para atingir a média da UE, Portugal terá de mais que duplicar o peso no PIB da despesa pública local e regional – focando-se nas sub-regiões mais pobres. Como se sabe, o princípio da subsidiariedade, que a teoria do federalismo fiscal também assume, diz que as funções devem ser atribuídas ao nível adequado mais baixo possível, salvo em casos de bons spillovers ou economias

de escala. Isto exige o reforço da descentralização e projetos que criem massa crítica no Interior (universidades, indústria, etc.), o que será mais importante para a coesão nacional e nível de vida do que o atual pacote de apoios europeus, que aliás temos o dever de aproveitar melhor.

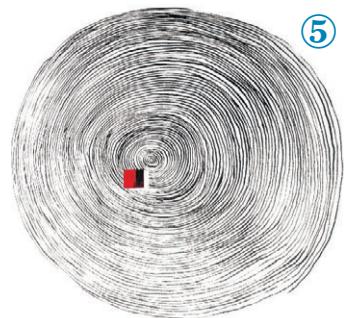
Defendo a criação de regiões administrativas, mas no atual quadro político há que aprofundar os processos em curso de descentralização de competências e meios para freguesias, municípios e CCDRs, avaliar se trazem benefícios semelhantes aos da regionalização e desenvolver soluções inovadoras que respondam às necessidades dos territórios. Num contexto político mais favorável, deverá ser ponderada a criação das regiões administrativas, que exigirá um amplo debate nacional conducente a uma proposta consensual. Até lá, é ainda crucial demonstrar capacidade de reformar o Estado, de modo a dissipar os receios relacionados com os custos do novo nível de administração, que contribuíram para a rejeição do referendo de 1998.

Despesa pública local e regional nos países da UE
(% do PIB, 2023)



Fonte: Eurostat. Nota: na figura 2 exclui-se o nível estadual/federal (ou quase), que só existe na Alemanha, Áustria, Bélgica e Espanha, caso contrário esses países teriam cores mais escuras, com realce para Espanha, que na figura aparece com a mesma cor de Portugal

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Luís Braga da Cruz
Engº civil, sócio fundador
do Círculo

Porque não foram implementadas as regiões administrativas como autarquias regionais?

A região administrativa é uma das autarquias locais previstas na Constituição de 1976 (CRP) e faz parte da construção democrática de Abril. Porque não foi cumprido esse imperativo? Como se pode repô-lo? Recordemos alguns factos.

Após a aprovação da CRP, a instalação do poder local (a nível dos municípios e freguesias) e das autonomias insulares foi consensual. Politicamente, a instituição da autarquia regional era uma prioridade nos programas dos três governos da Aliança Democrática (1980/83). Foi publicado um "Livro Branco" de apoio ao debate público. O propósito político sobreviveu a Sá Carneiro (1980). Pinto Balsemão fez uma das mais veementes defesas da regionalização no Parlamento e fez aprovar a Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/82, sobre as "Linhos Gerais do Processo de Regionalização do Continente", que previa a sua concretização até 1984. O Governo da AD acabou por não concluir o mandato, assim se frustrando tal vontade política. Seguiu-se o governo do Bloco Central que, em matéria de descentralização regional, não teve a mesma determinação programática e o assunto ficou congelado por mais dois anos.

Em 1985, as eleições foram ganhas pelo PSD, liderado por Cavaco Silva, que iniciou um novo e longo ciclo político em que as questões da regionalização e da política re-

gional geraram uma nova expectativa. A adesão à CEE em 1986 foi uma oportunidade para a afirmação da lógica regional no contexto da política regional europeia e no acesso aos fundos estruturais. Nessa legislatura foram feitos avanços promissores. A Lei Quadro das Regiões Administrativas (1991) culminou um processo legislativo muito participado e com convergência unânime das forças parlamentares. Porém, havia um uso prudente de linguagem para não perturbar os espíritos mais centralistas e sensíveis ao "fantasma regional", que começavam a manifestar-se. Em Julho de 1994, o directório do PSD surpreendeu-nos tomando a decisão de interromper os compromissos feitos e adiando a implementação da autarquia regional.

Em 1995, António Guterres ganhou as eleições com um programa eleitoral que previa a instituição das regiões administrativas. Porém, sem maioria absoluta, teve de se entender com o PSD para viabilizar o seu governo e, em sede de revisão constitucional, cedeu na regionalização, que passou a ser condicionada a um referendo. Foi assim que o PSD conseguiu iludir a vontade de regionalizar o país. Sendo o presidente do PSD um hábil professor de Direito – Marcelo Rebelo de Sousa – sabia bem que um preceito constitucional não era referendável, como aliás o próprio Tribunal Constitucional veio a reconhecer num acórdão de 1998. Só o mapa das regiões podia ser objecto de referendo. No entanto, as perguntas e as condições para a validação das respostas eram de tal forma capciosas que perverteram até hoje a descentralização regional. O mapa proposto pelo PS também não ajudou, por ir ao arrepio de uma prática de 30 anos de desenvolvimento regional, contribuindo para o resultado da consulta.

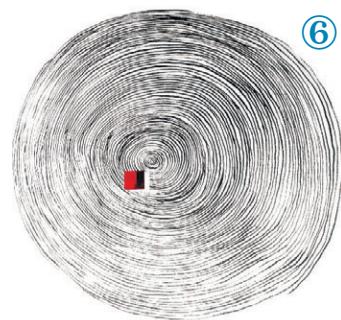
Tudo convergiu para a desvirtuação do processo de regionalização. O resultado perpetuou o modelo mais centralista da União Europeia para os países da nossa dimensão, comprometeu a coesão nacional e penalizou as oportunidades de competitividade territorial. Em 2018, foram criadas as comunidades intermunicipais (CIM), instituições de carácter associativo sem natureza autárquica, com capacidade limitada para exercer competências regionais.

Ainda poderá haver esperança? Peçamos responsabilidade ao nível político para reconhecer o erro e repor a CRP no seu espírito inicial recuando na revisão de 1997, forma honrosa de glorificar os 50 anos de Abril. Não admitir um erro é errar duas vezes.



Os governos constitucionais da AD (1980/1983), chefiados por Sá Carneiro e Pinto Balsemão, empenharam-se no objectivo político de criar a Autarquia Regional. Em 1997, houve o erro político de condicionar o preceito constitucional a um referendo. Importa reconhecer o erro e repor a CRP no seu espírito inicial, como homenagem a Abril.
CRP - Constituição da República Portuguesa.

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Mário Pinto
Professor jubilado do ISCTE
e da Universidade Católica

*O centralismo
político do
Estado Português
é inconstitucional*

Portugal tem uma das mais avançadas Constituições do mundo. Destaco dois princípios constitucionais, em que o nosso país é pioneiro. Primeiro: o princípio constante do art. 16.º da Constituição, que diz assim: “Os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Segundo: o princípio da subsidiariedade do Estado, articulado com o princípio da democracia participativa. O art. 6.º dispõe que “O Estado [...] respeita na sua organização e funcionamento [...] os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública”. E o art. 2.º prescreve que o Estado de Direito Democrático deve “aprofundar a democracia participativa”.

Note-se que antes de Portugal nenhum outro país do mundo incluiu na sua Constituição estes dois princípios, que alguns autores consideram um avanço do constitucionalismo baseado na DUDH, Declaração Universal dos Direitos Humanos. E depois de nós, só

a Espanha imitou Portugal quanto ao primeiro princípio e só a Itália quanto ao segundo.

Mas sucede que as nossas políticas públicas não cumprim estes princípios constitucionais. Somos muito avançados teoricamente, mas depois muito atrasados praticamente. Por exemplo. O Estado Português não respeita a Declaração Universal nem a Constituição quando confere à escola pública o monopólio da gratuidade do ensino obrigatório e quando expropria os pais do seu “direito prioritário de escolher o género de educação a dar aos filhos”. E também não respeita o princípio da subsidiariedade do Estado, nem nesta matéria nem em geral, porque intervém sempre com o evidente centralismo que o caracteriza.

Contra o centralismo do Estado e a favor do princípio da subsidiariedade, o Tratado da União Europeia define este princípio como impõe que “todas as decisões políticas devem ser tomadas pelo nível de decisão mais próximo possível dos cidadãos”. Ora, o nível mais próximo dos cidadãos é o nível dos próprios cidadãos. Portanto, o nível preferível é o da democracia directamente participativa.

Já o vimos, a Constituição Portuguesa reconhece expressamente a democracia participativa, que é logicamente baseada no direito fundamental de participação política dos cidadãos, garantido no art. 48.º: “Todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do País, directamente ou por intermédio de representantes eleitos”. E ainda: “A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático [...]” (art. 109.º). E também já vimos que o art. 2.º impõe ao Estado que deve “aprofundar a democracia participativa”.

Ora, se os princípios constitucionais da democracia participativa e do Estado subsidiário não são de facto respeitados, é forçoso concluir pela inconstitucionalidade do nosso centralismo político. É isto o que diz o art. 277.º da Constituição: “são inconstitucionais as normas que infrinjam o disposto na Constituição ou os princípios nela consignados”. Note-se bem: “ou os princípios constitucionais”.

Em conclusão: é inconstitucional o centralismo das nossas políticas públicas, designadamente na educação e na saúde, e, em geral, é inconstitucional o evidente centralismo de toda a nossa Administração Pública.

Pergunta-se então: “o que fazer?”.

A única resposta é: reformar o Estado centralista e adoptar políticas descentralizadoras.

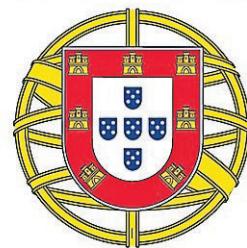
Muito bem. E quais são os partidos que têm essa coragem? “Eis a questão”.

O AUTOR ESCREVE SEGUNDO A ANTIGA ORTOGRAFIA

Contra o centralismo,
o art. 6.º da nossa
Constituição dispõe que
o Estado respeita, na sua
organização e
funcionamento, os
princípios da
subsidiariedade, da
autonomia das
autarquias locais e da
descentralização
democrática da
Administração Pública.
Por sua vez, o art. 236.º
estabelece que as
“autarquias locais” são,
no continente, as
freguesias, os municípios
e as regiões
administrativas.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

SÉTIMA REVISÃO



/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Carlos S. Costa

17.º governador do Banco de Portugal,
2010 a 2020

Subsidiariedade, uma outra forma de reclamar empoderamento... e de romper com a pulsão centralista do país

É legítimo perguntar porque é que os processos tanto de descentralização como de integração, não obstante constituírem respostas racionais e eficientes aos problemas do desenvolvimento socioeconómico, deparam com resistências políticas e com representações redutoras.

A explicação é simples. Os processos de produção e distribuição de bens públicos (bens e serviços) tanto ao nível subnacional como acima do nível nacional reduzem o alcance do poder central, limitam a margem de discricionariedade por parte dos que detêm o poder e dos que, eventualmente, o capturaram. Por isso, tendem a ser apresentados como fatores redutores da capacidade de governo e da soberania nacional. Por isso, a descentralização não é uma concessão. É sempre um processo de conquista de poder pela população de um determinado subterritório, como resultado de uma vontade de rutura com um poder de cariz mais centralizador. Mas tem de ser mais do que um mero processo de empoderamento. Tem de ser um processo de exercício coletivo desse mesmo poder, através de quadros institucionais democráticos e inclusivos. Caso contrário, ao não assegurar a internalização pela população e uma maior inclusão, acabará por reproduzir, ao nível subnacional, o modelo do poder central, embora com maior proximidade. Por isso, a descentralização nunca é uma concessão do poder central. É uma conquista que espelha a capacidade de afirmação da so-

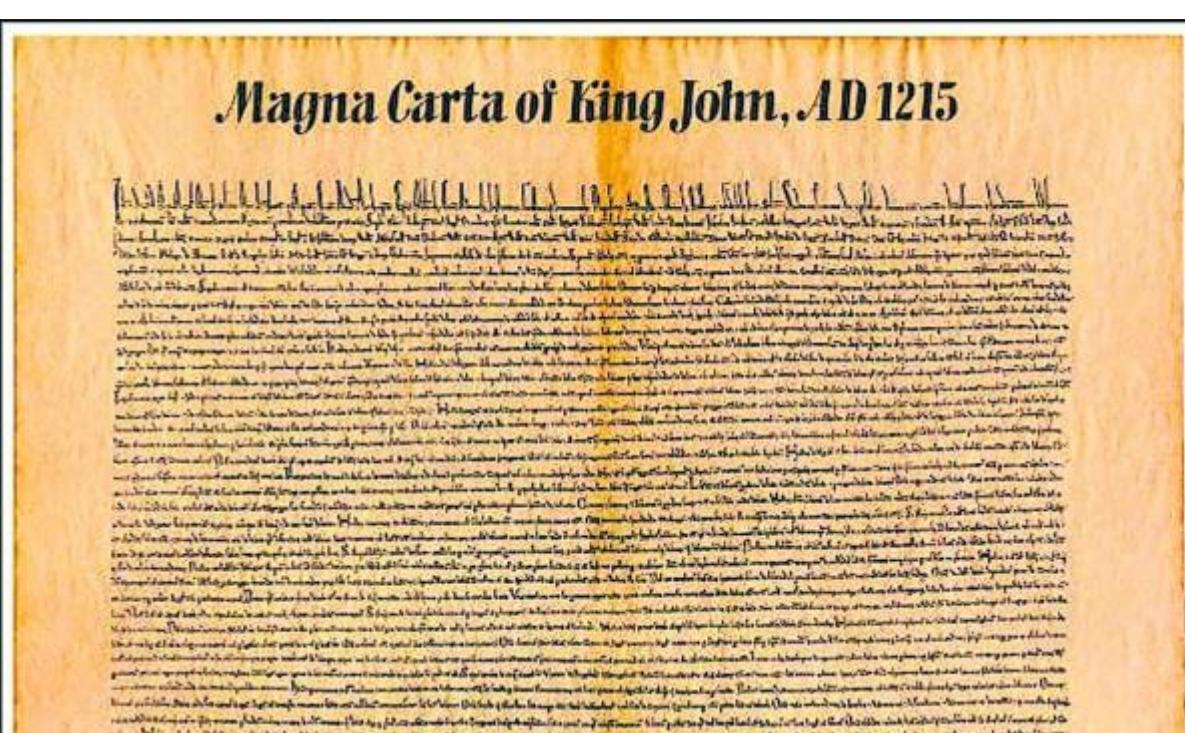
ciedade civil de um subterritório. E também não é um mero evento. É um processo que requer um aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais de forma a garantir a crescente internalização pela população dos processos de produção e disponibilização de bens públicos, reforçando a sua democraticidade e a sua capacidade inclusiva.

Em síntese, a eficiência requer que o poder de produção e distribuição de bens públicos se localize onde está garantida não só a sua viabilidade económica como a respectiva internalização pela população destinatária – um princípio de subsidiariedade que deve ser usado para escrutinar o racional da localização dos poderes públicos e do modelo de organização do Estado, tendo em conta que o seu objetivo último é dar à população de um dado território o maior controlo dos fatores que determinam o seu próprio devir. Um escrutínio que também vai permitir facilitar a identificação das situações em que a produção e distribuição de bens públicos deve estar situada acima do território, num plano interterritorial, e induzir uma reflexão sobre os mecanismos institucionais que permitem conciliar viabilidade económica da produção e distribuição interterritorial com a salvaguarda da sua internalização pela população local, a fim de garantir a eficiência. E, por último, um escrutínio que vai revelar que nem sempre o Estado ou a Administração Pública são um manto diáfano ou neutro que conforta ou potencia a realidade em que intervêm, mas antes uma densa realidade, cuja espessura e cuja dinâmica condicionam a trajetória de desenvolvimento do território e o devir daqueles que são supostos representar, isto é, a população que accede aos bens públicos, os contribuintes e os eleitores. Defender ou exigir eficiência na produção e distribuição de bens públicos e a observância do princípio da subsidiariedade não é mais do que reclamar o empoderamento subnacional e uma rutura na distribuição, exercício e controlo do poder público, condições necessárias do reforço do processo de desenvolvimento socioeconómico.

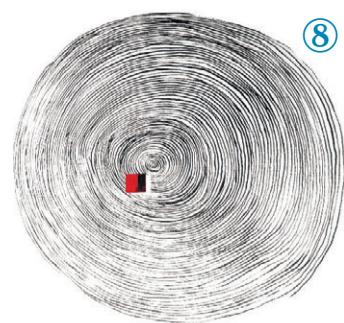
Será que é ousado dizer que esta é a ponta que permite desenrolar um novo há muito emaranhado, que é o novo da reforma e modernização do Estado e da Administração Pública?

(A versão integral do presente artigo está, a partir de amanhã, no portal do Círculo acec.pt)

Magna Carta, Inglaterra 1215 - o marco inicial do amplo processo de desenvolvimento da democracia moderna e de devolução do poder central



CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Fontainhas Fernandes
Professor universitário

*Mais
competitividade,
menos coesão?*

A Europa precisa de competitividade. Todavia, se a UE pretende beneficiar de um apoio amplo da sociedade, a UE não pode deixar de manter viva a ambição pela coesão das suas regiões

Na figura, o mais recente dos relatórios europeus sobre competitividade foi liderado por Manuel Heitor

Hoje é uma certeza que os países mais desenvolvidos são, frequentemente, os mais descentralizados e com maior proximidade e ajustamento do nível de decisão à realidade dos territórios, potenciando modelos económicos articulados com as vantagens comparativas de cada região.

O relatório sobre o estado da coesão na UE (março, 2024) confirma que a política de coesão desempenhou um papel essencial na melhoria global dos indicadores económicos, sociais e de emprego, contudo, registou perda de competitividade de algumas regiões ricas e persiste o atraso das regiões desfavorecidas. Os desafios tendem a ser mais agudos nas regiões rurais e pouco povoadas, caso do Interior português.

É neste contexto que na Europa se debate o ciclo de programação futuro, após 2027, ecoando vozes que defendem um modelo de gestão mais centralista dos fundos europeus, a exemplo do modelo do PRR que, contudo, teve a sua especificidade circunstancial. Um tal eco preocupa-nos porque indica um modo redutoramente tecnocrático de ver as coisas. Com base no histórico, parece evidente que a política centralizada dos fundos num país com um modelo de organização centralista como o por-

tuguês pode traduzir-se num retrocesso e num desajustamento das decisões à realidade do território.

VENCER O ATRASO EUROPEU

O fosso de competitividade entre a UE e as principais superpotências mundiais é referido no relatório Draghi de setembro de 2024, recomendando mais investimento em ciência e inovação para responder aos desafios da transformação digital e ecológica, da segurança e defesa, da demografia e envelhecimento. Reforça a visão do relatório Letta de abril de 2024 sobre o mercado único europeu e está em sintonia com as orientações políticas Europe's Choice, 2024-2029, de Ursula von der Leyen.

O relatório Heitor de outubro de 2024 confirma a necessidade de reforçar o financiamento para investigação e inovação, de reformas na governação e a sua articulação com os estados membros e as regiões europeias, face à necessidade de estimular a reestruturação da economia europeia e a criação de maior valor acrescentado a nível europeu.

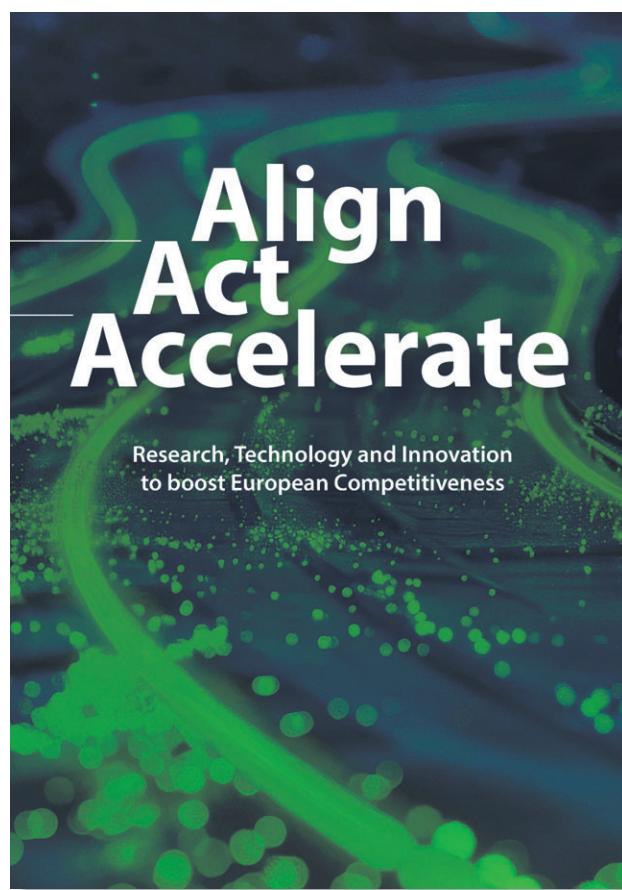
A Europa tem um longo caminho para reduzir o atraso de competitividade face às principais superpotências. Todavia, se pretende ter um apoio amplo da sociedade, a UE não pode deixar de manter viva a ambição pela coesão entre as suas regiões.

E PORTUGAL, JÁ PERDEU A AMBIÇÃO DA COESÃO TERRITORIAL?

O Governo português anunciou importantes investimentos estruturais e consumidores de recursos públicos, para a próxima década: o aeroporto e ligações ferroviárias, a terceira ponte sobre o Tejo, e a criação de uma metrópole vibrante nas duas margens do Tejo. Face ao desequilíbrio espacial de investimento público em desfavor de outras regiões do país, certamente que as respetivas CCDR não irão ficar paradas. Há dias, o Conselho Regional do Centro veio já sugerir um plano de compensação.

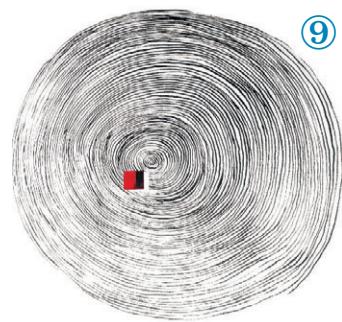
As nossas regiões enfrentam desafios que, caso predominem o centralismo e o immobilismo, não serão devidamente resolvidos. As regiões portuguesas serão absorvidas por novas realidades indutoras de despovoamento, surgindo deseconomias de aglomeração e impactos ambientais de difícil solução. Seguramente, o país precisa de políticas que prossigam objetivos de competitividade, sustentabilidade e equidade regional, envolvendo soluções de concertação para contrariar as assimetrias territoriais.

As reformas da organização do Estado português, da descentralização e desconcentração de serviços públicos, não podem ser adiadas. Sem tais mudanças de fundo do centralismo que nos administra, adensar-se-á o sentimento de abandono das populações fora dos principais centros urbanos, esquecidas e excluídas das decisões políticas.



CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

© INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Alberto Aroso
Coordenador do Novo Movimento
pelo Interior

As pobrezas do centralismo nos Territórios do Interior

O Círculo de Estudos do Centralismo assumiu o desafio do Novo Movimento pelo Interior (N-MpI) dando continuidade ao Movimento pelo Interior (MpI) de 2018, que então propôs um importante conjunto de medidas de políticas públicas, de teor estruturante, com vista à atenuação do pesadíssimo desequilíbrio territorial existente no país (o leitor pode ver resumo no portal www.acec.pt).

Os números expõem um processo irracional e desumano de desertificação dos Territórios do Interior (TI). Cerca de 60% da população residente está na faixa costeira (0-25km), com uma densidade populacional média a rondar os 500hab/km², que contrasta com a densidade dos TI que é inferior a um só habitante por quilómetro quadrado. Naturalmente que a geografia e em particular a orografia têm influência na distribuição da demografia, no entanto é caso para dizer que há limites e lembrar a sabedoria popular aos cultores do centralismo “nem tanto ao mar nem tanto à terra”.

Insistir no atual paradigma de desenvolvimento territorial, é manter um círculo vicioso de desperdício sobre desperdício. A pressão sobre o litoral que obriga

a uma necessidade crescente de reforço de infraestruturas, cada vez mais caras, em contraste com um interior subaproveitado e em decadência socioeconómica.

O MpI apresentou propostas em três pilares, o da política fiscal, o do ensino superior e ciência, e da presença do Estado nos TI. Além de tentar avaliar o modo como o centralismo (não) acolheu as propostas de 2018, o N-MpI assume uma abordagem mais alargada para os TI, considerando mais quatro pilares: transportes e comunicações, agricultura e turismo, cultura, e representatividade na Assembleia da República.

Os TI são em grande parte um diamante por lapidar, não só pela sua riqueza natural e patrimonial, e gentes resilientes e trabalhadoras, como também por poder oferecer uma qualidade de vida cada vez mais difícil de encontrar nas zonas urbanizadas do litoral. Todavia, os preconceitos ainda continuam a alimentar um centralismo notoriamente excessivo e continuamente redutor.

Por exemplo, a pobreza dos transportes é hoje uma realidade e refere-se à falta de opções de transporte disponíveis, com mais expressão nas zonas rurais, traduzindo-se numa incapacidade ou dificuldade acrescida no acesso aos serviços básicos, e num sobrecusto de interioridade. O caso do troço Pocinho-Barca d'Alva da Linha do Douro, cuja reabertura permitiria potenciar a economia da região, é exemplo disso, sendo um absurdo que ocorre numa região que fornece energia limpa ao país, mas que o centralismo obriga a mover-se com energia suja.

Mas não é só a pobreza de transportes que afeta os TI. A pobreza na saúde, em que para além do custo de transporte para aceder a uma farmácia, só se podem aviar duas caixas de remédio por utente, decisão de aplicação generalizada, típica dos gabinetes do centralismo.

A pobreza dos correios promovida pelo fecho de balcões e, mais recentemente, a pobreza bancária, alimentada por um banco 100% público com o anúncio do fim dos serviços de tesouraria presencial em TI, esquecendo que também têm obrigações ao nível de funções sociais e de políticas públicas.

A pobreza na cultura e a pobreza de políticas públicas que promovam a articulação da agricultura que integra e enriquece as paisagens, com o turismo que delas vive, assim como a pobreza da representatividade parlamentar.

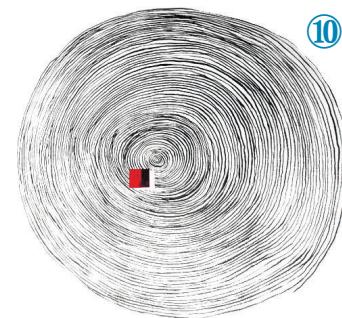
Atrevo-me então a acrescentar uma outra forma de pobreza, a pobreza do centralismo, que afeta e empobrece o quotidiano dos TI, muitas vezes por via do esquecimento e do desconhecimento, e que, não sendo uma pobreza socioeconómica, é uma pobreza de espírito, essa sim inerentemente irremediável.



O olhar da
inocência sobre
as consequências
do centralismo,
Linha do Douro
em Freixo de Numão,
junho de 2001

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

○ INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Helena Barril

Presidente da Câmara Municipal
de Miranda do Douro - Maioral
de la Cámara de Miranda de l Douro

Crónica do mundo rural

Poder-vos-ia descrever um território amargurado, onde a população é maioritariamente velha, que dista 508 km da capital.

Mas não! Não o posso fazer, porque não é dessa forma que eu vivo e sinto o meu território.

Portanto, era uma vez um território com uma marca identitária única, onde se destaca a Língua Mirandesa, os Pauliteiros de Miranda, as Festas do Solstício de Inverno, as Festas dos Roscos, a capa de honras, a gaita de fole, a caixa de guerra, as raças autóctones, a paisagem, o rio Douro, o PNDA (Parque Natural do Douro Internacional), a gastronomia, as indústrias da cutelaria, as indústrias da tanoaria e as pessoas.

Este território viveu tempos difíceis desde o episódio de 22 de maio de 1762, com uma invasão espanhola que culminou com o rebentamento do paio na alcáçova do castelo, originando uma mortandade sem paralelo.

Os séculos que se seguiram não foram de todo fáceis. A vida dura e a falta de perspetiva no futuro levaram centenas de pessoas a emigrar.

O ponto que marcou a inversão no desenvolvimento deste território ocorreu com a inauguração da Estação Ferroviária de Duas Igrejas, em 1938, dando seguimento à Linha do Sabor e quase duas décadas depois a construção das barragens hidroelétricas, do Barrocal do Douro, na freguesia de Picote, e a de Miranda.

A nossa gente resistiu e venceu tanta vicissitude alocada ao isolamento que, necessariamente, se moldou para sobreviver e nos deixar a maior herança que um povo pode receber, a tal identidade única, imaterial, mas determinante para a afirmação do território no país e no estrangeiro.

Jamais nos resignaremos a estígmata da interioridade.

Provamos a cada dia a capacidade para mudar o futuro, porque assumimos a resiliência dos nossos velhos e uma capacidade infinita de lutar pelos direitos a fim de dar sentido à tão proclamada coesão territorial.

Aqui somos Portugal!

E, atenção, Madrid dista apenas a 274 km!

Feliz Natal!

Crónica de l mundo de l campo

Poderie-bos crebir un territorio atormentado, adonde la populaçon ye na sue maior parte bielha, que queda a 508 km de la capital.

Mas nó! Nun lo puodo fazer, porque nun ye dessa maneira que you bibo i sinto l miu território.

Portanto, era ua beç un territorio c'ua marca eidentitaira única, adonde sobressal la Lhéngua Mirandesa, ls Dançadores de Miranda, las Fiestas de l Solsticio d'Eimbierno, las Fiestas de ls Roscos, la capa d'honras, la gaita, la caixa de guerra, las raças outóctones, la peizaige, l riu Douro, l PNDA (Parque Natural de l Douro Anternacional) la gastronomie, las andústries de las facas, las andústries de las cubas i las personas.

Este território bibiu tiempos mui custosos zde l acuntecido an 22 de maio de 1762, c'ua ambason spanhola que alcançou l cúmio cul stouro de l paio na alcáçoba de l castiecho, dando ourige a ua mortandade sien par.

Ls seculos que apuis benírun nun fúrun nada fáceles. La bida mui custosa i la falta de feturo lhebórun cientos de personas a eimigrar.

L punto que marcou la mudanza ne l zambuolbimiento deste território dou-se cula einouguraçon de la Staçon de l Camboio de Dues Eigurejas an 1938, dando seguimiento a la Lhinya de l Sabor i quaije dues dezenas d'anhos apuis la cunstrucción de las barraiges heidroeléctricas, de l Barrocal de l Douro, na freguesia de Picoote, i la de Miranda.

La nuossa gente rejistiu i benciu tanta deficuldade por bias de l eizolamiento que, por necidade, s'ajustou para subrebibir i mos deixar la maior hardança que un pobo puode recibir, la tal eidentidade única, eimaterial, mas determinante pa la afirmaçon de l territorio ne l Paiç i ne l strangeiro.

De maneira ningua mos assujeitaremos a stígmata de l'anterioridade.

Damos probas a cada die ca capacidade para demudar l feturo, porque assumimos la reziliéncia de ls nuossos bielhos i ua capacidade anfenita de lhuitar puls dreitos pra dar sentido a la tan apregonada coeson territorial.

Eiqui somos Pertual!

I, atención, Madriç queda solo a 274 km!

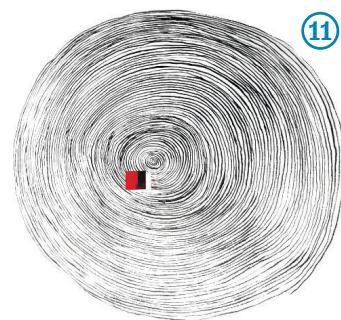
Feliç Natal!



Pauliteiros de Miranda - Dançadores de Miranda

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

o INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Luís Valente de Oliveira
Universidade do Porto

O desenvolvimento das partes remotas de um território

O remoto Castelo de Algoso fica no antigo município de Algoso, hoje município de Vimioso, no belo planalto mirandês, não longe de Espanha. É do século XII, mas são posteriores as cisternas e a torre de menagem. (Fonte: www.acec.pt)

Quando as partes remotas de um território não são povoadas nem dispõem de recursos naturais que possam ser mobilizados para o crescimento do país a que pertencem, elas podem ser esquecidas, a menos que sejam importantes para a afirmação da soberania.

Isso já aconteceu com Portugal, que tem um cordão de castelos medievais e de praças-fortes do século XVIII que mostram como tomámos a sério a nossa defesa, ao longo da História.

Muitos naturais emigraram para o litoral ou para o estrangeiro. Há aldeias com dois ou três idosos e há outras completamente abandonadas. O fenômeno não é só português! Há muitas povoações, por essa Europa fora, que não têm habitante nenhum.

O irónico da situação reside no facto de quanto mais pobre for o espaço, mais qualificados recursos humanos ele reclama para mobilizar com sucesso alguma riqueza latente que ele tiver. Ou para tentar fixar atividades livres, "foot loose", que são aquelas que não reclamam nenhuma relação vocacional específica e se podem instalar em qualquer parte, na condição de levar associadas todas as atividades



complementares que assegurem a vida dos que irão desempenhar aquelas que estarão na base da animação económica da área. Não é corrente o concurso de circunstâncias que justificam a fixação deste tipo de atividades de modo que a animação dessas parcelas remotas deve desejavelmente repousar no aproveitamento dos magros recursos locais através de fórmulas engenhosas da sua mobilização. Ora, são estas que reclamam habitualmente intérpretes com alta preparação que têm de ser remunerados adequadamente.

Um exemplo para clarificar: uma atividade muitas vezes sugerida para animação dessas áreas é o turismo da natureza. Mas este exige um apoio mínimo de profissionais bem preparados porque, tirando o caso dos visitantes com inclinação de eremitas, os que realmente deixariam uma expressão tangível da sua passagem reclamam o apoio de agentes devidamente formados, o que não é fácil de conseguir.

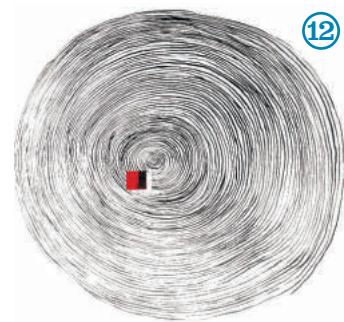
Uma das soluções é articular numerosas pequenas ou microatividades coordenadas a partir de centros com alguma dimensão onde seja praticável fixar a mão de obra devidamente formada. Mas não é só uma formação elaborada que se revela necessária. São também as formas de organização de um conjunto de atividades mutuamente complementares. Por isso se dizia antes que quanto mais modestos são os recursos, mais exigentes, pelo menos em criatividade e em formação, se mostram ser os profissionais que asseguram a sua operacionalização.

Indo de patamar em patamar, acabar-se-á por ter de se encontrar uma concentração muito expressiva de profissões diversas que só se verificará num centro urbano com alguma dimensão. E assim chegamos à situação de definir um ou mais sistemas complexos, todos dependentes de um centro que garanta o desempenho de uma grande multiplicidade de funções e onde se fixem os criadores/dinamizadores das tais soluções complexas.

Sucede que não é politicamente ou mesmo psicologicamente aceitável deixar ao abandono parcelas extensas do território nacional, mormente quando elas coincidem com a zona de fronteira com um país vizinho. Por isso se torna indispensável conceber estruturas de ocupação de baixa densidade demográfica mas de razoavelmente elevada capacidade de desempenho que assegurem a cobertura de todo o território. Por isso se dizia ser irônico que os atributos locacionais mais remotos e os recursos naturais mais pobres precisem de reclamar soluções exigentes, quer em criatividade, quer nas qualidades da mão de obra necessária.

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

O INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

João Cravinho

Ex-ministro do Equipamento,
Planeamento e Administração
do Território (XIII Governo
Constitucional)

*O Interior:
o desenvolvimento
territorial policêntrico
e o apoio à inovação*



A dicotomia Litoral/Interior é uma forte realidade que deve ser ultrapassada, em nome do interesse nacional e do bem-estar dos portugueses, vivam onde viverem. Tenho para mim que o melhor caminho para esse efeito é a instalação de um modelo único policêntrico de desenvolvimento territorial, e não o recurso a dois modelos, um dos quais dedicado exclusivamente aos territórios do Interior. Nas próximas décadas Portugal deverá fazer tudo para se juntar aos países de topo da União Europeia, em matéria de cultura e desempenho empresarial de inovação, por forma a colocar-se, digamos, nos dez primeiros. É um objetivo reconhecidamente difícil, mas alcançável, através da conjugação de iniciativas privadas e de políticas públicas.

Penso que o modelo policêntrico de desenvolvimento territorial deve envolver todo o território nacional, incluindo o Interior, na formatação de ações e apoios com forte cunho internacional, nacional e local. Portugal necessita de um sistema de apoio à inovação coerente e eficaz, harmonizado na perspetiva sistémica, simultaneamente integradora do Litoral e do Interior, numa escala lógica de defesa do interesse nacional e do bem-estar generalizado da população. O país precisa que o Interior tenha um lugar destacado na preservação da inclusão social.

Como escreve Mário Draghi no seu Relatório sobre o Futuro da Competitividade Europeia, Parte A, pág. 15, “A União Europeia tem de assegurar que mais cidades e regiões participem nos setores que irão suscitar o crescimento futuro, promovendo iniciativas existentes como a Innovation Valley Net, a Zero Acceleration Net e os Vales de Hidrogénio a nível subnacional em muitos estados-membros. Especificamente, as políticas de coesão necessitarão de ser retocadas em áreas como educação, transporte, habitação, conectividade digital e planeamento, que podem aumentar a atratividade de diferentes cidades e regiões”.

É nesta perspetiva que coloco a relação do Interior com o modelo de desenvolvimento territorial policêntrico e o apoio ao sistema de inovação.

O país precisa de não menos de dez institutos centrados em temáticas selecionadas, com capacidade de intervenção transversal por todo o país. As principais cidades e as instituições de Ensino Superior que podem atribuir doutoramentos devem interagir a nível internacional, através de centros de excelência dispersos por todo o território. A nível local, o foco principal terá de estar associado às atividades pró-inovação no âmbito municipal, bem como em iniciativas relevantes da própria sociedade civil. Esta vasta rede constituinte do sistema nacional de apoio à inovação terá de ter uma expansão reforçada para além do espaço litoral.

O que se preconiza exigirá vultuosos financiamentos às instituições envolvidas, tanto públicas como privadas. Os volumes atuais de tal financiamento são uma reduzida fração do que será necessário. Portugal tem como meta chegar a 2030 com um financiamento público de 1% do PIB, enquanto que as necessidades futuras exigem um financiamento próximo de 1,5%. Há possibilidade de o conseguir, nomeadamente reduzindo a despesa fiscal de muito menor interesse coletivo. Por outro lado, há fortes exigências de recursos humanos por satisfazer, quer para reter talentos, quer para atrair talentos à escala global, com interesse em estudar ou trabalhar em Portugal.

Precisaremos de criar um sistema de recrutamento desses talentos mediante bolsas e contratos especiais dirigidos a talentos de competência mundial. Densificar o diagnóstico em sentido operacional e concretizar urgentemente as soluções necessárias é a nossa tarefa para as próximas décadas.

The future of European competitiveness

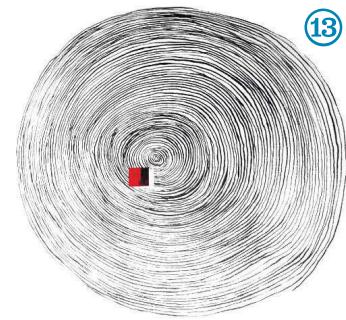
Part B | In-depth analysis and recommendations



Diz-nos Draghi: “A União Europeia tem de assegurar que mais cidades e regiões participem nos setores que irão suscitar o crescimento futuro, promovendo iniciativas (...) a nível subnacional em muitos estados-membros”

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

O INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Carlos Tavares

Ex-ministro da Economia, coordenador do Observatório de Políticas Económicas e Financeiras da SEDES

Interior e reforma fiscal

Um verdadeiro impulso ao investimento no Interior exige políticas reformistas, designadamente fiscais. Este documento de 2024 é aqui desenvolvido com propostas de um regime contratual de investimento e uma tributação das pessoas, ambos específicos para o Interior

O INTERIOR NA PROPOSTA FISCAL DA SEDES 2024

No documento da SEDES “Por uma verdadeira reforma fiscal”, em que participei, defende-se um sistema fiscal coerente, retornando aos princípios que enformaram a reforma fiscal de 1988/89: simplicidade, coerência, universalidade e não discriminação subjetiva da tributação. Sem ferir este último princípio, são admitidas duas medidas de discriminação positiva do Interior: (i) possibilidade de redução das taxas de IRS aplicadas a residentes permanentes no interior; (ii) um possível regime especial em IRC de incentivo à instalação de empresas no Interior, conjugado com (i).

ATRAIR E RETER PESSOAS

Uma taxa de IRS baixa (por exemplo, até 20%) sobre rendimentos do trabalho ou de pensões para residentes permanentes e com atividade comprovadamente em zonas do interior seria uma medida do maior alcance. E teria a vantagem de o seu custo (limitado, face à concentração das receitas de IRS no Litoral) ser proporcional ao seu sucesso.

Note-se que esta seria uma discriminação objetiva, em função da localização e como compensação dos “custos da interioridade”, e não uma discriminação subjetiva

(como é o caso dos critérios da idade ou da nacionalidade). É claro que este poderoso incentivo teria de ser acompanhado da criação ou reforço de condições de vida familiar e empresarial no Interior.

São os casos de estruturas de educação, cultura e saúde bem dotadas de recursos técnicos e humanos; condições de habitação adequadas; comunicações telefónicas, electrónicas e terrestres de máxima qualidade.

ATRAIR EMPRESAS DE DIMENSÃO

E são os casos de Infraestruturas apropriadas, como “Áreas de Acolhimento Empresarial”, de âmbito municipal ou intermunicipal, devidamente apetrechadas e dotadas de alguma lógica de agrupamento de empresas, que reforcem as externalidades positivas e proporcionem a repartição dos custos de infraestrutura. São ainda os casos das soluções de transporte e comunicações que facilitem a acessibilidade ao mercado doméstico e aos mercados externos, bem como a cobertura digital de todo o território. Quanto ao instrumento fiscal, parece claro que o atual regime de diferenciação de taxas de IRC, com redução para lucros até 50 000 euros para Micro e PME, não é certamente eficaz para incentivar a localização de empresas mais dimensionadas, fortes e criadoras de emprego no Interior do país.

Na proposta da SEDES defende-se um conjunto de medidas que são válidas para Litoral e Interior, designadamente: redução da taxa de IRC, com eliminação da maioria dos benefícios fiscais, afastamento do atual regime de progressividade (que contraria o crescimento das empresas), fim da discriminação negativa dos capitais próprios.

UM ESPECÍFICO “REGIME CONTRATUAL DE INVESTIMENTO”?

Com uma tributação moderada e simplificada, perdem relevância e podem acabar as habituais soluções casuísticas de tributação ao abrigo do chamado “regime contratual de investimento” (entre Estado e empresa) que trazem consigo a tendência para a litoralização e riscos de subjetividade, distorção e governamentalização das decisões de investimento privado. No entanto, aproximando-nos, de algum modo, da proposta de 2018 do Movimento pelo Interior, a necessidade de um impulso do investimento no Interior poderá justificar, ainda que temporariamente, um regime contratual específico - aplicado descentralizadamente - para áreas bem definidas do território. Um tal regime deveria englobar a tributação em IRC, a par das condições referidas que, no seu conjunto, eliminem ou compensem os “custos de contexto” gerais e inerentes ao Interior. Uma solução deste tipo poderia provocar dois efeitos positivos e confluentes: o de reequilibrador do Litoral; o de multiplicador de mais iniciativas, emprego e povoamento no Interior.

Por uma verdadeira Reforma Fiscal

Carlos F. Alves

Carlos Tavares

março de 2024



/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

O INTERIOR



14

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

José Ribeiro e Castro
Advogado

*O interior,
esse nosso velho
conhecido*

O interior é, em parte, um problema mental, uma atitude de espírito que o condena: esconde as oportunidades e agrava penalizações e atavismos. Olhando o mapa, o interior é a “nova praia”, o território mais próximo do resto da Europa, por onde circulam 80% do comércio externo e intensos movimentos de pessoas. Não há só o mar. O interior é outra frente privilegiada de relação, não é retaguarda. De que estamos à espera para ajustar a estratégia nacional?

Revendo os últimos 50 anos, caminhámos ao contrário do necessário. Ao queixamo-nos do centralismo – como é devido –, devemos queixar-nos de nós próprios.

O artigo 291.º da Constituição diz, desde 1976: “Enquanto as regiões administrativas não estiverem concretamente instituídas, subsistirá a divisão distrital no espaço por elas não abrangido.” A norma é uma garantia do território. É como se dissesse: enquanto não nos derem as regiões, não nos levam os distritos. E que fizemos? Não temos as regiões e desmantelámos os distritos.

Desguarnecemos vastos territórios, no círculo vicioso da desertificação: quanto mais deserto, mais frágil,

quanto mais frágil, mais deserto. Perderam capacidade de reagir, porque lhes tirámos a orgânica distrital desconcentrada. Fomos até contra a democracia: os deputados (eleitos por distritos) tinham a orgânica distrital generalizada como objeto de fiscalização permanente. Governador civil, diretores e serviços distritais tinham de ouvir os deputados com eco no Parlamento. Hoje, está tudo longe e menos escrutinado.

É penoso explicar como o patamar intermédio da Administração foi mantido num pântano de indefinição. Esse patamar entre Administração Local e Central é decisivo para dirimir a questão centralização/descentralização. O pântano fez crescer a centralização.

Houve, aqui, pouca maturidade em 1976, no tropel do PREC. O texto original da Constituição previa que a área das regiões fosse a das regiões-plano, num desenho centralizador: quem, de 18 distritos, faz cinco regiões centraliza – e muito. A relação com as regiões-plano foi atenuada (1982) e eliminada (1989). E o referendo (1998) fracassou. A hora era para parar e pensar.

Mas, pela calada, voltou o espírito das regiões-plano e a destruição dos distritos. O castelo centralizador engordou e, gulosos pelos fundos comunitários, prossegue. Administração? Serviço? Bem comum? Proximidade? Não interessa. Há um ano, a Região de Lisboa e Vale do Tejo foi dividida em três... Como é que se decide isto?

Entretanto, face à quebra, por efeito do despovoamento, do número de deputados nos círculos eleitorais mais pequenos, surgiu a ideia de compensar pela extensão territorial. Na Ciência Política, a ideia não é nova. Mas é muito rara. Só conheço a Noruega, que repartia os deputados pela ponderação mista da população e da área dos círculos. Porém, acaba de fazer nova reforma a eliminar este regime e a voltar à regra de apenas ponderar a população na repartição dos assentos.

Entre nós, a ideia exigiria revisão constitucional, o que não seria a dificuldade maior. É de crer que nenhum partido aceitasse a mudança, se, fazendo simulações, constatasse que deputados a mais nuns círculos e a menos noutros favoreceria os adversários, não por terem mais eleitores, mas por mais km².

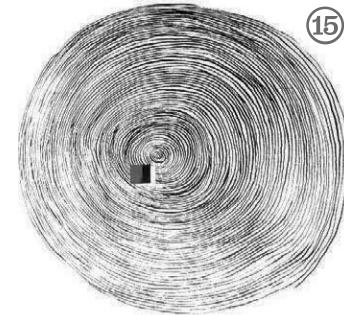
A ideia é uma ilusão. Mais um ou dois deputados nos círculos pequenos não faz diferença no terreno. Esses círculos não precisam de mais deputados, precisam de mais gente. E de mais serviços. Deem-lhes de volta o governador civil e os serviços distritais e tudo mudaria, enquanto consertávamos, de fio a pavio, a desordem das últimas décadas. Isso, sim!



Quem de 18 faz cinco centraliza – e muito

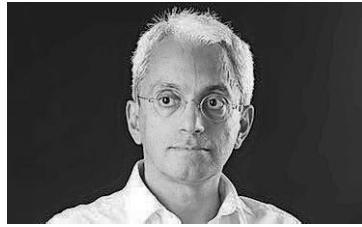
CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

O INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Jorge Barreto Xavier
Conselheiro cultural, Embaixada
de Portugal em Paris

Cultura e desenvolvimento territorial

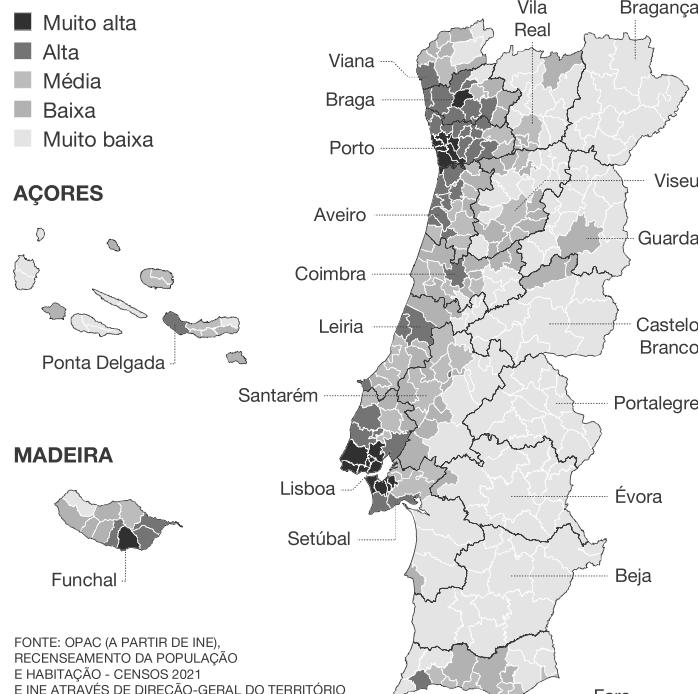
CULTURA E ECONOMIA...

A conexão entre o estádio de desenvolvimento cultural e o desenvolvimento socioeconómico está demonstrada. Mais difícil será falar de causas e efeitos, antes de uma profunda integração de elementos – quanto mais a cultura for forte em dada sociedade, mais sólido é o seu desenvolvimento – e vice-versa. Muitas formas de produção cultural valem por si próprias, fora do mercado, mas todas têm componentes económicas, agregáveis nas chamadas indústrias culturais e criativas – que são a base do que se convencionou chamar “economia criativa”. Exemplos: consultoria cultural e criativa; criação, produção e distribuição de cinema, vídeo, rádio, televisão, streaming e outros meios digitais; criação, produção e comércio de arquitetura, design gráfico e industrial e artesanato; edição literária, científica, de entretenimento, analógica e digital; gestão de bibliotecas, arquivos, museus, património e afins; gestão de turismo cultural; gestão de patentes, de direitos de autor e conexos; gravação de som e imagem, edição de música; programação de jogos, software cultural, educativo, turístico; produção, apresentação e comércio de artes performativas e de artes visuais. Estes exemplos diversificados mostram como as atividades económicas de índole cultural e criativa são importantes, em empregabilidade, atratividade e criação de riqueza.

O QUE É PRECISO FAZER?

Sucintamente, considero três variáveis. 1. O investimento público... Temos de conseguir que os municípios aumentem, outra vez, o valor percentual dos seus orçamentos neste domínio, a diminuir desde 2009. Este investimento deve ser concertado com dinâmicas intermunicipais, regionais e nacionais, com suporte de fundos europeus. Se necessário e conveniente, deve haver cooperação transfronteiriça.

Densidade populacional em 2021



O que é preciso fazer para podermos gerar maior dinâmica que articule cultura e economia na faixa Interior do território, e por essa via promover descentralização e desenvolvimento?

2. O investimento privado e cooperativo... Este é um conjunto muito heterogéneo. Pequenas e médias empresas, microempresas, trabalhadores por conta própria, grandes empresas, cooperativas, associações, fundações. Tudo organizações ou pessoas que podem concorrer para gerar fileiras de bens e serviços de valor acrescentado. A capacidade de investimento privado precisa de estar ancorada em capital de risco, empréstimos a taxas de juro bonificadas ou a zero, apoios públicos e privados, e outros modelos de financiamento disponíveis. O apoio técnico aos investidores na área da cultura é fundamental, para esclarecer os modos de construção de projetos e os termos disponíveis de capitalização dos mesmos. A associação a seguros de risco e a fundos não reembolsáveis é, também, desejável.

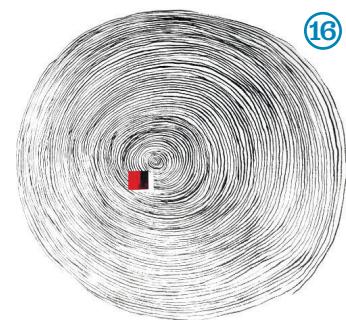
3. As parcerias... Entre entidades públicas e privadas. Entre entidades lucrativas e não lucrativas. Que cruzam os níveis internacional, nacional, regional e local. Que associam diferentes tipos de agentes, como CCDR, universidades, associações, fundações, empresas, entidades financeiras, municípios. Que juntam profissionais e voluntários, economia pública, economia privada e economia social, em ordem a uma economia criativa.

A presença cumulativa destas três variáveis é essencial na articulação dos objetivos culturais, como parte de uma estratégia integrada de planeamento e ordenamento.

Para melhorar o desenvolvimento do Interior, temos de apostar no fortalecimento da Cultura a nível do território, seja com projetos lucrativos como não lucrativos. Estes projetos vão gerar empregos diretos e indiretos, externalidades positivas e, em geral, maior atratividade para residentes e visitantes. Ganha a atividade económica, a atividade educativa, a qualidade de vida, a saúde, o turismo.

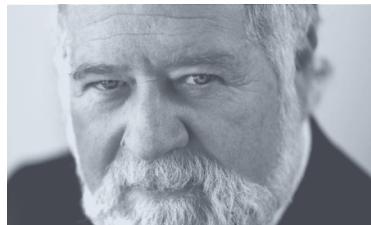
/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

O INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Daniel Bessa

Economista.

Professor universitário aposentado

As capitais de distrito do Interior

Estávamos em fevereiro de 2003. O governo Durão Barroso resolveu lançar o PRASD – Programa de Recuperação de Áreas e Setores Deprimidos. Fui gentilmente convidado para ser o Encarregado de Missão. Com a ajuda de quem pude contratar, houve que estudar.

Quando se estuda aprende-se sempre alguma coisa. Para mim, que entrei na Missão formatado por uma das minhas obras de referência (“Portugal, Sociedade Dualista em Evolução”, de Adérito Sedas Nunes, 1964), havia o Litoral e o Interior, conceitos que, mais do que geográficos, diziam respeito a um dualismo socioeconómico com tendência a agravar-se.

A surpresa veio do Índice de Poder de Compra per capita concelho, um indicador publicado pelo INE desde 1995, estando então disponível a edição relativa a 2002.

Encontrei 60 concelhos abaixo de 50% da média nacional, num total de 701 695 pessoas, todos no Interior. O valor mais baixo (36,18) observava-se em Celorico de Basto. Tudo em linha com o que poderia esperar.

A surpresa veio das capitais de distrito do Interior: Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja, todas com poder de compra per capita muito próximo da média nacional – e, já agora, todas acima de Viana do Castelo, a capital de

distrito com mais baixo poder de compra. Todas acima de concelhos que poderíamos considerar ícones de um Portugal litoral, industrial e exportador como, por exemplo, Guimarães ou Vila Nova de Famalicão.

Sei que tudo isto tem a ver com Estado, com investimento público e com emprego público. Todas as capitais de distrito do Interior oferecem ensino superior, universitário ou politécnico. Atividades como administração pública, ensino e saúde representavam, em todos estes concelhos, percentagens da população ativa acima dos 25%, chegando aos 30% na Guarda, aos 33% em Vila Real e em Évora, aos 35% em Portalegre e em Beja, aos 38% em Bragança. O Estado tem de servir para alguma coisa e ainda bem que serve para isto.

Os dados para o Índice de Poder de Compra per capita concelho em 2022 permitem atualizar esta informação. Comparando com 2002, todas as capitais de distrito do Interior continuam muito próximas da média nacional. Bragança e Castelo Branco desceram ligeiramente, estando agora nos 96%. Todas as outras subiram: Vila Real e Viseu (de 92 para 97), Portalegre (de 96 para 99). Beja (com 102) e Évora (com 112) estão acima da média nacional. Todas continuam acima de Viana do Castelo, de Guimarães ou de Vila Nova de Famalicão. Felizmente, a nível mais global, as assimetrias reduziram-se: se havia, em 2002, 60 municípios abaixo dos 50% da média nacional, os valores mais baixos encontram-se agora em Ponta do Sol (60,72), Porto Moniz (61,04), seguindo-se, já no Continente, Penamacor, com 61,24, e Vinhais, com 61,86. No extremo oposto, Lisboa continua com o valor mais elevado (186, abaixo dos 220 observados em 2002).

Tenho a obrigação de saber que o poder de compra per capita não é tudo. É preciso gente, sobretudo gente jovem, e vida. Infelizmente, entre 2011 e 2021, o país perdeu 2% da sua população. Bragança não perdeu muito mais (-2,2%) mas as perdas aumentam em Vila Real (-4,3%), Évora (-5,4%), Guarda (-5,6%), Beja e Castelo Branco (-6,8%), Portalegre (-10,3%). Noutros concelhos do Interior houve perdas mais elevadas.

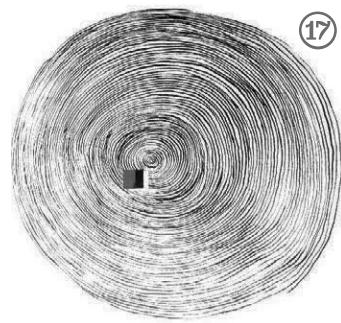
Se esta “história” tem uma “moral”, remete-nos para o Poder Central, que não pode abrandar em matéria de investimento no Interior. Remete-nos também para os municípios do Interior, sobretudo os maiores, que não podem abrandar, pelo contrário, em matérias como atração de jovens e de imigrantes, oferta das melhores condições de habitação e de telecomunicações, melhoria do espaço público e das condições de vida em geral.



Todas as capitais de distrito do Interior oferecem ensino superior, universitário ou politécnico. Aqui, o Politécnico de Bragança.

/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

O INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

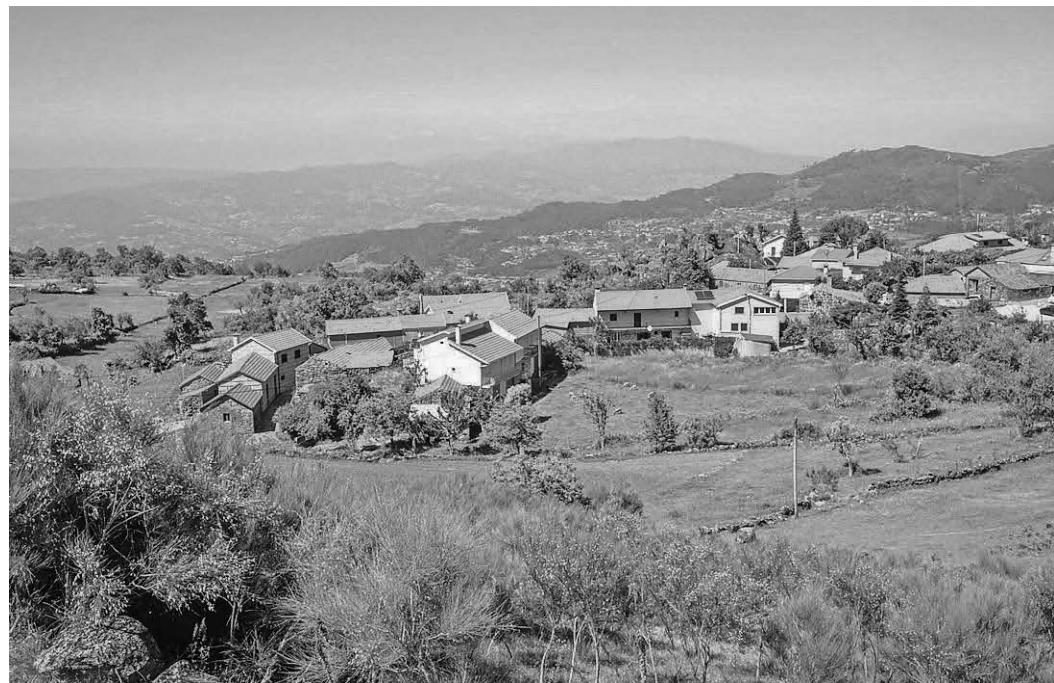
ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Clemente Pedro Nunes
Professor catedrático
do Instituto Superior Técnico

O Interior rural e o desafio de desenvolver Portugal



As políticas públicas dos últimos anos hostilizaram quem vive e investe no Interior rural, em especial nos minifúndios do Norte e Centro

Lutar pelo desenvolvimento de todo o território nacional é um dever de todos os portugueses e, por isso, tenho muito gosto em participar nesta excelente iniciativa.

Para garantir o desenvolvimento com coesão territorial, é urgente desde logo inverter as políticas públicas que nos últimos anos hostilizaram quem vive e investe no Interior rural, e em especial nas zonas do minifúndio do Norte e Centro.

É chocante verificar que, na sequência do trauma nacional provocado pelos trágicos incêndios rurais de 2017, o resultado prático das políticas públicas entretanto tomadas foi o de massacrizar ainda mais as populações do minifúndio com uma política de coimas e restrições burocráticas sem qualquer enquadramento estratégico.

A louvável iniciativa do presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, de celebrar o Dia de Portugal de 2024 nos concelhos mártires de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos infelizmente não conduziu ainda a nada de concreto.

Parece existir uma grave falha de decisão relativamente ao Interior rural. E essa falha é evidente no mercado político, em que os governantes se preocupam excessivamente com os grandes centros urbanos do litoral, pois é aí que vivem os eleitores que dão os votos que permitem conquistar o poder!

O desafio de desenvolver Portugal com coesão territorial exige um novo paradigma das políticas públicas destinadas ao Interior rural.

A gravidade da situação a que se chegou, aconselha que se crie uma drástica discriminação positiva transversal relativamente a todos os que trabalham e investem no Interior.

O estímulo à atividade empresarial é a melhor forma de criar empregos sustentáveis no Interior rural, fortalecendo o tecido socioeconómico nessas regiões.

Em especial reforçando a malha das pequenas e médias empresas aí existentes, o que estimula o empreendedorismo das novas gerações, que assim têm motivos para se fixar nestas regiões duramente afetadas por uma acentuada desertificação humana.

Para esse efeito, a taxa de IRC que se aplica às PME com atividades no Interior deve ser reduzida para 5%, até um limite de 100 mil euros de lucros tributáveis. Igualmente o IRS de quem trabalha no Interior deve ter taxas reduzidas, à semelhança do que já se faz para os jovens.

Em termos de políticas setoriais, e dado o trauma provocado pelas tragédias dos incêndios rurais de verão, a prioridade terá de ser a instalação dumha rede de parques de recolha de biomassa localizados nos concelhos de maior densidade florestal. O investimento necessário deve ser apoiado com verbas do PRR e do Portugal 2030, e a sua operação deve ser financiada pelo Fundo Ambiental para que os proprietários rurais que aí coloquem biomassa possam receber uma compensação financeira pelos custos da respetiva recolha e transporte.

Sendo estes proprietários obrigados, por lei, a cortar, a suas expensas, árvores e arbustos nas zonas de proteção de estradas e aldeias, é urgente que isso seja integrado numa estratégia que envolva todo o Interior rural, e dumha forma economicamente sustentável.

Estes parques permitirão também que esta biomassa seja depois vendida nas melhores condições, beneficiando o conjunto nacional.

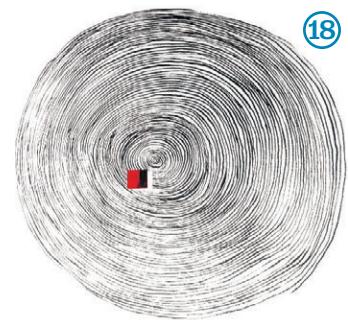
Desta forma evita-se a propagação dos incêndios rurais, retirando dos terrenos o material combustível em excesso, pelo que estes parques são essenciais para que o nosso país alcance o objetivo político da neutralidade carbónica em 2050.

O desenvolvimento de Portugal só se pode fazer fomentando as potencialidades do Interior.

Todos os portugueses, incluindo os do litoral, só têm a ganhar com políticas que aproveitem tudo o que o Interior tem para oferecer, em termos económicos e ambientais.

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

© INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

José Alberto Rio Fernandes
Geógrafo, prof. catedrático
na Universidade do Porto

*A falta que faz
uma política
que reconheça
a riqueza da
diversidade do
país que somos!*

Aqui, em textos anteriores, foi evidenciado que Portugal é um dos países mais centralizados da Europa. Ficou demonstrado também que existe uma correlação entre desenvolvimento e descentralização. Ou seja, o centralismo – que pode ser medido em percentagem de orçamento e emprego do Estado (a que se soma, regra geral, a concentração de poder económico-financeiro e a emissão e recolha de informação, bem como a origem de quem opina na Comunicação Social) – está associado aos países menos desenvolvidos. Isto pode ocorrer porque os países menos desenvolvidos desvalorizam e desconfiam de quem está longe do centro ou porque o centralismo não favorece o desenvolvimento. Há uma terceira hipótese, que parece menos provável: a correlação entre centralismo e menor desenvolvimento tratar-se de uma mera coincidência.

É sabida a tendência do centralismo tratar por igual o que é diferente. Esta é, para mim, a principal causa da desvalorização dos ditos “territórios em perda”, nisso saindo prejudicado, todavia, o país todo. O centralismo que temos (territorialmente descoordenado) afirma-se no poder do Governo, mas também nas agências, institutos e fundações, com a concessão e privatização de serviços públicos à escala nacional e o esvaziamento das direções regionais, a par do caos geográfico entre áreas de coordenação intermunicipal, áreas de organização setorial do Governo central e os velhos distritos (de grande importância política enquanto círculos de representação eleitoral).

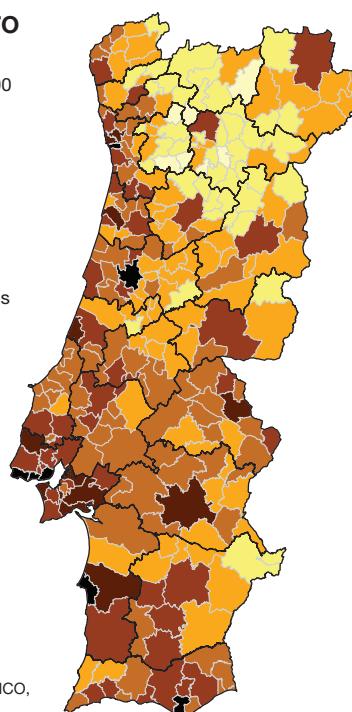
A favor dum país melhor e mais cuidadoso com a nossa diversidade, há uma segunda necessidade: a de abandonar uma apreciação meritocrática que desconsidera o contexto. Sei bem que é moda vermo-nos uns aos outros por princípios que desumanizam, levando-nos a crer que, com força de vontade, capacidade empreendedora e as dicas certas, todos vamos ter sucesso. Mas,

em competição, é impossível todos termos sucesso; a consequência é muitos verem-se (e serem vistos) como culpados ou incapazes, numa avaliação que está a migrar para os territórios, sem que ninguém se importe sequer em avaliar o que é sucesso.

Mas, vejamos, porque se associa mais população a sucesso? A Finlândia, o país mais feliz do Mundo, onde o Índice de Desenvolvimento Humano é dos mais elevados, não tem muitos habitantes e a densidade é até inferior a Trás-os-Montes e Alto Douro. Será então a interioridade o problema? Mas como, se Madrid, Munique e Viena ficam mais longe do mar que Bragança, Alijó ou Miranda do Douro?

O envelhecimento, sim, pode ser um problema, o que não afeta apenas o território português com menor densidade e mais afastado do mar; o afastamento face a redes de comunicação rápida também não ajuda. Mas, o verdadeiro problema é que sejam sempre prioritários os problemas junto ao centro, como é agora o caso de aeroporto, mais uma travessia no amplo estuário do Tejo e largos quilómetros de metro, enquanto se prossegue o afastamento do Estado relativamente aos que moram longe de uma grande cidade.

Por fim, apelo ao combate ao centralismo, sem tréguas e em todas as frentes e oportunidades, até porque se sabe que não se cumpre tão cedo a Constituição no que diz respeito à concretização de regiões, o que fica claro ao termos um Governo que se lhe opõe. Por outro lado, certo da vantagem de haver respostas diversas para territórios diferentes (com qualidades, dificuldades e anseios únicos), espero que se incremente a territorialização das políticas de cada ministério e instituição e haja uma maior atenção do Governo – e, no possível, desde as CCDR – aos seus deveres de atenuação das desigualdades de base espacial, com reforço da equidade e promoção da articulação territorial das políticas setoriais.

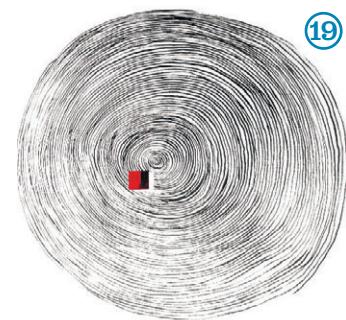


FONTE
PORTAL AUTÁRQUICO,
INE e DGT

O centralismo tende a tratar por igual o que é diferente. Esta é a principal causa da desvalorização dos ditos “territórios em perda”, nisso saindo prejudicado, todavia, o país todo.

“CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO”

© INTERIOR



19

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



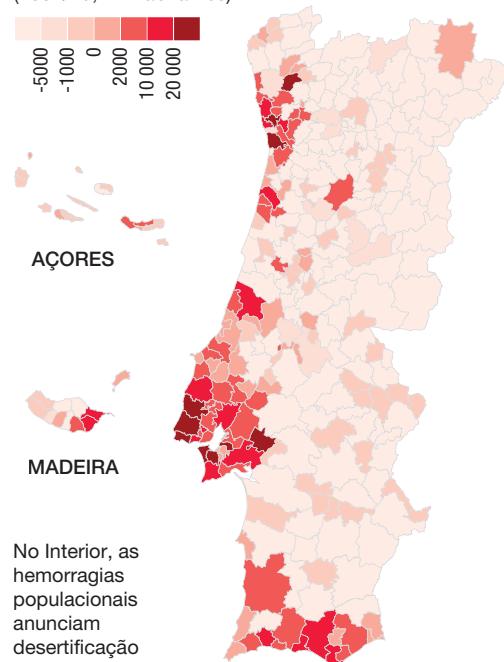
POR

F Freire de Sousa

Economista, professor da FEP,
presidente do Conselho Geral da UP

A insustentável dureza da interioridade

Variação populacional dos
municípios portugueses
(2001/23, n.º habitantes)



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS OFICIAIS DO INE

Cresci num Portugal salazarista em que a cartilha do ditador incluía a apologia de um saudável e simples estilo de vida no campo emanando de um universo rural subalterno e conservador que era outorga do atraso e elemento essencial de blindagem do regime – foi deste quase espontâneo modo que aprendi a reconhecer e valorizar a diversidade do(s) nosso(s) interior(es).

Anos mais tarde, Sedas Nunes e a sua caracterização de Portugal como uma “sociedade dualista” permitiu-me a desconstrução de tal perspetiva: dos malefícios de um “interior abandonado” à necessária “penetração do capitalismo nos campos” para partilha dos ganhos da modernidade. Mas o panorama seria a de uma crescente desigualdade entre o litoral das grandes cidades e suas cinturas industriais e um interior cada vez mais pauperizado e sujeito a hemorragias populacionais anunciatórias de uma irremediável desertificação, ademais num país afogado pela fixação concentracionária da capital (mapa 1).

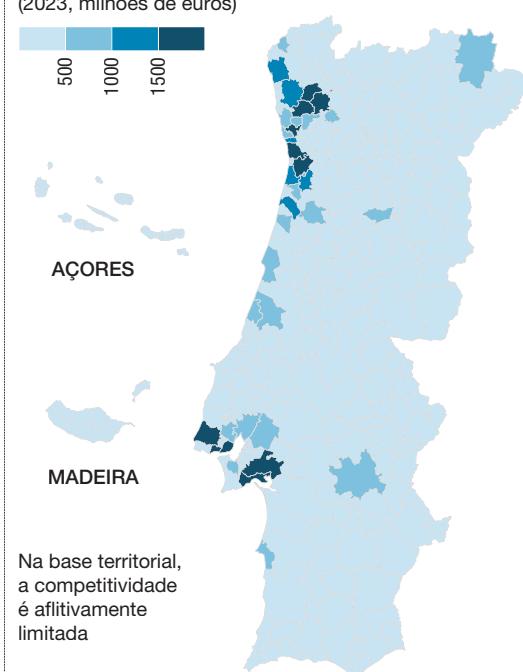
Espantosamente, os tempos da consolidação democrática agudizaram o declínio social e económico dos territórios, nunca se tendo logrado beliscar o descoço da “inconsistência institucional” que em crescendo nos invadia, com as respostas políticas circunscritas a meros alijamentos de más consciências, entre o genérico recurso à “baixa densidade” como inconse-

quente prioridade, desconchavos ludibriantes (Infarmed, governantes deslocalizados, propagandismos inúteis de unidades de missão dedicadas ou de ministros coesos e afins) e arremedos desestruturantes de descentralização à la carte ou assente em frágeis traçalhadas municipalistas. Em pano de fundo, a realidade de um país cuja base territorial de competitividade é aflitivamente limitada, como o ilustram os 69% e 87% de municípios com exportações abaixo de 100 e 500 milhões de euros, respectivamente (mapa 2).

Ainda assim, registe-se o relativo contrabalanço dos trabalhos finos de João Ferrão que, sem negar o “oceano despovoado que é o interior”, vê “ilhas de dinamismo” espaçadas pelo território (sobretudo em freguesias com residentes de origem estrangeira). Esta diluição do contraste entre litoral e interior remete para um mundo da interioridade que impõe ao conceito um caráter mais difuso, incluindo designadamente outro tipo de evidências emergentes: as da condição periférica observável nos subúrbios degradados das grandes urbes nacionais e nas bolsas de pobreza e exclusão existentes no seu seio. De ressalvar, porém, que dessa extensão não deveriam resultar equívocos quanto aos caminhos adequados de intervenção, como os de uma sua mecânica aplicação ao plano político (da “prioridade à Margem Sul” que o PRR consagra ao anúncio de grandes operações infraestruturais na AML) que confunde causa e efeito e prossegue a linha do pecaminoso mindset que de há muito vem minando Portugal: agir em modo “mega”, atirando dinheiro para a superfície dos problemas ao invés de ir à sua fonte com políticas públicas focadas e pacientemente transformadoras que combatam a hipertrofia centralista e potenciem dinâmicas de arrastamento promotoras de um desenvolvimento mais equilibrado do todo nacional.

Termino sem apontar soluções. Com exceção de uns breves acenos a voluntarismos louváveis, dos minimalistas expedientes criativos de autarcas e agentes locais em torno da qualidade de vida, dos recursos endógenos ou de enfoques educativos ou culturais, a outros que se aventuraram, mala na mão, em denegridas diligências de captação de investimento estrangeiro (vide a instalação da Faurecia em Bragança). E se não arrisco ir mais longe é mesmo devido ao inconcebível grau de deslaçamento coletivo reinante – ademais com a opção pela regionalização tornada ora axiomática ora desmerecida! –, situação que já não cederá senão em face de propósitos excepcionais, mas improváveis, de comprometimento com profundas mudanças estruturais.

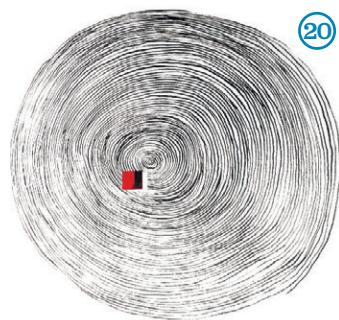
Exportação de
bens por concelho
(2023, milhões de euros)



INFOGRAFIA JN / JOÃO CORREIA

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

© INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Luís Leite Ramos
Professor universitário, UTAD

Arquipélago interior: um olhar desde 2040

*“Para se avaliar
a esperança, há de
se medir o futuro”*

Pe. António Vieira
in “Uma história do futuro”

Segunda-feira, 30 de janeiro de 2040. Acabei de chegar a Bragança depois de uma aprazível viagem pela velhinha EN15. Quatro horas de volteios e alguns paros para percorrer a centena e meia de quilómetros que separam o meu rincão natal, nas faldas do Marão, das Terras do Preste de Baçal.

Venho carregado de imagens impressionistas e de sensações fortes. A primeira e, talvez, a mais estranha é a de ter atravessado um insólito e agreste sertão, um território abandonado pelo Homem e devolvido à procedente mão do Deus criador. Com variações e nuances, claro está. Aqui e ali, manchas agrícolas, oliveiral, amendoal e vinha na Terra Quente, soutos e pastagens na Terra Fria. Nos cabeços dos montes, fiadas intermináveis de aerogeradores. As encostas das serras ulceradas pela voragem dos incêndios rurais ou perfuradas por crateras gigantes onde se cava cada vez mais e mais fundo, à cata de minério. Os planaltos ressequidos e estéreis estão atapetados de painéis solares. Tudo o resto é monte, maninho, matagal, floresta nativa e bravia.

Disseminados no seio deste inusitado mar silvestre, surgem, de longe a longe, os ilhéus do vasto arquipé-

lago interior em que se transfigurou a região transmontana: Varge, Sanguinhedo, Jorja, Passos, Jerusalém do Romeu, Podence, Quintela de Lampaças, Santa Comba de Rossas. Aldeias centenares, esvaziadas e tristes, onde fechou quase tudo: as casas e os currais; o café e a mercearia; a escola e a igreja. Restam, agora, alguns velhos, deixados à sua sorte ou à falta dela. Mais uns anos, ficarão desertas e abandonadas, como centenas de tantas outras.

As vilas e cidades são as ilhas maiores deste arquipélago interior. É nelas que reside e trabalha o grosso da população e onde subsistem os serviços de saúde, educação, apoio social. Dos cerca de 270 mil habitantes (445 mil em 2001), 80% vivem em localidades com mais de duas mil almas. Mas 2/3 destes habitantes estão concentrados em seis cidades: Vila Real, Bragança, Mirandela, Chaves, Peso da Régua e Lamego. As restantes urbes têm cada vez mais dificuldades em reter população, empregos e serviços: as escolas secundárias, os supermercados, os centros de saúde. Tudo por causa do despovoamento e do inverno demográfico, diz-se. Os velhos são cada vez mais, e mais velhos. Um em cada dois residentes tem mais de 50 anos e um em cada dez tem mais de 85 anos. Por cada jovem de menos de 14 anos contam-se cinco adultos com 65 ou mais anos. A taxa bruta de natalidade é das mais baixas da UE: três nados-vivos por mil habitantes.

A agricultura vive (mais) uma crise profunda. As vendas e os preços do vinho caíram a pique. Não se sabe o que fazer com os excedentes. A seca, o granzo, as pragas dizimam as produções de azeitona, amêndoas e castanha. Faltam braços e, sobretudo, agricultores jovens. O turismo não sai da cepa torta: sazonal, de passagem e de nichos. As minas e as energias verdes não criaram os empregos e a riqueza prometida; só escombeiras e contaminações. A economia vive do comércio e dos serviços, dos salários públicos, das pensões e das remessas dos emigrantes.

Como é que chegámos aqui? Porque é que não conseguimos travar o declínio e o abandono?

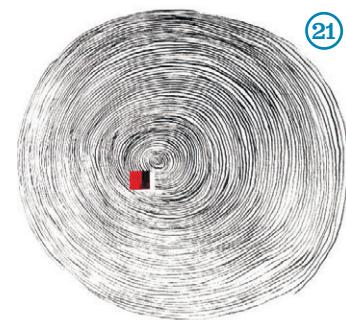
As respostas não são fáceis, nem simples. Podemos sempre queixar-nos de uma geografia madrasta, da escassez de recursos, de um clima ingrato, de um isolamento secular e da lógica extrativa da economia, que subtraiu as mais-valias que fazem falta ao seu desenvolvimento. Ou podemos dizer que faltou, ao Estado e às suas políticas, visão e estratégia, ações firmes e consequentes, de vistas largas e de longo prazo, fora da bolha tecnocrática e fora da caixa das ideias feitas e das soluções pronto a vestir. Como diz o povo, “quem avisa amigo é.”



Trás-os-Montes em 2040. Imagem criada por IA (ChatGPT. 4 de fevereiro de 2025)

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

O INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

José A. da Silva Peneda
Economista, membro do Movimento
pelo Interior 2018

A
regionalização
é decisiva
para o
desenvolvimento
do Interior

O tema da regionalização é polémico. A principal razão de ser dessa polémica é porque se trata de um assunto que tem essencialmente a ver com distribuição de poder. O que está em causa é a possibilidade de transferir poder do centro para a periferia e, nesse processo, há quem perca e quem ganhe.

A regionalização é assim um processo essencialmente de natureza política, na medida em que dá lugar à criação de instituições autónomas, com uma individualidade e com competências próprias a invocar frente ao Estado.

A questão da transferência de poder do centro para a periferia, no nosso país, tem a sua história. Já no século XIX Alexandre Herculano via a centralização como sinónimo de tirania e propôs uma solução apoiada nos municípios. Herculano definia um princípio que, na segunda metade do século XX, viria a ser adotado pela Igreja Católica e pela União Europeia nas suas formas de governo, a que se passou a chamar princípio da subsidiariedade.

A cultura dominante da classe política do nosso país, centralizada em Lisboa, é conservadora e desconfia das capacidades dos que vivem fora da capital. Os argumentos utilizados para rejeitar a regionalização são

todos de carácter defensivo, invocando o enorme despesismo que daí resultaria, o des controlo das finanças públicas, o aumento de número de cargos políticos, de "tachos" e de corrupção.

No sentido de rebater esse espírito de desconfiança sobre uma periferia que dizem que só quer gastar, defendendo a adoção do princípio segundo o qual, com regionalização, a despesa pública do país, no seu todo e a prazo, não poderia aumentar comparativamente à situação sem regionalização. Acresce ainda que será sempre possível impor regras sobre a limitação de défices e dívidas, sobre despesas correntes e de investimento.

Quanto ao argumento de que a regionalização vai provocar o aumento do número de cargos políticos, da corrupção e de teias burocráticas, direi que esses receios só podem ter algum fundamento se a atribuição de competências para o nível regional não for clara, regrada e regulada. Uma regionalização bem feita pressupõe que fique muito claro quem decide e o quê, quem regula e o quê.

A regionalização se bem concebida e melhor executada corresponderia a uma profunda reforma do Estado e da administração pública. E pode ser o principal motor que provoque a diminuição das fortes assimetrias regionais e aproxime mais o Litoral do Interior. É aqui que "a porca torce o rabo". Primeiro, porque o Estado não mostra capacidade de se adaptar à realidade do nosso tempo. No aparelho de Estado não existe um verdadeiro espírito reformador. Segundo, a classe política pertence, na sua grande maioria, a partidos políticos que são geridos de uma forma centralizada e apresentam-se cada vez mais fechados sobre si mesmos. Os conservadores estão, em larga maioria, nas cúpulas dos partidos políticos, que funcionam na base do controlo vertical das fidelidades ao "chefe". Se o poder dos que estão em cima for pressentido como ameaçado, esse ambiente não encoraja o surgimento de grandes reformas. É esta a verdadeira causa que explica que as normas constitucionais referentes à regionalização, consagradas há quase 50 anos, continuem por cumprir.

Há quem diga que o poder nunca foi oferecido. Conquista-se, pela força ou pela capacidade argumentativa. De qualquer modo tem sempre de estar presente um desejo de mudança, um espírito de reforma.

Porque não vejo nem pressinto que abunde no país uma cultura reformadora, é que o grande Interior vai continuar a ser despovoado, a definhar e sem vislumbre de uma esperança que só poderá surgir se for associada a uma rotura no modo de administrar a coisa pública. É aqui que a regionalização faz todo o sentido.



RELATÓRIO FINAL

"As nossas propostas de 2018 foram muito bem saudadas mas muito mal acolhidas pelo centralismo. Faltou-nos o abraço, o poder, o impulso, a legitimidade, das regiões constitucionais."

Maio de 2018.

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

○ INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

António Manuel Figueiredo
Quaternaire Portugal

Interiores próximos e remotos

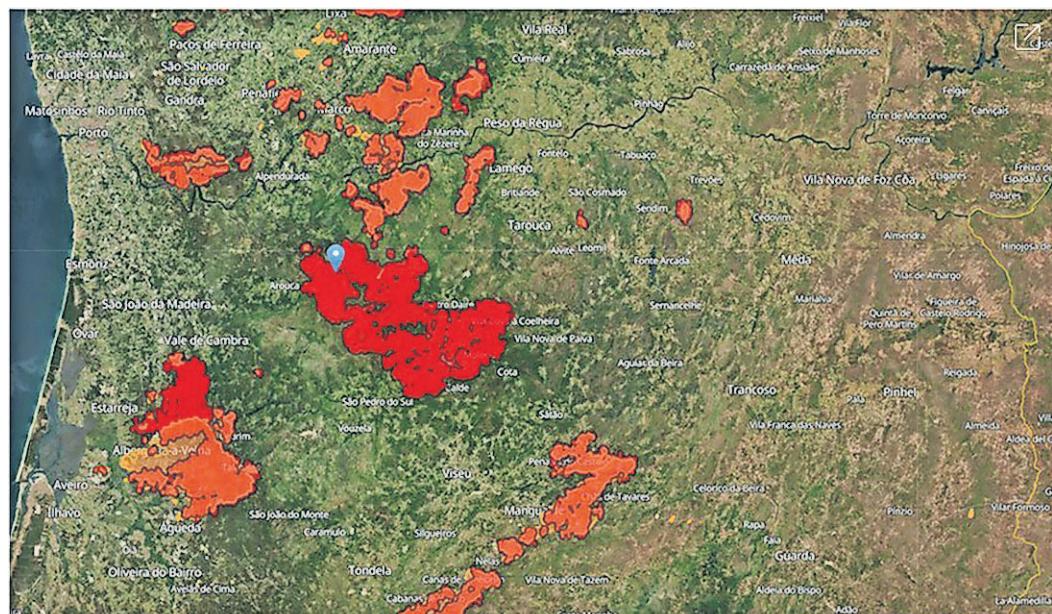
Quando no início dos anos 70 concretizava a minha formação em economia, curiosamente era a obra de um emérito sociólogo, Adérito Sedas Nunes, que inspirava a abordagem inicial à economia portuguesa. O dualismo económico e social, com a sua configuração litoral-interior, dominava o entendimento das assimetrias de desenvolvimento territorial. Um pouco mais tarde, o professor Simões Lopes, a quem devemos a matriz originária da abordagem do desenvolvimento regional em Portugal, integrando-a virtuosamente num conceito global de desenvolvimento, havia de aprofundar esse paradigma das assimetrias litoral-interior.

Cerca de 50 anos passados, podemos questionar se esse paradigma de abordagem continua válido ou se, pelo contrário, deveremos ir em busca de um outro modelo de abordagem ou narrativa para compreender os problemas de desenvolvimento territorial do país e as suas profundas assimetrias. Devo aqui explicitar o conflito de interesses de que pertenço ao grupo dos que sentem que a abordagem litoral-interior já não é capaz de nos assegurar satisfatoriamente uma interpretação consistente das dinâmicas territoriais. O âmbito limitado deste artigo impede-me de vos fornecer uma completa demonstração do meu argumento. Quero apenas salientar que a realidade “interior” é de-

masiado simplista para fundamentar políticas públicas consequentes.

Se, por um lado, o chamado interior remoto está longe de ser homogéneo do ponto de vista do seu potencial de desenvolvimento, exigindo por isso uma inteligente atenção aos ativos que podem fazer a diferença e alavancar desenvolvimento nesses territórios, mais recentemente as dinâmicas territoriais fizeram emergir o que designo de interior próximo ou periferias de proximidade face aos centros mais dinâmicos do litoral. Os incêndios constituem sempre um fator de evidenciação de vulnerabilidades. Os de 2024 mostraram-nos a péssima combinação entre pobreza, densidade de povoamento relativamente elevada e desordenamento flagrante do território e a necessidade de políticas públicas consequentes para combater esse flagelo. Os de 2016 e 2017 mostraram-nos, pelo contrário, a exigência absoluta de promover a resiliência da baixa densidade.

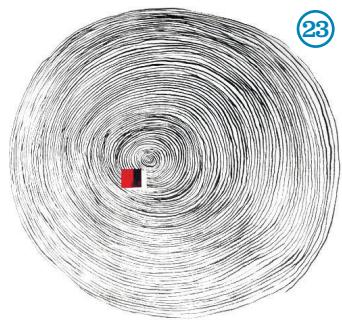
O meu argumento está agora mais claro. O conceito de interior é demasiado homogéneo e redutor para potenciar políticas públicas consequentes. A diferenciação entre interiores remotos e interiores próximos é uma primeira tentativa de ir além desse paradigma redutor. Em ambos, é imperioso combater a atomização de iniciativas, promover a cooperação de recursos e com essa cooperação desafiar o centralismo das políticas públicas a adaptar-se a uma territorialização consequente e a apostar na iniciativa e capacidade de organização do tecido institucional que vai animando o desenvolvimento local desses territórios, com os municípios à cabeça, mas não só e apelando à organização criativa da sociedade civil local. As instituições localizadas nos territórios mais dinâmicos e pujantes do continente, designadamente as de investigação científica e tecnológica, não podem ignorar a responsabilidade cívica e democrática de disseminar o conhecimento (que produzem) nesses territórios mais desfavorecidos de iniciativa. Mas, para isso, necessitam de ajudar a consolidar parcerias capazes de absorver esse conhecimento. As dinâmicas mais recentes evidenciam que algo de novo está a acontecer na tal diversidade dos territórios interiores. A emergência de centros de produção de conhecimento e inovação em torno de recursos endógenos representa uma base alternativa para acolher a cooperação com os centros mais pujantes do território continental. É toda uma mudança de paradigma que esses novos ativos antecipam.



2024 é o terceiro pior ano da última década em área ardida

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

○ INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Luís Mira Amaral
Engenheiro e economista

Litoral, Interior e IDE

Estamos habituados à dicotomia entre Litoral e Interior vinda duma época em que a zona fronteiriça entre Portugal e Espanha era quase uma terra de ninguém, dado que Portugal e Espanha viviam do ponto de vista económico de costas voltadas. A entrada simultânea na então CEE, em 1986, veio permitir o estreitamento das relações económicas entre os dois países que foi sem dúvida acelerado, a seguir, pelo grande mercado único europeu e pela criação do euro. Integrados no mesmo mercado único europeu e utilizando a mesma moeda, acabámos por construir entre os dois países um verdadeiro mercado ibérico. Aquilo que anteriormente se designava o Interior de Portugal em antítese ao desenvolvido Litoral não mais se pode chamar geograficamente Interior, pois está hoje mais próximo do centro do mercado ibérico do que o Litoral. Obviamente que tal não acabou com as assimetrias de desenvolvimento que ainda existem entre o Litoral e o Interior, mas a integração dos dois países no mesmo mercado ibérico veio dar novas oportunidades de desenvolvimento a esse Interior.

Nesta coluna, o artigo recente do professor Daniel

Bessa intitulado "As capitais de distrito do Interior" vem corroborar esta minha tese. Diz ele que hoje todas essas capitais oferecem Ensino Superior, todas têm um índice de poder de compra per capita em 2022 próximo da média nacional e todas estão acima de cidades típicas do Litoral como Guimarães ou VN Famalicão. Também as assimetrias tradicionais entre o Litoral e o Interior se esbateram, pois se em 2002 havia 60 municípios abaixo dos 50% da média nacional, em 2022 os municípios com valores mais baixos, mas todos acima dos 60%, são Ponta do Sol, Porto Moniz, Penamacor e Vinhais. As assimetrias não serão agora tanto entre Litoral e Interior, mas entre cidades e meio rural. Mesmo dentro das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, subsistem chocantes desigualdades entre os dois mundos. Sabemos que a tendência para se viver nas cidades é irreversível, cabendo às cidades criar oportunidades de desenvolvimento desse meio rural, nomeadamente através de atividades (no meio rural) de cultura, lazer, desporto e turismo para as populações, as locais e as citadinas. O poder central tem que continuar a fazer investimento público nestas geografias, as capitais de distrito começam a ter massa crítica para criar efeitos de arrastamento nos seus territórios adjacentes e os municípios com maior dimensão e capacidade devem preocupar-se em criar condições de habitação, qualidade de vida, cultura, lazer e desporto para atraírem gente qualificada. Sabemos que o poder de compra per capita não é tudo e há casos de perda de população. O exemplo de Oeiras mostra que, criadas essas condições, as empresas são atraídas porque sabem que há condições de fixação para os quadros e talentos.

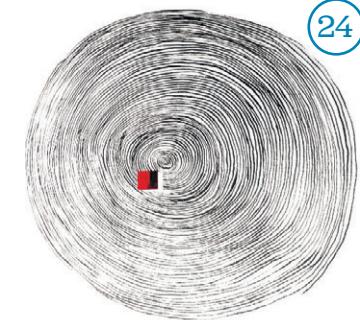
Mangualde e Palmela são dois concelhos que desde os inícios dos anos 60 e 90, e graças às boas condições logísticas de comunicação, beneficiaram de IDE (investimento direto estrangeiro) no cluster automóvel, que como ministro da Indústria ajudei a fortalecer e dinamizar. Viram agora decisões de novo IDE da Stellantis e da VW para a produção de veículos elétricos. Segundo a Portaria 208/2017, Mangualde industrializado ainda pertence ao Interior, o que não se percebe, enquanto a sua capital de distrito, Viseu, não pertence. E Palmela também não. Esta disparidade é um bom exemplo do embaraço, por vezes anacronismo, da dicotomia Litoral-Interior... Outro aspecto curioso é que a Autoeuropa em Palmela, através da dinamização que consegui da indústria de componentes por todo o país, acabou por ajudar a fazer investimentos fabris, incluindo IDE, em concelhos então do Interior.



Portugal precisa de uma boa discussão conceptual e política sobre IDE e dicotomia Litoral/Interior

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

© INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



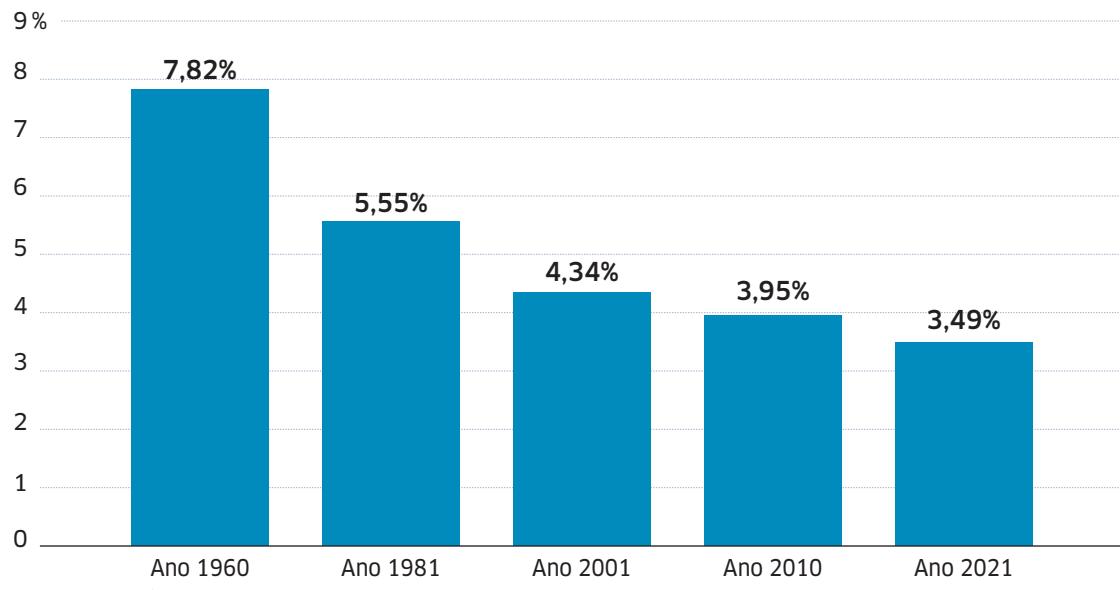
POR

António Jorge Nunes

Eng.º civil e ex-presidente da Câmara Municipal de Bragança

Interioridade e a região administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro

População: TMAD em percentagem de Portugal



Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD) está sob um intenso abalo demográfico. Entre 1960 e 2021, perdeu cerca de metade da sua população, em número absoluto de habitantes, e perdeu mais ainda em percentagem do todo nacional.

Cada cidade, região ou país tem a sua razão de ser própria que lhe confere unidade e identidade. A cultura regionalista afirma a identidade comum, a tradição, os valores culturais e identitários, o legado de gerações enraizadas na terra do coração e do espírito.

A província foi ao longo de séculos a unidade territorial de referência.

Desde o século XIV, Trás-os-Montes foi a unidade de administração civil e militar, de referência geográfica e estatística, mais estável no país. Manteve-se com a configuração territorial de séculos.

Desde a criação dos distritos em 1835, em substituição das províncias, a divisão administrativa tem sido campo de luta política, foi durante a monarquia constitucional, foi durante a 1.ª República, face à orientação descentralizadora da Constituição de 1911, contrária ao manifesto republicano de 1891, que consagrava o federalismo do Estado, com o país dividido em províncias e municípios. A constituição de 1933 acolheu o debate sobre a criação das províncias e extinção dos distritos. Na Constituição de 1976, a qualidade de autarquia no continente foi conferida às freguesias, aos municípios e às regiões administrativas.

O Poder Local democrático assumiu-se como um pilar do desenvolvimento do país, assente na legitimidade e estabilidade política, nas políticas de médio e longo

prazo, na proximidade aos problemas dos cidadãos, na maior facilidade de escrutínio. É uma marca poderosa do legado democrático, em geral feita com responsabilidade institucional e financeira. Cumpre a função de governação que a Constituição lhe confere.

Não existe hoje uma assimetria entre o Interior e o Litoral tão grande como havia na década de 1960. Basta pensar nas acessibilidades rodoviárias. Isso não significa que não existam áreas em que as assimetrias se agravaram. De facto, a política pública tem beneficiado muito mais e mais cedo o Litoral do que o Interior. No Interior a política centralista encerrou diversos serviços públicos, esvaziou de competências outros, e na fúria centralizadora até a ferrovia em Trás-os-Montes foi arrancada. Resta um território com elevado potencial de desenvolvimento, mas despovoado e com a população demasiado envelhecida.

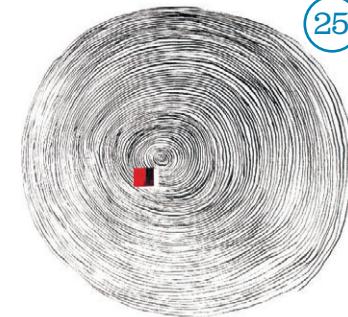
A principal produção legislativa com impacto nas regiões do Interior deveria passar pelo crivo do conceito jurídico de interioridade, que a Assembleia da República deveria aprovar, de modo a medir o impacto positivo sobre o país mais pobre e esquecido e eliminar impactos negativos. Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD) está sob um intenso abalo demográfico, o seu principal desafio. Representava 7,82% da população do país, no ano de 1960, representa 3,49% em 2021. Neste intervalo de tempo perdeu cerca de 50% da população, reduzindo de 692 029 habitantes para 361 281, população que não irá recuperar nas próximas décadas.

Falta instituir as regiões administrativas, descentralizar para a autarquia intermédia, inverter o ciclo “louco” que quase tudo encerra no Interior. A região histórica de TMAD deveria constituir-se em NUT II, pela divisão da NUT II Norte em duas, base da futura região administrativa. As regiões mais pobres não podem continuar a ser prejudicadas pelas regiões mais ricas, as do Litoral, que aproveitam da pobreza daquelas, para receber apoios da União Europeia, atribuídos para promover a coesão e o desenvolvimento das regiões mais pobres. A região administrativa pode mobilizar o potencial de recursos económicos e de conhecimento de cada região, garantir equidade e justiça inter-regional, assegurar a convergência adiada com a União Europeia.

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

© INTERIOR

25



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Carlos Lucena

Advogado e fundador da TELLES



POR

Pedro Matias Pereira

Advogado da TELLES

O conceito legal de “Interior”

O conceito de Interior é um daqueles que todos julgamos saber em que consiste, até sermos chamados a defini-lo, momento em que percebemos que os vários vetores, positivos e negativos, em que se reflete a “interioridade”, assim como a evolução que os mesmos podem ter, dificultam essa tarefa. Vem isto a propósito de uma reflexão sobre a definição efetuada pelo legislador na Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho, que, regulamentando o n.º 10 do artigo 41.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais (“EBF”), procedeu à delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do (atual) Programa de Valorização do Interior (PVI), denominando-os de “territórios do Interior”.

As políticas públicas de coesão são, aliás, o domínio privilegiado desta definição, já que visam reduzir as disparidades de ritmos de desenvolvimento entre diferentes regiões. E o impulso da União Europeia nessa matéria tem sido, deve reconhecer-se, decisivo, com as grandes linhas orientadoras a serem (ainda) as da denominada “Agenda Territorial” (Leipzig, maio de 2007), em cuja concretização foi criada, entre nós e pelo anterior Governo, a Unidade de Missão para Valorização do Interior, que foi incumbida da criação, implementação e supervisão do PVI.

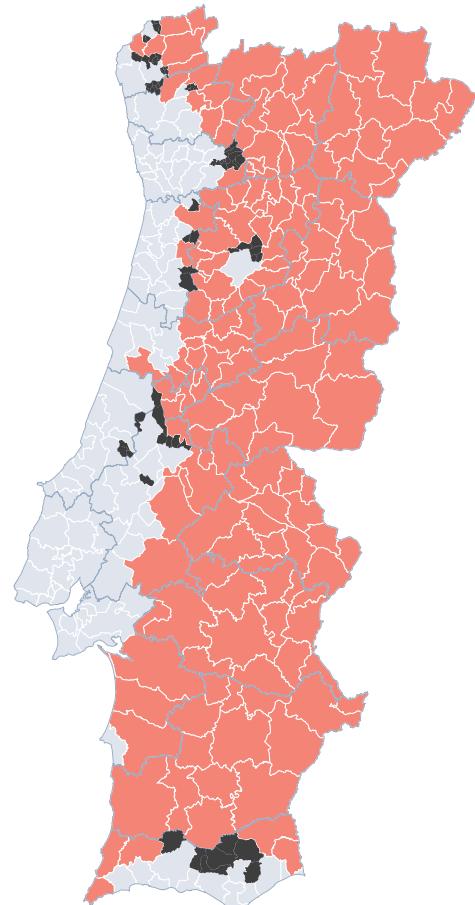
Regressando à Portaria, a classificação como “territórios do Interior” depende de uma multiplicidade de critérios, mas parte de um essencial: a baixa densidade populacional. Associam-se a este critério outros como (i) as elevadas taxas de emigração; (ii) o maior envelhecimento populacional e os baixos níveis de natalidade; (iii) o baixo nível da atividade económica; (iv) a fraca oferta de emprego; (v) o baixo nível do empreendedorismo; (vi) os níveis críticos de infraestruturas e serviços; (vii) as deficientes taxas de participação e envolvimento da população (cf. n.º 10 do artigo 41.º-B do EBF). Como se vê, o critério geográfico não é, em si mesmo, relevante. No entanto, analisadas as diferentes estatísticas e mapas geográficos presentes no PVI, é possível realizar um exercício de associação que nos demonstra que, na sua maioria, são as zonas do país mais distantes do Litoral que correspondem às áreas que foram selecionadas pelo legislador ao abrigo dos critérios previstos, embora certas zonas do Interior sejam excluídas (Viseu) e certas zonas de costa sejam abrangidas.

Num país tão carecido da (efetiva) implementação de políticas públicas de combate aos efeitos negativos da interioridade, o conceito de “territórios do Interior” poderia (e deveria) ter maior alcance do que o de concretização do EBF e da implementação do PVI. Não poderia, certamente, ter o alcance e os efeitos jurídicos da definição de uma circunscrição territorial (como uma Área Metropolitana), porque as políticas que nele se pretendem basear visam atenuar (no limite, eliminar) os efeitos negativos da interioridade (assim retirando certas áreas do “Interior”) e, por

outro lado, porque, infelizmente, existe a possibilidade de novas áreas se juntarem ao “Interior”. No entanto, tratando-se de políticas de médio e longo prazo, necessitando de períodos de implementação e consolidação, haveria todo o interesse em adotar uma definição geral, evolutiva, dos “territórios do Interior”. Essa definição deveria encontrar o seu espaço em diploma legislativo, por forma a se ampliar (com segurança e certeza jurídicas) o respetivo âmbito de aplicação, também beneficiando, tanto quanto possível, do consenso político-legislativo que parece existir quanto à necessidade de adotar políticas efetivas de combate aos desafios da interioridade.

Territórios do interior

Municípios do interior
Freguesias pertencentes ao interior



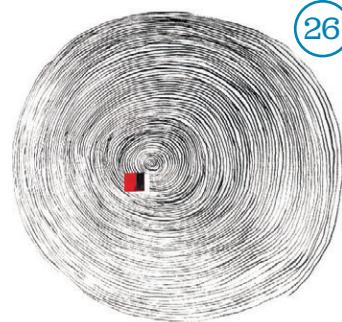
FONTE: PORTARIA N.º 208/2017 DE 13 DE JULHO

INFOGRAFIA JN / JOÃO CORREIA

O Interior de Portugal Continental, pela Portaria 208/2017, é muito mais extenso do que o Litoral. Banha-se no Atlântico alentejano. Exclui Viseu. (Portal dos serviços técnicos de Coesão Territorial)

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

26



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



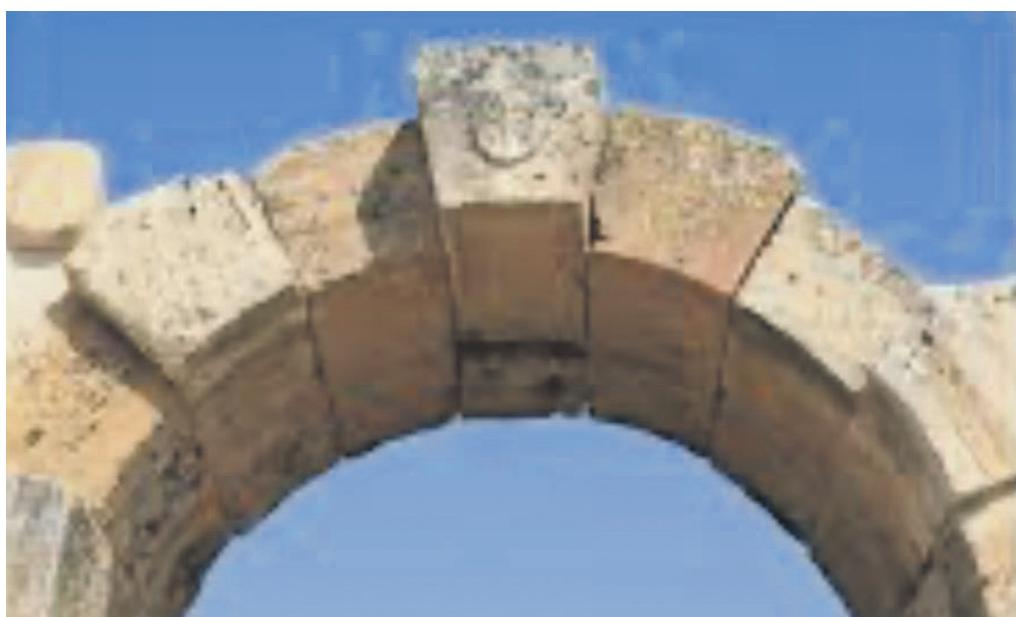
POR

Luisa Salgueiro

À data, Presidente da ANMP,
Associação Nacional de Municípios
Portugueses

A revolução tranquila

A reforma administrativa descentralizadora é a “pedra angular da reforma do Estado”



Neste período de campanha eleitoral, a descentralização e a regionalização não podem ficar esquecidas do debate político. Portugal precisa de continuar a reforma administrativa do Estado, aprofundando a descentralização e avançando para a regionalização.

Na passagem de meio século sobre a Revolução dos Cravos, Portugal fez uma quase nova revolução. O aprofundamento da descentralização administrativa para os municípios e freguesias inicia uma nova era da nossa democracia.

O centralismo, que resiste tenazmente à repartição de poderes e de recursos, tem sido um dos grandes responsáveis por um país que, apesar da sua dimensão física e da sua unicidade cultural e identitária, se foi desenvolvendo de forma desigual.

A coesão nacional, a real igualdade de oportunidades entre os cidadãos e a capacidade de aproveitarmos todos os nossos recursos em benefício de um desenvolvimento harmonioso têm sido postos em causa ao longo de séculos por um Estado profundamente centralista. Este é um diagnóstico conhecido, confirmado e tantas vezes enunciado que deveria estar presente, deveria ser um alicerce, em todas as agendas políticas.

No entanto, década após década de Estado democrático, continuamos a assistir à tentação do Terreiro do Paço de manter em si o poder e de, por vezes, ainda reforçar o longo braço do centralismo.

É, pois, assinalável a reforma administrativa descentralizadora realizada nos últimos anos, a que o então primeiro-ministro António Costa chamou – e bem – “a pedra angular da reforma do Estado”.

Avançámos em áreas fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos, como a Educação, a Solidariedade Social e a Saúde, entre várias outras. Temos agora freguesias, municípios, comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas com mais meios descentralizados e mais poderes de decisão e de gestão, ou seja, com maiores responsabilidades perante os cidadãos que anseiam por mais sentido de proximidade.

Este é um caminho que carece de um novo passo para garantir a sua consistência e completude. Esse passo é a regionalização, a criação de instituições democráticas de governo regional que assegurem melhor gestão dos recursos, maior capacidade de gerar sinergias dentro dos territórios e uma libertação dos potenciais endógenos que só regionalmente conseguimos compreender e valorizar.

Olhando em volta, vemos que são os países regionalizados e descentralizados que, por norma, apresentam os melhores indicadores de desenvolvimento. Mais do que um debate ideológico, cada vez mais potencialmente contaminado por argumentos populistas, devemos ser capazes de mostrar aos cidadãos que a regionalização é, pode ser – tem de ser – uma vantagem para todos.

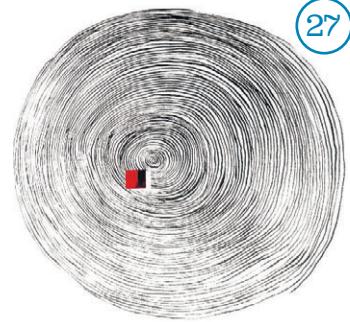
Em plena campanha eleitoral, sabendo que estamos a escolher um novo Governo de Portugal, era bom que o aprofundamento da reforma administrativa e organizativa do Estado fizesse parte das agendas e dos programas eleitorais.

Os portugueses merecem que se fale claro dos temas da descentralização e da regionalização. Merecem que cada uma das forças partidárias em disputa democrática nos diga qual é o seu posicionamento em relação ao centralismo, que medidas propõe para o reforço da coesão territorial e para a afirmação do Poder Local e do Poder Regional.

Perante o contexto de incerteza internacional, quando já se vislumbra uma crise económica como resultado da disruptão das relações comerciais que sustentaram a globalização, a resiliência do nosso país passará cada vez mais pela nossa capacidade de melhorar a gestão dos recursos disponíveis e de reunir as forças de cada região num somatório que permita fomentar um desenvolvimento mais acelerado do conjunto do país.

Precisamos que esta revolução tranquila possa continuar a produzir frutos, a bem de todos, a bem do nosso presente, mas, sobretudo, a bem do futuro de prosperidade e de equilíbrio social e territorial que ambicionamos.

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Isabel Ponce de Leão
Prof. catedrática FCHS-UFP

Camões descentralizado

Camões é um ser descentralizado, de influências globais, centrais e locais. Culturalmente, é o contrário do centralismo. (Desenho do pintor Francisco Simões, 2024, nos 500 anos do nascimento de Camões)

Em 1928, José Régio delineava um dos muitos retratos imprecisos mas impressivos de Camões: nasceu em Portugal, naturalmente, que importa onde? Sabe-se, sim, que “Partiu para as Índias. Andou por climas remotos. Tomou parte em guerras”. Sabe-se ainda do “seu longo, íntimo e ávido contacto com a Vida” e que o seu nome ficou “na bôca de todos os Poetas de qualquer canto da terra; e na bôca de todos os homens”, pois que “o mar entrou por ele dentro – e coube”. Como não pensá-lo um ser descentralizado independente de poderes decisórios concentrados?

Sendo o primeiro escritor do Ocidente que, passando o equador, demandou e viveu no hemisfério sul, aí contactando com diferentes gentes e culturas, não postergou o local dinâmico, em constante transformação, acalentando um processo de construção sem definição de linhas intrínsecas ou extrínsecas. Por tal, abrange não só uma geografia, como a sua modulação pelas relações sociais e práticas quotidianas e pelos factos históricos, políticos, económicos e culturais. E Régio continua: “Nasceu em Portugal. Era português. Quis vir morrer a Portugal”. E era-o com convicção.



Lembro o discurso de Gama ao rei de Melinde falando-lhe da terra pátria: “Eis aqui, quase cume da cabeça / De Europa toda, o Reino Lusitano, / Onde a terra se acaba e o mar começa / E onde Febo repousa no Oceano”, e acrescenta, orgulhosamente: “Esta é a ditosa pátria minha amada”, num rasgo de topofilia indiscriminada e abrangente de vínculos emocionais entre o ser e o lugar. Na obra do insigne quinhentista, essa relação com o espaço geográfico e cultural descentralizado é profundamente explorada, e reflete não só um sentido de pertença, como a demanda do significado identitário. Daí, a renhida competição pela naturalidade do Poeta se manter viva. Nigrán, na Galiza, aponta-se como espaço genesíaco da sua família; Coimbra reclama-o alegando parentalidades e vivências de juventude; Alenquer assenta a sua reivindicação no soneto CXC: “Criou-me Portugal na verde e cara / Pátria minha Alenquer”; o Porto argumenta com a Carta I em que Camões afirma: “já não me livrará privilégio de cidadão do Porto”; Lisboa assume-o como seu.

Outros, muitos outros locais se reivindicam, pelo menos, como ponto de passagem do Poeta – Vilar de Nantes, Constância, Santarém –, prova cabal da topofilia que se desprende da sua obra lírica, épica, dramática e epistolográfica em que os valores cívicos e culturais reiteram a robustez de uma identidade coletiva reforçada por projetos autonómicos dispersos não num, mas nos multímodos lugares “de onde”.

Decorre, do acima referido, considerar Camões um ser descentralizado, pois reflete a interconexão entre as dinâmicas centrais e as realidades locais, assim criando sinergias construtoras de novas formas de expressão cultural moldadas por influências globais, centrais e locais. Assim se aliam “empiria” e “episteme” erigindo e caucionando um regionalismo descentralizador que conecta o fazer mais básico com o de maior complexidade sociotecnológica nas esferas económica, cultural, política e ambiental.

“Os Lusíadas” são a primeira obra da literatura europeia a olhar para uma nova versão do Outro, assim desafiando o sistema tradicional de governação decisório em níveis centralizados. Camões, e considerando a era protoglobal em que lhe coube viver, respeitando embora um poder mais centralizado, esteve tão atento às especificidades da “grande máquina do Mundo” quanto aos microcosmos do seu torrão natal – o rio Alenquer, o Mondego de Coimbra ou o Zêzere de Constância. Ele e a Pátria, de que pressagiou a morte, resistem em qualquer lugar, longe da “corte” que, assazmente, os desprezou.

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

28



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Isolina Carvalho
Presidente do C. Fundadores
da Fundação Júlio Resende

*O Centralismo
tarda demais,
pois lembremos
Júlio Resende*

TODOS TEMOS O DIREITO DE PERGUNTAR PORQUÊ

Se Portugal continua sendo o país mais centralista da União Europeia, todos temos o direito de perguntar, porquê?

As Regiões Administrativas previstas na Constituição de 1976, como fazendo parte da construção democrática de Abril, foi promessa ainda não cumprida e daí, derivam também muitas injustiças e mesmo algumas tragédias do Interior que poderiam ser evitadas, ou limitadas na sua gravidade.

Nos terríveis incêndios de 2017 e 2024, perguntava-se: onde estava a vigilância? Onde esteve a prevenção? Restava-nos, resta-nos, a memória dos vivos que tinham deixado de ser.

Ocorre-me citar Agostinho da Silva, in Sete Cartas a um Jovem Filósofo, “à ideia equivocada de que numa democracia se deve abratar tudo, contrapõe-se a ideia de que as democracias devem reduzir ao mínimo as decisões centralizadoras”. E ainda: “são meus discípulos se alguns tenho, os que estão contra mim; porque esses guardaram no fundo da sua alma a força que verdadeiramente me anima e que mais desejaria transmitir-lhes: a de não se conformarem”.

Face à pobreza e à tragédia dos incêndios e outras calamidades, concluímos que é urgente reorganizar mecanismos públicos e políticas públicas. As alterações climáticas parecem cada vez mais estar em perigoso conflito com o planeta Terra, sendo que todos nós integramos os agressores e responsáveis. Ocorre-me

também citar Fernando Pessoa, no Livro do Desassossego, “que ninguém tem Pátria como coisa sua, como um objecto, como coisa própria e que é nesta ausência de Pátria que assenta a sua impensável identidade”.

O EXEMPLO DO PINTOR JÚLIO RESENDE

Júlio Resende, um dos nossos maiores pintores de sempre, nasceu no Porto em 1917, foi professor universitário de Belas Artes, viajou muito, criou em 1993 o Lugar do Desenho, Fundação com o seu nome, junto à sua bela casa e ao seu notável ateliê, na margem direita do seu querido rio Douro, em Gondomar, e aqui morreu em 2011. Em 2022, o Círculo de Estudos do Centralismo honrou a Fundação fazendo-a associado Honorário.

Foi um grande e muito humano artista. Para além de doar ao nosso País, através da Fundação, a sua própria casa e um valioso elenco de obras suas, além de promover de raiz as instalações do Lugar do Desenho, além de ser um admirável Homem-bom, Júlio Resende levava, por exemplo, as chamadas «Exposições Encontro», a expensas próprias, a terras onde a arte ainda não chegava.

Mas nem sempre a cultura e a solidariedade nos chegam como presente de um só homem ou de uma só entidade. Aquando da tragédia do incêndio de Pedrógão Grande, desde a primeira hora, entrámos em contacto com artistas para que - de algum modo lembrando Resende - se unissem num gesto de generosidade e doassem obras suas, destinadas a um leilão de ajuda. Em poucos dias, excedemos todas as expectativas, ultrapassando 100 obras! Foi imenso o nosso apreço pelos artistas.

Todavia, nem sempre isso é possível. No incêndio de 2024, de consequências devastadoras e perdas humanas, com muito pesar a Fundação não teve condições de reeditar a iniciativa de boa vontade e bem fazer da sociedade civil de 2017.

Se fosse vivo, Resende haveria de se comover e se envolver nes-

sas tragédias do Interior. Ocorre-me citar a sua humildade quando, em 2007, ao fazer noventa anos, retratava a sua vida como um longo desenho, “um pouco como um fio de água” procurando sempre o seu “livre curso”.



1 - Azulejos de Resende: “A Natureza”,
Hotel S. Catarina, Miranda do Douro, 1959.
2 - Júlio Resende
3 - Jardins da Fundação



CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

29



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Teresa Albuquerque
Diretora-delegada da Fundação
da Casa de Mateus

*Ancorada
no território...*



Polo territorial com uma longa história de cinco séculos, a Casa de Mateus é notável exemplo de continuidade e desenvolvimento.

A Fundação da Casa de Mateus administra um património que é um exemplo de reinvestimento e aposta numa economia regional, solidamente ancorada no território.

A origem do património à guarda da Fundação remonta a um período anterior ao Morgadio de Mateus, instituído em 1641, logo após a Restauração da Independência. Este legado foi consistentemente enriquecido ao longo de sucessivas gerações de administradores da Casa, até à instituição da Fundação da Casa de Mateus que, tendo sido formalizada no dia 3 de dezembro de 1970, celebra este ano o seu 55.º aniversário.

De matriz originalmente fundiária, foi o turismo que, ao longo das últimas décadas, foi substituindo a economia primária que moldou a identidade da Casa e permitiu a preservação do essencial deste património ao longo de séculos. É hoje inevitável associar o sucesso deste empreendimento ao gesto assertivo e cosmopolita que presidiu à construção da própria Casa, concluída em 1744 com a intervenção do arquiteto italiano Nicolau Nasoni.

A imponente adega, cerca de um século mais antiga do que a Casa, é representativa da importância dessa econo-

mia assente na produção de vinho, em particular de vinho do Porto, que se começou a produzir no século XVII e que teve direito a Região Demarcada em 1756.

Hoje, a Casa de Mateus, Fundação com missões de interesse social, continua a ser uma casa do Douro associada à sua matriz identitária de raiz agrícola e produção vinícola, ancorada no território. O envolvimento da Fundação, no início do século XXI, na criação da Lavradores de Feitoria, Vinhos de Quinta, SA, de que é acionista, foi a forma encontrada para dar continuidade e sentido a esta tradição agrícola, contribuindo para formas inovadoras de organização e associação que procuram dar resposta aos desafios que a região enfrenta, entre a perda de valor do benefício, as profundas transformações no mercado do vinho e as consequências das alterações climáticas.

Este legado complexo é fruto de uma visão consolidada numa continuidade rara, vital e dinâmica em que se conjugou uma forma de estar local, mas “sem paredes”, com o pensamento e a cultura a entrelaçarem-se nas contingências daquilo que hoje designamos “interior”.

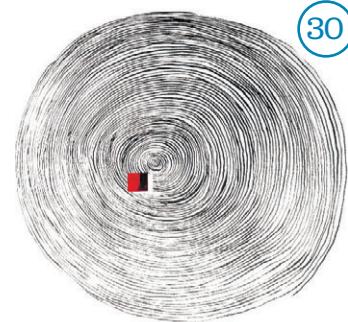
O ciclo “Cultura em Diálogo” e os seminários “Repensar Portugal”, iniciados em 1978 pelo meu pai, Fernando Albuquerque, e Vasco Graça Moura, inscrevem-se numa tradição muito antiga que remonta ao período da monarquia dual, entre os séculos XVI e XVII, com as chamadas “Cortes na Aldeia”, descritas por Francisco Rodrigues Lobo, em 1619, nas quais teimosamente se praticava o exercício de reflexão e reconhecimento identitário que dá substância à nossa soberania. O seu significado confunde-se com o legado da Fundação da Casa de Mateus, na medida em que o propósito do instituidor, D. Francisco de Albuquerque, foi manter uma tradição que vai muito para lá da “musealização” de um acervo e que procura manter a Casa viva construindo, preservando e difundindo em permanência a sua própria cultura em todas as suas modalidades.

Como refere Fernando Mascarenhas (1945-2014) no “Sermão ao meu sucessor”, a tradição não consiste em repetir o passado, mas em reinterpretá-lo e em renová-lo estabelecendo com o presente um diálogo que tanto dá sentido ao passado como ilumina o futuro. É na compreensão da mudança que se mantém o essencial da tradição.

Polo territorial com uma longa história de cinco séculos, a Casa de Mateus conseguiu manter-se como exemplo de continuidade. Talvez o segredo esteja na forma como cultivou, ao longo dos séculos, a capacidade de somar e conjugar uma especificidade intrinsecamente local, com uma cultura fortemente europeia, como condição primeira para a sua própria afirmação.

/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

30



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
António Cândido de Oliveira
Professor catedrático jubilado da Escola de Direito da Universidade do Minho

O novo Interior



Mapas dos municípios do distrito de Bragança e dos municípios da província de Zamora. Nesta, figuram os nomes das 12 comarcas, não dos 248 municípios.

Os dois mapas não estão na mesma escala.

Daniel Bessa chamou a atenção recentemente, neste jornal e neste espaço do Círculo, com números concretos, para a influência que teve a decisão administrativa de dar o estatuto de capitais de distrito, em 1835, a certas cidades do Interior de Portugal. Considero também que as decisões administrativas em matéria de organização territorial podem ter importantes efeitos positivos ou negativos.

Foi não só a organização administrativa em distritos como a diminuição do número de municípios, iniciada em 1836, que fez com que o nosso Interior, apesar das suas debilidades, tivesse um conjunto significativo de polos urbanos (sedes de concelho) que permitem que pessoas situadas em qualquer um deles tenham a cerca de 20 a 40 km de distância outras sedes de concelho suficientemente equipadas e minimamente povoadas.

O mesmo não sucede em Espanha e isso tem, a meu ver, consequências para o desenvolvimento equilibrado do Interior que não pode ser delimitado pela fronteira. Na verdade, os concelhos do lado português têm uma dimensão territorial e também populacional muito superior aos seus parceiros do lado espanhol. O lado continental da Espanha conta com cerca de oito mil municípios e o de Portugal menos

de 300 (276). Dando um exemplo mais concreto, que poderia ser replicado ao longo de toda a fronteira, comparemos o distrito de Bragança, onde se encontra o Município de Miranda do Douro, sede da ACEC, e a província de Zamora. Tenha-se presente que a Espanha tem cerca de 50 províncias que foram criadas em 1833, com a mesma racionalidade dos nossos distritos.

O distrito de Bragança tem 6600 km², mais de 120 mil habitantes e doze municípios com os seus presidentes de Câmara. Destes, nove têm mais de cinco mil habitantes e o menos populoso tem 3139 (Freixo de Espada à Cinta). O número de freguesias que seriam em Espanha entidades locais menores – e não existem em Zamora – é de 226.

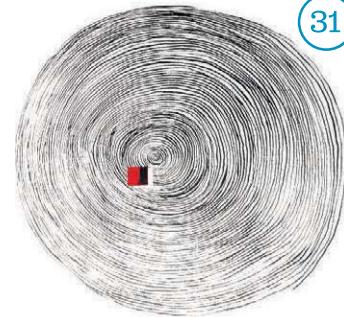
A província de Zamora, por sua vez, com uma superfície de mais de 10 500 km² e mais de 160 mil habitantes tem 248 municípios, cada um com o seu presidente de Câmara (alcalde), dos quais mais de metade (142) tem menos de 150 habitantes. Apenas três municípios desta província têm mais de cinco mil habitantes (Zamora, Benavente e Toro). Curiosamente, como se pode ver no mapa, a província tem delimitadas doze comarcas, que são meras circunscrições administrativas sem órgãos representativos.

Esta situação dificulta claramente o necessário diálogo e cooperação entre um e outro lado da fronteira. Diálogo e cooperação que, apesar disso, devem existir e ter como finalidade promover o enriquecimento desses territórios fronteiriços. Enriquecimento que não teria finalidades meramente económicas, nem procuraria transformar estes territórios de secular baixa densidade populacional em territórios de alta densidade. Os territórios do Interior devem ser preservados nas qualidades que, em regra, ainda possuem em termos de paisagem, ar, água, terra, cultura, história e património. Eles têm características próprias para atividades agrícolas, agropecuárias, florestais, industriais, turismo e outras, que não devem ser menosprezadas e antes mantidas e valorizadas.

Não se trata de litoralizar o Interior. Trata-se de manter o que de bom possuem. Importa evitar cometer os erros ocorridos no Litoral, com falta de planeamento e consequente desordenamento do território e desprezo pela natureza. O novo Interior exige adequado planeamento e o desenvolvimento de uma atividade económica que preserve o ambiente e atraia não só o turismo, mas pessoas que desejem residir em territórios com qualidade de vida. Não é tarefa fácil, mas é a tarefa para que todos somos chamados para bem do nosso país.

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

31



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Meira Fernandes
Economista, ex-administrador de bancos

Interior, acesso a numerário e função social dos bancos

A figura mostra a distribuição das CA (caixas automáticas) no país e evidencia um desequilíbrio. As CA adensam-se no Litoral, não garantindo que toda a população tenha a mesma facilidade de acesso a numerário, particularmente os residentes nas regiões periféricas e, provavelmente, os de grupos demográficos mais frágeis: os mais idosos, os de menor escolaridade e os de menores rendimentos.

1. Apesar das novas tecnologias e dos novos instrumentos, o numerário (notas e moedas) continua a ser o meio de pagamento mais utilizado na área do euro (AE), em Portugal, e nos diversos grupos sociodemográficos.

O Banco Central Europeu, num recente estudo, abordou os pagamentos realizados entre indivíduos e os efetuados remotamente. Os resultados são concludentes: 59% dos pagamentos, em número, foram efetuados com notas e moedas, em valor 42%.

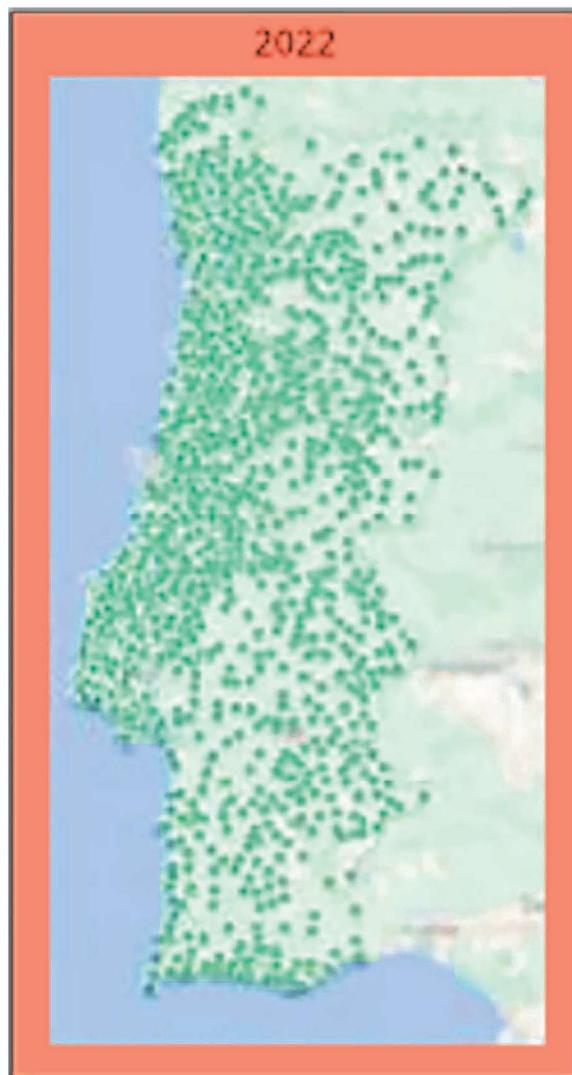
Também entre nós, o Banco de Portugal (BdP) publicou, em 2022, um estudo para avaliar o acesso a numerário, através da rede de agências bancárias (AB) e caixas automáticas (CA). Os resultados foram claros: para 58% dos inquiridos a opção de pagar em numerário continuava a ser importante ou muito importante; 64% dos pagamentos, em número, fo-

ram feitos com numerário, em valor 44%. Sobre o assunto, e sobre este estudo do BdP, escrevi no portal do Círculo em julho de 2024, está disponível em www.acec.pt.

2. As sucessivas diminuições da rede de AB e de CA em Portugal, decididas pelos bancos, são tema que o BdP tem acompanhado com particular atenção. No território nacional, existiam, em 2022, mais de 17 mil acessos a numerário: cerca de 14 mil CA e 3,2 mil AB, concentrados em torno dos principais centros urbanos e no Litoral. A conclusão do citado estudo aponta no sentido de que a cobertura é quase integral: 93% dos residentes sentiam como sendo fácil ou muito fácil encontrar uma CA ou uma AB para fazer levantamentos; a quase totalidade da população (99%) dispunha de uma AB ou CA a menos de 5 quilómetros de distância da freguesia de residência; das 3092 freguesias existentes, menos de 50 estavam localizadas a uma distância superior a 10 quilómetros; a distância máxima a percorrer entre o extremo da freguesia e uma AB ou CA mantinha-se nos 17 quilómetros. Todavia, todas as distâncias mencionadas eram em linha reta.

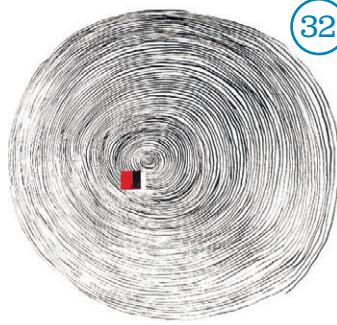
3. Apesar de não haver, genericamente e para a grandíssima maioria da população, restrições significativas no acesso à rede de distribuição de numerário, é uma infeliz constatação a existência de situações desequilibradas no Interior do país. Das 3092 freguesias, não há AB ou CA em 1276 (41% do total), onde residem, aproximadamente, 740 mil pessoas, 7% da população total. A existência de situações mais vulneráveis verifica-se em três distritos do Interior: Bragança, Vila Real e Beja. Das freguesias que poderão ser mais ameaçadas no caso de eventual redução da rede, 27 pertencem aos seguintes distritos: Beja (3), Bragança (12), Guarda (4), e Vila Real (8). São do Interior os municípios onde cada CA serve, em média, mais de 100 quilómetros quadrados de território: Mogadouro e Vinhais (distrito de Bragança), Idanha-Nova (distrito de Castelo Branco), Mértola e Ourique (distrito de Beja), Alandroal (distrito de Évora).

4. Se bem que não se possa exigir aos bancos que deixem de ter presente a prossecução da rentabilidade dos seus investimentos e a proteção dos seus depositantes, também não se pode nem deve ignorar as fundamentais vertentes da “função social” que lhes é inerente e que eles têm de honrar e promover, sobretudo a CGD que como banco 100% do Estado deve dar o melhor exemplo: garantir à população, em toda a extensão do território nacional, um acesso adequado à utilização do numerário que lhe pertence.



CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

32



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Cristina de Azevedo

Consultora em desenvolvimento regional e fundos comunitários. Membro dos órgãos sociais do Círculo

*I rest my case
(Contra factos...)*

Aconteceu a semana passada num hospital do Interior. Com um familiar. Chegou à urgência depois de uma queda. Feitos os exames imagiológicos ficou 48 horas numa maca à espera dos resultados. Porquê? Porque, segundo me explicaram, os relatórios dos exames não são feitos pelos médicos do hospital.

São distribuídos informaticamente a médicos em telemedicina que, portanto, os relatam sem conhecem ou observarem o doente. Aconteceu que a luz foi abaiixo e o sistema avariou. O serviço de ortopedia não pode assumir fazer os relatórios porque o Ministério não permite.

Aconteceu no último exercício de descentralização a que assistimos. A administração regional da cultura deveria ser incorporada nas CCDR. O Ministério apressou-se a criar dois institutos públicos que imediatamente avocaram grande parte destas competências. Um ficava fora de Lisboa. No Porto. Chamou-se Património Cultural I.P. A sede continua no Porto. A equipa já está toda no Palácio da Ajuda. Para a CCDR-Norte passaram menos de um terço das competências que tinha a Direção Regional da Cultura do Norte.

Aconteceu em 2024. A delimitação das cinco regiões administrativas do Continente correspondentes às NUTS 2 que o Eurostat trata estatisticamente e herdei-

ras das regiões plano do III Plano de Fomento dos anos sessenta era, até agora, o único ativo fixo do ponto de vista da governação à escala subnacional. É consensual que foi o desrespeito por este "mapa" que o referendo de 1998 teve resultado negativo.

Pois, eppur se muove, ou seja, "e, no entanto, move-se". Move-se a terra como murmurava Galileu e movem-se em Portugal os mapas territoriais para efeitos de uma artificial captação de verbas.

Foram já criadas mais duas NUTS 2, Península de Setúbal e Oeste e Vale do Tejo, com o objetivo publicado de, a partir de 2027, poderem captar mais fundos europeus. A título paliativo insiste-se que estas NUTS só contam para efeitos de alocação de fundos europeus sendo o antigo desenho válido para a gestão administrativa sectorial!! Ou seja, passamos a ter NUTS 2 A e B umas para gestão outras para fundos.

Mas como as entidades que recorrem a fundos comunitários necessitam de forte articulação com vários serviços desconcentrados pode imaginar-se a entropia dos circuitos já agora em franca geometria variável.

Aconteceu há cerca de um ano. Publicado na Dogs.pt Magazine.

"Deu entrada um requerimento para que o Governo preste esclarecimentos ao Parlamento, em sede de Comissão de Ambiente, sobre qual o futuro da tutela dos animais de companhia. No requerimento, o PAN pede para serem ouvidos em audição o ministro do Ambiente e Ação Climática e o secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas na Comissão Parlamentar do Ambiente.

Em causa estão notícias vindas a público em que o secretário de Estado, João Paulo Catarino, veio dar nota de que a tutela dos animais de companhia passará a ser da competência das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

Depois de em 2021 ter sido transferida da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), na alcada do Ministério da Agricultura, para o ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, na tutela do Ministério do Ambiente e Ação Climática.

Em face das declarações que levantaram de imediato dúvidas e preocupação, o ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro, veio seguidamente dar nota de que as políticas de animais de companhia permanecem no ICNF e que "as competências administrativas e de execução é que passam para as CCDR."

Ouvir dizer que, no final, as CCDR se lavraram do assunto...

Aconteceu há 99 anos. Quem ganhou o campeonato foi o Marítimo do Funchal. Mas o que fica é "O CAMPEÃO DE LISBOA". (Figura à esquerda).

3 DIARIO DE LISBOA 7-6-1926

A MAIOR PROVA DE "FOOT-BALL," Como o campeão de Lisboa perdeu o campeonato de Portugal

QUE FOI GANHO

pelo "Marítimo do Funchal,"

POR Z A O

A final do campeonato nacional de futebol, no Teatro — foi um acontecimento singularmente curioso e desportivo. Uma fogueira sempre uma final; mas nenhuma tão ardente. São coligas as rivalidades.

Tudo se explica, dentro dos limites do convencional. Assim, em todo o mundo, o que é mais tem futebol e gogos, ainda mais o ponto de vista desportivo, é o que se passa em Lisboa, no tempo legal dos 90 minutos, nem se põe atribuir ao público.

Quando a maioria indiscutivelmente invadiu um campo — adquiriu convencionalidade.

O público é anzinho, irremovível. Quasi aberto, como os sentimento. Estava

lá, no quarto dia de jogos, a crise

que os emissores dizem votar do presidente, em salvo. Primeiras palavras da tarda

que é a sua, que é eleito, que é o

eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

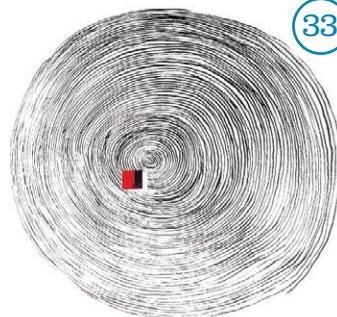
que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

que é eleito, que é eleito, que é eleito

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

33



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Manuel Vilares
Professor emérito da Universidade Nova de Lisboa. Fundador da Nova IMS

Melhorar a representatividade do Interior na Assembleia da República

A baixa representação parlamentar das regiões do Interior desincentiva o investimento nestas regiões, gerando ainda maior desertificação e alimentando um círculo vicioso

O sistema de eleição dos deputados à Assembleia da República caracteriza-se por ser um sistema proporcional em que cada eleitor tem um voto único e simples, sendo os votos em cada círculo eleitoral convertidos em mandatos pelo método de Hondt.

Os círculos eleitorais correspondem aos distritos administrativos e apenas os partidos políticos podem apresentar listas de candidatos. Estas listas são fechadas e bloqueadas, pelo que os eleitores não têm qualquer interferência na escolha e hierarquia dos candidatos a deputados.

A sub-representação do interior do país

Existe um grande consenso de que o sistema eleitoral português apresenta sérias limitações, sendo dos principais responsáveis pelas elevadas taxas de abstenção. Entre essas limitações, focamo-nos aqui na enorme di-

ferença de representação entre os círculos eleitorais, visto que o número de mandatos de cada círculo eleitoral é exclusivamente determinado pelo número de eleitores do círculo. Esta situação gera elevadas desigualdades territoriais, com prejuízo para os distritos pouco povoados do interior do país. O quadro abaixo ilustra estas desigualdades para o caso dos distritos de Lisboa e Bragança. Notamos que para um partido ter direito a um mandato em Bragança, é necessário ter 11% mais eleitores e uma área 38,3 vezes superior a Lisboa. Por outro lado, os resultados das últimas eleições legislativas mostram que um mesmo partido, para ter um deputado em Lisboa, necessita apenas de 1,8% dos votos, enquanto em Bragança pode ter 20,4% dos votos e não ter direito a qualquer deputado. Estas desigualdades forçam o voto útil e são muito provavelmente responsáveis pelas maiores taxas de abstenção verificadas no Interior do país.

Mandatos	Eleitores	Área (km ²)	Eleitores / Mandatos	Área / Mandatos	Taxa de Abstenção
Bragança	3	132779	44260	2202.7	47,3%
Lisboa	48	1913095	39856	57.5	33,4%
Portugal	226	8780014	41000	407.4	35,6%

Fonte: CNE, 2025

O círculo vicioso entre sub-representação e desertificação

A desertificação leva a baixa representatividade parlamentar e portanto a baixo peso político e consequentemente a baixo investimento público. Mas o baixo investimento reduz as oportunidades de emprego o que, por seu lado, reforça a desertificação, gerando-se um círculo vicioso.

Como melhorar a representatividade e quebrar o círculo vicioso?

Existem basicamente duas abordagens para melhorar a representatividade das regiões menos povoadas. Uma delas consiste em ter duas câmaras, em que uma delas (regra geral, o Senado) tem uma composição que não depende da população da região.

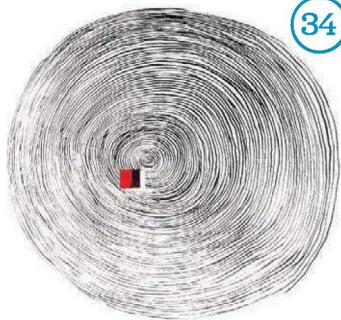
A outra abordagem, que aqui se defende, consiste em alterar a fórmula de conversão dos círculos eleitorais em mandatos, passando a incluir na fórmula a área do círculo, para além do número de eleitores que seria sempre dominante. Assim, a título de exemplo, se a área tivesse um peso de 30%, o círculo de Bragança passaria de três para sete mandatos e o de Lisboa de 48 para 35 mandatos, o que permitiria uma redução significativa das atuais desigualdades.



O círculo vicioso entre a sub-representação parlamentar e a desertificação do interior

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

34



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

[ASSOCIADO CONVIDADO]



POR

José M. Varejão
Professor de Economia

Disparidades regionais e o “futuro do trabalho”

Vistas a partir do mercado de trabalho, as disparidades entre regiões do continente apresentam-se, também por esta perspetiva, vincadas e persistentes. O emprego permanece concentrado nas duas principais áreas metropolitanas que, por si só, representam quase 50% do total por conta de outrem (28% só na Grande Lisboa).

As diferenças salariais entre regiões NUTs3 são ainda mais visíveis: apenas as regiões de Lisboa e Porto, e com grande distância entre si, registam remunerações médias mensais por trabalhador acima da média nacional: 23,9% acima da média no caso da Grande Lisboa, 0,9% no caso da Área Metropolitana do Porto. Em 12 regiões (num total de 23), a remuneração média não ultrapassa 85% do valor médio do continente.

Observa-se, pois, no mercado de trabalho a mesma tradicional dicotomia litoral-interior que a generalidade dos estudos regionais regista e documenta. Dicotomia que, importa reconhecer, é mais económica do que geográfica, posto que o Interior se estende até

quase à vizinhança do Porto e Lisboa e comporta, em si mesmo, grande diversidade.

As disparidades persistem quarenta anos depois da integração na União Europeia (nas suas sucessivas configurações) e de um vasto conjunto de políticas de promoção do desenvolvimento regional voltadas para a atração de projetos empresariais e, com eles, de empregos para o Interior. Sendo conhecidos casos de sucesso, não restam dúvidas que o progresso não foi suficiente para contrariar a situação que os dados inequivocamente documentam.

Em busca de eventuais alternativas, voltemos, então, ao mercado de trabalho onde, há muito, um tema – o “futuro do trabalho” – se impõe pela necessidade de compreender os impactos que as grandes transformações do nosso tempo produzem no mundo do trabalho e, bem assim, as suas implicações para o desenho de políticas públicas e para a gestão das organizações. Falamos, naturalmente, de transição demográfica, transformação digital e globalização (com os seus avanços e recuos) e do modo como demografia, tecnologia e economia se combinam para originar novos modelos de negócio e novas formas de trabalhar e, entre estas, o trabalho remoto ou “à distância”. Ultra-passado algum aparente excesso de entusiasmo inicial no período pós-pandemia, certo é que o trabalho remoto veio para ficar, especialmente entre certos grupos de trabalhadores e em certas ocupações intensivas em qualificações, criatividade e tecnologia.

Porque não perguntar então: pode o trabalho remoto, por consentir dissociar verdadeiramente local de trabalho e local de residência, abrir uma nova oportunidade para o Interior? Pode (deve) o Interior competir, com vantagem, já não apenas pela atração de empregos, mas também (sobretudo?) pela atração de trabalhadores cujos empregos permanecem noutras localizações, mas que é no Interior que querem trabalhar e gastar os seus rendimentos? Se sim, como deve o Interior posicionar-se para tal competição? Que vantagens tem e que vantagens pode construir?

Sem esquecer, uma vez mais, a sua diversidade, o Interior terá as vantagens dos seus “recursos endógenos”, genuinamente, concordantes com as necessidades e preferências destas classes de trabalhadores, mais jovens e mais qualificados, nacionais ou não, que procuram estilos de vida tranquilos, seguros e saudáveis, sem deixarem de ser sensíveis a fatores que possam condicionar o acesso à habitação, ao ensino e aos cuidados de saúde e ao lazer, desporto e cultura.

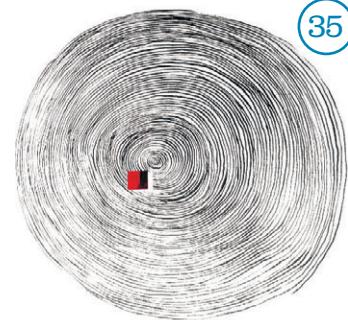
Crítico será, porém, que o Interior possa oferecer serviços de apoio logístico a estes trabalhadores e, sobretudo, conectividade digital plena.

CONTRASTE DE ESTILOS DE VIDA, ASSINALANDO A IMPORTÂNCIA DA CONECTIVIDADE DIGITAL



Muitos trabalhadores mais jovens e mais qualificados procuram estilos de vida tranquilos, seguros e saudáveis. Mas estão muito atentos à conectividade digital e às condições de habitação, ensino, saúde, lazer, desporto, cultura

“CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Manuel Sobrinho Simões

Professor emérito da Universidade do Porto

Isto não se resolve com mais escolas de Medicina em Lisboa, Porto ou Coimbra.

Em finais de 2021, estávamos na fase terminal da pandemia, apresentei e discuti o tema “Portugal resiste. Não desistiu, mas resistirá?” no âmbito da 12a edição do Prémio Manuel da Mota sob o lema “Portugal Resiste”. Entre outras ameaças, salientei os “Problemas com a educação e a saúde”, invocando as limitações de formação e ensino em Portugal.

Aprendera com Daniel Bessa a identificar o problema das instituições de ensino superior “caracterizadas como burocracias profissionais” por H. Mintzberg, na medida em que exibem um “modelo de funcionamento marcado por um poder extremamente diluído, autonomia profissional dos seus agentes e organização muito débil sobretudo no plano da gestão estratégica”. Infelizmente, essas características negativas das universidades são amplificadas quando se junta a Saúde à Academia, e defrontamos grandes limitações na organização do ensino médico com “docentes-das-faculdades”, por um lado e “clínicos-dos-hospitais”, por outro.

No que diz respeito ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) épacífico acentuar a centralidade das pessoas, a competência dos profissionais da saúde, que vai muito para além dos médicos e subentende um sistema de ensino/aprendizagem de qualidade, o deslocamento do foco nos hospitais para

os centros de saúde e a comunidade, e a melhoria do sistema de informação de saúde.

À medida que a profissão liberal desapareceu, testemunhámos o aumento imparável de Unidades Hospitalares Privadas, enquanto os Serviços de Urgência dos hospitais continuam a ser encharcados por excesso de pessoas mais ou menos doentes. O hospitalo-centralismo do nosso Sistema de Saúde não melhorou e não resolverá o problema. O aumento do número de médicos, per se, também não é solução. Assim como não melhoraremos enquanto não conseguirmos ter uma resposta articulada, optimizando a existência de equipas de natureza multiprofissional implantadas no terreno a partir dos Centros de Saúde. Neste domínio, éfundamental revalorizar as profissões da saúde, transversais às diferentes carreiras, com recuperação de hierarquias funcionais e avaliação com consequências.

Temos de melhorar a articulação entre as Faculdades de Medicina e as Unidades Locais de Saúde Universitárias, retomando a ideia dos Centros Académicos Clínicos, rebaptizados como Centros Universitários Clínicos com as indispensáveis adaptações a esse novo ecossistema, e valorizar a aprendizagem nos Centros de Saúde. Devemos proceder à revisão do estatuto de Médico Docente com tempo protegido para o ensino. O mesmo se aplica à enfermagem e a outras profissões da saúde. E deverá haver tempo protegido para a investigação em todas as ULS, sejam universitárias ou não.

Mais do que discutir o número de vagas, é preciso retomar a ideia que as licenciaturas e/ou mestrandos integrados em saúde deverão ter uma parte comum à enfermagem e ao ensino de algumas áreas e tecnologias da saúde. Entretanto, deveríamos descentralizar o ensino médico pois formamos médicos em excesso para a capacidade que temos nos Hospitais Universitários em Lisboa, Porto e Coimbra. A regionalização poderá contribuir para essa descentralização e os bons exemplos do Minho e da Beira Interior, assim como de outros Centros Universitários Clínicos, poderão (e deverão) ser utilizados como dinamizadores de uma nova forma de organização de ensino/aprendizagem.

Este tipo de organização, descentralizado, melhorará a educação e a formação em ciências da saúde e potencializará uma prática clínica com ênfase na saúde e na prevenção das doenças das pessoas e da comunidade (ver caixa com pensamento de Luís Valente de Oliveira).

“... É preciso insistir muito na educação e na formação e, também, na descoberta de novos conhecimentos, na procura dos recursos endógenos e nas maneiras de os mobilizar, ...”

... “Importa atender à variedade das respostas que os sistemas centralizados habitualmente não produzem, a começar pelo conhecimento das necessidades e dos condicionamentos das soluções possíveis. Tudo isso é sabido em relação à educação e formação, à saúde e à cultura”

Prof. Valente de Oliveira

“O processo de desenvolvimento e a regionalização”, 4/10/2024

“CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO”



36

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Leonardo Costa

Professor de Economia da Universidade Católica Portuguesa

Reformar o Estado português, atendendo ao território e reforçando a subsidiariedade

A ausência de abordagens transversais de base territorial nas políticas públicas setoriais, a debilidade da atuação do Estado nos territórios intermédios (subnacionais e supramunicipais, urbanos e rurais), o centralismo, a burocracia, a dissociação entre as atuações e representações dos diferentes níveis de Estado, o esvaziamento da representação política e a fraca participação cidadã são alguns dos principais desafios com que se depara o Estado português no presente.

Os organismos dos ministérios do poder central, sediados em Lisboa-capital, funcionam como silos que pouco ou nada comunicam entre si. Assumem perante Bruxelas uma postura acrítica e operam no país de uma forma desconexa e impositiva. As inúmeras plataformas de candidatura aos diversos fundos do PRR são disto um exemplo. Acresce que os referidos organismos não distinguem os territórios intermédios nas metas que estabelecem e, por isso, não exploram as diferenças e sinergias que possam existir entre eles nos caminhos para as atingir, nem dão resposta eficaz a desafios críticos, como a mobilidade e a habitação, que afetam as populações nessas escalas territoriais.

A ocupação dos cargos de uma administração central do Estado pouco profissionalizada e capacitada é cam-

po da luta política partidária. O centralismo é também uma resposta à fragilidade das escolhas partidárias, pois desresponsabiliza os nomeados. A burocracia do Estado central português (e a inerente e onerosa morosidade das decisões) constitui, em simultâneo, uma afirmação gratuita de poder e uma escapatória à tomada de decisões (que o obrigariam a ter de enfrentar o medo que tem de Bruxelas).

A falta de uma estrutura coerente e interligada entre os diferentes níveis de Estado e o esvaziamento da representação política central – em Portugal elegem-se os partidos e, por arrastamento, os deputados – contribuem para a atuação desordenada do poder central nos territórios intermédios. As entidades intermunicipais e a recente transformação das CCDR em institutos públicos de regime especial (sob a tutela do poder central) carecem do incentivo político, da legitimidade e da independência que uma eleição direta lhes conferiria.

Tendo em conta o acima exposto, uma reforma do Estado português com interesse implicaria:

- a) A identificação das escalas territoriais mais adequadas para a resolução de cada tipo de problema.
- b) O reconhecimento da existência de territórios intermédios funcionais, urbanos (de elevada densidade populacional) e rurais (de baixa densidade populacional), em linha com a definição de regiões funcionais da OCDE.
- c) A adoção do princípio europeu da subsidiariedade e de abordagens transversais aos desafios. Ignorar este princípio é, à luz da doutrina social da Igreja, violar a dignidade das pessoas.
- d) A compreensão de que a atuação do Estado, poder político e administração, deve ser mais estratégica, orientadora, capacitadora e subsidiária, da escala regional para cima, e mais operacional, da escala sub-regional para baixo (em que é maior a proximidade às populações).
- e) O fortalecimento dos mecanismos de representação política e da interligação dos diferentes poderes e escalas de atuação, garantindo que, em cada nível de decisão, exista representação dos níveis imediatamente inferiores e haja o incentivo à participação cidadã através de instrumentos como assembleias cidadãs e orçamentos participativos, entre outros.
- f) A desburocratização e a capacitação das administrações do Estado.
- g) O fomento da competitividade e da coesão dos territórios do país e do país como um todo.
- h) O alinhamento do modus operandi dos partidos políticos com estes princípios.



A curva espiral sugere dois movimentos antagónicos em relação à reforma do Estado português: i) o movimento para dentro representa o centralismo, o retrocesso, o passado, o fechamento, a opacidade, o medo de existir, a desconfiança, a burocracia e a fragilização da democracia portuguesa; ii) o movimento para fora traduz a descentralização, o progresso, o futuro,

a abertura, a transparéncia, a vontade de aprender com os erros, a confiança, a desburocratização e o aprofundamento da democracia portuguesa

/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

37



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Manuel Correia de Pinho
Economista

Portugal - Estrutura e especialização relativa das economias do interior

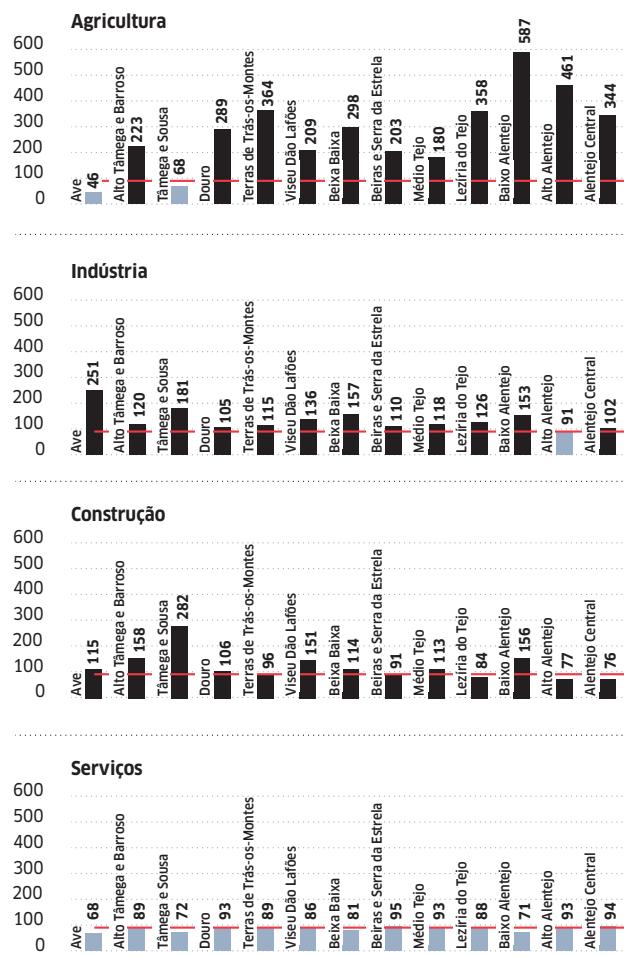
1. O desenvolvimento regional é determinado, ou condicionado, por diferentes fatores, particularmente pela natureza e importância das atividades económicas exercidas nas regiões e pelos correspondentes perfis de especialização produtiva. O aprofundamento ou a alteração da especialização produtiva visando a melhoria de um modelo económico exige que as políticas económicas tenham uma dimensão regional.

É a esta luz que as linhas seguintes esboçam o perfil de especialização produtiva das regiões NUTS III portuguesas (considerando-se aqui apenas as 13 regiões do interior continental identificadas na figura). As atividades analisadas são a Agricultura, a Indústria, a Construção e os Serviços.

2. O quadro junto apresenta um resumo das estruturas

Indicadores de especialização produtiva nas regiões do interior do continente português em 2022

-Indicador maior (menor) do que 100: Grau de especialização superior (inferior) ao do País-



Nota:

A especialização compara a estrutura produtiva da região com a do país. O indicador é um rácio entre pesos relativos: o peso de cada atividade, medido pelo VAB, na economia da região, a dividir pelo peso dessa atividade na economia geral do país, vezes 100. Se, por exemplo, uma economia regional apresentar um rácio acima de 100 na atividade X, isso não significa que seja maior ou mais avançada ou mais competitiva, quando comparada com o país, a produzir X; significa apenas que, nas respetivas estruturas produtivas, X pesa mais na região do que pesa no país.

Peso das atividades económicas nas regiões do interior do continente português em 2022

Atividade	Regiões do interior		
	Mínimo	Média	Máximo
Agricultura	1% (Ave)	6,1%	12,9% (Baixo Alentejo)
Indústria	15% (Alto Alentejo)	22,4%	41,4% (Ave)
Construção	3,6% (Alentejo Central)	5,9%	13,4% (Tâmega e Sousa)
Serviços	52,1% (Ave)	65,5%	73,0% (Beiras e Serra da Estrela)

Nota: Em cada uma das 13 regiões, as 4 atividades somam 100%. O quadro mostra apenas as médias e os extremos de cada uma das 4 atividades, no conjunto das 13 regiões. O leitor poderá consultar fontes e detalhes das 13 estruturas produtivas em: www.acec.pt

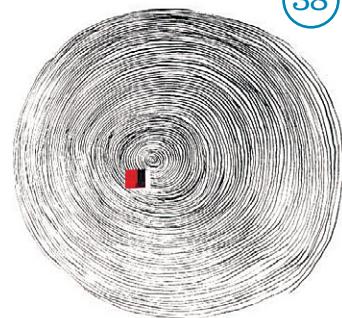
produtivas das economias regionais do interior continental. A observação deste quadro evidencia a preponderância dos Serviços na produção das economias das regiões do interior (onde o mínimo dos Serviços, 52%, é maior do que o máximo, 41%, da Indústria), a relevância da Indústria (onde a produção de eletricidade detém um peso expressivo) e as moderadas contribuições da Agricultura e da Construção. É um quadro que, provavelmente, não corresponde à percepção comum.

3. Porém, esta percepção deve ser ponderada pela observação dos indicadores de especialização produtiva que enquadrão as atividades regionais no todo nacional. A figura seguinte mostra esses indicadores. As regiões do interior, em particular as do Alentejo, apresentam uma estrutura produtiva caracterizada por um peso da Agricultura (que inclui a pecuária e a floresta) na sua produção total, acentuadamente mais elevado do que o peso observado no conjunto do país, realçando a vocação agrária daquelas regiões. A Indústria (provavelmente muito influenciada pela produção de eletricidade) apresenta um padrão de especialização produtiva quase sempre mais elevado do que o peso observado no conjunto do país. A Construção revela um padrão de especialização produtiva que não anda longe, acima ou abaixo, do geral do país. Apesar de dominarem o tecido produtivo em todas as regiões analisadas, os Serviços (que incluem o turismo) mostram-se como o setor de atividade mais desfavorecido no contexto da análise adotada, sempre abaixo do geral nacional.

4. Tendo em conta o perfil de especialização produtiva que resulta da análise anterior, parece aceitável concluir que, tendo em vista a atenuação do desequilíbrio observado nas regiões do interior, as políticas de desenvolvimento regional poderiam, deveriam, ponderar o reforço das condições de produção de serviços (turismo, comércio, banca, cultura, serviços públicos, incluindo cobertura digital, transportes, segurança, educação, saúde e outros), se bem que os Serviços, como foi dito, sejam já preponderantes nas estruturas produtivas regionais.

“CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

38



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Rui Rio
Economista

Descentralizar e desconcentrar

Em minha opinião, há dois aspectos da vida nacional que estão pior do que estavam há 50 anos. Uma é o funcionamento do sistema judicial, que naquilo que é a sua capacidade de servir o quotidiano dos cidadãos e das empresas responde hoje pior do que o fazia há meio século. A outra são as assimetrias regionais. Portugal está hoje mais assimétrico, ou seja, a diferença entre o Litoral e o Interior é hoje mais profunda.

Ao longo deste período – com grande mérito para o poder local democrático – fomos fazendo muitos investimentos e criando muitas rotinas que melhoraram a vida de todos os cidadãos. Mas, em paralelo, acentuou-se a concentração, particularmente em torno da capital. Quem vive em certas partes do Litoral sente menos o exagero, mas os nossos conterrâneos do Interior sentem de uma forma brutal as injustiças sociais decorrentes desta irracionalidade.

A macrocefalia urbana, que fomos construindo junto ao estuário do Tejo, leva a uma degradação objetiva da nossa qualidade de vida. A das gentes do Interior, porque vêm perdendo massa crítica para se poderem

desenvolver. E a dos que têm de viver na capital do país, porque o excesso de concentração torna em muitas circunstâncias o dia a dia da maioria das pessoas um verdadeiro inferno. Esta lógica concentraçãoista arrasta também consigo diversos problemas, ao nível do urbanismo, da mobilidade, da segurança, ou das condições ambientais, para lá de consequências negativas ao nível da despesa pública e da própria produtividade. Não é por acaso que a excessiva macrocefalia urbana é muito mais frequente em países mais atrasados.

Quanto mais deixarmos esta lógica avançar, mais difícil será retroceder, devido ao efeito “bola de neve”. Por falta persistente de massa crítica, o desinvestimento no Interior aumenta, o emprego de qualidade vai desaparecendo, os habitantes vão envelhecendo e os serviços básicos começam a faltar, por força de um custo per capita elevadíssimo. Com esta causa-efeito, a partir de um dado patamar, o processo torna-se mesmo irreversível.

O próprio problema da habitação, que todos os partidos pretendem resolver, densificando cada vez mais a construção nova em Lisboa e Porto, é um exemplo claro de uma visão imediatista. Esse aumento de oferta, poderá aliviar os preços no curto prazo, mas vai provocar ainda mais procura a médio e longo prazo e, por consequência, agravar ainda mais a situação. Quanto mais densificarmos os dois grandes polos urbanos nacionais, mais obrigaremos as pessoas a terem de deslocar as suas vidas para lá; para onde há investimento.

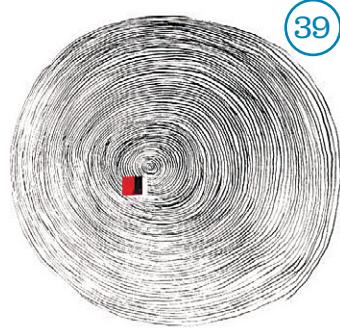
A solução para este e para muitos outros problemas com que nos debatemos, passa pelo contrário. Passa por uma política devidamente estruturada de criação de emprego e de investimento no Interior do país, e numa deslocalização lenta, mas cadenciada, de serviços públicos para fora da capital. Passa por um aproveitamento justo e inteligente de todo o território nacional e não por “encaixotar” mais gente, onde ela já não cabe.

Durante muitos anos acreditei que os decisores políticos nacionais acabariam por perceber que estávamos no caminho errado e que, mais dia menos dia, iriam ser coerentes com o seu próprio discurso sobre a necessidade de se desenvolver o nosso Interior. Hoje, não tenho dúvidas de que tal nunca acontecerá por opção desse *centralismo*. Se nem a proposta que em tempos fiz na AR para deslocalizar os tribunais Constitucional e Supremo Administrativo para Coimbra conseguiu aprovação, como irão decidir outras bem mais substanciais e mais complexas? É por isso que entendo que este sério obstáculo ao nosso desenvolvimento só poderá ser ultrapassado se conseguirmos *descentralizar* as nossas decisões políticas, aproximando-as da realidade local.



Tentamos meter mais gente onde ela não cabe

“CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO”



39

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

João Luis Mota de Campos,
Advogado, ex-secretário de Estado
da Justiça

A cidade e as serras



À noite é quando se vê melhor

É à noite que melhor se pode observar e vê-se bem numa fotografia de satélite: uma faixa que vai de Viana do Castelo a Setúbal e o litoral algarvio rebrilha de mil luzes, com nodos luminosos em Lisboa e no Porto.

A iluminação dá um mapa perfeito da distribuição da população: 3/4 dos 92 000 km² do território nacional estão esparsamente povoados, um quarto tem uma enorme concentração de população, no litoral norte e à volta dos grandes centros urbanos do litoral, sobretudo a Grande Lisboa e o Grande Porto.

Os geógrafos e os especialistas em demografia saberão explicar bem melhor do que eu as razões desta concentração de população no litoral, mas resta-nos constatar que a vida no interior é bem mais barata, que os serviços públicos, quando existem, funcionam melhor e que a vida em geral, pelas métricas usuais, tem mais qualidade, apesar de sabermos que o nível nominal de rendimentos é mais baixo ou até muito mais baixo.

Já sabemos que as grandes cidades têm muito mais sistemas de transportes, são muito mais bem servidos por estradas, caminhos de ferro e aeroportos; que são hubs de criatividade, mais oportunidades de emprego e carreira, mais concentração

de dinheiro com tudo o que isso implica, de poder de decisão, de oportunidades de conexões.

Todas essas vantagens são evidentes e para muitos valem mais que o ar puro e a proximidade e simplicidade da vida no interior. Mas, para alguns outros, nem por isso: preferem prescindir das vantagens de uma vida urbana em que a oferta de serviços está concentrada, em favor de uma vida “campeste” em que é ainda possível manter de forma económica um conjunto de modos de vida e de tradições que também são qualidade de vida.

Compete ao Estado manter o equilíbrio entre estas duas esferas da vida nacional e assegurar que as evidentes vantagens dos grandes centros têm pelo menos alguma contrapartida no interior. É assim que as regiões desfavorecidas beneficiam de taxas de IRC mais baixas ou de bonificações no IRS ou de maiores transferências per capita para os municípios do interior.

Tudo isso pode ser melhorado, mas essencial mesmo é garantir as condições de operacionalidade das atividades económicas desenvolvidas nessas regiões, porque só aí é que se conseguem garantir condições de crescimento económico e de manutenção de emprego de qualidade.

Como é evidente, é no interior do país e nas regiões rurais que há condições para desenvolver agroindustrias e atividades agroflorestais relacionadas com o comércio internacional (eucaliptos, oliveiras, amendoeiras, vinha, montado de sobreiro, pinheiros, por exemplo) e as iniciativas nessas áreas de investimento devem ser fortemente acarinhadas e protegidas.

Acontece que existem vários programas de apoio a esses investimentos, que consistem normalmente no pagamento a fundo perdido, em regime de cofinanciamento com a União Europeia, de percentagens que variam entre 50% e 80% do total do investimento.

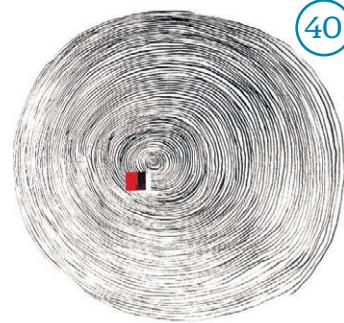
Não vou aqui falar das inúmeras exigências regulamentares a que esses projetos estão sujeitos, só ao alcance de quem tenha fortes consultorias jurídicas, mas devo realçar que o princípio-base é o de que os investidores pagam e, só depois de controlada a execução dos projetos são reembolsados.

Ora calha que o Estado através do IFAP se atrasa inacreditavelmente no reembolso desses montantes, deixando os investidores a descoberto por longos meses, nos piores casos, anos, e até, como neste momento, na dúvida sobre se irão receber aquilo a que têm direito, por exaustão do quadro comunitário de apoio em vigor...

Como é evidente, assim não há interior que consiga resistir.

“CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO”

40



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



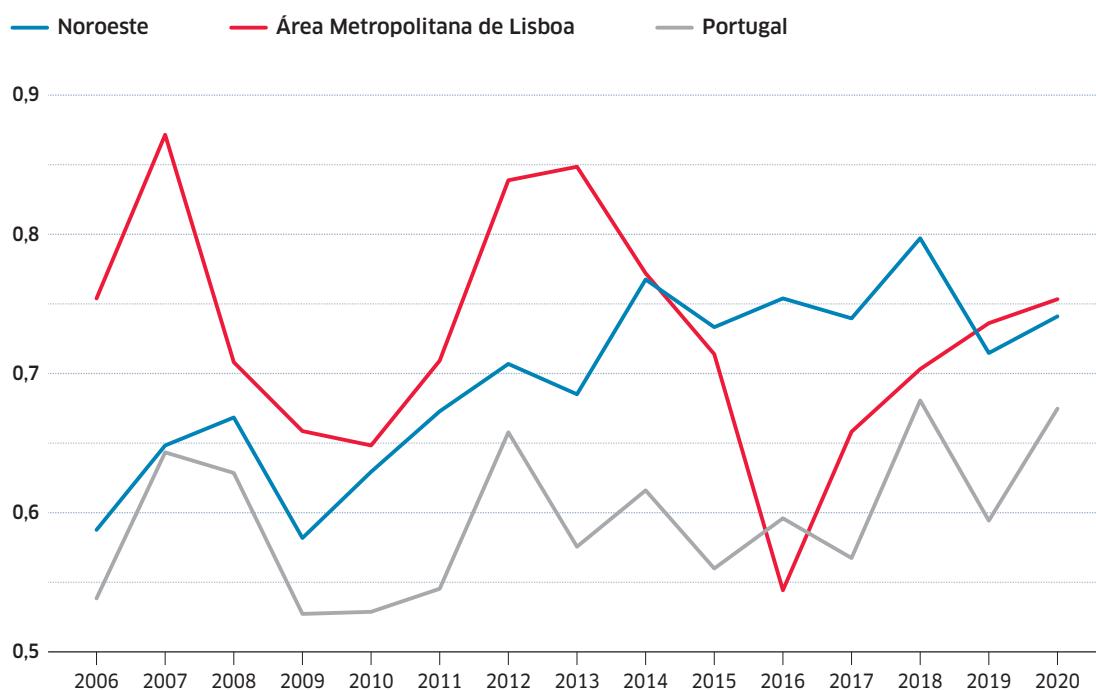
POR

Guilherme Costa

Economista, gestor

Complexidade económica e descentralização do poder

Índice de Complexidade Económica em Portugal e nas Macrorregiões Industriais



“A sustentação do crescimento do ICE no Noroeste Industrial é um desafio para as políticas económicas do centralismo e apela a estruturas de poder descentralizadas”.

Em sistemas complexos como são as economias modernas, os índices de complexidade económica (ICE) – calculados inicialmente por Hausmann e Hidalgo, em Harvard, a partir de dados do comércio mundial – avaliam a diversificação das estruturas industriais e a sofisticação dos bens produzidos em cada território. Estabelecem uma hierarquia tecnológica entre os países com forte correlação com os PIB respetivos.

As duas macrorregiões industriais portuguesas, o “Noroeste Industrial” (Porto, Aveiro, Braga e Viana) e “Lisboa (com os seus eixos industriais)”, têm em 2020 valores muito próximos para os ICE. A qualidade tecnológica das duas macrorregiões será equiparável, apesar de características e trajetos distintos que tendem a exprimir a influência desigual das principais instituições económicas e a relação diferenciada com o Estado.

Uma vez que os modelos de desenvolvimento tecnológico-industrial são tão diferenciados e um dos modelos não é uma mera etapa do percurso para chegar ao outro, pergunto: estruturas e processos diferentes não deveriam exigir políticas e centros de decisão diferentes?

O modo de pensar centralista, predominante no país, responde que não: as decisões de política económica

devem ser únicas e tomadas num centro “único” de poder. A resposta traduz a convicção sobre o papel de comando de um centro económico e político da vida social do país, com legitimidade para decidir sobre a aplicação dos recursos nacionais, “distançando-se”, quando não “ignorando”, condições, valores e objetivos de cada região.

O anticentralismo tem fortes reservas relativamente a esta lógica centralizadora invocando, além do mais, que nos países mais desenvolvidos a organização do Estado é descentralizada. O princípio da subsidiariedade, que as melhores práticas universais e a nossa Constituição consagram, surge como a fórmula de bom senso que permite ao Estado executar melhor as políticas nacionais e respeitar os direitos de pertença das populações através de instituições de governo regional.

A defesa da centralização reclama o suporte de qualquer das opções polares que encontramos no debate standard sobre políticas económicas – “contar sobretudo com o Estado” ou “deixar tudo para o mercado”. Das duas uma: ou uma élite especializada comprehende o funcionamento da economia e um Estado central é capaz de identificar soluções para os problemas ou este comando não é relevante nem útil e o Estado deve ter um peso tão reduzido quanto possível.

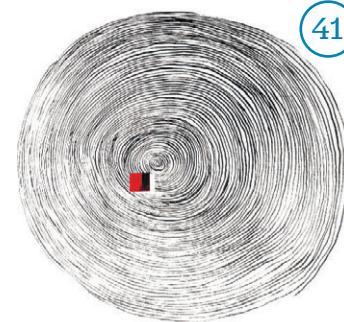
A crítica a esta simplificação excessiva da realidade económica acentua-se com a representação das economias como sistemas complexos. Das interações de mercado emergem soluções que não são necessariamente ótimas relativamente aos objetivos dos indivíduos e da sua vida social; o ativismo governamental encontra aqui um espaço, que contudo deve ser muito contido porque as elites político-económicas têm uma capacidade limitada de compreensão do funcionamento das economias.

Sistemas complexos como as economias, inscritos na vida política e social, estão em permanente evolução e desenvolvem múltiplos mecanismos endógenos que lhes permitem funcionar. As políticas públicas são processos de interação (top down e bottom-up) entre governos e agentes, visando escolhas coletivas criadoras de ordem social, selecionadas por experimentação e erro, adaptadas a cada problema e a cada contexto.

À luz das ideias da complexidade e da evolução, a opção por estruturas de poder descentralizadas sai reforçada. Completada por uma governação policêntrica capaz de promover a cooperação das regiões e os comportamentos “fair” dos agentes, as condições para jogos de soma positiva melhoram. O todo (economia nacional) pode ser maior que a soma das partes.

“CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

41



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Paulo Trigo Pereira

Professor catedrático do ISEG
e presidente do Institute of Public Policy

A representação política do Interior

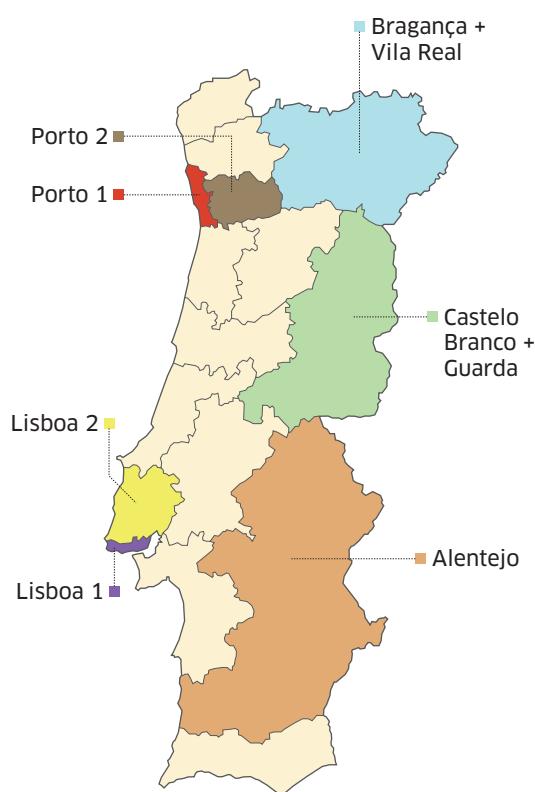
Em 1998, pediram-me para fazer um estudo sobre o possível modelo de financiamento das regiões administrativas no continente que acabou em livro. A questão que se colocava então, como agora, era a de saber quando se fala em regionalização que modelo se tem em mente. Para tornar as coisas mais claras, distingui dois modelos possíveis de regionalização, um que seria extremamente mau para o país e outro que seria interessante. O primeiro, um modelo redistributivo de regionalização política com significativa autonomia fiscal das regiões, capacidade de endividamento e de pressão junto do poder político nacional e europeu permeável a atividades de rent-seeking de líderes regionais. O segundo, um modelo político-administrativo, com foco nas “vantagens comparativas” regionais, com mais restrições quer ao nível tributário, quer de endividamento, e um enquadramento constitucional da partilha de receitas entre diferentes níveis de governo. Infelizmente continua a falar-se em regionalização sem se perceber que modelo se pretende. Estou convicto de que não vai haver regionalização nas próximas décadas e que, caso existisse, provavelmente se avançaria no mau modelo.

Significa isto que estamos condenados a que não haja reforço da representação política das regiões do Interior do país? Não necessariamente. Apesar de não ser equivalente à regionalização, é possível melhorar a representação política de algumas regiões do Interior com uma alteração do sistema eleitoral.

Nomeadamente ao nível do desenho dos círculos eleitorais, aumentando a escala dos círculos. Em concreto, a agregação de 3 círculos do Alentejo, 2 de Guarda e Viseu, 2 de Vila Real e Bragança. De sete círculos eleitorais passaríamos para três.

O aumento da dimensão dos círculos diminui a disparidade dos círculos, sobretudo se acompanhado da partição dos grandes, em particular de Lisboa e Porto. Cria maior justiça eleitoral minorando o problema que existe em pequenos círculos, em que para muitos cidadãos a opção é entre o “voto útil” num partido em que não se reveem ou o “voto desperdiçado” no partido que apoiam mas que sabem que não vai eleger ninguém. Este dilema não existe para quem vive em Lisboa ou no Porto.

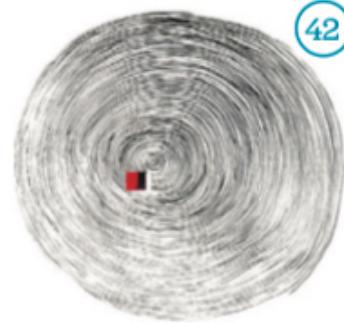
Há cerca de um ano, foi lançado um manifesto pela reforma do sistema eleitoral no sentido de lidar com este problema e com outro. A não possibilidade em Portugal de se votar simultaneamente em partidos e candidatos. O monopólio da ordenação de candidatos eleitos está totalmente nos partidos, ao contrário da esmagadora maioria de países europeus, em que é possível a personalização do voto. O manifesto abre para várias possibilidades de reforma, mas há uma que está a ser trabalhada e que é a mais interessante do ponto de vista da descentralização política: um sistema com dois níveis de círculos. Qualquer um daqueles três círculos plurinominais seria subdividido em três círculos uninominais: o Alentejo, com Beja, Évora e Portalegre; a “Beira Interior”, com Castelo Branco, Guarda e Covilhã; e o Nordeste, com Bragança, Vila Real e Chaves. Ou seja, aumenta a escala sem desaparecer, antes aumentando, a descentralização política. No mesmo território onde havia sete círculos, passaria a haver três regionais e nove uninominais, em que os cidadãos passariam a ter dois votos, no seu candidato e na lista partidária. Ao mesmo tempo haveria uma partição dos grandes círculos. A reforma do sistema eleitoral é difícil, mas com um forte impulso dos cidadãos será possível. A efetivar-se, aumentaria o peso político das regiões do interior. O manifesto, os subscriptores e o projeto de reforma do sistema eleitoral encontram-se em <https://reformarosistemaeleitoral.com/>



“Um possível redesenho dos círculos eleitorais do continente”.

INFOGRAFIA JN / JOÃO CORREIA

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



42

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Henrique Neto
Empresário, ex-parlamentar

*A vantagem
de saber para
onde vamos*

Estratégia?
"Hoje no que mais insisto
é na formação dos
comportamentos e das
competências das nossas
crianças em pé de igualdade,
através de creches
e pré-escolar
de qualidade para todas
elas, pobres e não pobres,
com educadores licenciados,
alimentação e transporte."

Os muitos problemas que afetam negativamente o Interior de Portugal são frequentemente tratados de uma forma romântica, emocional e, não poucas vezes, desligada da realidade. Razão para afirmar que os nossos problemas do Interior resultam dos atrasos portugueses, tanto económicos como sociais, atrasos que serão naturalmente resolvidos tão cedo Portugal atinja o nível de desenvolvimento dos países mais avançados da União Europeia. Ou seja, os problemas do nosso Interior são afinal os nossos problemas como país económica e socialmente atrasado.

Por sua vez, os nossos atrasos resultam, em grande parte, da governação do país se fazer sem destino certo, com avanços e recuos que resultam da ausência de uma estratégia definidora dos nossos objetivos nacionais. Ou, como tenho escrito demasiadas vezes, não há bom vento para quem não sabe para onde vai.

Num curso em que participei no Japão em 1995, aprendi a importância da estratégia no governo dos povos, como das empresas, através da experiência japonesa de 1946 e 1956, que foi a base do rápido progresso do Japão do após guerra. Chegado a Portugal e com a ajuda do professor Veiga Simão, cozinhámos uma síntese estratégica para



Portugal bastante mais palavrosa do que a experiência japonesa – por alguma razão somos portugueses – tendo posteriormente publicado um livro sobre o assunto: "Uma estratégia para Portugal". O texto inicial da síntese estratégica foi publicado pela Associação Industrial Portuguesa como parte da Carta Magna da Competitividade. O texto dizia o seguinte:

"O novo modelo económico (no contexto da União Europeia e da globalização) deve ter um enquadramento flexível e privilegiar o desenvolvimento e modernização dos setores de bens transacionáveis (produtos e serviços suscetíveis de concorrência internacional nos mercados internos e externos), desejáveis nos mercados externos em virtude das suas características de inovação tecnológica e valor. O fator humano qualificado, culto e motivado, a produção científica e tecnológica organizada e o acesso rápido, fácil e barato ao mundo através de telecomunicações, de sistemas de informação e transporte, são os recursos essenciais."

"A criação de vantagens competitivas nos mercados europeus tradicionais e a diversificação das relações comerciais e de investimento impõem relações mais intensas da economia e do sistema científico e tecnológico com mercados e parceiros exigentes."

Em suma: "Um forte empenho da sociedade portuguesa na economia do conhecimento baseado num crescimento sustentado, na qualidade e na inovação e orientado para aumentos significativos da produção de bens e serviços transacionáveis."

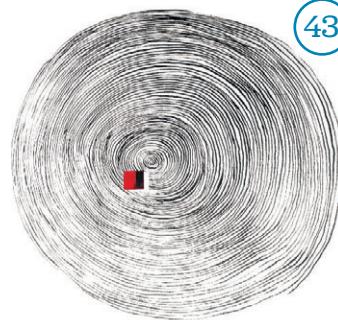
Passados vinte e dois anos sobre a publicação deste texto dirigido principalmente ao poder político, o resultado foi a recusa do seu debate e a governação do país se continuar a processar sem uma clara orientação estratégica.

Passados todos estes anos, a minha convicção continua a ser de que as causas do atraso do Interior de Portugal não são diferentes das causas dos atrasos de Portugal em relação aos países mais desenvolvidos da União Europeia. Trata-se essencialmente de um problema de formação de metade da sociedade portuguesa, de crianças pobres que chegam ao ensino oficial aos seis ou sete anos marginalizadas na sua formação relativamente às crianças oriundas das famílias de maiores recursos, o que se mantém ao longo da vida. Razão de hoje insistir na formação dos comportamentos e das competências das nossas crianças em pé de igualdade, através de creches e do pré-escolar de qualidade, com educadores licenciados, alimentação e transporte.

As questões do Interior passam por uma sociedade portuguesa mais equilibrada, mais desenvolvida e mais competente.

“CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO”

43



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

www.acec.pt

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Isabel Pires de Lima

Professora emérita da UP, à data do escrito
Presidente da Fundação de Serralves

Os bons fados da descentralização cultural

Com o 25 de Abril, a expressão descentralização cultural rapidamente começou a circular, até porque o Movimento das Forças Armadas (MFA), no seu afã de levar o credo democrático aos gentílicos, criou as “Campanhas de dinamização cultural e ação cívica” no sentido de incentivar a participação cívica dos cidadãos de um país em estado letárgico, em que a interioridade era um fado ao qual era difícil escapar.

O país que fomos construindo foi paulatinamente, se comparado com o esforço desenvolvimentista noutras áreas, atentando na promoção da cultura. Esta foi o último setor social a beneficiar, por volta de 2000, com o pioneiro Programa Operacional da Cultura (POC), de programas comunitários de incentivo. Demorou muito a convencer os governos da bondade do investimento descentralizado em cultura... Lá se criaram, em boa hora, bibliotecas, cineteatros, museus, salas de exposições, etc., mas foi sendo sempre deixada para segundo plano a sua programação e, nos anos subsequentes, desparamos com belos equipamentos vazios de vida, quando não fechados – a cultura é um luxo caro, que é difícil medir em termos de impacto económico e social a curto

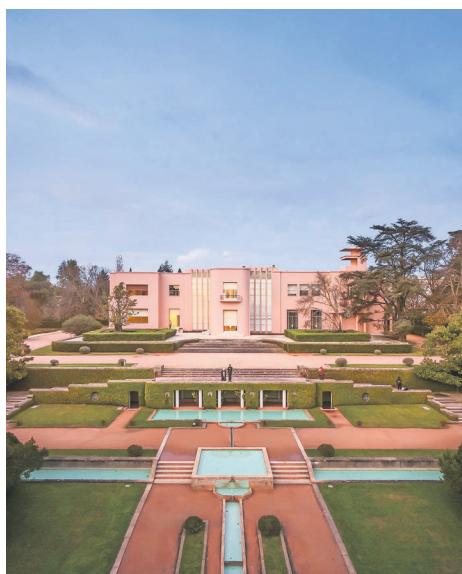
prazo. E conjugar economia e cultura era tido por um pecado quer do lado dos responsáveis políticos quanto dos próprios agentes culturais.

Hoje, as coisas mudaram, certamente não o suficiente, mas muito, e o poder autárquico que o 25 de Abril permitiu florescer foi altamente responsável por essa mudança, com orçamentos dirigidos para a cultura que fazem ver ao poder central e colmatam muitas das lacunas que aquele foi mantendo.

Trago aqui um exemplo que mostra como sinergias entre litoral e interior, centros e periferias podem ser benignos para todos: a Fundação de Serralves, na qual tenho responsabilidades desde há nove anos, ocupando hoje o lugar de presidente, criou há mais de 15, pela mão do então presidente Gomes de Pinho, um projeto de itinerâncias, intensificado nos últimos 10 de forma exponencial, contemplando essencialmente autarquias.

Tratou-se de estabelecer parcerias com um número de autarquias que hoje ultrapassa as 40, espalhadas por todo o território nacional, que integraram o quadro fundacional de Serralves em condições particulares de incentivo. O objetivo foi promover intervenções programáticas em áreas diversas em equipamentos autárquicos delas carecidos. Se inicialmente a colaboração se desenvolveu quase exclusivamente no campo das exposições de arte contemporânea – o Museu de Arte Contemporânea foi o foco inspirador da Fundação –, hoje, à medida que a missão de Serralves se foi alargando, com a criação da Casa do Cinema e da Direção de Arquitetura, a promoção do Parque e da educação ambiental, são oferecidas também exposições relacionadas com cinema, arquitetura, fotografia, ciclos de cinema, projetos e publicações sobre biodiversidade local, com programas educativos e brochuras associados, mas também conferências em torno do pensamento crítico, ações de capacitação (em mediação cultural, p.e.)...

O número destas acções está hoje na ordem das 360, num claro movimento de descentralização, o qual tem tido uma frutuosa contrapartida para a própria Fundação de Serralves com o crescente envolvimento dos municípios a participarem, saindo também eles dos seus territórios, nos Grandes Eventos de Serralves (Serralves em Festa ou Bioblitz) com oficinas educativas na área das artes e do ambiente, demonstrações de artes e ofícios (na Festa do Outono) e espetáculos na área performativa (música, dança, artes circenses, marionetas, etc.). Os territórios ganharam na aproximação à arte e ao pensamento contemporâneos com este movimento de descentralização e Serralves enriqueceu-se com a força centrípeta das culturas dos territórios descentrados. Ganhamos todos!



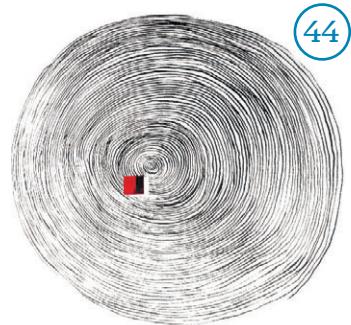
Fundação
de Serralves, Porto



Serralves em Melgaço, Exposição de exterior:
“Mona Hatoum - Jardin Suspendu”, 2025

NOTA: O CONCELHO DE MELGAÇO PERTENCE AO “INTERIOR”, SEGUNDO A PORTARIA 208/2017

“CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO”



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

www.acec.pt

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Nassalete Miranda
Diretora do quinzenário cultural
jornal “As Artes entre As Letras”

*Prescrever
= receber a
descentralização*

Em 1998 votei contra a regionalização, não só porque não me considerava suficientemente bem informada, como não acreditava que os detentores de cargos políticos de então (autárquicos incluídos) estivessem preparados para o que se propunha no referendo: saber se se deveria implementar a regionalização em Portugal e, caso esta fosse aprovada pelos eleitores, se concordavam com a região em que votavam e que na proposta eram sete.

O referendo foi rejeitado por larga maioria dos votantes. Passados que estão 27 anos, integro convictamente, não apenas o grupo dos que defendem uma descentralização equilibrada, pensada e estudada no terreno, como fiquei entusiasmada com o resultado do estudo de opinião do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE, de maio passado, que conclui que sete em cada dez cidadãos querem voltar a discutir a regionalização, e que de entre eles, quatro em cada cinco defendem um novo referendo sobre a criação de regiões.

Este estudo sobre “O que pensam os portugueses 2025 – descentralização e regionalização” é importante para se perceber como esta questão se mantém na agenda dos interesses dos cidadãos, de forma transversal ao território, sendo a Região Norte, e sem surpresas, a que se mantém

à frente na vontade de se reabrir um sério debate. São várias, e de todos conhecidas as razões do crescente descontentamento com a centralização e burocratização da Administração Pública e sistema governativo, como também é do conhecimento geral a avaliação positiva que a maior parte dos portugueses faz do poder local, considerando mesmo, e regresso ao estudo do ISCTE, “que o seu município melhorou na última década, enquanto avaliam pior o desenvolvimento do país no mesmo período”.

Quase 30 anos depois do referendo sobre a regionalização percebem-se os receios dos sucessivos governos em adiarem uma reforma que não é por acaso que está prevista na Constituição desde 1976.

Percebe-se e é muito desconfortável constatar que o medo de perder poder fala sempre mais alto nesta matéria, como noutras, aliás...!

Descentralizar é levar para a proximidade a possibilidade de resolver os problemas; é ter acesso a determinados bens culturais, é combater a desigualdade, é dar esperança aos mais novos e levantar do desespero os mais velhos que, sentados no tempo, aguardam pela vez de serem vistos, atendidos e ouvidos!

Descentralizar é um verbo transitivo, é, assim, de discurso direto... pelo que tem de começar a ser conjgado por todos os responsáveis no presente, para que haja futuro!

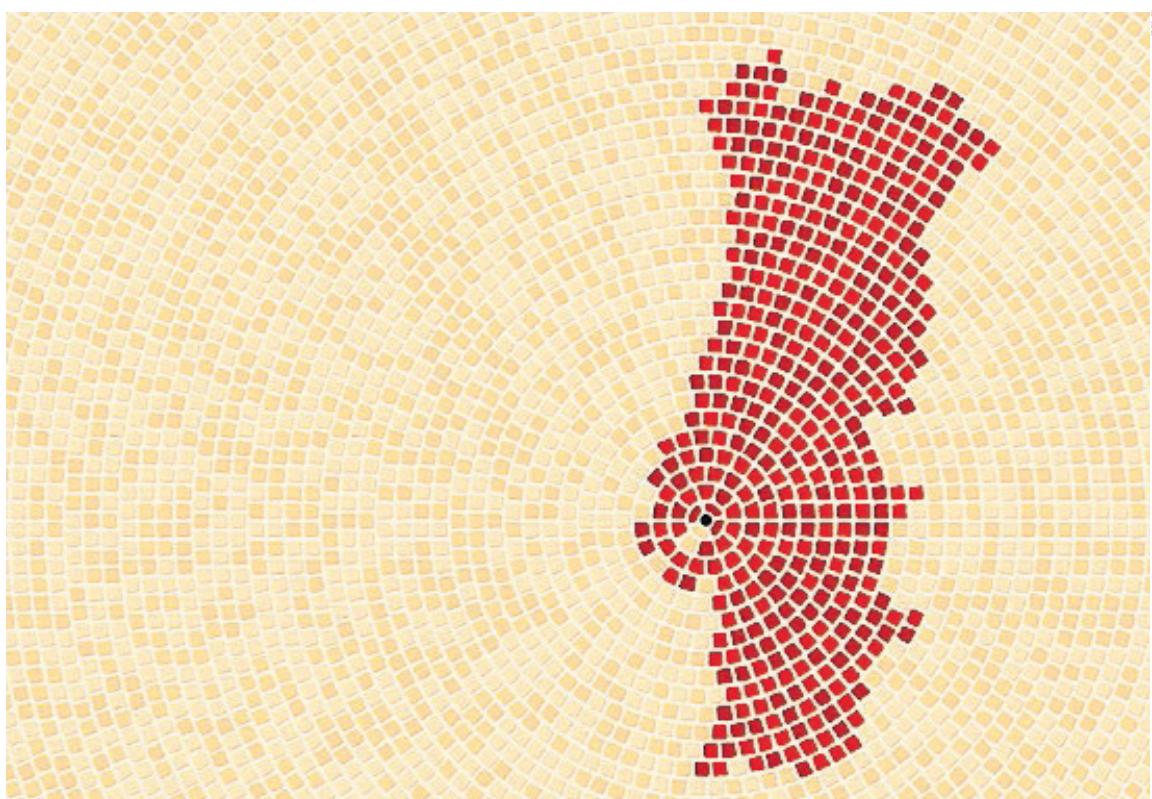
Descentralizar é um verbo com um povo lá dentro que conhece bem as limitações do poder autárquico, de que são exemplos preocupantes os meios aéreos para o combate aos incêndios e para o INEM.

Descentralizar, não para criar novos cargos nem novos “poderes” atribuídos aos arrivistas do costume, que se contorcem todos por uma “cadeira”, mas para dar a qualidade de vida prometida nos discursos eleitorais a todos os portugueses, com a distribuição criteriosa, atenta e conchedora das verbas nacionais e europeias.

A maior parte dos municípios e as áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa vão ensaiando, e com sucesso, a descentralização cultural.

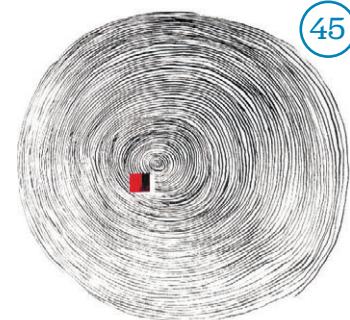
Curiosamente, ou não, em dezembro de 2023, o Governo de então extinguiu as cinco direções regionais de Cultura no Continente, para as substituir por sete entidades. Duas são novas, com sede em Lisboa, Património Cultural IP e Museus e Monumentos de Portugal EPE – a isto chama-se contra desconcentrar a Cultura – e cinco são as existentes e desconcentradas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Não entendi! Mas é certamente porque só tive a oportunidade de trabalhar com a Direção Regional de Cultura do Norte durante 15 anos!



Portugal, na diversidade - a unidade

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

www.acec.pt

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

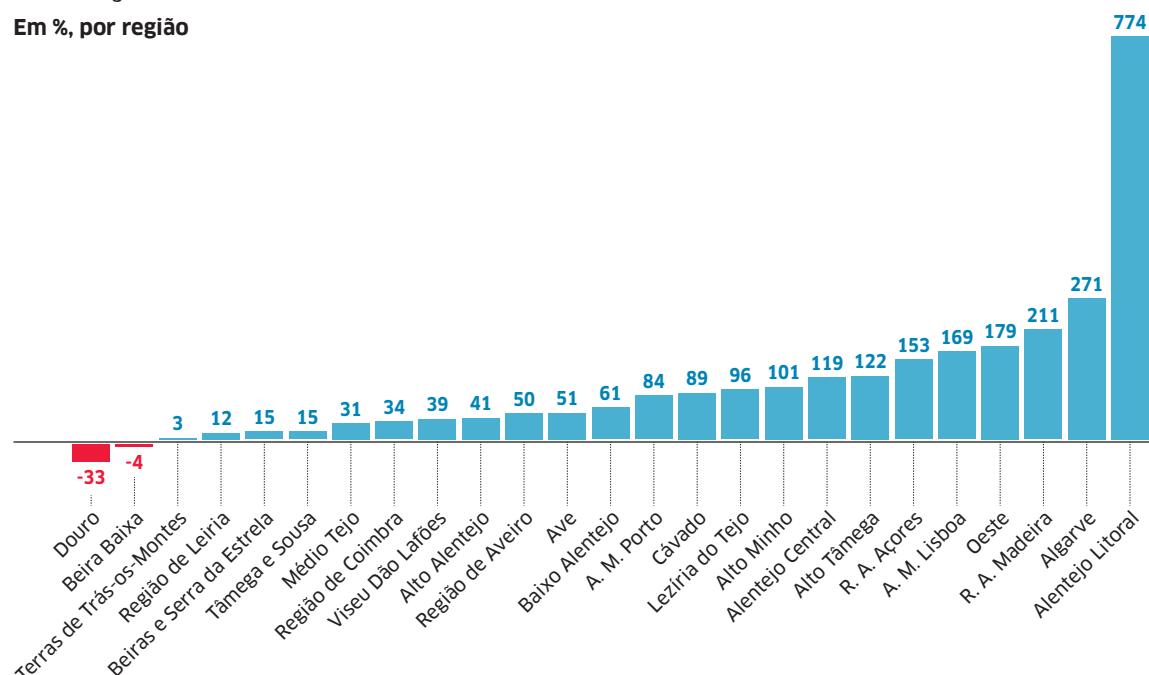
José Maria Pires

Fiscalista. Professor do ISEG

Uma reforma fiscal para a coesão territorial

Variação real da receita do IMT

Em %, por região



INFOGRAFIA JN / JOÃO CORREIA

Em vez de promover a coesão territorial, o IMT agrava a desigualdade territorial.

Evolução dos Valores Fiscais e de Mercado dos Imóveis para Habitação”.

A receita do IMT, a principal fonte de financiamento municipal, quase triplicou desde 2003, mas o seu crescimento real concentrou-se nos municípios mais desenvolvidos do litoral, deixando para trás os mais desfavorecidos do Interior e, descontado da inflação, ocorreu mesmo uma quebra no Douro e na Beira Baixa, como revela o gráfico em baixo (São Marcos, 2025).

Em vez de promover a coesão territorial, o IMT agrava a desigualdade territorial.

Com o IMI ocorre o mesmo. Desde 2013, a proporção de receitas deste imposto favorece os municípios mais desenvolvidos em detrimento dos mais desfavorecidos (Daniel Mateus, 2023). Este fenômeno é agravado por uma maior propensão para a evasão fiscal no setor imobiliário no Interior, o que diminui ainda mais os recursos financeiros dos respetivos municípios (Gonçalves, 2023).

Existe uma relação linear e significativa entre as receitas destes impostos e o crescimento económico e populacional dos territórios (São Marcos, 2025, e Mateus, 2023).

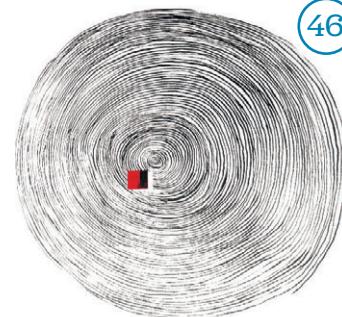
Destas receitas depende o investimento público dos municípios e a sua capacidade de atraírem investimento privado, pelo que têm um papel decisivo para a coesão. Porém, o modo desigual como se distribuem essas receitas provoca efeitos opostos e agrava a desigualdade territorial.

A política fiscal está, há muitos anos, a agravar o fosso entre os territórios mais desenvolvidos e os mais desfavorecidos, ao contrário da sua função constitucional.

Portugal necessita de uma reforma fiscal para a coesão territorial. É necessário alinhar o IMI e o IMT com esse seu objetivo constitucional. A afetação de uma parte das receitas destes impostos a um fundo tributário de coesão, para permitir a sua redistribuição a favor da coesão, seria um instrumento provavelmente adequado. Essa medida poderia também reduzir o incentivo ao licenciamento urbanístico com o objetivo de aumentar as receitas. Poderia ainda essa medida ser incluída numa reforma mais vasta da tributação do património imobiliário, rústico e urbano e da tributação municipal em geral, que a tornasse um instrumento eficiente de desenvolvimento económico do Interior, incluindo a criação dos benefícios fiscais em sede de impostos sobre o rendimento, propostos por Carlos Tavares no JN de 13/1/2025.

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

46



www.acec.pt

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

José Francisco Meirinhos

Professor da Universidade do Porto

Descentralização política ativa

Em 1619, numa época em que o centro político de Portugal estava em Madrid, Francisco Rodrigues Lobo escreveu “Corte na aldeia”, uma obra que desde o título fixou um arquétipo da política em Portugal. Nessa sequência de diálogos, um pequeno grupo de homens educados troca ideias sobre temas de sociedade e ditos espirituosos, com laterais e vagas referências políticas. “Corte na aldeia” é estes fidalgos fazerem aprazíveis serões numa anónima aldeia vizinha de Lisboa (sim, ficaram por perto), tratando assuntos vários, dos quais a vida das aldeias ou nas aldeias está totalmente ausente. O arquétipo centralista português é esta indiferença e mesmo desconfiança da corte em relação ao seu exterior. Há corte onde a corte está, o resto é cenário e silêncio, quando não motivo de desprezo pelo sotaque ou pela ruralidade.

Aquele arquétipo começou a ser demolido com a Constituição democrática de 1976, que criou um sistema de governo eletivo local com dois níveis (município e freguesia), dotados de assembleias e órgãos executivos, sem depender de nomeações do poder central. Pela sua ação, em menos

de 50 anos, foi recuperado um dramático atraso de salubridade e infraestruturação do país, com água canalizada, esgotos, arruamentos, iluminação, cuidados sociais, oferta cultural e desportiva, melhores escolas, apoio ao associativismo. Ao recusar ser apenas resto e paisagem, a periferia e o interior venceram a sua própria inércia, tornando-se mais habitável com investimentos pequenos, quando aplicados com critério. A Constituição de 1976 e os recursos financeiros, que com o tempo foram aumentando, operaram uma descentralização de serviços de proximidade, que continua a ser limitada pelo excessivo centralismo nacional.

Mesmo já não havendo corte, tudo ainda depende do centro. O poder descentraliza-se com intermitência e tende a multiplicar estruturas de gestão intermédia regionalizadas. Com a indispensável participação dos órgãos do poder central, é possível pensar uma descentralização política ativa e mais abrangente. Três exemplos:

1. A quebra demográfica e a contínua migração por razões económicas e laborais, agora principalmente em direção ao litoral, acentuaram o centralismo. Nas extensas regiões despovoadas, agora de inegável melhor qualidade de vida, devem ser desenvolvidas políticas públicas que estanquem a migração de jovens qualificados e estimulem o crescimento da população no interior.

2. Cresce desmesuradamente a extração de recursos do interior para conglomerados económico-financeiros, quase todos com sede fiscal na capital ou mesmo fora do país.

É necessário impor o reinvestimento local de lucros extraídos em setores como a produção de energia, a mineração, a agricultura e a silvicultura intensivas, as grandes ou médias superfícies comerciais. O interior não pode ser só paisagem com vias rápidas e implantes tecnológicos extractivos. É imperativo reinvestir localmente parte dos lucros gerados, fixando atividades de elevado valor acrescentado.

3. A capital concentra todas as grandes instituições políticas do Estado e os extensos serviços da sua órbita. É indispensável redistribuir a sede de instituições e órgãos do Estado e os correspondentes serviços por meia dúzia de cidades de média dimensão, criando oportunidades para população qualificada, melhores serviços e a descentralização do exercício do poder.

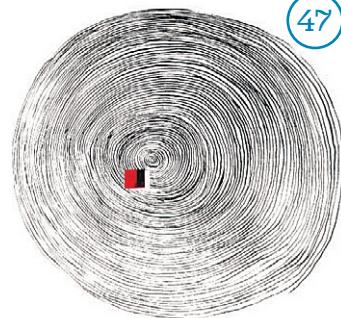
A descentralização não termina na prestação de serviços de atenção à cidadania. Fixar população qualificada, contrariar o extrativismo, transferir instituições e serviços do estado é a forma de dissolver o paradigma centralista da corte que por vezes vai à aldeia, continuando a ignorá-la. O país está preparado e não é preciso ter medo do futuro.



Cresce desmesuradamente a extração de recursos do interior para conglomerados económico-financeiros, quase todos com sede fiscal na capital ou mesmo fora do país

“CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO”

47



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Emídio Gomes
Prof. catedrático

O país como um todo

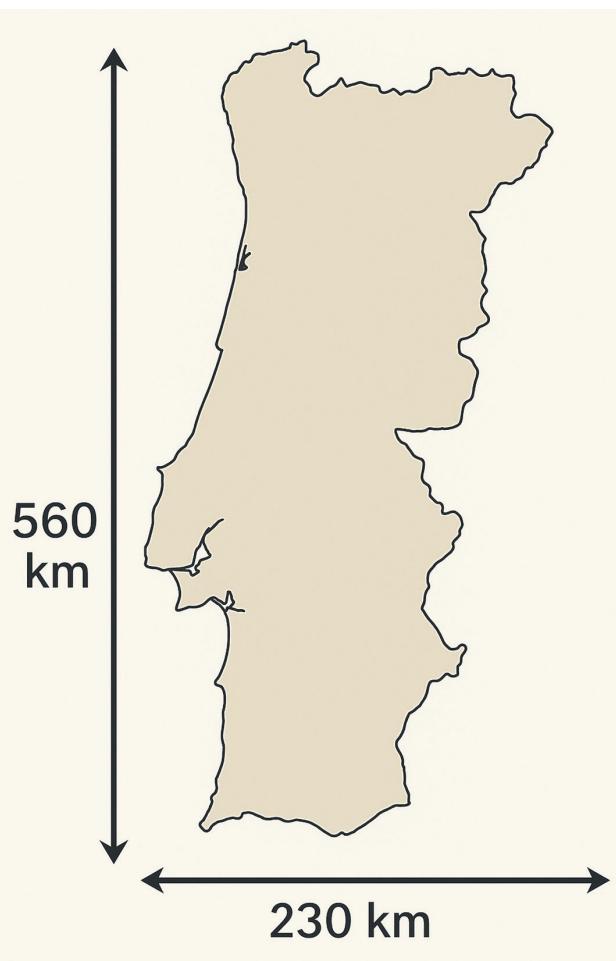
Com menos de 600 km de comprimento e pouco mais de 200 km de largura, Portugal tem revelado uma incapacidade secular crónica para ter um plano estratégico que consiga olhar para o seu desenvolvimento pleno. Só um “país rico” se permite ao desperdício do potencial de uma parte substancial do seu território. Temos por isso que ser capazes de olhar para o todo nacional, desenhando e aplicando políticas consistentes e duradouras. Se houver vontade política, um plano de desenvolvimento a aplicar em duas décadas e diferenciais de investimento significativos, poderá mudar a face atual do interior de Portugal. À sua escala, a nova ponte sobre o rio Maçãs, em Vimioso, tem que ter a mesma importância que o investimento no sistema de transportes de uma grande cidade.

Se deixarmos tudo correr ao sabor da chamada globalização, sem intervenção de políticas públicas diferenciadoras, então teremos um acentuar do efeito gravítico sobre os menores, ou mais fracos, com impacto negativo no emprego, no talento, no investi-

mento e, consequentemente, no desenvolvimento. Em Portugal, ao longo das últimas décadas, este “efeito da gravidade” gerou um movimento de perda do interior para o litoral, do litoral para Lisboa e daqui para outras capitais do globo. Mas se olharmos para a totalidade do território, este movimento foi ainda mais vasto. O efeito gravítico sentiu-se das vilas e concelhos para as antigas capitais de distrito e, mesmo nos concelhos mais pequenos, à perda de população e serviços das aldeias para os núcleos urbanos das suas sedes. Contrariar este efeito da gravidade parece ser uma abstração difícil de entender e solucionar. Mas é, por isso mesmo, um dos mais complexos e desafiadores obstáculos a vencer. Porque é aí que se estabelece a linha de fronteira entre países globalmente desenvolvidos e outros que nem por isso!

Mesmo quando criamos unidades de missão específicas para o interior, como aconteceu em 2016 com a nomeação de uma distinta e competente docente da universidade de Coimbra, assistimos à sua desistência menos de dois anos depois, com o anúncio público da falta de apoio político para o programa a desenvolver e a manifestação da sua frustração pela incapacidade do Governo compreender a possibilidade de conjugar desenvolvimento com baixa densidade populacional. De um elenco de 164 medidas num designado Plano Nacional para a Coesão Territorial, retiramos a promessa da criação de equipas de intervenção permanente nos concelhos do interior, de um novo fundo de captação de congressos internacionais e eventos, a transformação de Portugal num grande destino mundial para rotas pedestres e cicláveis, ou a implementação de incentivos adicionais para investimentos em capital de novas empresas em territórios do interior. Nas acessibilidades, prometeu-se a renovação da rede ferroviária de proximidade e investimentos rodoviários que pudessem contribuir para a melhoria das condições de vida e para a atratividade económica destes territórios. Nunca nos faltam muitas e boas ideias com potencial de promoção da coesão do território. Mas que, mais do que serem politicamente assumidas, têm que ser concretizadas em tempo útil.

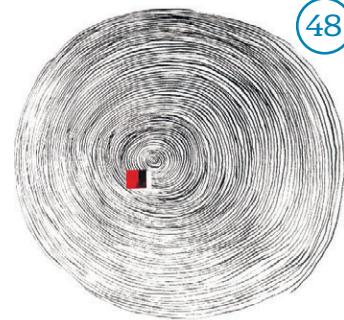
O excesso de concentração do Ensino Superior nas áreas metropolitanas, a distribuição de equipamentos e investimento público, o abandono de estruturas de extensão rural ou a forma como durante décadas nada quisemos saber das populações rurais, exceto quando lá se identificam recursos no subsolo, parecem tornar o subdesenvolvimento de partes do território como uma inevitabilidade. Mas não nos podemos conformar, muito menos desistir.



Se houver vontade política, um plano de desenvolvimento a aplicar em duas décadas e com diferenciais de investimento significativos poderá mudar a face atual do interior de Portugal

/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

48



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

www.acec.pt

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Américo M. S. Carvalho Mendes

Professor de Economia da U. Católica Porto.

Presidente da Associação Florestal do Vale do Sousa

Fogos rurais: o que deveria ter sido feito desde há 75 anos e ainda não foi

Portugal está em 2.º lugar, a nível mundial, depois do Uruguai, na percentagem de área florestal privada não comunitária: 92,1%, sendo o resto 5% de baldios e 2,9% de área pública (FAO, Global Forest Resources Assessment 2020). Muita desta área está fragmentada em pequenas propriedades divididas em parcelas, muitas vezes não contíguas e não cadastradas.

Houve um tempo em que, com esta estrutura fundiária, e sem incentivos públicos para os privados, a área florestal cresceu muito. Entre 1867 e meados do século XX essa área no continente passou de 1,24 para 2,83 milhões de hectares, graças à expansão do sobreiro e do pinheiro-bravo. O sobreiro está implantado em regiões de grande propriedade. Não é o caso do pinheiro-bravo, mas aqui predominava uma pequena agricultura complementar dos usos dos espaços florestais, o que permitia que esta espécie se pudesse expandir quase sem custos para os proprietários, incluindo os da gestão de combustíveis minimizadora do risco de fogos rurais.

Esta situação alterou-se a partir de meados do século XX. A população rural e o emprego agrícola e florestal entraram em declínio acentuado (ver figu-

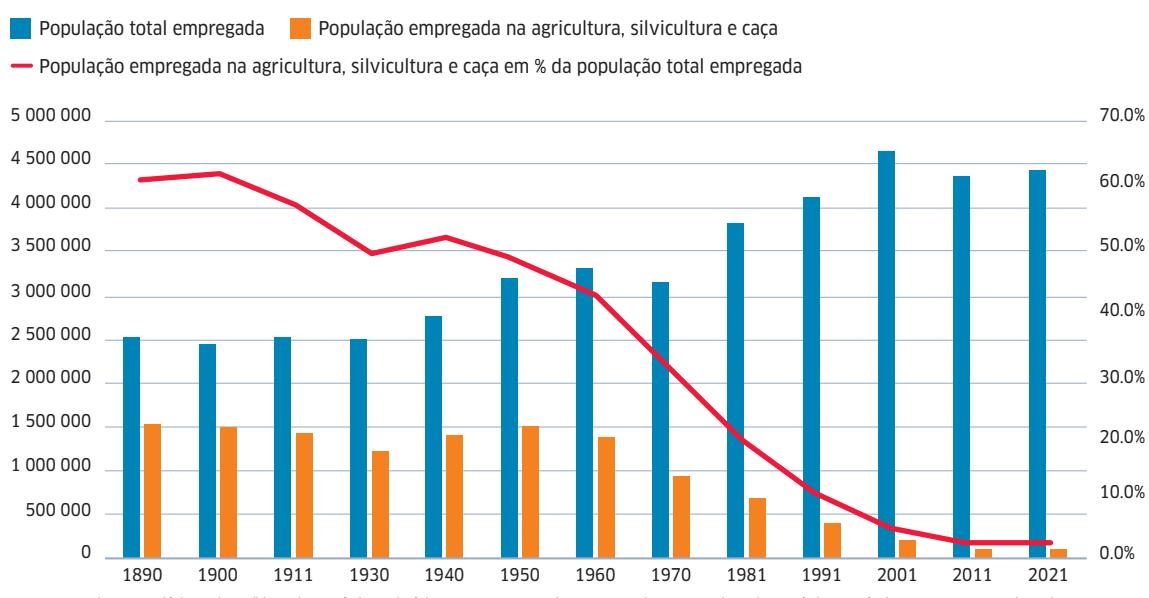
ra). O recuo da agricultura, o aumento da área de matos não geridos por uma pecuária extensiva também em declínio, a quebra das complementariedades entre as atividades agropecuárias e os usos dos espaços florestais, em parte decorrente da mecanização e da substituição da fertilização orgânica pela fertilização química, fizeram com que fossem aumentando para os proprietários florestais os custos de uma gestão minimizadora do risco de fogos rurais.

Assim sendo, o que deveria ter acontecido desde meados do século XX era ter-se colocado no centro da política florestal fortes incentivos para a gestão agrupada da floresta privada. O que tem acontecido é o contrário. No país com a 2.ª percentagem mais alta de área florestal privada, a política florestal olha para esta floresta como se fosse pública, ao privilegiar instrumentos de comando e controlo, ou seja, é o centralismo que tem estado no cerne da política florestal. Os incentivos aqui preconizados seriam a aplicação na produção de um bem público (associativismo) de parte do valor doutro bem público (serviços ambientais florestais) pelo qual os produtores florestais não são pagos, valor este que corresponde a cerca de metade do valor económico total dos espaços florestais (Américo Mendes et al., ECOFOR.PT, 2021).

Os incentivos para a floresta privada que tem havido têm sido mal desenhados no que se refere à necessidade da gestão agrupada. Na sua grande maioria visam os produtores florestais considerados de forma individual. Quando visam a gestão agrupada vêm com erros que não permitem longa vida a essa gestão, como foi o caso das Zonas de Intervenção Florestal onde se apoia a sua criação, mas não se apoia o seu funcionamento.

Estes erros resultam de fatores muito enraizados na cultura dos agentes do sector florestal. Nos Serviços Florestais e na educação para a profissão de Engenharia Florestal há fortes marcas das suas origens "prussianas" onde gerir um espaço florestal é essencialmente gerir árvores e não gerir pessoas para o que medidas técnicas e de comando e controlo parecem bastar. Nos agentes políticos predomina o centralismo. Nos agentes privados há uma grande heterogeneidade socioeconómica geradora de uma cultura não propensa à ação coletiva. Urge, pois, uma mudança cultural que rompa com estes bloqueios para proteger a floresta que precisamos muito de ter.

População empregada em Portugal

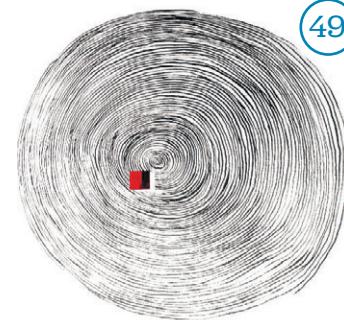


Fontes: 1890/1940 - Valério, N. (coord)(2001), Estatísticas Históricas Portuguesas, vol. I, INE. 1950/2011 - INE (2018), Estatísticas Agrícolas 2017. 2021-INE (2022), Censos 2021.

Como o gráfico mostra, o emprego da nossa agricultura e florestas sofreu um declínio relativo após 1900 e um declínio absoluto após 1950. Por isso, desde meados do século XX, para adaptar a gestão da floresta privada a estas transformações, a política florestal deveria ter dado fortes incentivos à sua gestão agrupada, principalmente no minifúndio. O centralismo não o permitiu fazer.

III CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

49



www.acec.pt

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Rosário Alves
Engenheira florestal. Ex-diretora-executiva
da Forestis, Associação Florestal de Portugal

Os incêndios ocorridos, em 2025, não são os piores das últimas três décadas; em 2003, arderam 472 mil ha; em 2017, arderam 540 mil ha. Todos refletem tragédias que não podem ser ignoradas. Porém, grave é, também, o facto de esta afirmação poder ficar desatualizada até ao final do ano.

Algumas das análises mais lúcidas que tenho ouvido, a propósito deste flagelo que assola sobretudo os territórios rurais e do Interior, vêm de vozes exteriores ao setor florestal, das áreas da economia e da gestão, talvez porque a sua distância ao objeto de análise, e algum desconhecimento do tecido institucional e organizacional, que lhe é inherente, lhes facilite a clarividência dos diagnósticos e propostas. Pois é aí que muito se complica. O sistema institucional e organizacional das florestas (onde o risco de incêndio é uma das componentes) permanece instável, pouco robusto e desalinhado. Atente-se nas reformas das últimas décadas.

Pós-incêndios 2003, seguiu-se a Reforma Estrutural das florestas: criou-se um fundo de investimento imobiliário florestal público-privado (extinto), o Fundo Florestal Permanente (extinto), a APIF - Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais (extinta), um modelo de gestão agrupada, as ZIF, e formaram-se gabinetes florestais nos municípios.

Pós-incêndios 2017, seguiu-se a Reforma das Florestas:

criou-se uma Empresa Pública - Florestgal; a AGIF - Agência para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais, um novo modelo de gestão agrupada; as AIGP; e formaram-se gabinetes florestais nas comunidades intermunicipais, CIM.

Comparando, não é abusivo concluir que diferentes governos, com nuances ideológicas, apresentaram respostas similares. Mas incorrendo em falhas importantes, nomeadamente:

1) Falta de robustecimento institucional: os modelos organizacionais e institucionais criados não foram sujeitos a melhorias incrementais, resultantes de avaliações transparentes e escrutináveis, o que levou à extinção ou enfraquecimento de diversas estruturas.

2) Ausência de reforma na autoridade florestal nacional: o ICNF, com raízes históricas desde 1824, sob o nome de Administração Geral das Matas do Reino, com obra valiosa, em tempos idos, não foi reestruturado, mantendo-se uma instituição criada para contextos territoriais, sociopolíticos e económicos muito distintos dos atuais.

3) Desconsideração do nível regional: em ambas as reformas, a importância das comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR) não foi devidamente considerada.

4) Desvalorização da qualificação da força de trabalho: não se atribuiu, com incentivos capazes, às instituições de ensino universitário, politécnico e profissional, sobretudo às do Interior do país, a responsabilidade de qualificar e aumentar a força de trabalho disponível.

Ambas as reformas defendem a gestão florestal agrupada e a descentralização da prevenção e combate a incêndios, consolidando o nível sub-regional das CIM como de referência para planeamento e comando. Porém, há desalinhamento institucional, expresso pelas corporações de bombeiros, que poderia ser superado com uma renovada estrutura de incêndios, dotada de autoridade nacional e ancorada na Presidência do Conselho de Ministros, garantindo alinhamento estratégico e operacional em todo o território.

Uma nota sobre duas instituições inovadoras e promissoras: o Forestwise, que integra conhecimento académico e prático de diversas entidades; e a AGIF, cujo modelo de planeamento adaptativo multinível propõe a subsidiariedade territorial. É recomendado acompanhá-las para evitar a recorrência de falhas anteriores.

Para último, deixo o investimento. Em 30 anos de gestão centralizada dos Planos de Desenvolvimento Rural (PAC), a componente das florestas nunca foi executada a 100%.

Florestas: instituições fortes, alinhamento e persistência

Para que não esqueçamos a tragédia dos fogos florestais de 2017, foi construído o Memorial de Pedrógão Grande, concebido por Souto de Moura...

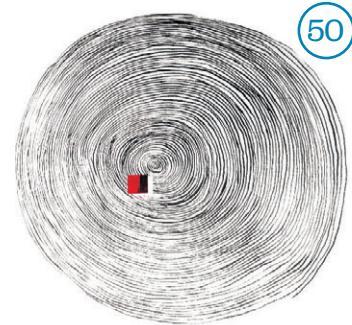


A Morte, homenageada pelo mural
com os 115 nomes das vítimas...



A Vida, simbolizada pela fonte
de água e a grande gárgula...

/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



www.acec.pt

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
José Emídio
Presidente da Árvore

A Árvore, centro difusor de arte e cultura

Uma Árvore que lança raízes e ramos por essas terras fora, do Litoral ao Interior...
(serigrafia do autor nos 50 anos da Árvore, 2013)

Uma Árvore, no coração da cidade – “Recorta-se na cinza ou na luminosidade dos dias, todos os dias. Singular, singularíssima. Dá frutos todo o ano. Frutos que se desprendem, que são festa de liberdade sobre os telhados do casario. Frutos únicos e diversos: de sonho, de angústia, de procura, de inquietação e de futuro. Frutos coloridos de fogo e cerâmica, de gravura, de pintura. Frutos de vidro e frutos de palavras. Alguns são corpos de mulher. Frutos saídos das mãos, do olhar, da mente e do coração dos artistas, seus ramos, suas raízes fundas. Esta ÁRVORE vive e cresce num jardim, em socalcos, entre japoneiras antigas. Mira gaia e mira o rio que a enche de luz ou a veste de névoa, ali no Passeio das Virtudes [...] A sua sombra, porém, estende-se a todo o país [...].”

Luísa Dacosta, in “Árvore das Virtudes” 2001.

A Árvore – Cooperativa de Actividades Artísticas, CRL, é uma cooperativa cultural e artística, reconhecida pelo Estado português como um organismo privado de utilidade pública. Fundada em 2 de abril de 1963 por artistas, escritores, arquitetos e intelectuais, interessados em



criar novas condições para a produção e difusão da arte e da cultura, mas também para uma efetiva intervenção cívica. Nomes como José Rodrigues, Armando Alves, Jorge Pinheiro, Ângelo de Sousa, José Pulido Valente, Laureano Ribatua, Lima de Carvalho, Maria Manuel Nogueira, Manuel Pinto, enfim, tantos e tantos outros que num movimento extraordinário de cidadania, coragem e vontade, criaram as condições para o nascimento da Árvore.

A nossa Cooperativa tem por objeto a produção, divulgação e comercialização de obras artísticas e editoriais e a formação e informação dos sócios e do público em geral, na área das artes visuais, dos estudos de arte e em outras áreas da cultura, da criação e do saber.

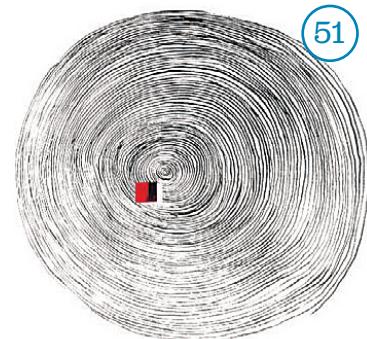
Cresceu com uma atividade cultural plural e diversa, conferências, palestras, exposições em Portugal e no estrangeiro, simpósios, oficinas e cursos livres, concursos, prémios, livros, obra gráfica e edições de múltiplos, produção e instalação de obras de arte.

É neste contexto e proposta que a Árvore inicia o seu já longo percurso de quase 63 anos, demonstrando sempre uma enorme capacidade de resistência, passando por períodos de grandes dificuldades, mas também por momentos de extraordinária dinâmica e afirmação. Circunstâncias muito comuns a instituições dedicadas às Artes e à Cultura.

A afirmação e presença da Cooperativa na cidade do Porto e mesmo noutros grandes centros é um valor inquestionado e inquestionável. Há, no entanto, uma faceta, nem sempre valorizada, mas que, pela sua importância, tanto para a Árvore, como agente esclarecido e determinado, na divulgação da arte e da cultura, como para o país, na sua diversidade geográfica e cultural. Na verdade, a Cooperativa, desde os seus primeiros anos de atividade, manteve sempre uma particular e regular atenção às regiões mais afastadas dos grandes centros, o tão falado e esquecido Interior, contribuindo assim, desde as primeiras décadas, anos sessenta e setenta, para uma real descentralização, cultural e artística, por regiões, votadas ao esquecimento e sem meios ou capacidades para, por si só, poderem criar dinâmicas e proporcionar às suas populações este tipo de iniciativas.

Por esta razão, podemos afirmar que, particularmente em parcerias com autarquias, mas também com outras entidades públicas ou privadas, Portugal, em especial o país do Interior, foi percorrido de lés a lés, nessa procura e luta pela promoção e divulgação da arte, da cultura e valores de cidadania e de liberdade.

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



www.acec.pt

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



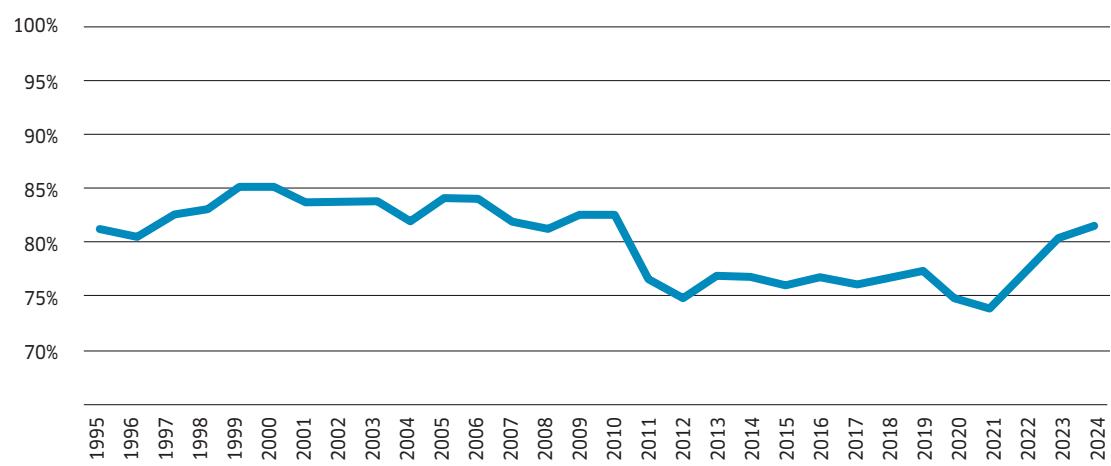
POR

António Pinho Cardão

Economista

*Atenuação
das assimetrias
do território:
políticas arrojadas,
liderança forte
e capaz*

PIB per capita, em paridade poderes de compra - Portugal em percentagem da UE, 1995-2024



Na figura, podemos ver o PIB per capita português comparado com a média da UE, em paridade de poderes de compra. Portugal está persistentemente abaixo da UE. Estamos agora, em termos relativos, no que éramos há três décénios: 81,2% em 1995 e 81,6% em 2024. Mas, por sua vez, a larga maioria das nossas 21 sub-regiões está abaixo da média nacional e, portanto, muito abaixo da média europeia.

Os indicadores de disparidade do PIB mostram a persistência de um país muito desigual. Das 25 sub-regiões territoriais, 21 têm um PIB p.c. (per capita) inferior à média nacional, 3 um valor ligeiramente acima, e a mais desenvolvida, a Grande Lisboa, um valor 58% superior. Dez sub-regiões, abrangendo a maior parte do Norte e Centro do país, têm um PIB p.c. mais de duas vezes inferior ao da Grande Lisboa. Nada de espantar, sendo que parte da explicação reside no próprio centralismo da Administração Pública e nas suas decorrências.

Atribui-se aos governos a responsabilidade da falta de políticas eficazes que revertam as assimetrias, mas dela também não se podem eximir o Parlamento, o poder local e a própria sociedade civil. Exemplo positivo de ação tem sido o do Círculo de Estudos do Centralismo.

Se é certo que os enunciados dos programas dos governos vão seguindo o catálogo das políticas disponíveis, a realidade é que quase sempre lhes faltou o enquadramento numa visão de médio e longo prazos, uma robustez adequada, uma correta definição de prioridades, uma liderança e acompanhamento fortes, e o balanço da sua eficácia. Sem isso, nada mais ficou do que a expressão gongórica de ilusórias promessas.

Para atrair investimento e população, as medidas

públicas têm que ser arrojadas, longe do culto do pequeno e médio doseamento ou de um tímido gradualismo político, que tanto se louva neste país. Ainda agora, o Governo grego fixou medidas para zonas desprivilegiadas que, em determinadas condições, vão até à total isenção de IRS e do imposto sobre imóveis.

A execução dos programas deverá ter uma liderança centralizada, conjugada com boas formas de descentralização no território, ao contrário da descoordenação do passado.

Modelo a seguir seria o do atual Ministério da Reforma do Estado ou o do acompanhamento das medidas da troika, em 2011-14.

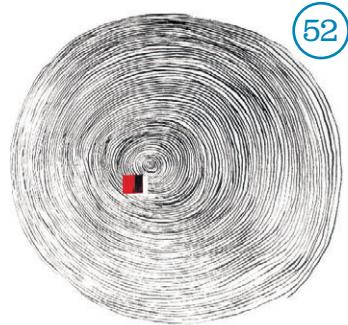
Aproveitando as novas tecnologias e a capacidade de transmissão eletrónica de dados desde a origem ao decisior final, haveria que definir um programa de deslocação ou desconcentração de serviços públicos para o interior. E também a criação de uma rede de incentivos à deslocalização de Lisboa de serviços de grandes empresas privadas ou públicas que vêm concentrando departamentos na capital. Certas unidades centrais, tanto podem estar sediadas num Tagus como num Vouga Park.

A opção pelo investimento no setor público devia dar lugar à libertação de fundos para o estímulo ao investimento empresarial nos setores internacionalmente transacionáveis. Também aí, o poder local deve porfiar numa aplicação mais criteriosa dos fundos de que dispõe, não se esgotando nos equipamentos sociais, mas promovendo investimento produtivo, desburocratizando licenciamentos e negando apoio a boicotes de novos projetos com base em extremismos da moda, ambientais ou outros. Sem investimento local, nunca haverá criação de riqueza e atenuação das desigualdades.

Os círculos do interior continental elegem 31 deputados. Unidos, teriam força para influenciar políticas e impor planos, não fora privilegiarem a filialização partidária acima do bem-estar dos seus eleitores. A implantação no sistema eleitoral de círculos uninominais, em que o voto no deputado é decisivo para a sua eleição, propiciaria a inversão das prioridades.

A luta pela diminuição das assimetrias exige ainda a participação da sociedade civil, corporizada na ação de movimentos regionais interclassistas, congregando as forças políticas, culturais, empresariais e sindicais, profissionais liberais, que tenham a fundada vontade de intervir e a lucidez de criar um clima favorável a alterações qualitativas das políticas e à superação dos entraves à sua concretização.

/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



52

www.acec.pt

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO

POR

Helena Freitas

Professora da Universidade de Coimbra

Mais coesão territorial para uma governação justa

Portugal continua a apresentar profundas assimetrias territoriais. O contraste entre litoral e interior, entre áreas metropolitanas e regiões de baixa densidade resulta de décadas de políticas incapazes de inverter desequilíbrios estruturais. As consequências estão à vista: encerramento de serviços públicos, abandono rural, enfraquecimento das economias locais e perda de confiança das comunidades. A redução do número de alunos nas universidades e politécnicos do interior é um sinal grave. Esta rede tem sido um travão à desertificação, mas corre agora o risco de perder massa crítica e agravar a exclusão territorial.

Portugal nunca concretizou a regionalização político-administrativa. Sem governos regionais eleitos e legitimados para executar políticas integradas, vivemos reféns de uma arquitetura frágil: um Estado central distante e municípios com alcance limitado. É inadiável criar uma política autónoma de coesão territorial, sustentada num ministério próprio e com autoridade real para coordenar políticas setoriais (saúde, educação, economia, cultura) e garantir equilíbrio territorial. Esse ministério deve ser guardião dos fundos estruturais europeus,

assegurando que cumprem a sua missão: reduzir desigualdades. E deve devolver voz e visibilidade aos territórios periféricos, restaurando o equilíbrio entre Portugal metropolitano e o interior.

A decisão de fundir Coesão e Economia é um retrocesso. O que foi anunciado como “governação integrada” é, na prática, a subordinação da equidade territorial à lógica de crescimento económico. Significa transformar a coesão num subcapítulo da economia, enviesando políticas para regiões já dinâmicas, marginalizando ainda mais os territórios de baixa densidade e fragilizando a mediação interministerial. Significa um país mais desigual, vulnerável e menos democrático.

A experiência de países próximos mostra alternativas. O Ministério da Transição Ecológica e Desafio Demográfico espanhol mobiliza políticas ambientais, fiscais e de inovação rural para enfrentar o despovoamento. Em França, o Ministério do Ordenamento do Território e Descentralização revitaliza cidades médias e aproxima serviços públicos das populações. Nestes países, a coesão territorial é política de Estado. Em Portugal, continua a ser tratada como nota de rodapé.

A coesão territorial não é retórica nem luxo. É justiça social: garantir saúde, educação, transportes e cultura em todo o território é condição de cidadania. É ciência e futuro: universidades e politécnicos do interior são motores de inovação e sem eles Portugal perde talento e capacidade de resposta global. É economia viva: apoiar PME, agricultura sustentável e indústrias verdes fora das metrópoles fortalece o país como um todo. E é resiliência democrática: sem equilíbrio territorial aumentam incêndios, desertificação e desigualdade; com equilíbrio, Portugal é mais justo e preparado.

Na ausência de regionalização, um Ministério da Coesão Territorial é obrigação democrática. Só ele pode assegurar que cada investimento público, cada plano setorial e cada euro de fundos comunitários contribuem para um país equilibrado. É pela coesão que podemos garantir uma transição energética e ecológica justa, repartida por todo o território, capaz de criar emprego qualificado e fixar talento. É pela coesão que fortalecemos comunidades, promovemos densidade democrática territorial e reforçamos a resiliência face a crises globais.

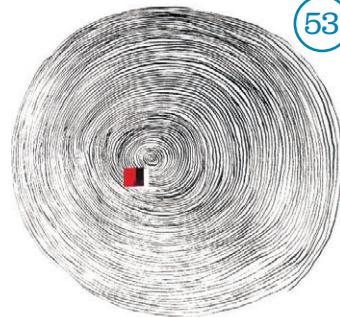
Assumir a coesão territorial como pilar da governação é escolher entre dois futuros: um Portugal dividido, vulnerável e condenado à desertificação, ou um Portugal inteiro e preparado para os desafios do século XXI.



Interior - Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Tejo

/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

53



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

www.acec.pt

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Aida Carvalho

Deputada na Assembleia da República
Ex-presidente da Fundação Coa Parque

A bússola do conhecimento promove a coesão territorial

A redução do número de candidatos ao Ensino Superior, para o ano letivo de 2025-2026, apanhou o país de surpresa. Apenas 81,9% das vagas foram ocupadas, cerca de 45 290 colocações, segundo a Direção-Geral do Ensino Superior. Esta quebra não se explica por razões demográficas, já que nos últimos dez anos houve tendência geral de declínio, mas não houve uma perda brusca da população jovem. As causas são sobretudo conjunturais e prendem-se com as mudanças introduzidas no regime de conclusão do Ensino Secundário, que passou a exigir três exames nacionais: português e duas disciplinas à escolha do aluno.

A par disso, as dificuldades económicas, o custo da habitação, a escassez de residências e as limitações da ação social estudantil, embora relevantes, terão tido um impacto secundário face à mudança abrupta das regras de acesso. Contudo, torna-se urgente compreender o que aconteceu nos exames do Secundário. Vamos a factos: o número potencial de candidatos ao Ensino Superior pode ser estimado pelos inscritos e aprovados a português (83 mil inscritos, 77 mil presentes e 63 mil aprovados), mas apenas cerca de 50 mil formalizaram candidatura. A comparação com 2024 revela ainda um aumento expressivo das reprovações em quase todos

os exames, exceto português e biologia/geologia, e uma descida acentuada das médias em 10 das 12 provas com maior número de alunos. Estes dados exigem uma reflexão séria sobre as consequências das alterações introduzidas e sobre o impacto que poderão ter na equidade e na inclusão futuras no Ensino Superior português.

Mas é no território que os efeitos se fazem sentir de forma mais severa. A quebra no número de estudantes foi particularmente acentuada no Interior, ou suas vizinhanças. O Politécnico de Tomar e o da Guarda estão entre os casos mais preocupantes, com reduções de 32,3% e 34,5%, respectivamente. Muitas instituições registam hoje taxas de ocupação inferiores a 70%, o que compromete a sua sustentabilidade e ameaça a continuidade de cursos.

As consequências ultrapassam o domínio do ensino. Ter menos estudantes significa ter menos vida económica local, menos arrendamento, menor consumo, menor procura de serviços e menor dinamismo cultural. Quando o conhecimento se afasta, o território empobrece. A perda de jovens qualificados acentua a desertificação, o despovoamento e o envelhecimento, conduzindo à desqualificação das regiões interiores e à perda de massa crítica.

É justo reconhecer que, nos últimos anos, o Estado procurou contrariar esta tendência. Foram criados incentivos fiscais para atrair estudantes ao Interior, como deduções no IRS, majorações nas despesas de educação e complementos de alojamento, bem como programas específicos como o +Superior, lançado em 2017-2018, e bolsas de ação social cofinanciadas por fundos nacionais e europeus. No entanto, apesar dessas medidas, o ano letivo de 2025-2026 aconteceu.

O Ensino Superior continua a ser um poderoso motor de mobilidade social. Quem tem uma licenciatura aufere, em média, mais 49% do que quem possui apenas o Ensino Secundário, e o salário real dos jovens diplomados aumentou 7% entre 2022 e 2023. A qualificação continua a ser o passaporte mais seguro para um futuro melhor e, ao mesmo tempo, a âncora do desenvolvimento equilibrado do território.

A coesão territorial não se decreta. Constrói-se através do conhecimento, da ciência e da valorização das pessoas. As instituições do Interior precisam de ser vistas não como periferia, mas como polos estratégicos de inovação, formação e progresso. O país só será verdadeiramente coeso quando a bússola do conhecimento apontar também para o Interior.

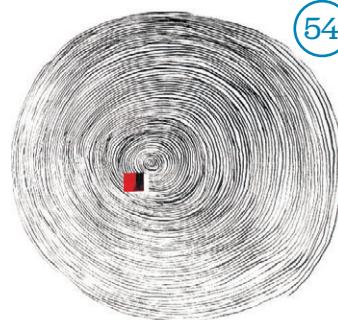


Quando o conhecimento se afasta o território empobrece

(DESENHO DE AIDA CARVALHO)

CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

54



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

www.acec.pt

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Ana Lomelino Velosa

Professora da Universidade de Aveiro

Danos do fogo no(s) património(s)

Olhamos para os incêndios focados no momento dramático e no rastro de destruição que criam, material, físico e palpável. Agudizar esse olhar, considerando a interação dos incêndios com o património, pode ser um passo para avaliar as feridas profundas que ficam no território e nas pessoas que o habitam e utilizam.

Embora o conceito de património seja muitas vezes reduzido ao campo monumental, há muito que este conceito se alargou, incluindo núcleos urbanos e rurais, paisagens e também aquilo que é imaterial, intangível. O Interior do país tem um riquíssimo acervo patrimonial, que abrange estas diversas facetas, não esquecendo que constitui também um património afetivo quer para residentes, quer para emigrantes que voltam todos os anos ao local que lhes é, de alguma forma, “casa”. Este território teve originalmente uma organização espacial própria, pautada pela necessidade de defesa de fronteiras e também de adaptação à morfologia (diversa) e às condicionantes meteorológicas e do terreno, nem sempre amigável. Era clara a interligação entre território e património natural e construído; criaram-se ecossistemas.

As mudanças são inevitáveis e, já nos idos anos 60 do século passado, um conhecido arquiteto (Távora, 1962)

olhava para o território dividindo-o em zonas em “intenso desenvolvimento” (mais ou menos ordenado), zonas “paralisadas” e zonas “em decadência contínua”.

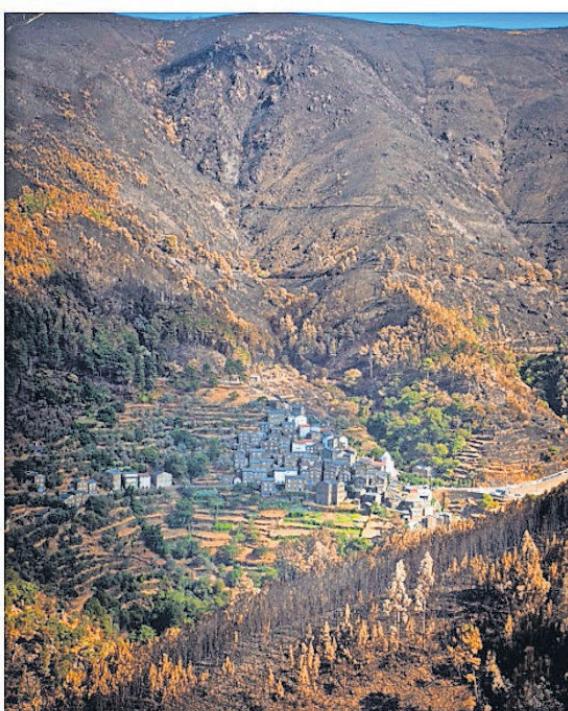
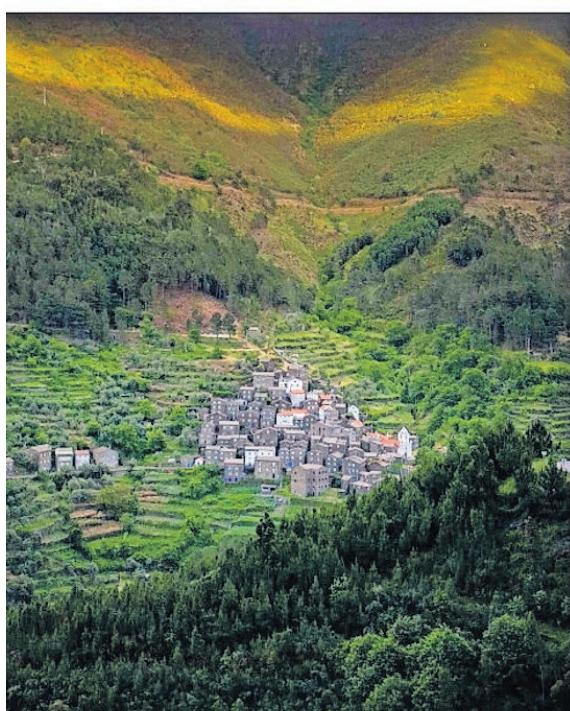
Também no contexto do património natural se verificaram alterações. Num país com diversas espécies autóctones, de árvores e arbustos, onde o carvalho teve (e tem) um lugar de destaque, foram introduzidas mudanças, algumas com propósitos claros e interligação territorial (castanheiros, cerejeiras), outros com maior impacto sobre o solo e a desertificação (eucalipto).

Voltemos aos incêndios. É do conhecimento geral que o território ardido é significativo; sabemos também que a sua repercussão no Interior do país é ainda mais grave. Tendo o PIR (perigo de incêndio rural) especial incidência nos territórios do Interior, é também primordialmente situada no Interior a área ardida, segundo o ICNF, distribuída por povoados, matos e zonas agrícolas.

Este ano a zona de Arganil foi especialmente fustigada. Ali se encontra Piódão, que foi agredido pelo fogo naquela que foi a maior área ardida de sempre em Portugal; zona com riquíssimo património histórico, natural e cultural onde persistem aldeias históricas, sítios arqueológicos, cestaria, olaria; onde espécies vegetais como o vime ou o bracejo – este último tão típico de Sortelha – são afetadas. Deveremos incluir a gastronomia – medronho, castanhas, bolotas (tradicionalmente para os porcos, mas agora também recuperadas como elemento da nossa alimentação): em Trancoso a produção de castanha foi muito afetada, no Fundão foi fustigada a produção de cereja.

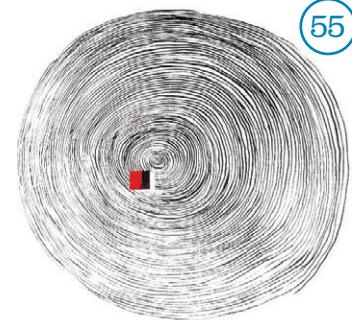
Os efeitos dos incêndios sulcam os territórios por onde passam, impõem mudanças cruéis que persistem anos depois. O património, aquilo que nos identifica, que nos dá “casa” é significativamente diminuído e esse facto deve estar sempre presente, quer na mitigação de risco, quer na intervenção pós-sistórico.

Neste momento especial, em que novos atores locais refrescam o olhar e a intervenção sobre estes territórios do Interior, são fundamentais a articulação com as políticas nacionais e o uso da ferramenta de “gestão agrupada” interautárquica, focando na mais-valia cultural que é necessário preservar. Criar ecossistemas adaptados ao panorama atual, possivelmente adotando ou indo buscar inspiração a formulações já testadas, é também uma forma de evitar os incêndios. O património (todo ele) agradece. As gerações do futuro também.



“O riquíssimo património histórico, natural e cultural de Piódão foi, em 2025, agredido pela maior área ardida de sempre em Portugal...”

“CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO”



55

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

www.acec.pt

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Teresa Stanislau
Engenheira civil

Vias descentralizadas, a última ligação territorial

Historicamente, as vias de comunicação contribuíram para o desenvolvimento das regiões. A “chegada” do comboio ou a construção de uma estrada eram motivo de festa, permitiam ligar o território, anunciam o desenvolvimento regional no interior. Essas mesmas estradas, cada vez com melhores condições, permitiram também que o interior migrasse para o litoral, e que a concentração de população no litoral se tornasse cada vez mais evidente, levando às assimetrias que hoje conhecemos. Muitas das primeiras estradas foram ficando esquecidas, assumindo muitas vezes perfis híbridos entre estrada e rua sem passeios, ou troços semiabandonados, em qualquer dos casos mal integrados nos núcleos urbanos.

Se olharmos para o conjunto de estradas que seguimos até ao interior mais ibérico do nosso país, ali mesmo junto à raia, percebemos que seguimos por autoestradas, IP, IC e por fim troços de estradas nacionais muito locais, mas que representam a única infraestrutura que liga povoações dispersas no interior do nosso país.

A descentralização de competências no âmbito da gestão de vias de comunicação, prevista desde 2018, sendo uma medida aparentemente virtuosa que visa uma maior eficiência na gestão das vias de comunica-

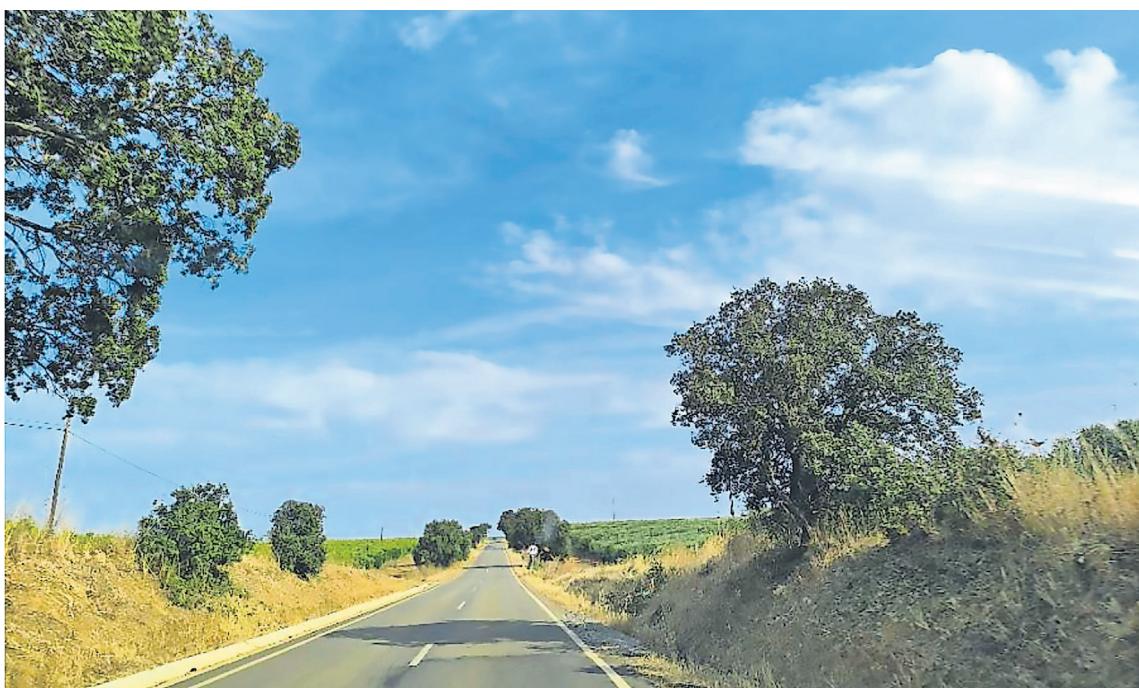
ção, a melhoria na manutenção e a tomada de decisão mais próxima das populações, adaptada às necessidades do território, pode ampliar, em vez de atenuar, as diferenças regionais, se não for bem executada.

A falta de capacidade técnica e financeira dos municípios, o mau estado de algumas infraestruturas a herdar, a descentralização em diferentes ritmos de implementação na mesma região, bem como a dificuldade de gestão de contratos e compras públicas nos municípios, podem agudizar as assimetrias regionais e levar ao isolamento de determinadas povoações à medida que as necessidades de execução de obra corretiva se acumulam, sendo os custos unitários de intervenção elevados devido à falta de escala das intervenções quando geridas localmente.

Voltemos ao nosso interior, vejamos as ligações aos núcleos urbanos do outro lado da fronteira virtual. Analisemos o caminho que nos leva até uma cidade próxima, e todos os obstáculos que nele encontramos... Desta forma compreendemos por que razão as gerações mais novas muitas vezes optam por desenvolver a sua vida em Espanha, pois para além de todos os outros fatores que influenciam a sua decisão, o caminho está logo ali, direto, livre e disponível. A virtuosa descentralização, se mal conduzida, pode agravar a desertificação do interior, com serviços cada vez mais desiguais e assimetrias territoriais significativas, fruto do isolamento forçado pela falta de meios por parte dos municípios para manter as vias na sua alçada.

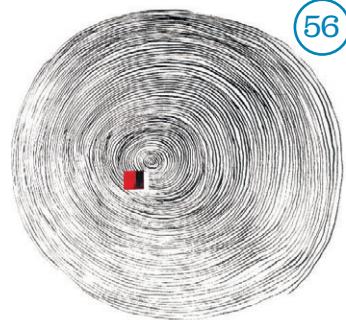
Se queremos assegurar a redução de assimetrias, a coesão territorial do nosso país e o desenvolvimento integrado, devemos olhar para a descentralização de competências no âmbito das vias de comunicação de forma gradual e cautelosa, garantindo que os municípios estão dotados não só de capacidade financeira ajustada, mas também de capacidade técnica que lhes permitam assegurar a integridade das vias que os ligam ao restante território nacional. A alteração do Decreto-Lei 100/2018, recentemente promulgada, parece ser uma pequena luz ao fundo do túnel, abre caminho para que haja uma revisão do modelo e um aprofundar da questão da descentralização das vias de comunicação, mas não podemos de todo abrandar o processo que leve à concretização desta descentralização de forma gradual e fundamentada.

São as vias de comunicação adequadamente mantidas que alicerçarão a sobrevivência e o crescimento económico do território, nessas vias circularão os bens e pessoas que movimentam a economia daquele território e que geram as receitas para a manutenção futura.



Alegando princípios de descentralização, subsidiariedade e proximidade (Lei 50/2018 e DL 100/2018), as competências para gerir as estradas situadas em perímetros urbanos foram transferidas para os municípios. Porém, isso deve ser feito de modo gradual e cauteloso

/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



56

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

www.acec.pt

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Filipe Teles

Professor da Universidade de Aveiro

Portugal silenciado

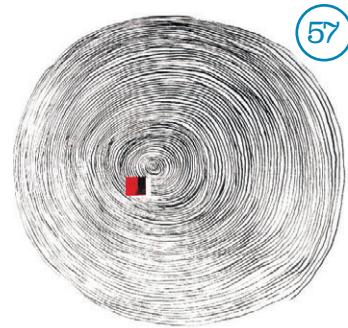
Há um país que se ouve todos os dias: nas notícias, nas decisões que se tomam nos gabinetes, nas cidades onde a maioria vive, nos mapas que a economia global desenha. E há outro país feito de distâncias, ausência e esquecimento – onde o primeiro país chega sempre tarde, ou nem chega. Não se trata apenas de ausência de voz, mas de um processo profundo e persistente de silenciamento: territórios que contam menos, onde a representação pesa pouco, onde as infraestruturas, os serviços e as respostas chegam enfraquecidos. Importa falar sobre esse país que fica de fora, não tanto por distar em km, mas por não ser ouvido. Um Portugal que existe, mesmo quando ninguém pergunta como está, silenciado por uma arquitetura de invisibilidade. Este silêncio é consequência de decisões acumuladas, de prioridades políticas, de visões estratégicas que se concentraram no que se vê e se mede, deixando à margem vastas porções do país e da sua população. Nas últimas décadas, Portugal tem convivido com dois regimes territoriais de valor. Um, centrado nos espaços urbanos dinâmicos, onde se acumulam recur-

sos, oportunidades e representação política. Outro, disperso e residual, mais extenso, composto por territórios onde o valor político, económico e simbólico é continuamente desvalorizado. Esta clivagem não é apenas geográfica; ela define quem conta, onde se decide e para quem se governa. Importa, por isso, fazer uma leitura crítica desta geografia do “desvalor”, já que este silenciamento não é neutro e traduz-se em formas diferenciadas de acesso a serviços públicos, em variações marcadas de rendimento, de participação cívica, de representação institucional e de esperança no futuro. Ao privilegiar um tipo de território e, com ele, um tipo de cidadania e de visão de país, o modelo de desenvolvimento português tornou-se seletivo: há uma parte que conta e um resto que permanece à espera, um centro que decide e uma periferia que escuta, relegada à condição de espectador, de estatística de ocasião, de nota de rodapé ou palco de promessas sazonais. O silêncio político não é uma metáfora suave, já que na política o silêncio é raramente espontâneo. É resultado de arranjos institucionais, de centralismos surdos, e de práticas administrativas e de culturas de poder que reconhecem uns e ignoram outros. Um Estado democrático pressupõe que todas as vozes contam, que todas as regiões têm representação e que todas as formas de vida são reconhecidas como politicamente relevantes. Na realidade, porém, existem zonas de invisibilidade persistente. O que acontece a um país quando silencia uma parte de si mesmo? Gera desigualdades de oportunidades e de sustentabilidades. E torna-se esteio de populismos fáceis. Durante demasiado tempo, aceitámos as assimetrias territoriais como um fenômeno inevitável; mas o que apelidamos de abandono, desertificação, ou declínio raramente acontece por acaso. Décadas de decisões que concentraram recursos, serviços e oportunidades, deixaram uma parte significativa do país numa espécie de suspensão, olhada ora com nostalgia, ora com condescendência, mas raramente com a devida atenção política. Os territórios silenciados não precisam de ser salvos, mas de ser ouvidos; podem precisar de ser revitalizados de fora para dentro, mas precisam sobretudo de não ser desvitalizados de dentro para fora, em pessoas e em recursos naturais: precisam de poder decidir sobre si mesmos; não precisam de um centro que os reconheça, mas de se afirmarem por direito próprio. Talvez o dito Interior não seja um problema. Talvez seja, na verdade, portador de respostas de que um país inteiro necessita.



O país convive com dois regimes territoriais de valor:
um centro com poder e visibilidade e um vasto conjunto
de territórios silenciados e politicamente frágeis

“CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO”



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

www.acec.pt

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Alvaro Beleza de Vasconcelos
Presidente do Conselho Coordenador da SEDES

*Regionalizar
para cumprir
Abril*

Em 25 de Abril de 2026, Portugal celebrará 50 anos da Constituição da República. Mais do que cerimónias e discursos, precisamos de responder a uma pergunta simples: porque não descentralizámos o poder e não criámos regiões administrativas? Em quase toda a Europa, a democracia amadurece quando o Estado se aproxima dos cidadãos. Entre nós, resistimos décadas a dar esse passo.

Temos, é certo, as cinco CCDR – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. Mas falta o essencial: legitimar politicamente esse nível de governo, passando do nomeado ao eleito. O país já dispõe de Estado central e poder local, e tem regionalização de grau superior, autonómico, nas ilhas. Falta o Estado regional democrático no continente, com força, responsabilidade, escrutínio e ambição. O território está desequilibrado. O custo desse desequilíbrio paga-se em desertificação, serviços públicos desiguais, perda de talento, menor produtividade e fragilidade demográfica. É injusto para quem vive no interior; é pouco solidário com quem cria riqueza fora dos grandes centros; e é, pura e simplesmente, má economia. Revigorar a agricultura e as florestas, valorizar o turismo e o património, dinamizar

as economias locais, exige decisões com conhecimento do território e com escala suficiente para coordenar políticas públicas.

Proponho que se dê o passo para governos regionais eleitos por assembleias regionais derivadas de eleições diretas (artigo 239º da Constituição), com competências claras em transportes, saúde e ação social, educação e cultura, economia, agricultura e pescas, energia e ambiente, florestas e fogos rurais. O Estado central deverá manter as relações externas, a segurança e a defesa, as finanças públicas e a cobrança de impostos, bem como a justiça e o Parlamento nacional. Nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, executivos metropolitanos legitimados por assembleias metropolitanas eleitas devem gerir mobilidade, habitação, clima e inovação numa lógica policêntrica.

A arquitetura financeira é decisiva. Regiões com contratos-programa plurianuais, regras de responsabilidade orçamental e avaliação independente. Menos duplicações e mais clareza: integram serviços desconcentrados nas novas administrações regionais, simplificando estruturas, reduzindo custos de contexto e encurtando o circuito da decisão. A proximidade melhora o serviço público e a “accountability”; a escala regional permite planear infraestruturas, especializar estratégias e captar investimento. A Madeira e os Açores mostram como a autonomia pode ser motor de desenvolvimento.

Este caminho deve assentar em princípios firmes: subsidiariedade (cada nível decide o que decide melhor), solidariedade (correções automáticas para evitar assimetrias), estabilidade financeira (sem aventuras), transparência (dados abertos, indicadores comuns) e avaliação (metas quantificadas de coesão, emprego e rendimento). O mapa é conhecido – o das cinco regiões – e o calendário pode ser faseado, com transição responsável.

Para completar a arquitetura institucional, defendendo numa fase posterior, a criação de um Senado das Regiões, com senadores eleitos uninominalmente e igual número por região, incluindo Madeira, Açores e as áreas metropolitanas. Com sede numa cidade do interior. Portugal reforçaria assim a qualidade da democracia e do desenvolvimento.

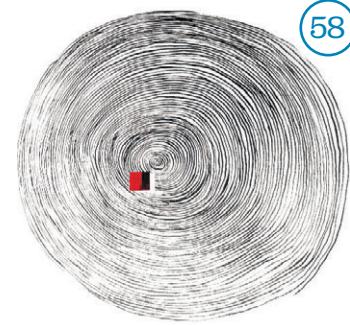
A SEDES organizará, em abril de 2026, um conjunto alargado de conferências, com início no Porto, inteiramente dedicado a esta agenda, e espero que ao final se chegue com uma proposta concreta: mapa, competências, modelo eleitoral, financiamento, mecanismos de controlo, calendário. Cinquenta anos depois, não podemos contentar-nos com a retórica das efemérides.

A SEDES fez 50 anos em 2020. Neste livro coletivo (1.ª ed., 2022, pg. 183/6), defende-se que Portugal continental deve realizar a descentralização política e administrativa para estruturas regionais e locais de governação.



CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

58



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

www.acec.pt

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Manuel de Novaes Cabral
Presidente da Fundação
Museu Nacional Ferroviário

“Participação e descentralização” - homenagem a João Baptista Machado

Prestar homenagem é uma demonstração de respeito. Homenagear um mestre, a sua pessoa e o seu trabalho intelectual, é uma obrigação de discípulos gratos. Grande parte do meu trabalho profissional foi enquadrado na administração pública – onde os conceitos importam especialmente, sendo determinantes para percebermos o caminho que se pretende trilhar ou, dito de outra forma, para nos entendermos.

João Baptista Machado (1927-1989) foi meu mestre nos bancos da universidade, na dobragem dos anos oitenta do século passado, tendo deixado fortes marcas doutrinais e conceptuais. Sobre a sua excepcional capacidade teórica cito apenas, por todos, outro mestre que também muito me deu a beber, Jorge Ribeiro de Faria, quando elogiou a sua capacidade de “reduzir ao essencial e verdadeiramente de interesse qualquer ponto controvertido a resolver”.

Foi sobretudo com ele que aprendi, de forma cristalina, a distinção entre os conceitos que, a meu ver, são mais importantes para a clarificação jurídico-administrativa de um Estado: descentralização e desconcentração.

Quando falamos em regionalização, política ou administrativa, a distinção entre esses dois conceitos é fundamental. Contudo, a verdade é que, quase diariamente e ao mais alto nível, vemos esses conceitos se-

rem utilizados/manipulados de forma objetiva e, creio, propositadamente confusa. Foi assim quando discutimos e votamos o referendo sobre a regionalização administrativa do continente, em 1998; é assim ainda hoje, no nosso dia a dia.

De uma forma muito simplista – para mais, leiam Baptista Machado! – à descentralização corresponde o conceito de devolução de poderes, o princípio da autonomia; à desconcentração o conceito de delegação de poderes, o princípio da hierarquia. Na alta complexidade da organização política e administrativa do Estado, podemos resumir desta forma a essência dos conceitos. O mais é confundir as pessoas.

A Constituição da República é clara: as regiões administrativas, diferentemente das regiões autónomas (políticas), são autarquias locais, com o mesmo nível constitucional dos municípios e das freguesias. Como tal, é seu pressuposto “a existência de um interesse coletivo próprio, diferente do interesse geral do Estado”, o que implica a capacidade de definir uma vontade própria. “O ente descentralizado tem atribuições e poderes próprios e prossegue interesses próprios”.

Localizar uma secretaria de Estado ou uma direção-geral fora da capital, para além de algum efeito psicológico, não é mais do que atirar areia aos olhos dos administrados. A localização geográfica não retira em nada a carga centralista de um órgão e das suas decisões. Diria até que dificulta e torna mais oneroso o exercício da função central – do Governo ou da Administração. O aplauso a estas medidas, equivale a reconhecer apenas a fachada; por trás, a estrutura permanece centralizada.

A atuação de um ente administrativo central em Miranda do Douro continua a ser um ato da administração central. Conclusivamente e no atual estádio constitucional, em Portugal Continental, só existe descentralização verdadeira quando as atribuições e competências são vertidas nas autarquias locais, ou seja, nos municípios e freguesias. As entidades intermunicipais, tão na moda, não preenchem esse requisito, não apenas no que respeita à escala, como na sua legitimidade política. Esta é apenas e só a que lhes é delegada pelos municípios. Coisa semelhante, mutatis mutantis, pode dizer-se a respeito das entidades regionais.

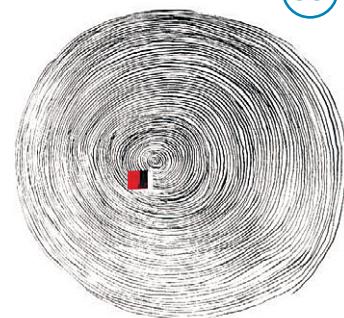
Parafraseando, ou quase, Júlio Dantas, na sua “Ceia dos cardeais”, poderíamos dizer que, se o professor Baptista Machado fosse devidamente estudado, como seria diferente a descentralização em Portugal.



“No Diário da República de 10 de abril de 1976 é publicada a nova Constituição, que determina a criação das autarquias regionais no continente. Juridicamente tudo está de pé, mas, de facto, não. Está de pernas para o ar.”

III CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

59



www.acec.pt

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO

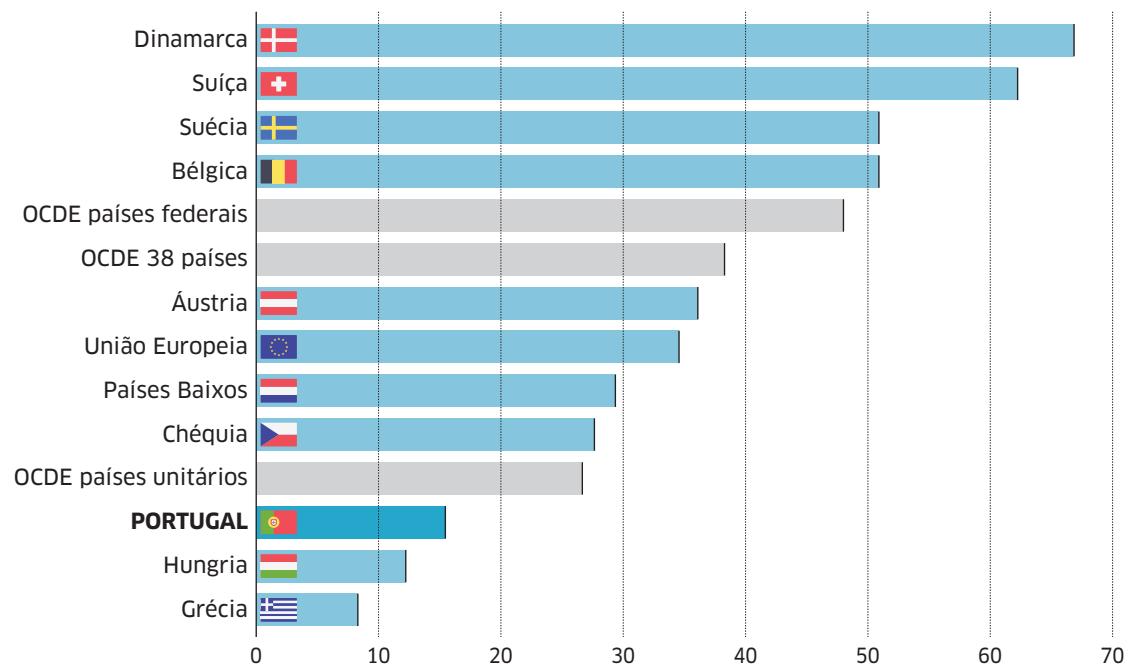


POR
Álvaro Almeida
Economista

A eficiência da administração e a regionalização

Despesa dos governos subnacionais

Em percentagem da despesa pública total (2023)



FONTE: OCDE INFOGRAFIA JN

O peso da administração subnacional no total das administrações públicas em Portugal é substancialmente inferior às médias da OCDE e da UE, e à maioria dos países com população semelhante

O princípio da subsidiariedade é um dos princípios fundamentais de organização política e administrativa, nomeadamente na União Europeia. O princípio da subsidiariedade determina que as decisões devem ser tomadas pelo nível de governo mais próximo das pessoas, e só passar para níveis superiores quando esses níveis inferiores não forem capazes de resolver o problema de forma eficaz. De acordo com este princípio, a regra deve ser a descentralização, sendo o centralismo apenas adequado quando as decisões descentralizadas não forem eficazes, por terem âmbito nacional, como no caso das funções de soberania ou a definição de modelos de educação ou de proteção na saúde.

O princípio da subsidiariedade assenta no pressuposto de que a intervenção de governos locais é mais eficiente, o que se justifica por quatro ordens de razão. Primeiro, a proximidade permite que os cidadãos compreendam melhor a ligação entre a intervenção política e os seus resultados, levando a que a confiança dos cidadãos portugueses nas autarquias locais seja muito superior à confiança no Governo central, como

está evidenciado no “OECD Survey on Drivers of Trust in Public Institutions – 2024 Results”.

Segundo, os governos locais podem adaptar as políticas às necessidades e preferências dos cidadãos da comunidade. O fracasso do metrobus no Porto resulta de a decisão ter sido tomada pelo Governo central, e não por níveis de governo mais próximos dos cidadãos.

Terceiro, a diversidade de governos locais permite experimentação e inovação nas políticas públicas. O inovador programa de saúde oral instituído pela Câmara Municipal de Braga, que posteriormente veio a ser adotado por outros municípios, teria muito mais dificuldade para arrancar se tivesse de ser implementado logo de início em todo o país.

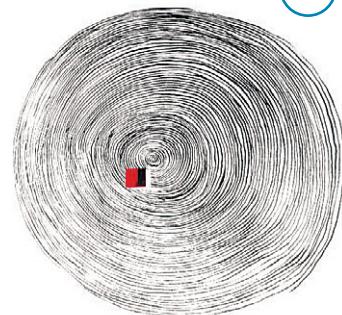
Quarto, mesmo quando o Governo central decide desconcentrar, aproximando a administração dos cidadãos através da criação de organismos regionais, os resultados ficam aquém dos obtidos com a descentralização. Os eleitos locais são avaliados a cada quatro anos, e os que não apresentam resultados que satisfaçam os cidadãos serão substituídos; dificilmente o mesmo acontecerá nos organismos desconcentrados.

Os municípios portugueses têm vindo a demonstrar as virtudes da descentralização, mas estas não se esgotam a nível municipal. Há muitas decisões cujo âmbito ultrapassa as fronteiras municipais, mas que não são de âmbito nacional, como a definição da rede de transportes públicos, da rede hospitalar, da rede de ensino superior, da rede de grandes equipamentos culturais e desportivos, entre outros. Tais decisões são locais, porque afetam apenas a população de uma dada região, mas são supramunicipais, o que exige um nível de governação descentralizada supramunicipal: as regiões.

Só quando existir a regionalização política, em que os decisores regionais respondem perante os cidadãos da região, submetendo-se a eleições periódicas, é que Portugal disporá de uma organização política e administrativa que respeita integralmente o princípio da subsidiariedade, e como tal, seja eficiente. E não, a regionalização não irá trazer mais burocracia ineficiente. A inovação administrativa e a subsequente difusão das melhores práticas reduzirão a burocracia. Mas mesmo que tal não aconteça, no máximo a burocracia regional será a mesma estrutura burocrática que hoje administra os serviços públicos sob tutela do Governo central; a regionalização apenas transfere o controlo de tal burocracia do Governo central para o governo regional, que tomará decisões mais eficientes e mais democráticas, como resulta do princípio da subsidiariedade.

/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO

60



www.acec.pt

AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Graça Morais

Artista plástica

Lugares de contemplação e reflexão sobre Arte

Nasci em 1948 numa pequena aldeia chamada Vieiro, do concelho de Vila Flor, no Nordeste de Trás-os-Montes. Sou a segunda filha de uma família de seis irmãos e vivi durante muitos anos com a presença próxima da minha mãe, dos avós maternos, tias, tios e primos, numa pequena comunidade rural que cuidava de todas as crianças como se fossem membros da mesma família.

O pai da minha mãe Alda, o avô Joaquim Pinto, foi a minha grande figura paterna.

Deixava-me sentar na mesa ocupada pelos obreiros em tempos de segadas, de vindimas e outros trabalhos do campo.

Os trabalhadores comiam com garfos de ferro num grande prato, sorviam o caldo em malgas de barro e bebiam o vinho que o meu avô tirava dos grandes tonéis do armazém de sua casa.

Quando visitei pela primeira vez o Museu Van Gogh, em Amesterdão, fiquei emocionada ao ver a pintura intitulada "Os comedores de batatas".

Eram os mesmos trabalhadores da terra num acto de comunhão em que alimentavam o corpo e descanjavam a alma.

Recordo os anos sessenta no Vieiro em que se viviam tempos de muita pobreza e a emigração para França e Alemanha fazia-se em silêncio, com receio das perseguições da Guarda Republicana e dos informadores ao serviço da ditadura.

Fugiam da fome e da "Guerra do Ultramar". Na aldeia ficavam as mulheres, os velhos, os doentes e as crianças e viviam-se tempos de muito sofrimento.

As mulheres que eu mais tarde viria a pintar, nos anos de 1980, lutavam contra todas as dificuldades da vida, tratando da casa, dos filhos, dos animais e das terras:

Tornaram-se as minhas heroínas! Ao longo dos anos, lembro a violência que essas mulheres sofriam por parte dos pais, dos irmãos e dos maridos.

Depois do 25 de Abril de 1974, fotografei e pintei várias mulheres dessa aldeia que deram origem à série de pinturas a que chamei "Marias" e "As Escollhidas".

Hoje já não encontro essas mulheres, a maior parte das casas estão fechadas, a escola primária já fechou por falta de crianças e as ruas do Vieiro estão desertas.

Os velhos tiveram de abandonar as suas casas e vivem em lares, com conforto e cuidados médicos, mas num grande desenraizamento e solidão.

A minha pintura resulta de uma reflexão profunda sobre o mundo onde mulheres e homens enfrentam

os medos e o caos que nos rodeia.

O meu mundo na Arte é feito de desenhos e pinturas, não só para mostrar uma realidade, mas sobretudo para oferecer e partilhar a minha verdade como artista e como mulher. Nos últimos anos exprimo a minha indignação moral através dos rostos dos que sofrem a violência dos fortes sobre os mais fracos e desprotegidos.

O meu atelier é o lugar de abrigo onde em silêncio encontro mundos misteriosos e sinto que o meu corpo e a minha alma ficam numa total sintonia: é o milagre da criação e da liberdade.

Em resultado de uma nova dinâmica cultural, impulsionada por decisões políticas do Município, presidido na altura pelo engenheiro Jorge Nunes, foi criada uma série de equipamentos culturais na cidade de Bragança. Em 2008 foi inaugurado o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, na Rua Abílio Beça, junto à Praça da Sé. Durante estes 17 anos de existência, este Centro de Arte tem criado uma nova centralidade cultural e artística, com uma programação exigente que tem apresentado os maiores nomes da Arte portuguesa e alguns artistas internacionais, em articulação com instituições públicas e privadas, tais como a Fundação Calouste Gulbenkian, a coleção Millennium/BCP, o Teatro D. Maria II, o Atelier-Museu Júlio Pomar e a Fundação EDP/MAAT.

Além da doação de centenas de obras únicas da minha autoria, tenho apresentado novas exposições todos os anos com as melhores pinturas e desenhos que executei ao longo de 50 anos de vida artística. Considero de uma enorme importância a criação destes espaços de encontro, contemplação e reflexão sobre a Arte e a sua relação com o Mundo. Desejo que no futuro se fortaleçam as relações sinérgicas entre todas as instituições da cidade da Bragança que se dedicam ao pensamento e ao conhecimento, em articulação com os espaços museológicos, artísticos e científicos, criando uma nova centralidade no país a partir deste Centro de Arte que muito me honra e pelo qual sinto uma enorme responsabilidade como cidadã e artista.

Pretendo deixar um testemunho da minha existência oferecendo um legado artístico e humano e tudo o que de melhor tenho e sou, nesta caminhada que faço com um sentimento de compromisso forte no presente e no futuro.

A AUTORA ESCREVE SEGUNDO
O ANTERIOR ACORDO ORTOGRÁFICO.



Obra de Graça Morais, série “A Caminhada do Medo”, 2011, 111 cm por 150 cm, coleção da artista.

Com o Interior e a Arte de Graça Morais...

POR
Miguel Cadilhe
Economista

Que melhor modo de fechar o nosso projeto haveria do que este privilégio de ter uma transmontana de gema, notabilíssima pintora, ilustre honorária do Círculo, a falar de si e das suas pinturas, dos “mundos misteriosos” e das vivências arrancadas do Interior.

O Interior, essa preocupação estatutária do Círculo e essa tradição de boa análise do JN, está eminentemente presente no texto e na pintura desta página. Se cada um vê esta pintura como a sente, por mim sinto e vejo alguém armado, saliente, em bolha ou redoma barrenta, é mulher de máscara escura, esconde-se ela de quê, talvez da vergonha da denúncia... Vejo dois aprisionados, apanhados nos trilhos da emigração proibida,

humilhados, eles que “comiam com garfos de ferro”... E recuada, superior, de preto vestida, vejo uma das extraordinárias mulheres de Graça Morais, que aqui se destaca pelos olhos vivos, penetrantes, não há outros assim na pintura, imagino-a num Valha-nos Nossa Senhora das Dores, ela bem os avisara de tantos perigos, e ao partirem apenas lhes dissera, sofrida, embargada, pois então vão com Deus...

Este modo de fechar o projeto é um belo fruto que só a generosidade de Graça Morais podia consentir, em rara e laboriosa colheita, depois da visita ao magnífico Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, em Bragança, no antigo Banco de Portugal. Não lon-

ge, fica o Interior que ela pinta como só pinta quem ama. O Centro é um admirável património da descentralização cultural, autárquica, autêntica, pese embora o centralismo.

Voltamos ao projeto “Círculo/JN” para um balanço geral e final, que é também momento de gratidão. Correu bem, muito acima da expectativa de julho de 2024, quando tudo começou. Do lado da equipa JN, sucessivamente liderada por Inês Cardoso, Vítor Santos, Rafael Barbosa, e do lado dos Associados do Círculo, a cooperação foi excelente. Os 60 textos livres, diversos e dispersos, ramificações de um tronco comum que é o Círculo, serão agora vertidos num livro coletivo digital.

Miguel Cadilhe

Associado coordenador do projeto

A sociedade civil, a democracia regional e o centralismo

Este livro é um modesto, esforçado, fruto da sociedade civil em aliança com o JN. E é bom que se diga, não beneficiou de quaisquer apoios do centralismo, concentrado ou desconcentrado.

1. Nos 45 anos da morte de Sá Carneiro, dezembro de 1980...

Não por acaso, o livro do projeto Círculo/JN acontece neste mês de dezembro de 2025. Há precisamente 45 anos, a social-democracia portuguesa sofria a maior perda de sempre. E, subsequentemente, desamparava-se a ideia de “democracia regional” cultivada por Francisco Sá Carneiro (1934-1980).

A “democracia regional”, a força da sociedade civil e a qualidade das instituições andam muito a par, são relativamente interdependentes. Funcionam círculos virtuosos entre estas três macrovariáveis. E há correlação delas com o nível de desenvolvimento.

Creio que o território continental estaria dotado de regiões constitucionais, e também de mais fortes instituições da sociedade civil, se Sá Carneiro não tivesse morrido na trágica noite de 4 de dezembro de 1980.

Sá Carneiro defendia, como parte integrante dos princípios e dos objetivos da social-democracia, a “construção da democracia regional” no continente. Não lhe bastava desconcentrar, delegar ou deslocalizar o Estado-administração, porque ele sabia que estas vias, sendo úteis para mitigar o centralismo, não lhe alteravam a essência.

Se lhe houvessemos perguntado se a social-democracia podia render-se ao centralismo, ou se ambos eram compagináveis, a resposta teria sido um não absoluto.

Todavia, já sem Sá Carneiro, houve rendição ao centralismo. A rendição contradiz a moderna teoria da economia pública, em especial quanto as funções do Estado que, com vantagem, são descentralizáveis num quadro de regras e vigilâncias.

E destoa flagrantemente dos países europeus mais desenvolvidos, como é factual e se pode ver adiante, no ponto 2 do posfácio. Sobretudo, a rendição atraiçoá e desce na escala de valores da democracia e da liberdade, em que sobressaem princípios-maiores como o da igualdade de oportunidades e o da justiça social interterritorial, tão caros à social-democracia, e o da subsidiariedade, tão caro às organizações sociais e políticas.

Com Sá Carneiro, não teríamos enveredado pelos caminhos da rendição. Esses não são os caminhos de uma certa e digna libertação territorial que a partir do Porto, e da sua história, Sá Carneiro enraizadamente sentia e entendia como conceitos matriciais e como razão para fazer grande política. Algumas das raízes mais fundas do pensamento de Sá Carneiro provêm das ideias de liberdade, reformismo e descentralização municipal da Revolução Liberal de 1820, de que a cidade do Porto foi berço.

Sá Carneiro era politicamente sólido, corajoso, convicto, coerente, percebia e respeitava a sociedade civil, não virava facilmente de ideias em matérias estruturantes, não punha os cálculos do partido acima do interesse nacional, não era pessoa para mudar da “democracia regional” para o centralismo. Por ocasião da sua morte, com 46 anos, tudo estava nos trilhos desse legado político da “democracia regional”, em boa conformidade constitucional – não naqueloutra grosseira dificultação constitucional que fez e faz parte da rendição ao centralismo (ver neste livro os textos #05, 06, 57, 58, entre outros).

Bem sei, as circunstâncias de hoje não são as de 1980. Contudo, os factos, a teoria, a análise, as estatísticas, a experiência europeia, os nossos desequilíbrios territoriais vieram manter a ideia de «democracia regional» com todo o vigor, não vieram enfraquecê-la. Portanto, se fosse vivo nos anos noventa, anos principais da rendição ao centralismo, Sá Carneiro não estaria mal-acompanhado nas suas convicções contra a rendição. Por que razão haveria ele de mudar? Por motivações de pequena política? Não era pessoa para isso.

Em muito, pois, este posfácio se justifica pelos 45 anos da

morte de um primeiro-ministro social-democrata de rara envergadura e extraordinária clarividência; e pelo que isso significa quanto ao recuo das ideias de “democracia regional” e sociedade civil. Sugiro, revisitem o pensamento de Sá Carneiro sobre a ideia de “democracia regional”. Poderão encontrar, à falta de melhor, alguma serventia nos três artigos que publiquei em 2020 e vão citados no fim deste posfácio.

2. A “democracia regional” na realidade europeia...

A Europa desenvolvida está com a “democracia regional”, não está com o centralismo. A ideia de Sá Carneiro é eminentemente europeia.

De facto, dos 27 países da UE, três não contam para o efeito, por a dimensão ser muito pequena; 17 têm dois ou mais níveis subnacionais, estão pois regionalizados, cada um à sua maneira; sete, entre os quais Portugal, não têm regiões continentais.

Os 17 países regionalizados, unitários ou não, são de dimensão grande ou média. Vários deles têm área semelhante ou inferior a Portugal, todos ou quase todos são mais desenvolvidos.

O que pensam os políticos portugueses? Acaso pensam que os seus homólogos europeus andam errados? E que, em erro, andou também Francisco Sá Carneiro?

No quadro europeu, o caso da Dinamarca é particularmente ilustrativo. Veja-se a tabela seguinte, comparando Dinamarca e Portugal em nove indicadores que relevam para a “democracia regional”.

Tabela – “Democracia regional” e sociedade civil, comparação entre Dinamarca e Portugal

Indicadores	Dinamarca	Portugal
1. População (milhões de habitantes)	6,0 (*)	10,7 (**)
2. Área (mil km ²)	43,1 (*)	92,1 (**)
3. PIB per capita, paridade poderes de compra (acima ou abaixo da média da UE)	28% acima	18% abaixo
4. IDH, Índice de Desenvolvimento Humano (ordenação, sendo 193. ^º o pior)	4. ^º	40. ^º
5. “Democracia regional”, número de regiões continentais, com eleições regionais	5	0
6. Regiões autónomas, insulares, número	2	2
7. Descentralização da despesa pública para níveis subnacionais (% da despesa total)	66,7%	14,7%
8. Corrupção (índice entre 0 e 100, sendo 0 a pior percepção de corrupção.)	90	57
9. Sociedade civil, consistência e participação	Forte	Média-baixa

Fontes: 1.2.5.6. 9. ChatGPT. 3. Eurostat. 4. Nações Unidas. 7. Ver texto #01, #04 e #59. 8. Corruption Perceptions Index, Transparency International.

(*) Não inclui as autonomias Gronelândia e Ilhas Faroé. Somam 1% da população total e 98% da área total.

(**) Inclui as autonomias Açores e Madeira. Somam 4,5% da população total e 3,4% da área total.

Em resumo, podemos ler na tabela:

Indicadores 1. e 2.: Dinamarca em tamanho é aproximadamente metade de Portugal; algo mais do que metade em população; algo menos do que metade em área.

Indicadores 3. e 4.: Dinamarca é um país mais desenvolvido do que Portugal.

Indicadores 5. a 7.: Dinamarca é um país mais descentralizado do que Portugal.

Indicador 5.: Dinamarca continental tem regiões, Portugal continental não está regionalizado.

Indicador 6.: Dinamarca e Portugal têm o mesmo número de regiões autónomas, são insulares.

Indicador 7.: Dinamarca descentraliza mais a despesa pública para níveis subnacionais do que Portugal.

Indicador 8.: Dinamarca, país muito descentralizado, tem indícios de corrupção inferiores aos de Portugal, país muito centralizado.

Indicador 9. Dinamarca tem sociedade civil bastante mais forte (mais autónoma, mais participativa, mais influente, mais consistente) do que Portugal.

3. Agradecimentos finais

O pequeno projeto Círculo/JN congregou Associados convidados que escreveram textos em liberdade e diversidade – nunca é demais afirmá-lo –, textos estes relacionados com a missão do Círculo, mas sem que houvesse qualquer condicionamento ou imposição. Houve apenas frequentes diálogos de coordenação do projeto.

Agradeço a excelente cooperação do “Jornal de Notícias”, nas pessoas dos diretores do jornal, sucessivamente, Inês Cardoso, Vítor Santos, Rafael Barbosa, e também na pessoa do diretor de Arte, Pedro Pimentel. Souberam atender-nos com superiores níveis de desempenho e a mais franca abertura e compreensão. Se o JN não fosse o que é, o barco do projeto cedo teria naufragado, ou nem sequer se teria feito ao mar dos 60 x 60. Podemos agora concluir que navegámos em segurança, sem percalços, e que, se chegámos bem a bom porto, foi antes de tudo graças à equipa, às capacidades, à organização JN.

E agradeço aos Associados do Círculo que participaram no projeto, fizeram-no com dedicação e qualidade. Os 60 textos, na sua livre diversidade conceptual, criativa, descritiva, propositiva, porventura controversa, atingiram elevado interesse para os nossos fins associativos. Assim aconteceu igualmente com o prefácio do associado Alberto Castro, ao sobrevoar os textos em leitura pessoal, e ao interpelar, em provocação de alguma ironia, a sociedade civil e as forças empresariais a propósito da descentralização – “o rumo” – e do investimento no Interior menos desenvolvido.

Finalmente, agradeço à Associação Círculo de Estudos do Centralismo e aos seus presidentes, Carlos Tavares e Sebastião Feye de Azevedo, o acolhimento da proposta de julho de 2024 e a confiança e a independência depositadas nas funções de coordenação do projeto.

Cabe sublinhar, de novo, que as opiniões vertidas nos 60 textos, no prefácio e neste posfácio não vinculam o Círculo.

O projeto Círculo/JN teve o seu lado gratificante, de que o livro faz parte. Todavia, ao longo da rota que percorremos, cruzámo-nos com um momento de profunda tristeza quando morreu o associado João Cravinho, autor do texto #12. Alguns anos antes, havia Cravinho presidido à Comissão Independente para a Descentralização e liderado o seu importante relatório que é fonte de alguns dos dados do presente posfácio. No

nossa portal www.acec.pt estão registadas condolências do Círculo. E na edição de 17 de abril de 2025 foi-lhe prestada homenagem no JN.

Resta-me saudar os associados que, por uma razão ou por outra, não puderam participar na feitura do livro. Deixo-lhes esta mensagem que inúmeras vezes enviei aos associados participantes: tudo em prol do Círculo! E em prol do fortalecimento da sociedade civil, aquela sociedade civil de que o centralismo desgosta.

Nota:

Usei por vezes passagens destes meus escritos, www.acec.pt: - “Descentralização em tempos de 1820 e 2020”, anuário “O Economista”, 2020. - “Lembremos Sá Carneiro: pode a social-democracia render-se ao centralismo?”, “Expresso” 04-12-2020. - “Francisco Sá Carneiro e o centralismo”, Brotéria dezembro 2020. - “O grande centralismo”, #01 neste livro, JN 02-09-2024. “O Estado-despesa e o centralismo português”, ensaio no portal do Círculo, 2025. Os três primeiros existem na BCD, Biblioteca do Centralismo e do Desenvolvimento, pertencente ao Círculo.

Pistas temáticas

Os textos dos autores, sejam de fundo sejam de oportunidade, respeitarão os binómios pertinência/qualidade e liberdade/responsabilidade.

A pertinência é relativa aos fins do Círculo. A liberdade é relativa à escolha do assunto e ao seu tratamento.

Os temas enunciados em II, III, IV e V, mais genéricos ou mais específicos, são meramente indicativos e ilustrativos do requisito da pertinência relativamente aos fins do Círculo, transcritos em I.

De modo nenhum são condicionantes da iniciativa, liberdade e responsabilidade do autor.

Para mais, veja-se o portal do Círculo: www.acec.pt

2024

I) Fins do Círculo

Importa, a propósito, transcrever os fins do Círculo, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 3.º dos seus Estatutos.

“1. O Círculo visa contribuir para fomentar e divulgar estudos sobre a organização político-administrativa do território, sob os pontos de vista complementares dos princípios de organização, em que se inserem estudos relativos ao centralismo e à subsidiariedade, e das formas de organização, em que se incluem estudos relativos a fenómenos da centralização e da descentralização, tomando esta por si mesma, como regionalização e municipalização, ou, em formas mitigadas, como delegação, deslocalização e desconcentração, ou tomando-a pelo seu antítetico que é o centralismo e a centralização, em suas diversas formas e decorrências.

2. O Círculo visa igualmente contribuir para fomentar e divulgar estudos sobre o desenvolvimento económico, social e cultural do território, em articulação com os pontos de vista referidos no número anterior (...).”

II) “Listagem temática”

Em 29/04/2023, o Círculo aprovou, nos termos do artigo 6.º dos Estatutos, a chamada “listagem temática”. Foi ouvido o Colégio Consultivo.

1. Agenda Digital e Infraestruturas Digitais – cobertura do território, em que se inclui como subtema:
Fortalecimento da literacia digital.

2. Demografia, assimetria territorial e políticas redistributivas, em que se incluem subtemas, como:

Os problemas demográficos;
Baixa densidade;
Atores de desigualdade territorial;
Distribuição das indústrias pelo território;
Distribuição de Centros da Administração Pública pelo território;
Despovoamento;
Envelhecimento;
Assimetrias económicas;
Questões ambientais;
Desigualdade de produção;
Inclusão social;
Valorização do território e dos seus recursos naturais e culturais.

3. Políticas de coesão e gestão territorial, em que se incluem subtemas como:

Descentralização;
Política de transportes;
Cobertura ferroviária;
Política agrícola;
Gestão da água;
Gestão dos recursos naturais e previsão de catástrofes;
Gestão de recursos económicos;
Gestão, salvaguarda e valorização de recursos patrimoniais (culturais e naturais) do território;
Gestão da paisagem;
Gestão do turismo;
Criação de redes e corredores turísticos;

4. Cidades e territórios sustentáveis, em que se incluem subtemas como:

Ação climática;
Salvaguarda da cultura e do património cultural e natural;
Produção sustentável;
Planeamento sustentável do território e da paisagem;
Especialização estratégica dos territórios;
Planeamento de novos recursos turísticos do território;
Vulnerabilidades sociais e políticas sociais – garantia de serviços de educação, de saúde e de justiça;

Pistas temáticas

Acessibilidades;

Planeamento para o desenvolvimento económico.

5. Políticas internacionais – construção de euroregiões

III) Novo Movimento pelo Interior (N-MPI)

(Sete pilares da “Carta de intenções” do N-MPI, núcleo que faz parte do Círculo de Estudos do Centralismo desde 2024)

Pilar 1 - Política fiscal

Pilar 2 - Educação, ensino superior e ciência

Pilar 3 - Ocupação do território pelo Estado

Pilar 4 - Transportes e comunicações

Pilar 5 - Agricultura, turismo

Pilar 6 - Cultura

Pilar 7 - Representatividade na Assembleia da República

IV) Outras formulações de pistas temáticas

Por vezes redundantes com II e III, supra, apresenta-se ainda a seguinte relação de assuntos:

- Explicação do centralismo desde a fundação de Portugal.
- Vantagens e desvantagens do centralismo.
- Será inconstitucional o grau de centralismo da República Portuguesa?
- Línguas locais. O caso do mirandês e outros casos na UE.
- Princípio da subsidiariedade e gestão dos parques naturais.
- Florestas e riscos de incêndios.
- Edificado histórico de terras do Interior.
- Conceituação e inventariação de “arte pública” nas aldeias, vilas e cidades de Portugal.
- Centralismo nos estados-membros da UE, pela ótica das receitas e despesas públicas e da qualidade dos serviços públicos.

- Graus de centralização/descentralização do sistema de impostos na UE (aos níveis de definição, parametrização e afetação das receitas).

- Funções descentralizáveis/não descentralizáveis do Estado, segundo a teoria da Economia Pública.

- A norte do rio Douro não existe linha férrea horizontal, Este-Oeste.

- “Na última década Portugal regista um decréscimo populacional de 2,0% e acentua o padrão de litoralização e concentração da população junto da capital.”

(Censo 2021, INE, Destaque, em 28-07-21).

- Encerramento de serviços públicos, seja pública a prestação (segurança e policiamento, saúde, transporte, etc.), seja privada (correios, banca, etc.), em territórios de “baixa densidade” populacional.

- Princípio da subsidiariedade e Doutrina Social da Igreja.

- Desconcentrações e deslocalizações de entidades públicas centrais.

- Centralismo avistado em obras de autores como Camões, Pessoa, Eça, Camilo, Agustina, Saramago...

- Centralismo e desigualdade de desenvolvimento económico, social e cultural.

- Centralismo, descentralização e qualidade das instituições.

- Centralismo, descentralização e captura do poder.

- Centralismo, descentralização e burocacia.

- Centralismo, descentralização e corrupção.

- “Why Nations Fail” – Centralismo e instituições ‘extrativas’

- a tese do livro de Acemoglu e Robinson.

- Controlos centrais da descentralização.

- Planos de coesão e valorização do Interior.

- Programas de Governo e descentralização.

- Movimento pelo Interior, propostas de 2018.

- Efeito spillover, centrífugo ou centrípeto?

- 9.º Relatório de Coesão, CE, UE, 2024.

- Novo regime das CCDR IP.

- Descentralização recente de funções do Estado para o nível municipal.

- Anuário Financeiro dos Municípios (Ordem dos Contabilistas).

- Experiência das CIM.

- Investimento e emprego no Interior e no Litoral.

- Sociedade civil, forças e fraquezas.

- Biografias.

- Casos de instituições que mereçam ser relatados.

- (...)

V) Grandes áreas temáticas

História, Geografia, Demografia.

Território; Recursos Naturais; Ambiente.

Transportes e Infra-estruturas.

Iniciativa empresarial.

Educação.

Saúde.

Pistas temáticas

Ciência Política; Teorias do Estado e da Burocracia.
Administração Pública.
Artes e Letras.
Direito Constitucional, Administrativo, Fiscal, Financeiro.
Agronomia, Veterinária, Silvicultura.
Tecnologias, Engenharias.
Inteligência artificial.
Arquitetura, Urbanismo, Habitação.
Sociologia e outras Ciências Sociais.
Finanças Públicas; Finanças Regionais e Locais.
Economia Pública, Políticas Públicas; Economia do Desenvolvimento; Economia Regional.
Governança e Gestão de organizações públicas e privadas.
Boas práticas.
Qualidade das instituições.
(...)

Índices Remissivos dos 60 Textos

(As remissões não incidem sobre as notas iniciais, o prefácio, o posfácio, as pistas temáticas)

- 1) Índice remissivo ideográfico, por vezes anotado
- 2) Índice remissivo onomástico, pessoas singulares e pessoas coletivas
- 3) Índice remissivo onomástico, lugares em Portugal
- 4) Índice remissivo bibliográfico

Porquê estes longos índices remissivos?

No projeto Círculo/JN houve um pequeno documento de “pistas temáticas”, aliás interrogadas.

Elas começavam por dizer que não eram condicionantes da iniciativa, liberdade e responsabilidade dos Associados-autores.

Avisavam as “pistas”, igualmente avisavam as regras práticas do projeto, haveria que relacionar os temas escolhidos com a missão do Círculo, sem sequer ter havido, assim foi premeditado, uma prévia sistematização ou arrumação. Quase nem sequer um prévio sequenciamento.

São, pois, textos livres e, inherentemente, diversos e dispersos. Textos em que abundam ideias e propostas, muitas vezes expostas em duas ou três linhas no aperto da página do jornal. São textos que se complementam, por vezes se sobrepõem, por vezes divergem ou são mesmo um pouco antagónicos. Aí reside talvez uma das facetas mais fecundas do projeto Círculo/JN.

E daí, dessa liberdade, diversidade e dispersão, emerge a utilidade dos presentes índices remissivos, longos, analíticos, instrumentais; propiciando, em 1), alguma interconexão dos 60 textos e alguns encontros de conceitos e opiniões, de modo porventura incompleto; e permitindo, em 2), 3) e 4), a exaustiva procura de pessoas, lugares e escritos citados pelos Autores.

Índices Remissivos dos 60 Textos

1) Índice remissivo ideográfico, por vezes anotado

A

Ação social, #57.

Administração Pública (ver também Centralismo, Descentralização, Desconcentração, Elites, Interior, Políticas públicas, Princípios, Reformas estruturais).

- . Administração Pública, decorrências do centralismo. #51.
- . Administração Pública, definição de Interior. #25
- . Administração Pública, deslocação de serviços para o Interior, #51.
- . Administração Pública, em silos. #36.
- . Administração Pública, novas tecnologias. #51.
- . Administração Pública, organização e eficiência implicam subsidiariedade, esta implica descentralização, esta implica regionalização. #59.

Aeroporto, grande projeto de investimento. #01.

Agenda Territorial, UE, #25.

AM, Áreas metropolitanas, AML, AMP, ver também Municípios.

- . AM, em geral. #19,23,25,26,34,40,45,57.
- . AM, emprego concentrado. #34.
- . AM, ensino superior concentrado. #47.
- . AM, funções. #57.
- . AM, gravíticas. #47.
- . AM, modelo de assembleias metropolitanas com eleições diretas e governos metropolitanos eleitos pelas assembleias. #57.

Ambiente, Água, ver também Florestas, Incêndios. #03,17,28,34,38,39,43,48,51,52,54.

Artes e Letras, ver Cultura.

Assimetrias territoriais, ver Coesão.

Autarquias locais no Continente:

- . Autarquias locais no Continente: são três categorias constitucionais, freguesias, municípios, regiões administrativas (ver Municípios, Regiões), conforme artigo 236.^º da CRP. #05,06.
- . Autarquias locais no Continente: ver Municípios e Freguesias, e ver Regiões.
- . Autarquias regionais, como sinónimo de Regiões administrativas, a 3.^a categoria das Autarquias locais no Continente: ver Regiões.

Automóvel, cluster. #19,23.

Autonomia, ver Princípios constitucionais, Princípios fundamentais.

Autonomias, ver Regiões Autónomas.

Índices Remissivos dos 60 Textos

Avaliação, ver Princípios fundamentais.

B

Bancos, função social, rede e acesso a numerário no Interior. #31.

Barragens, ver também Extrativismo. #10.

Bens transacionáveis, ver Competitividade.

Bombeiros, e Presidência do Conselho de Ministros, #49.

Burocracia, ver Custos de contexto.

C

Captura do poder político pelo poder económico:

- . Captura do poder político, grandes projetos públicos, ver Centralismo.
- . Captura do poder político, Interior e recursos naturais, ver Extrativismo, ver Interior.
- . Captura do poder político, prefiguração no caso das barragens? Ver texto de Luís Mira Amaral no índice bibliográfico.
- . Captura do poder político, tendente a resistir à descentralização e à integração. #07.

CCDR, comissões de coordenação e desenvolvimento regional. #03,04,08,14,15,18,32,36,44,49,57,58.

- . CCDR, carecem do incentivo político, da legitimidade e da independência que uma eleição direta lhes conferiria. #36.
- . CCDR, desconcentração, transferência de serviços do centralismo. #03,44,51,59.
- . CCDR, nomeados versus eleitos. #57.
- . CCDR, novo regime de IP, Instituto Público. #03,36.
- . CCDR, vice-presidente para Agricultura e Pescas. #03.

Centralismo, centralização. #01,02,03,04,05,06,07,08,09,14,16,18,19,20,21,22,26,27,28,31,32,35,36,37,38, 40,44,48,51,52,56,57,58,59.

- . Centralismo, aferição do grau, ver Indicadores.
- . Centralismo, arquétipo do Corte na aldeia, de Rodrigues Lobo. O arquétipo centralista português é esta indiferença e mesmo desconfiança da corte em relação ao seu exterior. Há corte onde a corte está, o resto é cenário e silêncio, quando não motivo de desprezo pelo sotaque ou pela ruralidade. #46.
- . Centralismo, cioso do poder. #21,26.
- . Centralismo, contrário de subsidiariedade, ver Princípios fundamentais. #06.
- . Centralismo, desconfiança. #21.
- . Centralismo, desigual PIB per capita nas sub-regiões. #51.
- . Centralismo, diagnóstico de séculos. #26.
- . Centralismo, Dinamarca, metade da área de Portugal, é o país desenvolvido menos centralizado. #01,59.
- . Centralismo, grandes projetos do centralismo. #01.
- . Centralismo, inconstitucional, ver Princípios constitucionais. É inconstitucional o evidente centralismo de toda a nossa Administração Pública. #06.
- . Centralismo, pouca eficiência. #59.
- . Centralismo, pulsão centralista. #07.
- . Centralismo, reforma administrativa descentralizadora para os municípios, uma pedra angular da reforma do Estado. Ver também Municípios e Freguesias. #26.

Índices Remissivos dos 60 Textos

- . Centralismo, regimes de valor e desvalor. #56.
- . Centralismo, suportado por qualquer das opções polares, standard, de políticas económicas - ou contar sobretudo com o Estado, ou deixar tudo para o mercado. #40.
- . Centralismo, tecnocracia, ditadura, social-democracia. #01.

CIM, comunidades intermunicipais, ver também Municípios. #05,15,26,36,48,49,54,58. Tal como as CCDR, carecem de eleição direta, #36.

Círculos eleitorais, ver Sistema eleitoral.

Círculos viciosos. #04,09,33,38.

Clima, ver Ambiente.

Coesão, assimetrias, desigualdades, território. #01,02,04,05,08,09,10,11,12,13,15,17,18,19,21,22,23,24, 25,26,29,30,31,33,34,36,37,38,44,45,47,51,52,53,54,55,56,57.

- . Coesão e competitividade: A Europa precisa de competitividade, todavia, se a UE pretende beneficiar de um apoio amplo da sociedade, a UE não pode deixar de manter viva a ambição pela coesão das suas regiões. #08.
- . Coesão, implica ministério próprio. #52.
- . Coesão, princípio de coesão ou solidariedade territorial, ver Princípios fundamentais.
- . Coesão, regionalização pode ser o principal motor que provoque a diminuição das fortes assimetrias regionais e aproxime mais o Litoral do Interior. #21.

Competitividade:

- . Competitividade, bens transacionáveis, concorrência internacional, vantagens competitivas. #12, 13,19,36,39,42,51.
- . Competitividade, ciência, inovação, tecnologia. #42.
- . Competitividade, coesão, ver Coesão. #08,36.
- . Competitividade, comunicações, transportes. #42.
- . Competitividade, conhecimento. #42.
- . Competitividade, fator humano. #42.
- . Competitividade europeia. #08.
- . Competitividade territorial. #05,08,19,29,36,51.

Complexidade económica, ver ICE.

Comunicações digitais, comunicações físicas (estradas, ferrovias). #09,12,13,16,18,31,34,37,39, 42,51,55.

Concentração, ver também Desconcentração. #34,38,39,58. Concentração, efeito “bola de neve”. #38.

Conferências SEDES, Abril 2026, ciclo previsto nos 50 anos da CRP sem regionalização. #57.

Conhecimento, ver também Cultura. #11,22,24,29,35,40,42,47,53,60.

Constituição, ver CRP.

Cooperação transfronteiriça. #15,30.

Corrupção, ver também Captura. #21.

Índices Remissivos dos 60 Textos

Creches e pré-escolar, com equipas, alimentação e transporte. Crianças pobres em pé de igualdade com todas as crianças. #42.

CRP, Constituição da República Portuguesa. #01,03,05,06,14,18,21,24,26,28,44,45,46,57,58.

- . CRP, aprovação, Diário da República de 10/04/1976 de facto está de pernas para o ar. #58.
- . CRP, Direitos da Humanidade, ver DUDH.
- . CRP, distritos, artigo 291º. #14.
- . CRP, inconstitucionalidade, ver também Princípios, e Centralismo. #05,06.
- . CRP, meio século em 2026, ver Conferências SEDES.
- . CRP, poder local, ver Autarquias locais.
- . CRP, princípios constitucionais e fundamentais, ver Princípios.
- . CRP, regionalização por cumprir. #21,58. Ver também Conferências, Descentralização, Regiões.
- . CRP, revisão constitucional de 1997, peçamos responsabilidade ao nível político para reconhecer o erro de referendar a Regionalização e para repor a CRP no seu espírito inicial. #05.
- . CRP, sistema eleitoral. #14,41.

Cultura. #02,09,10,11,12,13,15,22,24,27,28,29,32,34,35,43,44,50,52,53,54,57.

- . Cultura, agentes culturais. #43.
- . Cultura, descentralização. A maior parte dos municípios e as AMP e AML vão ensaiando e com sucesso a descentralização cultural. Curiosamente, ou não, em 2023 o governo extinguiu as cinco DRC no Continente. #44,60.
- . Cultura, descentralização, exemplo municipal: CACGM. #60.
- . Cultura, descentralização, instituições privadas que praticam descentralização cultural, exemplos:
 - Cooperativa Árvore. #50.
 - Fundação Calouste Gulbenkian. #60.
 - Fundação Casa de Mateus. #29.
 - Fundação de Serralves. #43.
 - Fundação Júlio Resende – Lugar do Desenho. #28.
 - Sedes. #57.
- . Cultura, doações de artistas. #28,60.
- . Cultura, economia, preconceitos: conjugar economia e cultura era tido por um pecado pelos responsáveis políticos e pelos próprios agentes culturais. #43.
- . Cultura, economia, produção, venda. #15,29,43,50.
- . Cultura, equipamentos culturais (bibliotecas, cineteatros, museus, salas de exposições, centros de arte, etc.). #43,60.
- . Cultura, impacto económico e social. #43.
- . Cultura, legado e testemunho. #60.
- . Cultura, MFA. #43.
- . Cultura, parcerias com autarquias e outras entidades. #11,13,15,22,43,50,60.
- . Cultura, pinturas da vida rural e do Interior, “Marias”, “As escolhidas”, “A caminhada do medo”, “Os comedores de batatas. #60.
- . Cultura, poder autárquico versus poder central. #43,44,60.
- . Cultura, programação, sem o que temos belos equipamentos vazios de vida. #43,60.
- . Cultura, relações sinérgicas entre todas as instituições da cidade. #60.

Custos de contexto, burocracias, embaraços. #13,17,34,35,36,39,43,51,57,59.

Custos de interioridade. #09,10,13,25,33,34,43,50,55,56,60.

Custos de oportunidade. #01,08,56.

Índices Remissivos dos 60 Textos

D

Democracia regional, ver Regiões.

Descentralização, ver também Interior, e Princípios fundamentais. #01,02,03,04,06,07,08, 13,14,15,19,21,25,26,27,28,29,35,36,37,38,39,40,41,43,44,46,48,49, 50,51,55,56,57,58,59.

- . Descentralização, aferição do grau, ver Indicadores.
- . Descentralização, arrivistas. #44.
- . Descentralização, autarquias locais municípios e freguesias. #26.
- . Descentralização, Camões e Os Lusíadas. #27.
- . Descentralização, comparação com a Europa. #01,04,57,59.
- . Descentralização, complexidade económica, ver ICE, à luz das ideias da complexidade e da evolução, a opção por estruturas de poder descentralizadas sai reforçada. #40.
- . Descentralização, concessão ou conquista, ver também Partidos. #07,21,53,56.
- . Descentralização, conjugação com forte liderança centralizada. #51.
- . Descentralização, consistência, ver Princípios fundamentais.
- . Descentralização, CRP, ver também CRP. #06,57,58.
- . Descentralização, cultura, ver também Cultura. #27,43,44,50,60.
- . Descentralização, debilidade do Estado nos territórios intermédios, subnacionais e supramunicipais; exemplos de nível subnacional supramunicipal. #36,59.
- . Descentralização, eficiência, ver também Princípio da subsidiariedade. #04,07,51,59.
- . Descentralização, empoderamento e subsidiariedade. #07,36,59.
- . Descentralização, instituições. #07,59,60.
- . Descentralização, internalização, inclusão, democraticidade. #07.
- . Descentralização, novelo da reforma do Estado-administração. #07,36.
- . Descentralização, processo barrado e adiado, apesar de poder dar respostas racionais e eficientes aos problemas do desenvolvimento. #07,26,36.
- . Descentralização, redução do poder central de discricionariedade. #07.
- . Descentralização, resistências do poder político central e das forças que o capturam. #07,21,44.

Desconcentração, deslocalização, presença do Estado no território, ver também Mpl (pilar 3). #03,08,09,14, 36,38,44,46,47,51,56,57,58,59.

- . Desconcentração, Estado, é indispensável redistribuir a sede de instituições e órgãos do Estado e os correspondentes serviços por meia dúzia de cidades de média dimensão. #46
- . Desconcentração, departamentos de grandes empresas, incentivos. #51.

Desenvolvimento, desenvolvimento regional, territorial, ver Coesão, e Trabalho, e Planeamento.

- . Desenvolvimento e especialização produtiva das regiões. #37.
- . Desenvolvimento policêntrico, inovação, bússola do conhecimento. #11,12,22,40,53.

Despesa fiscal, benefícios fiscais, ver EBF.

Despesa pública, défice e dívida, ver também Princípio da Estabilidade financeira. #01,03,04,21,38,57,59.

Desporto, ver Qualidade de vida. #34.

Despovoamento, ver População.

Digital, ver Comunicações, e Trabalho e trabalho remoto.

Índices Remissivos dos 60 Textos

Distritos, ver também Sistema eleitoral. #14,16,18,23,24,30,33.

. Distritos, capitais de distrito. #16,47.

. Distritos, regiões. #14.

. Distritos, serviços distritais, governador-civil. #14.

Diversidade e integridade territorial. #18,34.

DRAP, direções regionais de agricultura e pescas, e CCDR. #03.

DRC, direções regionais de cultura. #44.

Dualismo económico e social. #16,19,22,34,56.

DUDH, Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 16.^º da CRP. #06.

E

EBF, Estatuto dos Benefícios Fiscais, despesa fiscal. #12,13,25.

Economia, atividades produtivas (agricultura, construção, indústria, serviços e turismo, etc.), ver também Florestas. #03,09,10,19,20,23,29,37,38,39,40,52,57.

Economia criativa, Indústrias culturais e criativas. #11,15,22.

Educação, formação, ver também Conhecimento. #06,12,13,22,29,34,42,43,47,50,52,53,57.

Elites do Estado político e administrativo. #21,36,40.

Emprego, ver Trabalho. Emprego na agricultura e pescas em percentagem do emprego total. #48.

Energia eólica, energia hídrica, energia solar, ver Interior-extrativismo.

Engenharia florestal. #48,49.

Ensino superior, IES, ver também Conhecimento. #04,09,12,16,23,34,35, 47,48,49,52,53.

. Ensino superior, excesso de concentração das IES nas AM. #47.

. Ensino superior, motor de mobilidade social. #53.

. Ensino superior, pilar 2 do Mpl, ver este.

. Ensino superior, qualificação do trabalho das florestas. #49.

. Ensino superior, quebra de candidaturas em 2025:

 - Análise de eventuais causas, destaque para a mudança de regras. #53.

 - Piores efeitos no Interior. #53.

. Ensino superior, valorização das IES do Interior. #47,49,53.

. Ensino superior, viés da “bússola” do conhecimento, figurado, esvazia três pontos cardeais. #53.

Especialização produtiva. #37.

Estabilidade financeira, ver Princípios fundamentais.

Índices Remissivos dos 60 Textos

Estradas, ver também Comunicações. #55.

Estradas, Estado transfere competências para os municípios. #55.

- . Estradas, municípios carecem de capacidade técnica e financeira. #55.
- . Estradas, municípios, escala e custos unitários da manutenção. #55.
- . Estradas, que são ruas. #55.
- . Estradas, têm dois sentidos, despovoamento e migrações. #02,55.

Estrutura fundiária, ver também Minifúndios. #48.

Estrutura produtiva. #37,40. Estrutura produtiva e centralismo: estruturas e processos diferentes devem exigir políticas e centros de decisão diferentes, ver ICE. #40.

Extrativismo, recursos. #09,20,46,47,51,56.

- . Extrativismo, boicotes ao investimento? #51.
- . Extrativismo, cresce desmesuradamente a extração de recursos do Interior para conglomerados económico-financeiros, quase todos com sede fiscal na capital ou mesmo fora do país. #46.
- . Extrativismo, prefiguração no caso das barragens? Ver texto de L Mira Amaral no índice bibliográfico.
- . Extrativismo, territórios silenciados: podem precisar de ser revitalizados de fora para dentro, mas precisam sobretudo de não ser desvitalizados de dentro para fora, em pessoas e em recursos naturais. #56.

F

Ferroviás, ver Comunicações.

- . Ferrovias, Linha do Douro. #09.
- . Ferrovias, Linha do Sabor. #10.

Florestas. #03,17,20,22,28,37,39,48,49,52,54,57.

- . Florestas, agricultura, complementaridades em decrescendo. #48.
- . Florestas, agroflorestais relacionadas com o comércio internacional. #39.
- . Florestas, área privada 2.^a maior do mundo em percentagem. #48.
- . Florestas, associativismo, baixa propensão dos proprietários. #48.
- . Florestas, custos. #48.
- . Florestas, declínio da população e do emprego. #48.
- . Florestas, fogos florestais, ver Incêndios.
- . Florestas, Fundo Ambiental. #17.
- . Florestas, instabilidades e fragilidades institucionais e organizacionais. #49.
- . Florestas, laboratório colaborativo, integra diversas entidades. #49.
- . Florestas, mau centralismo, más políticas florestais, maus incentivos. #48.
- . Florestas, minifúndios, ver estes.
- . Florestas, novos titulares das autarquias locais. #54.
- . Florestas, parques de recolha de biomassa. #17.
- . Florestas, Reforma estrutural pós-incêndios de 2003, #49. Criação de:
 - APIF, Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais, extinta. #49.
 - Fundo Florestal Permanente, extinto. #49.
 - Fundo investimento imobiliário florestal público-privado, extinto. #49.
 - Gabinetes florestais municipais. #49.
 - ZIF, modelo de “gestão agrupada”. #17,48,49.
- . Florestas, Reforma estrutural pós-incêndios de 2017. #49. Criação de:

Índices Remissivos dos 60 Textos

- AGIF, Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, multinível, subsidiariedade. #49.
- AIGP, Áreas Integradas de Gestão da Paisagem. #49
- Florestgal, empresa pública. #49.
- Gabinetes florestais intermunicipais, nas CIM. #49.
- Novo modelo de “gestão agrupada”. #48,49,54.
- . Florestas, reformas estruturais, cinco falhas importantes: Não praticar melhorias incrementais; não fortalecer, pelo contrário, extinguir estruturas; não reformar o ICNF; não considerar as CCDR; não valorizar a qualificação profissional, politécnica, universitária, do trabalho. #49.
- . Florestas, remuneração pública que é devida aos privados pelo bem público ambiental, estimada em metade do valor económico da floresta em causa. #48.
- . Florestas, ZIF, Zonas de Intervenção Florestal, incentivos poucos e errados. #48.

Fogos rurais, ver Incêndios.

Fundo tributário de coesão, sug. #45.

Fundos públicos, fundos europeus. #04,05,08,15,17,19,25,32,36,39,49,51,52,53.

Fundos públicos, gestão centralizada ou descentralizada, tecnocracia. #08.

G

Globalização. #26,27,34,42,47.

Governos regionais eleitos e legitimados. #52,59.

Gradualismo. #03,38,51,55.

Gravítico, efeito dos territórios mais fortes sobre os mais fracos. #47.

H

Habitação, ver Qualidade de vida. #34.

Hierarquia, ver Princípios fundamentais.

Hierarquia tecnológica. #40.

História. #02,10,11,20,21,24,27,29,43,50,54,60.

I

IDE, Investimento direto estrangeiro, ver Investimentos.

Identidade, Soberania. #02,07,10,27,54.

IES, instituições de ensino superior, ver Ensino superior.

Igualdade de oportunidades. #26,42.

Índices Remissivos dos 60 Textos

Incêndios, fogos, ver também Florestas.

- . Fogos e aldeias históricas. #54.
- . Fogos e autarquias, as limitações do poder autárquico, de que são exemplos preocupantes os meios aéreos para o combate aos incêndios e para o INEM. #44.
- . Fogos e espécies autóctones. #48,54.
- . Fogos e gastronomia e produções agrícolas. #54.
- . Fogos e gestão florestal minimizadora do risco. #48.
- . Fogos e Memorial de Pedrógão Grande. #49.
- . Fogos e ofícios tradicionais. #54.
- . Fogos e património afetivo, intangível, a terra e a casa, a Vida, a Morte. #49,54.
- . Fogos e património arqueológico, património histórico. #54.
- . Fogos e património cultural. #54.
- . Fogos e património monumental. #54.
- . Fogos e património natural. #48,49,54.
- . Fogos e perdas humanas. #28,49,54.
- . Fogos e PIR, perigo de incêndio rural. #48,54.
- . Fogos e solidariedade, humanismo. #28,49.

Indicadores e índices:

- . ICE, Índice de complexidade económica, ver também Macrorregiões, Estrutura. #40.
- . IDH, Índice de desenvolvimento humano. #18.
- . Indicador de centralismo, centralização:
 - Despesa pública subnacional / Despesa pública total. #01,04,59.
 - Despesa pública subnacional / PIB. #04.
 - Receita pública subnacional / Receita pública total. #04.
- . Indicador de competitividade territorial. #19.
- . Indicador de produto per capita regional. #04,51.
- . Indicador sub-regional de emprego. #34.
- . Indicador sub-regional de remuneração média mensal. #34.
- . Indicadores, critérios do EBF para definir Interior. #25.
- . Índice de especialização económica, estrutura produtiva. #37.
- . Índice de poder de compra per capita concelhio. #16,23.

Indústria, ver Economia, ver Automóvel, cluster.

Inovação, sistema policêntrico Dez institutos, ver também Conhecimento. #12,52,53,57.

Interior, há geral abordagem, direta ou indireta, em todos os 60 textos. Em especial:

- . Interior, acesso a ensino superior. #47,54.
- . Interior, acesso a serviços públicos. #02,09,18,20,24,31,38,39,43,52,55,56,57,60.
- . Interior, aldeias abandonadas, sentimento de abandono. #08,11,56,60.
- . Interior, atrair talentos, jovens, imigrantes, ver também Mpl. #09,13,16,23,34,46,47,52,57.
- . Interior, avistado do futuro. #20.
- . Interior, avistado do satélite, luzes à noite acumulam-se no litoral. #39.
- . Interior, bússola do conhecimento. #53.
- . Interior, castelos e fortalezas medievais. #10,11.
- . Interior, causas do atraso. #42.
- . Interior, círculos viciosos, ver estes.
- . Interior, conceito legal, como definir Interior? Os vários vetores, positivos e negativos, em que se reflete a interioridade, assim como a evolução que eles podem ter, dificultam essa tarefa. #25.

Índices Remissivos dos 60 Textos

- . Interior, conceito legal, critérios do EBF. #25.
- . Interior, conceito legal, não uma circunscrição territorial. #25.
- . Interior, conceito legal, Portaria 208/2017. #23,34,25.
- . Interior, conceito legal, a definição deve ser geral, ampla (não adstrita ao EBF), evolutiva, beneficiando do consenso político-legislativo que parece existir quanto à necessidade de adotar políticas efetivas de combate aos desafios da interioridade. #25.
- . Interior, conceituação, novo paradigma, novo quadro legal. #19,22,25.
- . Interior, conectividade digital. #34.
- . Interior, cultura, difusão de artes e letras, itinerâncias culturais. #10,11,15,22,28,29,43,50,52,60.
- . Interior, custos per capita dos serviços públicos. #38.
- . Interior, despovoamento, ver População.
- . Interior, EBF, ver supra conceito legal, ver também Mpl. #09,13.
- . Interior, emprego público. #16.
- . Interior, emprego remoto, ver também Trabalho. #34.
- . Interior, empresas, áreas de acolhimento empresarial. #13.
- . Interior, empresas de dimensão, específico RCI? Ver também Investimentos, e RCI, e Mpl. #09,13.
- . Interior, empresas pequenas e médias, ver também Mpl. #09,13,17,52.
- . Interior, extrativismo, ver este.
- . Interior, fiscalidade, IMI e IMT. #45,51.
- . Interior, fiscalidade, IRC, ver também Mpl. #09,13.
- . Interior, fiscalidade, IRS, ver também Mpl. #09,13,51,53.
- . Interior, fogos, ver Florestas, ver Incêndios.
- . Interior, gravitação de cidades. #11,17,19,22,47.
- . Interior, ilhas de dinamismo. #19.
- . Interior, justiça social interterritorial. #38,47,52,57.
- . Interior, litoral, ambos sofrem o centralismo. Uma nova abordagem? #02,38,39,22.
- . Interior, Movimento pelo Interior, ver Mpl e NMpl.
- . Interior, nova praia. #14.
- . Interior, organização e gestão do território. #02,09,36,56,57.
- . Interior, paradoxo de progresso e despovoamento. #02.
- . Interior, património, ver Incêndios e ver Patrimónios.
- . Interior, pinturas da vida rural. #60.
- . Interior, planos, ver Planeamento PNCT, PRASD, PVI e UMVI, etc.
- . Interior, pobrezas do centralismo. #09.
- . Interior, políticas compensatórias dos grandes gastos do centralismo, diferenciadoras. #01,25,47.
- . Interior, potencial desperdiçado. #47.
- . Interior, qualidade de vida, ver esta.
- . Interior, regionalização é decisiva para o desenvolver. #21.
- . Interior remoto. #11,22,60.
- . Interior remoto, interior próximo. #22.
- . Interior remoto, ironia dos recursos. #11.
- . Interior remoto, soluções complexas, articuladas com cidades-centro. #11,22.
- . Interior remoto, turismo, profissionais. #09,11,22.
- . Interior, rendimentos. #39.
- . Interior, representatividade parlamentar. #33,36.
- . Interior rural. #11,17,22,60.
- . Interior, sistema eleitoral, ver este. #33.
- . Interior, social-democracia. #01.
- . Interior, sociedade civil, ver esta.
- . Interior, trabalho remoto ou à distância. #34.

Índices Remissivos dos 60 Textos

- . Interior, unidades de missão. #47.
- . Interior, vida mais barata. #39.
- . Interioridade, ver também Custos de interioridade. #25,60.

Investigação, ver Conhecimento.

Investimentos, ver também IDE. #01,08,13,16,18,19,23,29,33,34,38,39,45, 46,47,51,52,57,59.

- . Investimentos das autarquias. #46.
- . Investimentos e diferenciais de investimento territorial, em plano longo. #47.
- . Investimentos na cultura, investimentos descentralizados na cultura. #15,28,29,43,50,60.
- . Investimentos no Interior e fiscalidade, ver Interior.
- . Investimentos no Interior e programas de apoio, cargas regulamentares, pagar antes e receber depois, atrasos nos reembolsos, assim não há interior que resista. #39.
- . Investimentos no Interior e RCI, ver RCI. #13.
- . Investimentos no Interior e representatividade parlamentar. #33.
- . Investimentos no Interior e trabalho remoto, ver Trabalho. #34.
- . Investimentos no Litoral, concentração de grandes projetos. #01,08,38,56.
- . Investimentos, propostas do Movimento pelo Interior 2018, ver Mpi.
- . Investimentos, reinvestir lucros, extrativismo. #46.

J

Justiça, administração, sistema. #38.

L

Lazer, ver Qualidade de vida. #34.

M

Macrorregiões industriais portuguesas, 1) Lisboa e eixos industriais, 2) Noroeste industrial. “A qualidade tecnológica das duas macrorregiões será equiparável, apesar da relação diferenciada com o Estado”. #40.

Medicina. #32,35.

Mercado de emprego, ver Trabalho.

Mercados externos, mercado ibérico, mercado único europeu. #08,39,42,23.

Minifúndios, ver também Florestas-gestão agrupada. #17,48.

Miranda do Douro, Mirandeses, Mirandês.

- . Miranda do Douro, berço do Círculo de Estudos do Centralismo, ver portal www.acerc.pt.
- . Miranda do Douro, distâncias físicas, Lisboa 500 km, Madrid 270 km. #10.
- . Miranda do Douro, Espanha invasão de 1762. #10.
- . Miranda do Douro, Espanha na outra margem. #10.
- . Miranda do Douro, marcas identitárias e distintivas. #10.
- . Miranda do Douro, rio Douro internacional e parque natural. #10.
- . Mirandês, língua oficial portuguesa, texto bilingue. #10.

Mpi, Movimento pelo Interior. #01,02,09,13,21,25.

. Mpi, estruturou-se em 3 pilares. #09.

. Mpi, propostas de 2018, saudadas mas não acolhidas pelo centralismo. #21.

. NMpi, Novo Movimento pelo Interior, integra o Círculo, veio propor 3+4 pilares. #02,09,25.

Índices Remissivos dos 60 Textos

- . NMPI, pilares 3+4. #09.
 - Pilar 1 - Política fiscal.
 - Pilar 2 - Educação, ensino superior e ciência.
 - Pilar 3 - Ocupação do território pelo Estado. - Pilar 4 - Transportes e Comunicações.
 - Pilar 5 - Agricultura, Turismo.
 - Pilar 6 - Cultura.
 - Pilar 7 - Representatividade na Assembleia da República.

Municípios e Freguesias. #02,03,04,05,06,12,15,16,19,21,22,23,24,26,38,43,44,46,51,52,55,57,58,59,60.

- . Municípios, cooperação intermunicipal, ver CIM.
- . Municípios, equipamentos culturais. #60.
- . Municípios, estudo do ISCTE, a avaliação positiva que a maior parte dos portugueses faz do poder local, considerando mesmo que o seu município melhorou na última década, enquanto avaliam pior o desenvolvimento do país. #44.
- . Municípios, Freguesias, ação desenvolvia após 25 de Abril: em menos de 50 anos foi recuperado um dramático atraso de salubridade e infraestruturação do país, com água canalizada, esgotos, arruamentos, iluminação, cuidados sociais, oferta cultural e desportiva, melhores escolas, apoio ao associativismo. #46,60.
- . Municípios, Freguesias, confiança: A confiança dos cidadãos portugueses nas autarquias locais é muito superior à confiança no governo central, citando a OCDE. #59.
- . Municípios, Freguesias, descentralização: avançámos em áreas fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos, como a Educação, a Solidariedade Social e a Saúde, entre várias outras. Temos agora freguesias, municípios, CMI e AM com mais meios descentralizados e mais poderes de decisão e de gestão. #26.
- . Municípios, Freguesias, transferências de competências. #03,26,55.

N

NUT II, recentemente criada. #14,24,32.

- . Ordenamento do território, ver Coesão.

P

País, o nosso:

- . País assimétrico? País desigual? País coeso? #21,26,34,38,42,51,52.
- . País centralizado? País descentralizado? #01,38,59.
- . País competitivo? #40.
- . País concentrado? #38,47,53,59.
- . País contingencial? #36,42.
- . País “Corte na aldeia”? #29,46.
- . País culto? #43,44.
- . País de burocratas? #59.
- . País de estrategas? #36,42.
- . País de reformadores? #01,06,21.
- . País digital? #34.
- . País dualista? País dicotómico? #34.
- . País gravítico? País centrípeto? #47.
- . País identidade? #26.
- . País inconstitucional? #06,57,58.
- . País macrocéfalo? #19,38.

Índices Remissivos dos 60 Textos

- . País metropolitano? #52.
- . País policêntrico? #12,40.
- . País rico e desperdiçado? #47.
- . País silenciado, sem voz, sem visibilidade? #46,52,56.

Paradigma litoral-interior. #22,25.

Participação, ver Princípios fundamentais.

Partidos:

- . Partidos e centralismo, a classe política pertence, na sua grande maioria, a partidos políticos que são geridos de uma forma centralizada, cada vez mais fechados sobre si mesmos. #21.
- . Partidos e contrarreformismo. #21.
- . Partidos, poder conquista-se pela força ou pela razão? #21.
- . Partidos, receio de perder poder. #01,06,07,21,44.

Patrimónios, conceito amplo, ver também Incêndios. #11,29,54.

Planos, planeamento, programas, contratos-programa. #15,30,47,51,57.

- . Planeamento e governação sem estratégia, sem visão e prioridades de médio longo prazo. #42,51.
- . Planeamento e incapacidade política de compreender. #42,47.
- . Planeamento e Japão 1946/56. #42.
- . Plano de desenvolvimento a duas décadas e diferenciais de investimento, sug. #47.
- . Plano de desenvolvimento rural. #49.
- . Plano de Fomento III. #32.
- . PNCT, Plano Nacional para a Coesão Territorial, #47. Com 164 medidas, mas pouco apoio político à responsável pela Unidade de Missão que desiste. #47,52.
- . POC, Programa Operacional da Cultura. #43.
- . Portugal +Superior. #53
- . PRASD-Programa de Recuperação de Áreas e Setores Deprimidos. #16.
- . Programa, apoio ao investimento privado no Interior, críticas. #39.
- . Programa, incentivos comunitários à cultura. #43.
- . Programa Portugal 2030. #17.
- . PRR, Plano de Recuperação e Resiliência. #08,17,19,36.
- . PVI, Programa de Valorização do Interior. #25.

Poder central e distribuição do poder. #07,21.

Poder central e Magna Carta inglesa de 1215. #07.

Poder local, ver Autarquias locais, e Municípios e Freguesias, e Regiões.

Politécnicos, ver Ensino Superior.

Políticas públicas:

- . Política cultural. #15,43,60.
- . Política estrutural. #01,03,07,09,13,19,21,25,33,35,36,40,41,45,47,49,51,52,53,56,59.
- . Política de descentralização, ver Centralismo, e Descentralização.
- . Política de impostos, política fiscal, ver também EBF, e Interior, e Mpi (pilar 1). #09,13,17,45,51.
- . Política de Interior, ver Interior, ver definição de Interior. #25.
- . Política de investimento, ver Investimentos.

Índices Remissivos dos 60 Textos

- . Políticas públicas, em geral. #01,07,08,09,17,18,19, 20,22,25,34,35,36,37,38,42,47,51,52,53, 56,57,59.
- . Política regional e territorial, ver Coesão, ver Desenvolvimento, ver Interior, ver População.
- . Políticas setoriais e políticas transversais: a ausência de abordagens transversais de base territorial nas políticas públicas setoriais. #36. Ver também Ambiente, Competitividade, Creches, Cultura, Custos de contexto, Economia, Educação, Ensino Superior, Florestas, Incêndios, Interior, Medicina, Qualidade de vida, Saúde, Trabalho.

População, densidade populacional, desertificação, despovoamento, envelhecimento. #02,04,08,09, 10,11,14,15,16,18,19,20,22,24,25,30,33,34,36,38,39,46,47,48,51,52,53,55,56,57,60.

- . População, densificação de Lisboa e Porto, problemas de ambiente, habitação, urbanismo, mobilidade, segurança; encaixotar mais gente onde já não cabe. #38.
- . População, desertificação: Hoje já não encontro essas mulheres, a maior parte das casas estão fechadas, a escola primária já fechou por falta de crianças e as ruas do Vieiro estão desertas. #60.

Populismo, #56.

Princípios constitucionais:

- . Princípios constitucionais, centralismo é inconstitucional. #06.
- . Princípios constitucionais, autonomia das autarquias, democracia participativa, descentralização administrativa, DUDH, subsidiariedade. Artigos 2.º, 6.º, 16.º e 277.º CRP. #06.
- . Princípios constitucionais: Nossas políticas públicas não cumprem estes princípios constitucionais. Somos muito avançados teoricamente, mas depois muito atrasados praticamente. É forçoso concluir pela inconstitucionalidade do nosso centralismo político. A única resposta é: reformar o Estado centralista e adoptar políticas descentralizadoras. #06.

Princípios constitucionais, ver também Princípios fundamentais.

- . Princípios fundamentais, na ótica dos Estudos do Centralismo, alguns são inter-relacionados:
- . Princípio da Autonomia, ou da autonomia das autarquias locais, artigo 6.º CRP. #06,58.
- . Princípio da Avaliação. #57.
- . Princípio da Coesão territorial, ou da solidariedade interterritorial, artigo 81.º-d) CRP. #45.
- . Princípio da Descentralização, artigo 6.º CRP. Ver também Administração Pública, e Descentralização. #06,26,59.
- . Princípio da Eficiência. #07,59.
- . Princípio da Estabilidade financeira, ou do regramento das finanças públicas. #21,57.
- . Princípio da Hierarquia. #58.
- . Princípio da Participação, ou da democracia participativa, ou da participação cidadã, artigos 2.º, 48.º e 109.º CRP. #06,36,56,58.
- . Princípio da Subsidiariedade. #01,04,06,07,21,25,35,36,40,44,49,55,56,57,58,59.
 - Subsidiariedade e artigo 6.º CRP. # 06.
 - Subsidiariedade e dignidade da pessoa. #36.
 - Subsidiariedade e economias de escala. #04,55.
 - Subsidiariedade e efeito spillover. #04.
 - Subsidiariedade e empoderamento. #07.
 - Subsidiariedade e florestas. #49.
 - Subsidiariedade e internalização, pela população, do poder público de produzir. #07.
 - Subsidiariedade e quatro razões: i) proximidade, sensibilidade, confiança. 2) adaptabilidade; 3) comparabilidade de boas práticas, efeitos demonstração; 4) escrutínio eleitoral local sobre a descentralização, não sobre a desconcentração. #59.
 - Subsidiariedade e reforma do Estado que atenda ao território. #06,25,36.

Índices Remissivos dos 60 Textos

- Subsidiariedade e teoria do federalismo fiscal, ou orçamental. #04.
- Subsidiariedade e UE. #06,21,59.
- . Princípio da Transparência. #57.
- . Princípio da Viabilidade económica. #07.
- . Princípio da Vigilância (escrutínio, accountability). #01,07,21,57.

Províncias. #24, 30.

Proximidade, ver também Princípio da subsidiariedade. #02,46,55,57,59.

Q

Qualidade das instituições. Ver também Política estrutural. #01,06,07,22,28,29,31,36,39,42,43,48,49, 50,51,56,59.

Qualidade de vida, Bem-estar. Ver também Comunicações, Cultura, Educação, Ensino superior, Incêndios, Indicador regional de PIB per capita, Indicadores regionais de emprego e remuneração, Índice regional de poder de compra, Interior-acesso a serviços públicos, Interior remoto, Saúde, Trabalho, etc. #02,09,11,12, 13,16,19,22,23,26,34,36,38,39,44,46,53,56.

R

RCI, Regime contratual de investimento, ver também Interior, e Investimentos, e Mpl. #09,13.

- . RCI, regime em vigor; é um regime geral de aplicação casuística, pode incluir benefícios fiscais, financeiros e outros, mediante contrato entre o Estado e uma empresa que faça grande investimento; não prevê discriminação nem preferência territorial.
- . RCI, regime em exclusivo do Interior, com ressalvas, sug. 2018, ver Mpl.
- . RCI, regime específico para o Interior, sug. O impulso do investimento no Interior poderá justificar, ainda que temporariamente, um regime contratual específico – aplicado descentralizadamente - para áreas bem definidas do território. (...) Dois efeitos positivos e confluentes: o de reequilibrador do Litoral; o de multiplicador de mais iniciativas, emprego e povoamento no Interior. #13.

Referendo, ver Regiões.

Reformas estruturais:

- . Reforma estrutural do centralismo: As reformas da organização do Estado português, da descentralização e desconcentração de serviços públicos, não podem ser adiadas. Sem tais mudanças de fundo do centralismo que nos administra, adensar-se-á o sentimento de abandono das populações fora dos principais centros urbanos. #08. Ver também Centralismo, Concentração, Descentralização, Princípios constitucionais, Regiões. #06,21.
- . Reforma estrutural do Estado-administração. #01,04,06,07,08,21,26,36,57,59.
- . Reforma estrutural do Estado, com interesse? Deveria ter implicações ao nível de: a) escalas territoriais; b) territórios intermédios, “regiões funcionais” (OCDE); c) subsidiariedade; d) mais estratégia, do regional para cima, e mais operacionalidade, do sub-regional para baixo; e) mais representação, mais interligação, mais participação cidadã; f) desburocratização e capacitação; g) competitividade e coesão; h) modus operandi alinhado dos partidos políticos. #36.
- . Reforma estrutural do Estado, curva espiral move-se para fechar, ou para abrir? #36.
- . Reforma estrutural da regionalização, profunda reforma do Estado e da administração pública. #21.
- . Reforma estrutural, sistema eleitoral, ver este. #41.
- . Reformas estruturais, ver também Política estrutural.

Índices Remissivos dos 60 Textos

- . Reforma Fiscal de 1988/89. #13.
- . Reformismo e contrarreformismo, ver Partidos.

Regiões, ou Regiões administrativas, ver também Autarquias locais, e Descentralização,

- . Regiões, arquitetura institucional, ver também sug. Senado das Regiões. #57.
- . Regiões, assembleias regionais resultantes de eleições diretas, Juntas regionais eleitas pelas assembleias? #57.
- . Regiões, conceito distinto é o das Autonomias, Ver Regiões Autónomas.
- . Regiões, contratos-programa plurianuais. #57.
- . Regiões, CRP, artigos 255.^º a 262.^º #06.
- . Regiões, CRP, cinquenta anos. #05. Ver também Conferências SEDES 2026.
- . Regiões, CRP, referendo de 1998 à regionalização. #01,04,05,14,32,44.
- . Regiões, CRP, Tribunal Constitucional sobre referendo. #05.
- . Regiões, democracia regional e Sá Carneiro. #01.
- . Regiões, desenvolvimento: são os países regionalizados e descentralizados que, por norma, apresentam os melhores indicadores de desenvolvimento. #26.
- . Regiões, eleições regionais, artigo 239.^º da CRP. #57.
- . Regiões, Estado democrático regional. #57.
- . Regiões, estudo do ISCTE de 2025, sete em cada dez cidadãos querem voltar a discutir a regionalização, e de entre eles, quatro em cada cinco defendem um novo referendo sobre a criação de regiões. #44.
- . Regiões, finanças, regras, responsabilidade orçamental, modelo de financiamento. #21,41,57.
- . Regiões, funções do Estado descentralizáveis, não descentralizáveis. #57,59.
- . Regiões, investimento público e escala. #57,59.
- . Regiões, legitimação por eleições. #36,52,57,59.
- . Regiões, Lei 56/91, lei-quadro das regiões, inconsequente. #05.
- . Regiões, modelos possíveis de regionalização, um mau e um bom: Estou convicto que não vai haver regionalização nas próximas décadas e que, caso existisse, provavelmente se avançaria no mau modelo. #41.
- . Regiões, número de regiões continentais, sete no referendo de 1998. #44. Sug. cinco. #57.
- . Regiões, porquê? E inexistem porquê? #04,05,52,57,59.
- . Regiões, RCM 1/82, Linhas gerais do processo de regionalização, inconsequente. #05.
- . Regiões, reforma que pode ser revolução tranquila como foi a das outras autarquias locais, #26.
- . Regiões, regiões funcionais (OCDE). #36.
- . Regiões, rent-seeking por líderes regionais? #41.
- . Regiões, representação eleitoral. #41.
- . Regiões, subsidiariedade, ver esta. Ver também Princípios.
- . Regiões, ver ainda #19,24,28,35,58.
- . Sub-regiões, emprego e remunerações. #34.
- . Sub-regiões, PIB per capita. #51.
- . Sub-regiões, Trabalho, ver este. #34.

Regiões Autónomas, Açores, RAA, e Madeira, RAM. #05,57,58.

Regiões baixa densidade, ver Interior. #25,60.

Regiões constitucionais, ver Regiões.

Regiões continentais, ver Regiões.

Regiões da grande Lisboa e do grande Porto, ver AM, AML, AMP.

Índices Remissivos dos 60 Textos

Regiões plano, ver também CCDR. #14.

Regionalização, conceito reservado ao Continente, ver Regiões.

Representação institucional. #36,56.

Representação política, parlamentar, ver também Sistema eleitoral. #36,41,51,56.

S

Saúde, SNS, hospitais, cobertura territorial, ver também Medicina. #09,13,32,34,35,52,57.

Senado, abordagem da questão da representatividade do Interior. #33.

Senado das Regiões, sug., com igual número de senadores regionais, eleitos por cada uma das 9 origens (RAA, RAM, cinco regiões continentais, AML, AMP), sede em cidade do Interior. #57.

Sistema eleitoral e representatividade parlamentar do Interior:

- . Sistema eleitoral, área do círculo, não só número de eleitores. #14,33. O caso da Noruega. #14.
- . Sistema eleitoral, círculos distritais. #14,33.
- . Sistema eleitoral, círculos uninominais. #09,14,33,36,41,51,56.
- . Sistema eleitoral, desigualdades territoriais. #25,33,41.
- . Sistema eleitoral, listas fechadas, exclusivas dos partidos. #33,41.
- . Sistema eleitoral, listas, partidos, elegem-se os partidos e, por arrastamento, os deputados. #36.
- . Sistema eleitoral, Manifesto pela reforma do sistema eleitoral, 2024: a mais interessante reforma do ponto de vista da descentralização política seria um sistema com dois níveis de círculos, plurinominais e uninominais. #41.
- . Sistema eleitoral, proporcional, método de Hondt. #33.
- . Sistema eleitoral, redesenho dos círculos eleitorais continentais e justiça eleitoral, sug.: agregação de 3 círculos do Alentejo, 2 de Guarda e Viseu, 2 de Vila Real e Bragança, de 7 círculos passaríamos para 3 (...) acompanhado da participação de Lisboa e Porto. #41.
- . Sistema eleitoral, sub-representação parlamentar do Interior e círculo vicioso. #25,33.
- . Sistema eleitoral, taxa de abstenção. #33.
- . Sistema eleitoral, voto desperdiçado, voto útil. #33,41.

Sociedade civil, associativismo, cidadania. #07,12,22,28,29,36,41,42,43,50,5,60.

Solidariedade, ver Princípios fundamentais.

Subsidiariedade, ver também Princípios constitucionais, e Princípios fundamentais. #06,21,40,59.

- . Subsidiariedade, bom senso: a fórmula de bom senso que permite ao Estado executar melhor as políticas nacionais e respeitar os direitos de pertença das populações através de instituições de governo regional. #40.
- . Subsidiariedade, Tratado da União Europeia: todas as decisões políticas devem ser tomadas pelo nível de decisão mais próximo possível dos cidadãos. #06.

T

Território, ver Coesão, ver Competitividade, ver Comunicações, ver Ensino superior, ver Estrutura produtiva, ver Florestas, ver Indicadores e Índices, ver Interior.

Índices Remissivos dos 60 Textos

- . Território e exportações de bens. #19.
- . Território e três zonas de Fernando Távora 1962. #54.

TMAD, sug., região administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro. #24.

Trabalho:

- . Trabalho, concentração do emprego nas AML e AMP. #34.
- . Trabalho, disparidade de remunerações (23 NUT3). #34.
- . Trabalho, emprego e representatividade parlamentar. #33.
- . Trabalho do futuro e gestão das organizações, frente a grandes transformações (da demografia, do digital, da globalização). #34.
- . Trabalho remoto, condição que veio para ficar. #34.
- . Trabalho remoto, nova oportunidade para o Interior. #34.
- . Trabalho remoto, que fazer? #25,34.
- . Trabalho remoto, rede de cobertura digital. #34.

Transparência, ver Princípios fundamentais.

Turismo, ver Economia, ver Interior.

U

Unidades de missão, ver Planeamento e PVI, e UMVI. #25,47.

Universidades, ver Ensino superior.

V

Viabilidade económica, ver Princípios fundamentais.

Vigilância, ver Princípios fundamentais.

Z

ZIF, ver Florestas.

2) Índice remissivo onomástico, pessoas singulares e pessoas coletivas

A

AD, Aliança Democrática, 1980/83, 2024, #01,05.

Afonso, Óscar, #04.

AGIF, Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, #49.

AIGP, Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, #49.

AIP, Associação Industrial Portuguesa, #42.

Índices Remissivos dos 60 Textos

Albuquerque, Fernando, #29.
Albuquerque, Francisco, #29.
Albuquerque, Teresa, #29.
Almeida, Álvaro, #59.
Alves, Armando, #50.
Alves, Carlos, #13.
Alves, Rosário, #49.
AML, Área Metropolitana de Lisboa, #19,23,26,34,40,45,57.
AMP, Área Metropolitana do Porto, #19,23,26,34,40,45,57.
Amaral, Luís Mira, #23.
Andrade, Costa, #45.
ANMP, Associação Nacional de Municípios Portugueses, #26.
APIF, Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais, extinta, #49.
Aroso, Alberto, #09.
Árvore, Cooperativa de Artes, #50.
Assembleia da República, ver Parlamento.
Atelier-Museu Júlio Pomar, #60.
Azevedo, Cristina, #32.
Azevedo, Sebastião Fayo, #02.

B

Baçal, Abade de, #20.
Balsemão, F Pinto, #05.
Barril, Helena, em Português e em Mirandês, #10.
Barroso, Durão, #16.
BCE, Banco Central Europeu, #31.
BdP, Bando de Portugal, #31.
Beleza, Álvaro, presidente da SEDES, #57
Bessa, Daniel, #16,23,30,35.
Bloco Central, #05.

C

Cabral, Manuel Novaes, #58.
CACGM, Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, #60.
Cadilhe, Miguel, #01,50.
Câmara Municipal de Braga, #59.
Câmara Municipal de Bragança, #60.
Câmara Municipal de Miranda do Douro, #10.
Câmara Municipal do Porto, #59.
Camões, Luís, #27.
Campos, João Luís Mota, #39.
Cardão, António Pinho, #51.
Carneiro, Francisco Sá, #01,05.
Carvalho, Aida, #53.
Carvalho, Isolina, #28.
Carvalho, Lima, #50.
Casa do Cinema, Serralves, #43.
Castro, José Ribeiro e, #14.

Índices Remissivos dos 60 Textos

Catarino, J Paulo, #32.

CCDR, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, do Alentejo, do Algarve, do Centro, de Lisboa e Vale do tejo, do Norte, #03,04,08,15,32,36,44,49,57,58.

CEE, Comunidade Económica Europeia, agora UE, #05,23.

CIM, Comunidades Intermunicipais, #15,26,36,48,58.

Círculo de Estudos do Centralismo, ACEC, #51.

Comissão Europeia, #01,04,08.

Comissão Parlamentar do Ambiente, #33.

Conselho Regional do Centro, #08.

Cordeiro, Duarte, #32.

Costa, António, #01,03,26.

Costa, Carlos S, #07.

Costa, Guilherme, #40.

Costa, Leonardo, #36.

Cravinho, João, #12.

Cruz, Luís Braga da, #05.

Cunha, Arlindo, #03.

D

Dacosta, Luísa, #50.

Dantas, Júlio, #58.

DGAV, Direção-Geral Alimentação e Veterinária, #33.

Diário de Lisboa, #32.

Draghi, Mario, #08,12.

DRAP, Direção Regional de Agricultura e Pescas, #03.

DRCN, Direção Regional de Cultura do Norte, #32,44.

E

Emídio, José, #50.

Eurostat, #04.

F

FAO, Food and Agriculture Organization, United Nations, #48.

Faria, Jorge Ribeiro, #58.

Faurecia, componentes de automóvel, #19.

Fernandes, António Fontainhas, #08.

Fernandes, J Alberto Rio, #18.

Fernandes, Manuel J Meira, #31.

Ferrão, João, #19.

Figueiredo, António Manuel, #22.

FlorestGal SA, empresa pública de gestão e desenvolvimento florestal, #49.

Forestwise, Laboratório Colaborativo para a Gestão Integrada da Floresta e do Fogo, #49.

Freitas, Helena, #47,52.

Fundação Casa de Mateus, 29.

Fundação Calouste Gulbenkian, #60.

Fundação EDP/MAAT, #60.

Fundação Júlio Resende, #28.

Índices Remissivos dos 60 Textos

Fundação Serralves, #43.
Fundo Ambiental, #17.
Fundo Florestal Permanente, #49.

G

Galileu, #32.
Gama, Vasco da, #27.
GNR, Guarda Republicana, #60.
Gomes, Emídio, #47.
Gonçalves, M M B, #45.
Governo, #59.
Governo grego, #50.
Guterres, António, #05.

H

Hausmann, #40.
Heitor, Manuel, #08.
Herculano, Alexandre, #21.
Hidalgo, #40.
Hondt, #33.

I

ICNF, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, #33,49,54.
IFAP, Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas IP, #39.
Igreja Católica, #21,36.
INE, #02,15,16,37.
Infarmed, #19.
ISCTE, #44.
ISEG, #45.

J

JN, Jornal de Notícias, #01.

L

Lavradores de Feitoria, #29.
Leão, Isabel Ponce, #27.
Letta, E., #08.
Leyen, Ursula von der, #08.
Lima, Isabel Pires, #43.
Lobo, Francisco Rodrigues, #29,46.
Lopes, Simões, #22.
Lucena, Carlos, #25.
Lugar do Desenho, #28.

Índices Remissivos dos 60 Textos

M

Machado, João Baptista, #58.
Mascarenhas, Fernando, #29.
Mateus, D F C, #45.
Meirinhos, José Francisco, #46.
Mendes, Américo M S Carvalho, #48.
Metro do Porto AS. Metrobus, #59.
MFA, Movimento das Forças Armadas, #43.
Millenium/BCP, #60.
Ministério da Agricultura, #03.
Ministério do Ambiente, #03.
Ministério da Economia e da Coesão Territorial, #52.
Ministério da Reforma do Estado, #50.
Mintzberg, H, #35.
Miranda, Nassalete, #44.
Montenegro, Luís, #01.
Monumentos de Portugal EPE, #44.
Morais, Graça, #60.
Mota, Prémio Manuel, #35.
Moura, Souto, #49.
Moura, Vasco Graça, #29.
MpI, Movimento pelo Interior, #09,13.
Museu de Arte Contemporânea, Serralves, #43.
Museu Van Gogh, #60.

N

Nasoni, Nicolau, #29.
Neto, Henrique, #42.
NMpl, Novo Movimento pelo Interior, #09.
Nogueira, Maria Manuel, #50.
Nunes, Adérito Sedas, #16,19,23.
Nunes, Clemente Pedro, #17.
Nunes, Jorge, #24,60.

O

OCDE, #36,59.
Oliveira, A Cândido, #30.
Oliveira, Luís Valente, #11,35.

P

Palácio da Ajuda, #32.
Parlamento, #33,38,50.
Partido Pessoas-Animais-Natureza, #33.
Partido Social-Democrata, #05.
Partido Socialista, #05.
Património Cultural IP, #32,44.

Índices Remissivos dos 60 Textos

Peneda, José A da Silva, #21.
Pereira, Paulo Trigo, #41.
Pereira, Pedro Matias, #25.
Pessoa, Fernando, #28.
Pinheiro, Jorge, #50.
Pinho, Gomes de, #43.
Pinho, Manuel Correia, #37.
Pinto, Manuel, #50.
Pinto, Mário, #06.
Pires, José Maria, #45.
PNDI, Parque Natural do Douro Internacional, #10.
Presidência do Conselho de Ministros, #49.
Presidente da República, #17.

R

Ramos, Luís Leite, #20.
Régio, José, #27.
Resende, Júlio, #28.
Ribatua, Laureano, #50.
Rio, Rui, #38.
Rodrigues, José, #50.

S

Salazar, António de Oliveira, #19.
Salgueiro, Luísa, #26.
São Marcos, M B C, #45.
SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, #13,57.
Silva, Agostinho, #28.
Silva, Aníbal Cavaco, #05.
Simão, Veiga, #42.
Simões, Francisco, #27.
Simões, Manuel Sobrinho, #35.
SNS, Serviço Nacional de Saúde, #35.
Sócrates, José, #01.
Sousa, Ângelo, #50.
Sousa, Fernando Freire, #19.
Sousa, Marcelo Rebelo, #05,17.
Stanislau, Teresa, #55.
Stellantis, automóveis, #23.

T

Tavares, Carlos, #13, 45.
Távora, Fernando, #54.
Teatro D. Maria II, #60.
Teles, Filipe, #56.
Torga, Miguel, #02.
Tribunal Constitucional, #05,38.

Índices Remissivos dos 60 Textos

Tribunal Supremo Administrativo, #38.
Troika 2011-2014, #50.

U

UE, União Europeia, #01,05,06,08,12,21,23,24,25,28,40,42,34,39,59.
UMVI, Unidade de Missão para Valorização do Interior, #25,47.
Universidade de Coimbra, #47.

V

Valente, José Pulido, #50.
Varejão, José M, #34.
Vasconcelos, Álvaro Beleza, #57.
Velosa, Ana, #54.
Vilares, Manuel, #33.
VW, automóveis Palmela, #23.

X

Xavier, Jorge Barreto, #15.

Z

Z€, Zona Euro, ver também UE, #23,31.
ZIF, Zonas de Intervenção Florestal, #17,48.

3) Índice remissivo onomástico, lugares em Portugal

A

Açores, #45,57.
Alandroal, #31.
Alcoutim, #02.
Alenquer, #27.
Alentejo, #05,41.
Alentejo Central, #37,45.
Alentejo Litoral, #45.
Alijó, #18.
Alfândega da Fé, #30.
Algarve, #39,45.
Algoso, #11.
Alto Alentejo, #37,45.
Alto Douro, #18,24.
Alto Minho, #45.

Índices Remissivos dos 60 Textos

Alto Tâmega, #45.
Alto Tâmega e Barroso, #37.
Alvão, ver V real.
AML, Área Metropolitana de Lisboa, #19,23,40,45.
AMP, Área Metropolitana do Porto, #23,34,45.
Arganil #54
Ave, #37,45.
Aveiro, #40.

B

Baçal, #20.
Baixo Alentejo, #37,45.
Barca D' Alva, #09.
Barrocal do Douro, #10.
Beira Baixa, #37,45.
Beira Interior, #35,41.
Beiras e Serra da Estrela, #37,45.
Beja, #16,31,41.
Braga, #40,59.
Bragança, #16,18,19,20,30,31,33,41,60.

C

Carrazeda de Ansiães, #30.
Castanheira de Pera, #17.
Castelo Branco, #16,31,41.
Cávado, #45.
Celorico de Basto, #16.
Centro, #05,50.
Chaves, #20,41.
Coimbra, #27,35,38,47.
Constância, #27.
Covilhã, #41.

D

Douro, terras, rio, #02,10,28,29,37,45.

E

Évora, #16,31,41.

F

Figueiró dos Vinhos, #17.
Freixo de Espada à Cinta, #30.
Freixo de Numão, #09.
Funchal, #33.
Fundão #54.

Índices Remissivos dos 60 Textos

G

Gondomar, #28.
Grande Lisboa, #34,39,50.
Grande Porto, #39. Guiães, #02.
Guarda #16,31,41,53.
Guimarães, #16,23.

I

Idanha-a-Nova, #31.

J

Jerusalém do Romeu, #20.
Jorjais, #20.

L

Lamego, #20.
Lezíria do Tejo, #37,45.
Lisboa, #05,16,21,27,32,33,34,35,36,38,39,41,46,47,50,57.
Lisboa e Vale do Tejo, #14,57.

M

Maçãs, rio, #47.
Macedo de Cavaleiros, #30.
Madeira #45,57.
Margem Sul do Tejo, #19.
Mangualde, #23.
Marão, #20.
Mateus, #29.
Melgaço, #43.
Mértola, #31.
Minho, #35.
Mira Gaia, #50.
Miranda do Douro #02,10,18,30,58.
Mirandela, #20,30.
Mogadouro, #30,31.

N

Nordeste, #41,
Nordeste de Trás-os-Montes, #60.
Noroeste Industrial, #40.
Norte, #04,50.

Índices Remissivos dos 60 Textos

O

Oeste, #04,45.
Oeste e Vale do Tejo, #32.
Oeiras, #23.
Ourique, #31.

P

Palmela, #23.
Passeio das virtudes, #50.
Passos, #20.
Pedrógão Grande, #17,28,49.
Penamacor, #16,23.
Peso da Régua, #02,20.
Picote, #10.
Piódão #54.
Planalto mirandês, #11.
Pocinho, #09.
Podence, #20.
Ponta do Sol, #16,23.
Portalegre, #16,41.
Porto, #27,28,32,34,35,38,39,40,41,43,50,57,59.
Porto Moniz, #16,23.

Q

Quintela de Lampaças, #20.

R

Região de Aveiro, #45.
Região de Coimbra, #45.
Região Demarcada do Douro, #29.
Região de Leiria, #45.
Região de Lisboa e Vale do Tejo, #14.

S

Sanguinhedo, #20.
Santa Comba de Rossas, #20.
Santarém, #27.
São Leonardo de Galafura, #02.
Setúbal, #32,39.
Sortelha #54.

T

Tagus Park, #50.
Tâmega e Sousa, #37,45.

Índices Remissivos dos 60 Textos

Tejo, estuário, metrópole nas duas margens, #08,18,38.

Terra Fria, #20.

Terra Quente, #20.

Terras de Trás-os-Montes, #37.

TMAD, região Trás-os-Montes e Alto Douro, #24.

Tomar #53.

Torre de Moncorvo, #30.

Trancoso #54.

Trás-os-Montes, #02,18,24,45.

V

Vale do Tejo, #05.

Varge, #20.

Viana do Castelo, #16,39,40.

Vieiro, #60.

Vila Flor, #30,60.

VN Famalicão, #16,23.

Vila Real, #02,16,20,31,41.

Vilar de Nantes, #27.

Vimioso, #11,30,47.

Vinhais, #16,23,30,31.

Viseu, #16,23,25,41.

Viseu Dão Lafões, #37,45.

Vouga Park, #50.

4) Índice remissivo bibliográfico

- . AIP, Carta magna da competitividade, 2003. #42.
- . Alves, Carlos F, e Tavares, Carlos, (2025), “Por uma verdadeira reforma fiscal”, in SEDES (2025), citado infra. #13.
- . Amaral, Luís Mira, A venda das barragens da EDP à Engie, portal www.acec.pt, 2023, em ligação com o tema investimento e extrativismo. #23.
- . Árvore, Cooperativa, Árvore das virtudes, livro coletivo nos 50 anos, 2001. #50.
- . BCE (2024), Study on the payment attitudes of consumers in the euro area (SPACE) – 2024. #31.
- . BdP (2023), Avaliação da cobertura da rede de caixas automáticas e agências bancárias, #31.
- . Cadilhe, Miguel, artigo O Estado-despesa e o centralismo português, 2025. #51. E artigo Investimentos no NAL, 2024. #01. Em www.acec.pt, incluindo comentários ao 2.º artigo dos associados Alberto Aroso, Carlos Tavares, Jorge Bárto, Luís Mira Amaral, Manuel Correia de Pinho, Manuel Guedes Vieira.
- . Camões, Os Lusíadas, 1572. #27.
- . Comissão Europeia, Ninth report on economic, social and territorial cohesion. 2024. #01,08.
- . CRP, Constituição da República Portuguesa, (1976 e sucessivas revisões), #05,06,57,58.
- . Dacosta, Luísa, in Árvore das Virtudes, supracitado. #50.
- . Dantas, Júlio, A Ceia dos Cardeais. #58.
- . Draghi, Mario, líder do relatório The future of European competitiveness, European Commission, 2024.

Índices Remissivos dos 60 Textos

#08,12.

- . Eurostat. #04.
- . Gonçalves, M. M. B., A Evolução dos Valores Fiscais e de Mercado dos Imóveis para Habitação. Mestrado ISEG, 2023. #45.
- . Heitor, Manuel, líder do relatório Align Act Accelerate. Research, Technology and Innovation to boost European Competitiveness, European Commission, 2024. #08.
- . INE, Contas Nacionais, Contas Regionais, Quadro D.2.1 (valores preliminares em 2022). #37.
- . INE, Censos. #02,48.
- . INE, Estatísticas Agrícolas 2017. #48.
- . ISCTE, O que pensam os portugueses 2025 – Descentralização e Regionalização, 2025. #44.
- . Lei 56/91, Lei-quadro das regiões administrativas, 1991. #05.
- . Lei 50/2018 e Decreto-lei 100/2018, competências municipais para gerir estradas, 2018. #55.
- . Lobo, Francisco Rodrigues, Cortes na aldeia, 1619. #29,46.
- . Faria, Jorge Ribeiro, Em memória de João Baptista Machado, FEP, 1990. #58.
- . Mascarenhas, Fernando, "Sermão ao meu sucessor", 1994. #29.
- . Mateus, D. F. C., O Imposto Municipal Sobre Imóveis e a Coesão Territorial: Os Casos de Beja, Lisboa e Peso da Régua. Mestrado ISEG 2023. #45.
- . Mendes, Américo MS Carvalho, et al, ECOFOR.PT: valorização económica dos bens e serviços dos ecossistemas florestais de Portugal: relatório científico, 2021. #48.
- . Ministério da Administração Interna, Secretaria de Estado da Administração Regional e Local, Livro Branco da Regionalização", 1980. #05.
- . Mpl (2018), Relatório final, #01,02,09,13,21.
- . Neto, Henrique, Uma Estratégia para Portugal. #42.
- . Nunes, Adérito Sedas, Portugal sociedade dualista em evolução. #16,19,23.
- . OCDE, Delineating functional areas in all territories, 2020. #36.
- . OCDE, Survey on Drivers of Trust in Public Institutions – 2024 Results, 2024. #59.
- . Oliveira, Luís Valente, O processo de desenvolvimento e a regionalização", 2024. #35.
- . Pereira, Paulo Trigo, et al, Manifesto pela Reforma do Sistema Eleitoral, 2024. #41.
- . Pessoa, Fernando, Livro do Desassossego. #28.
- . Portaria 208/2017, define e delimita o Interior (tendo em vista o EBF), 2017. #23,25.
- . Presidência da República, Decreto de aprovação da Constituição, Diário da República de 10 de abril de 1976. #58.
- . RCM, Resolução do Conselho de Ministros, 1/82, Linhas Gerais do Processo de Regionalização do Continente". #05.
- . RCM, Resolução do Conselho de Ministros, 89/2022, sobre o NAL, 2023. #01.
- . RCM, Resolução do Conselho de Ministros, 86/2023, sobre o NAL, 2023. #01.
- . Reino de Inglaterra, Magna Carta, 1215. #07.
- . São Marcos, M B C, O Efeito Redistributivo do IMT na Coesão Territorial. Mestrado ISEG, 2025. #45.
- . SEDES, Ambição: Duplicar o PIB em 20 anos, livro coletivo, coordenação de Álvaro Beleza e Carlos F Alves, 1.^a ed. 2022. #57.
- . SEDES, Ambição: Impostos mais simples, melhor economia, livro coletivo, coordenação de Álvaro Beleza e Carlos F Alves, 2025. #13.
- . Silva, Agostinho da, Sete Cartas a um Jovem Filósofo. #28.
- . Torga, Miguel, Diário IX e XII, 1977. #02.
- . TUE, Tratado da União Europeia. #06,59.
- . Valério, N. (coord.), Estatísticas Históricas Portuguesas, vol. I, INE, 2001. #48.